

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

Karen Terossi

**WEBJORNALISMO E VIOLAÇÕES DE DIREITOS DA
CIDADANIA:
ANÁLISE DE COBERTURAS SOBRE TRABALHO ESCRAVO**

BAURU
2012

Karen Terossi

**WEBJORNALISMO E VIOLAÇÕES DE DIREITOS DA
CIDADANIA:
ANÁLISE DE COBERTURAS SOBRE TRABALHO ESCRAVO**

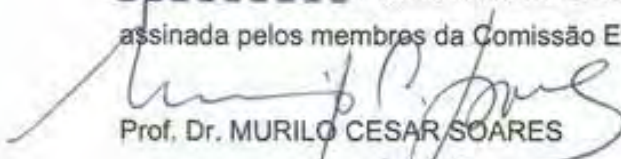
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação, sob orientação do Prof. Dr. Murilo Cesar Soares e financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

BAURU
2012

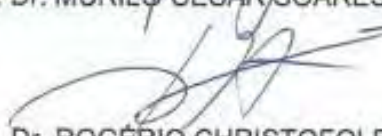
**ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE KAREN TEROSSI,
DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, DO(A) FACULDADE
DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO DE BAURU.**

Aos 29 dias do mês de agosto do ano de 2012, às 15:00 horas, no(a) Sala de Defesa da Seção Técnica de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, reuniu-se a Comissão Examinadora da Defesa Pública, composta pelos seguintes membros: Prof. Dr. MURILO CESAR SOARES do(a) Departamento de Ciências Humanas / Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação de Bauru, Prof. Dr. ROGÉRIO CHRISTOFOLETTI do(a) DEPARTAMENTO DE JORNALISMO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Prof. Dr. DANILO ROTHBERG do(a) Departamento de Ciências Humanas / Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação de Bauru, sob a presidência do primeiro, a fim de proceder a arguição pública da DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de KAREN TEROSSI, intitulada "Webjornalismo e violações de direitos da cidadania: análise de coberturas sobre trabalho escravo". Após a exposição, a discente foi argüida oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo recebido o conceito final: _ _ _ _

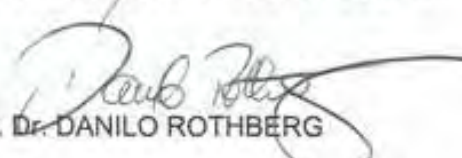
Aprovado. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Comissão Examinadora.



Prof. Dr. MURILO CESAR SOARES



Prof. Dr. ROGÉRIO CHRISTOFOLETTI



Prof. Dr. DANILO ROTHBERG

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, por toda dedicação, bom humor e serenidade, que me deram o equilíbrio necessário para realizar essa pesquisa.

Ao Jean, pelo cuidado, carinho, risos e empenho em me ajudar.

Ao meu irmão, pela diversão nos intervalos dessa pesquisa.

Ao Murilo, pelo respeito, compreensão e diálogo nas orientações desse trabalho.

Às tias Lourdes e Flávia, pelo apoio e confiança.

À Michelle por compartilhar ideias complicadas, ironias e inutilidades nesses anos de mestrado.

Aos colegas da turma, pela solidariedade.

Aos funcionários e professores da UNESP, pelo trabalho dedicado.

À FAPESP pelo financiamento a esta pesquisa.

TEROSSI, Karen. **Webjornalismo e violações de direitos da cidadania**: análise de coberturas sobre trabalho escravo. 2012. 198f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista, Unesp, Bauru, 2012.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo investigar as representações da cidadania e o modo como são construídas no webjornalismo, com a finalidade de discutir as limitações e potencialidades dessa modalidade de jornalismo na cobertura de um caso específico de violação de direitos. Para isso, realizamos uma análise comparativa de dois webjornais com propostas editoriais distintas: a Folha.com, que é generalista e factual, e a Repórter Brasil, focada no tema do trabalho escravo contemporâneo. O *corpus* de análise é constituído por conteúdo noticioso (textos, imagens e vídeos) desses dois webjornais, disponibilizado online em 2011, que trata dos flagrantes de trabalho análogo à escravidão em oficinas de costura que produziam peças para a marca Zara e seus desdobramentos. A análise revelou que a Folha.com subutiliza a multimidialidade e a hipertextualidade, contextualiza notícias novas “copiando e colando” textos das anteriores, o que, somado à sua abordagem factual, determina a superficialidade e a pouca pluralidade na cobertura do assunto. Por outro lado, a Repórter Brasil aborda aspectos não tratados na Folha.com e de forma detalhada, mobilizando frequentemente a hipertextualidade, no sentido do aprofundamento noticioso e do reforço das representações negativas da Zara.

Palavras-chave: webjornalismo; cidadania; representações; trabalho análogo à escravidão; Folha.com; Repórter Brasil.

TEROSSI, Karen. **Webjournalism e rights of citizenship violation**: news coverage analysis about slave labor. 2012. 198f. Dissertation (Mastership in Communication) – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista, Unesp, Bauru, 2012.

ABSTRACT

This research aims to investigate the representations of citizenship and the way they are built in webjournalism, in order to discuss the limitations and potentialities of that form of journalism. For that, we made a comparative analysis of two webjournals with different editorial policies: Folha.com, which is generalist and factual, and Repórter Brasil, that is specialized in the today's slave labor. The *corpus* of analysis are news content (texts, pictures and videos) from both webjournals, available online since 2011, about the discovery of slave-like labor in sewing facilities which manufactured garments for Zara brand and its developments. The analysis revealed that Folha.com has underused multimediality and hipertextuality, contextualized news through "copy and paste" from previous texts which, added to its factual approach, results in superficiality and little plurality in the topic coverage. Otherwise, Repórter Brasil raised issues which weren't mentioned by Folha.com and in a detailed way, using often hipertextuality, in the meaning of news deepening and strengthening negative Zara representations.

Keywords: webjournalism; citizenship; representations; slave-like labor; Folha.com; Repórter Brasil

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – dormitório os trabalhadores (Folha.com).....	107
Imagem 2 – trabalho de costura (Folha.com)	107
Imagem 3 – trabalhadores em oficina (Folha.com)	108
Imagem 4 – visão externa da oficina (RB).....	109
Imagem 5 – dormitório dos trabalhadores (RB).....	109
Imagem 6 – chão de oficina (RB).....	110
Imagem 7 – motor de máquina de costura (RB).....	110
Imagem 8 – chuveiro para os trabalhadores (RB)	111
Imagem 9 – costureira na oficina (RB).....	111
Imagem 10 – prédio da oficina (RB)	112
Imagem 11 – colchonete em dormitório da oficina (RB)	112
Imagem 12 – sanitário da oficina (RB).....	113
Imagem 13 – fiação elétrica na oficina (RB).....	113
Imagem 14 – costureiros na oficina (RB)	114
Imagem 15 – visão parcial da oficina (RB).....	114
Imagem 16 – tecidos/roupas na oficina (RB)	115
Imagem 17 – peça de roupa com etiqueta da Zara (RB).....	116
Imagem 18 – etiquetas apreendidas (RB)	116
Imagem 19 – etiqueta com instruções de confecção (RB).....	117
Imagem 20 – calça com etiqueta da Zara (RB)	117
Imagem 21 – instruções da Zara para ajustes em peças de roupa (RB).....	117
Imagem 22 – peça piloto apreendida (RB).....	118
Imagem 23 – identificação dos representantes em mesa da Alesp (RB)	118
Imagem 24 – visão geral da Alesp (RB)	119
Imagem 25 – protesto contra trabalho escravo em oficinas de costura (RB).....	119
Imagem 26 – deputado Carlos Bezerra Jr. (RB).....	120
Imagem 27 – representante da RB e deputado Adriano Diogo (RB)	120
Imagem 28 – diretor da Inditex no Congresso Nacional (RB)	120
Imagem 29 – representante da Zara no Brasil no Congresso Nacional (RB).....	121
Imagem 30 – representantes da Zara e da SRTE/SP no Congresso Nacional (RB)	121
Imagem 31 – representante da SRTE/SP no Congresso Nacional (RB).....	121
Imagem 32 – executivos da Inditex na Alesp (RB)	122
Imagem 33 – representante do Centro Pastoral do Imigrante (RB).....	122
Imagem 34 – representantes da Zara e da SRTE/SP na Alesp (RB)	122
Imagem 35 – representantes da Zara na Alesp (RB)	123
Imagem 36 – deputado Adriano Diogo da Alesp (RB).....	123

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Definição da situação: títulos, linhas fina, links.....	73
Quadro 2 – Definição da situação: expressões inseridas nos textos.....	76
Quadro 3 – Questões associadas: expressões-links	78
Quadro 4 – Definição da situação: ironias	80
Quadro 5 – Trabalhadores: título, linha fina, link	80
Quadro 6 – Trabalhadores: narrativas.....	84
Quadro 7 – Trabalhadores: tema da imigração ilegal	85
Quadro 8 – Atuação do Executivo: órgãos.....	87
Quadro 9 – Atuação do Executivo: atuações.....	88
Quadro 10 – Atuação do Executivo: setor têxtil.....	89
Quadro 11 – Atuação do Executivo: setor têxtil (expressões-links).....	90
Quadro 12 – Atuação do Executivo: “lista suja”	91
Quadro 13 – Atuação do Executivo: “lista suja” (expressões-links na RB)	92
Quadro 14 – Atuação do Executivo: números gerais.....	93
Quadro 15 – Atuação do Executivo: enfrentamento em geral	94
Quadro 16 – Atuação do Executivo: cobranças (expressões-links).....	95
Quadro 17 – MPT: antes das negociações	96
Quadro 18 – Atuação do MPT: apreciação à contraproposta da Zara	98
Quadro 19 – Atuação do MTP: outros casos.....	100
Quadro 20 – Decupagem do vídeo da Folha.com.....	125
Quadro 21 – Navegação hipertextual na Repórter Brasil.....	128
Quadro 22 – Navegação hipertextual na Folha.com.....	132
Quadro 23 – Flagrantes e situações descobertas (coleta geral de dados).....	158
Quadro 24 – Atuação do poder Executivo (coleta geral de dados)	169
Quadro 25 – Atuação do MPT: 1º TAC proposto	177
Quadro 26 – Atuação do MPT: TAC assinado.....	180
Quadro 27 – Explicações e justificativas da Zara.....	182
Quadro 28 – Providências da Zara.....	188
Quadro 29 – Negociações da Zara com o MPT.....	194

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Definição da situação: expressões inseridas nos textos	74
Tabela 2 – Trabalhadores: expressões inseridas nos textos	82

SUMÁRIO

Introdução	11
1. Internet, jornalismo e cidadania.....	21
1.1 Cidadania, informação e comunicação	21
1.1.1 A noção de cidadania.....	22
1.1.2 Informação e comunicação	26
1.2 Novas tecnologias e cidadania	29
1.2.1 Ideologia tecnicista	33
1.2.2 Contradições culturais da comunicação no estudo das NTIC.....	37
1.3 Informação e comunicação: a importância do jornalismo	42
2. Representações no webjornalismo.....	47
2.1 Webjornalismo: novas rotinas e radicalização da atualidade	48
2.2 Hipertextualidade	52
2.3 Multimedialidade	57
2.4 Interatividade	61
2.5 Narrativa e resolução semântica	64
3. Metodologia da coleta de dados e análise descritiva	67
3.1 O caso Zara	67
3.2 Folha.com e Repórter Brasil	69
3.3 Método de análise	70
3.4 Análise dos textos	72
3.4.1 Flagrantes e situações descobertas	72
3.4.2 Trabalhadores.....	80
3.4.3 Atuação do poder Executivo	87
3.4.4 Atuação do Ministério Público do Trabalho	95
3.4.5 Respostas da Zara.....	100
3.5 Análise das imagens	106
3.5.1 Imagens na Folha.com.....	106
3.5.2 Imagens na Repórter Brasil.....	108
3.6 Análise do vídeo.....	124
3.7 Análise da navegação hipertextual.....	127
3.7.1 Links na Repórter Brasil	127
3.7.2 Links na Folha.com	132
4. Análise interpretativa	136
4.1 Representações nos textos	136
4.1.1 Flagrantes e situações descobertas	136
4.1.2 Trabalhadores.....	138
4.1.3 Atuação do poder Executivo	138
4.1.4 Atuação do Ministério Público do Trabalho	140
4.1.5 Respostas da Zara.....	140
4.2 Imagens.....	141
4.3 Vídeos.....	143
4.4 Navegação hipertextual	143
4.5 Webjornalismo e cidadania: profundidade e pluralidade	144

4.6 Comunicação e cidadania: a informação “relacional”	146
Considerações finais.....	148
Referências	151
Apêndice.....	157

INTRODUÇÃO

Pensar a comunicação nos dias atuais toca, inevitavelmente, no tema das novas tecnologias da informação e da comunicação (NTIC), entendidas aqui como aquelas que armazenam, processam e/ou transmitem dados digitais, com a finalidade de compartilhar informações e/ou estabelecer comunicação. Outra característica das NTIC é que elas permitem a convergência, ou seja, de alguma maneira conseguem se interligar umas as outras. Dessa forma, uma NTIC pode ser um dispositivo ligado à internet (celular, computador), a própria internet, uma câmera digital ou mesmo um *pendrive*.

O surgimento destas tecnologias, sua convergência e o desenvolvimento de suas performances técnicas têm sido apontados, tanto por pesquisadores quanto por usuários em geral, como processos que viabilizam importantes mudanças nas atividades sociais, a partir da ampliação das possibilidades de comunicação. Apesar da imensa desigualdade no que se refere ao acesso a essas tecnologias pela sociedade, o que não faltam são expectativas positivas e também temores, sejam eles meras ilusões ou perspectivas bem alicerçadas, de mudanças na economia, na política, na educação, nas ciências, entre outras áreas.

Nesse sentido, o objetivo mais geral desta pesquisa é discutir a relação entre uma questão de suma importância nas sociedades contemporâneas, a cidadania, e o webjornalismo, que constitui um dos usos sociais da internet, uma das NTIC. Antes, porém, de explicitarmos as perguntas que orientam esta pesquisa e o modo como tentamos respondê-las, consideramos importante expor algumas das questões e análises que têm sido feitas sobre a utilização das NTIC, para melhor localizarmos nossos objetivos. Para começar, vamos seguir dois casos particulares descritos por Manuel Castells (2009) de uso das NTIC que, segundo ele, tiveram grande influência sobre o mundo político e a sociedade.

O primeiro deles aconteceu depois dos ataques terroristas em Madrid, que aconteceram no dia 11 de março de 2004, três dias antes das eleições presidenciais da Espanha. O governo de José María Aznar, do Partido Popular, que estava concorrendo à reeleição, prontamente declarou que o grupo separatista ETA tinha sido responsável pelos ataques. Mesmo com várias provas surgindo que apontavam os terroristas da Al Qaeda como os verdadeiros autores, o governo insistia em acusar o ETA, utilizando diversos artifícios para tentar manipular a opinião pública e os meios de comunicação. Isso porque o governo de Aznar apoiou incondicionalmente a ocupação do Iraque liderada pelos Estados Unidos e uma represália da Al Qaeda colocaria em xeque este apoio, às vésperas das eleições.

Aos poucos, informações de diversas fontes foram surgindo e criando incertezas no povo espanhol. Segundo dados coletados por Castells (2009), no dia anterior à eleição, foram registrados aumentos de 30% no tráfego de SMS e 40% na internet. Neste dia, diversas mensagens de texto enviadas por celular ou por e-mail questionavam a versão oficial e articulavam manifestações, que de fato aconteceram em diversas cidades da Espanha. A agitação levou o rei espanhol a intervir na questão e o governo de Aznar teve que admitir, na noite de sábado, a autoria da Al Qaeda, ainda que insistindo em uma possível conexão do grupo terrorista com o ETA. A confiança do povo em Aznar ficou obviamente abalada e o resultado foi visto nas urnas no dia seguinte: apesar de estar à frente nas pesquisas eleitorais anteriores aos ataques, Aznar perdeu as eleições para o Partido Socialista.

Para comprovar a ligação entre essa crise e o resultado das eleições, Castells (2009) utiliza uma rigorosa análise estatística e conclui que a rede alternativa de comunicação que se mobilizou em torno da questão foi fundamental para mobilizar a opinião pública e, assim, mudar o destino político espanhol.

O outro caso de uso das novas tecnologias na política teve grande influência na eleição de Barack Obama, para a presidência dos Estados Unidos. Obama, um político jovem, afroamericano, com ascendência queniana e sobrenome muçulmano, com atuação considerada por alguns como esquerdista no Senado norte-americano, não contava com apoio substancial de seu partido, o Democrata, que recusou o financiamento de campanha dos grupos de pressão de Washington.

Para se tornar presidente, Obama aliou carisma, um novo tipo de discurso e uma estratégia política inovadora: a campanha não recebeu dinheiro de grupos de pressão, mas sim de indivíduos, cujos nomes foram tornados públicos pela internet. Uma análise da captação de recursos mostra que a maioria veio de pequenas doações (47% eram de menos de 200 dólares e 76% de menos de 2.000), feitas através da internet (entre 60% e 90%). Castells (2009) observa que essa mobilização na campanha de Obama se deveu principalmente ao seu discurso inspirador de mudanças e de esperança, mas que a internet é um elemento-chave para entender todo esse processo.

A campanha de Obama foi a que mais utilizou a internet, assim como seus eleitores eram usuários mais ativos da rede, usada por eles para obter informações e notícias políticas, fazer doações, assinar petições, fazer comentários em blogs e sites, assistir a vídeos de campanha e participar de atividades de campanha online. Além disso, Obama foi o candidato que mais gastou dinheiro com a campanha na internet, para difundir informação e interagir.

Esses dois casos são usados por Castells (2009) para apoiar sua hipótese de que as NTIC podem ter papel decisivo nas mobilizações sociopolíticas. Observando ainda as centenas de lutas locais em torno dos mais diferentes temas que se conectam por meio da internet, o autor considera que a rede se tornou tanto sua forma de organização quanto o próprio modo de atuação (ibidem, p. 444-445). Analisando particularmente os movimentos presentes no Fórum Social Mundial de 2005, em Porto Alegre, que de várias formas questionavam a globalização, o autor observa que suas expressões mais destacadas ficaram difusas, perdendo presença nos meios tradicionais de comunicação, mas encontrando força na conexão pela internet, através da qual podem se articular em torno de demandas específicas e concretas.

Em alguns países os manifestantes e os ativistas, graças aos aparatos que lhes facilitam uma “conectividade permanente” têm usado esta capacidade comunicativa para multiplicar o impacto dos protestos sociais, em alguns casos ativando revoluções, alimentando a resistência, impulsionando candidatos presidenciais e inclusive derrubando governos e regimes políticos (ibidem, p. 454).

Muitos outros exemplos, do Oriente Médio à América Latina corroboram a hipótese de que há um grande potencial comunicativo e de ação sociopolítica nas novas tecnologias. No caso específico da internet, por conta das amplas possibilidades comunicativas e da alegada liberdade por ela proporcionada, a sociedade começa a apostar nesse meio para se expressar e, no meio de tantas vozes, encontramos grupos marginalizados ou desfavorecidos tentando chamar a atenção para suas demandas. A possibilidade de diferentes atores sociais se expressarem por um sistema de informação que teoricamente é global faz crer que estamos diante de uma grande mudança da comunicação. O fenômeno atrai pesquisadores de diversas áreas do conhecimento e muitos deles acabam “apostando” na internet não só para explicar fenômenos sociais complexos como também para propor soluções para problemas da sociedade, a partir da comunicação pela rede.

Só para mencionar um destes casos, Pierre Lévy (1999, p. 12), na introdução de Ciberultura, pede que os leitores sejam “benevolentes, receptivos em relação à novidade” para melhor compreender o fenômeno. Como pesquisadores, no entanto, não se trata de ser receptivo ou não, mas de ganhar certa distância de um fenômeno, cuja existência não há como negar, para melhor observá-lo. É preciso diferenciar os sentimentos otimistas ou não que

depositamos diariamente no uso das novas tecnologias da observação científica de seus usos sociais.

Nesse mesmo sentido, este autor também considera que a exclusão digital não “deve nos impedir de contemplar as implicações culturais da cibercultura¹ em todas as suas dimensões” (ibidem, p. 13). Ora, não se trata de usar a exclusão como justificativa para não estudar o avanço das novas tecnologias. Se obviamente não se pode ignorar que existe uma importante mudança tecnológica em curso, também não se pode ignorar que a exclusão é um elemento estrutural desse fenômeno, ou seja, é preciso estudar o fenômeno dentro de um contexto de exclusão.

Essa ressalva faz parte de um cuidado mais amplo que devemos tomar ao estudar as NTIC, que consiste em não ignorar as outras variáveis (políticas, econômicas, sociais e culturais) envolvidas no uso dessas tecnologias, para que as análises de importantes processos sociais não sejam reduzidas a questões técnicas ou tecnológicas. Como o próprio Pierre Lévy (1999) admite, a tecnologia não é um ser autônomo e, por isso, não provoca “impacto”, uma vez que é o ser humano que a imagina, fabrica e reinterpreta no seu uso.

Uma técnica não é nem boa, nem má (isto depende dos contextos, dos usos e dos pontos de vista), tampouco neutra (já que é condicionante ou restritiva, já que de um lado abre e de outro fecha o espectro de possibilidades). Não se trata de avaliar seus “impactos”, mas de situar as irreversibilidades às quais cada um de seus usos nos levaria, de formular os projetos que explorariam as virtualidades que ela transporta e de decidir o que fazer dela (ibidem, p. 26).

Especificamente sobre a internet, o sociólogo francês Dominique Wolton (2007) também considera que a tecnologia em si não pode ser boa ou má, mas o “faroeste jurídico” e a ausência de regras que têm caracterizado seu uso servem não só para a multiplicação das “boas causas”, mas também de causas perigosas e/ou criminosas, como o tráfico de drogas, a pornografia e a pedofilia, por exemplo.

Da proteção das liberdades fundamentais aos direitos autorais, passando pelas inverdades, as invasões de privacidade, a manutenção da separação público-privado, confidencialidade dos dados, os direitos do homem, os riscos de delinquência em termos de informática se desenvolvem com uma velocidade em escala imaginável há apenas vinte anos. Quando se dirá, enfim, que o controle da informação com sanções reais é o único meio de salvar a rede (ibidem, p. 110)?

¹ Cibercultura é definida por Pierre Lévy (1999) como o conjunto de técnicas, práticas, atitudes, valores e modos de pensar que se desenvolvem a partir da expansão das novas tecnologias.

Se não há tecnologia que seja, em si, boa ou má, o núcleo da discussão volta-se para o uso social que se faz dela. Muito do que se lê e se ouve sobre as NTIC no mundo acadêmico, nos jornais e nos discursos políticos, e isso será um dos temas de discussão neste trabalho, nos parece mero determinismo tecnológico que, em última análise, identifica a resolução dos problemas da comunicação e até da humanidade com a capacidade dos indivíduos e das sociedades de estarem conectados à rede.

É preciso, porém, questionar e observar que aplicações e implicações têm as NTIC efetivamente, ou melhor, como o ser humano se relaciona com essas tecnologias nas suas diversas atividades. Utilizando as palavras de Dominique Wolton, “todas estas tecnologias de comunicação, para fazer o quê” (ibidem, p. 32)? As múltiplas possibilidades informativas e de interatividade são sedutoras, mas também nos colocam diante de alguns problemas, relacionados à identidade e às alteridades: “Como conviver pacificamente num universo onde todo mundo vê tudo e sabe tudo e onde as diferenças são mais visíveis e menos negociáveis” (idem, 2011, p. 22)? Com relação à internet, cuja penetração na sociedade e no cotidiano dos indivíduos cresceu muito nos últimos anos, é preciso observar em que sentido vão as diversas formas de comunicação estabelecidas por meio dela.

Quando se trata de formas de comunicação pela internet que atingem públicos amplos, como no caso dos webjornais e blogs de personalidades públicas e jornalistas, por exemplo, é ainda mais importante observar se estabelecem uma comunicação que corresponda aos seus ideais de respeito à dignidade humana e de promoção de cidadania, ideais baseados na história e na cultura das democracias ocidentais.

O interesse dessa pesquisa está na comunicação estabelecida por meio da informação disponibilizada pela internet e tem como objeto específico o webjornalismo. Diante do que Trivinho (1996, p. 76) chama de uma “frenética e irrefreável multiplicação das fontes e canais e uma excessiva produção de signos-mensagem e produtos em circulação na info-rede”, a credibilidade do jornalismo profissional explica, em parte, o grande número de acessos de portais e sites com conteúdos jornalísticos².

A partir, portanto, da constatação do poder simbólico do jornalismo, baseado na sua credibilidade e nas expectativas que se depositam nele, e da observação do grande número de

² Segundo o serviço Alexa, oferecido pela Amazon, que mede a quantidade de acessos dos sites da web, no Brasil entre os 20 endereços mais acessados estão os dos portais UOL, G1, Yahoo!, iG e Terra, todos com conteúdos noticiosos produzidos pelo jornalismo profissional. A Folha.com aparece na 23ª posição (consulta realizada no dia 16/03/2012). É claro que além das notícias, os portais atraem porque oferecem “informação (banco de dados, hipertextos, áudio, vídeo), serviços, entretenimento e produtos num só lugar além de gerar volume de acessos, aumentando a audiência” (BARBOSA, 2001, p. 5), o que não invalida, porém, a afirmação de que as páginas de notícias produzidas por jornalistas profissionais recebem grande número de acessos.

acessos a sites e portais jornalísticos, a proposta da pesquisa é discutir a informação disponibilizada e a comunicação estabelecida pelo webjornalismo, analisando sua relação com a promoção da cidadania em matérias que abordam um caso específico que relatamos abaixo.

A discussão proposta terá como foco a construção de representações sobre direitos da cidadania pelo webjornalismo, e busca responder às perguntas: como são construídas as principais representações da cidadania na amostra de webjornalismo selecionada para análise? Como os recursos da web são utilizados para construir essas representações? E, a partir dessas análises, tecer considerações sobre como o webjornalismo pode contribuir para o aperfeiçoamento da cidadania.

Para oferecer respostas a essas perguntas analisamos a cobertura de um tema da cidadania por dois meios webjornalísticos. O *corpus* selecionado para esta análise é composto por matérias do webjornalismo publicadas pelos sites da Folha.com³ e da agência de notícias Repórter Brasil⁴, sobre o caso e os desdobramentos da descoberta de trabalhadores em condições análogas à escravidão em oficinas de fornecedores do grupo Inditex, que controla a marca de roupas Zara. Os fatos e questões noticiados no ano de 2011 envolvem tanto direitos civis, as liberdades, quanto direitos sociais, os trabalhistas, por exemplo, e por isso são adequados aos propósitos desta pesquisa sobre cidadania.

A opção por analisar dois sites foi orientada pela importância do contraste como modo de tornar mais claras as diferenças e particularidades na construção de representações. Para a escolha desses dois sites, foram levadas em conta as distintas propostas editoriais dos dois meios: a Folha.com segue uma linha mais generalista, agrupando suas notícias por editoriais, sem uma temática ou dedicação específica; a Repórter Brasil é focada no tema do trabalho escravo nos dias atuais, constituindo uma espécie de webjornalismo militante. Além disso, a Folha.com foi escolhida por ser um dos webjornais mais acessados no país e por priorizar notícias do estado de São Paulo, onde o caso noticiado ocorreu, enquanto a Repórter Brasil é o mais completo site de notícias sobre o tema do trabalho escravo contemporâneo. Deste modo, também orientamos nossa análise por uma pergunta complementar, que auxilia a responder as outras já mencionadas: quais são as diferenças na construção de representações da cidadania entre webjornalismo generalista e webjornalismo militante?

Para fundamentar nossa análise, que será exposta nos capítulos 3 e 4, discutimos no primeiro capítulo as relações entre informação, comunicação e cidadania nas sociedades democráticas e as inserimos no contexto atual de expansão do uso das NTIC. O capítulo 1 é

³ <http://www.folha.com>

⁴ <http://www.reporterbrasil.org.br>

baseado principalmente na perspectiva crítica de Dominique Wolton e busca reavaliar o papel do mediador/jornalista e relativizar o otimismo em torno das NTIC, a fim de observar os fenômenos relacionados a elas da forma mais rigorosa possível.

No segundo capítulo, descrevemos as principais características diferenciais do webjornalismo, como a atualização, a hipertextualidade, a multimidialidade e a interatividade, tratando de algumas implicações sobre a construção de representações. Essa discussão terá importância até mesmo operacional na realização da análise, já que uma das perguntas que buscamos responder se refere à “forma” como as representações são construídas pelo webjornalismo, questão intimamente ligada a essas características diferenciais mencionadas.

Com base nesse percurso teórico e em sua aplicação para verificar e interpretar os resultados da análise, esboçamos algumas relações específicas entre o webjornalismo e a cidadania, a partir da perspectiva da construção de sentido sobre a cidadania verificada nos conteúdos noticiosos analisados.

Discutir as relações entre cidadania e webjornalismo não significa, obviamente, ver esta modalidade de jornalismo como um mero acessório de outras atividades humanas ou como um campo em que somente o “interesse público” e as causas da cidadania prevalecem, o que seria ingênuo. Se não há como negar que diversos interesses influenciam a produção jornalística, também não faz sentido deslegitimar sua importância para a cidadania, visto que, de qualquer forma que o faça, ele oferece aos cidadãos representações da realidade social e política. O que buscamos discutir e analisar aqui são as potencialidades do webjornalismo de corresponder às expectativas historicamente depositadas na atividade jornalística quanto ao seu papel na democracia e na concretização e ampliação dos direitos da cidadania.

Que webjornalismo?

Utiliza-se a expressão webjornalismo nesta pesquisa, em vez de outras como “jornalismo digital” ou “jornalismo online”, para se referir ao conteúdo noticioso produzido para a web⁵, concordando com a concepção expressa por Murad (1999, *apud* CANAVILHAS, 2003b, p. 2) de que “o conceito de jornalismo encontra-se relacionado ao suporte técnico e ao

⁵ Os termos “internet” e “web” referem-se a duas coisas diferentes. A internet é uma enorme rede de redes de computadores. Entre os inúmeros usos da internet estão a troca de arquivos (FTP), troca de mensagens instantâneas, troca de emails e a web. A World Wide Web (WWW) ou simplesmente web é uma das formas de utilização da internet para disponibilizar e trocar dados, por meio de documentos interligados por hiperlinks. Estes documentos podem ser textos escritos, vídeos, imagens, sons, gráficos, etc. e são visualizados com um navegador.

meio que permite a difusão das notícias”. Para justificar melhor esta escolha, que não é mera questão de nomenclatura, mas também de definição precisa do nosso objeto de estudo, vamos expor brevemente a que as outras nomenclaturas se referem.

O “jornalismo online” indica o jornalismo que está disponível online e que não necessariamente seja produzido para a web. Ele pode ser o texto que foi publicado em um jornal impresso ou um vídeo apresentado no telejornal, ou seja, conteúdos somente copiados para seu equivalente online.

Já a expressão “jornalismo multimídia” faz alusão ao uso de diversas modalidades de conteúdo (imagem, texto, som) e não exatamente à forma como se integram em um produto jornalístico. Se considerarmos essa definição de multimídia, o telejornalismo, por exemplo, poderia ser chamado de jornalismo multimídia, uma vez que integra som, imagens em movimento e textos.

O termo “jornalismo digital” nos parece ser ainda mais amplo, na medida em que pressupõe a utilização de tecnologia digital para produzir, publicar e disseminar o conteúdo. Como a tecnologia digital está presente dessa maneira no telejornalismo da TV digital e no radiojornalismo do rádio digital, fica difícil relacionar essa nomenclatura somente ao jornalismo produzido “com” e “para” a web.

Quanto ao termo “ciberjornalismo”, na acepção de Salaverría (2005, p. 21), refere-se àquele que utiliza o ciberespaço para “investigar, produzir e, sobretudo, difundir conteúdos jornalísticos”. O ciberespaço é o espaço criado pelo conjunto das redes de telecomunicações de tecnologia digital (LEMOS, 1996 *apud* SILVA, 2001), implicando não somente a infraestrutura material, mas também elementos de caráter subjetivo que permitem a interação entre os seres humanos. Por essa razão, não podemos dizer que o ciberespaço seja o meio técnico do conteúdo noticioso da web e, assim, não utilizaremos a denominação ciberjornalismo.

Justificada a exclusão desses termos para denominar nosso objeto de pesquisa, optamos, então, por webjornalismo que define o jornalismo disponibilizado “pela” web, que é produzido “para” a web. Isso implica a construção de uma linguagem diferente das outras modalidades de jornalismo, já que é o meio técnico que condiciona a forma de codificar as mensagens. Talvez o webjornalismo não tenha estabilizado sua linguagem ainda, mas ao menos já conseguimos observá-lo como uma modalidade autônoma de jornalismo e não como um complemento dos outros meios, como foi no início do uso da web para difundir conteúdo noticioso.

É preciso entender também que, apesar de ser a publicação e a difusão pela web, que dão nome ao webjornalismo, a rede não é usada somente para isso. A introdução da informática em geral e das redes internas no jornalismo mudou a forma de armazenar arquivos, organizar a informação e, conseqüentemente, facilitou as buscas e cruzamentos de informações. Com a introdução da internet, a facilidade abrangeu também o acesso a informações de fontes distantes fisicamente. Na etapa de apuração, a mais importante da produção de uma notícia, não só a internet, mas também as outras NTIC são utilizadas para entrar em contato com as fontes e para que o jornalista consulte fatos contextuais antes mesmo da apuração com as fontes diretas. Para Del Bianco (2004), a realidade virtual estaria se tornando um novo modo de conhecimento do mundo exterior e das pessoas.

Já na publicação e difusão, são características como a hipertextualidade, a multimídia e a interatividade que constituem o diferencial do webjornalismo. É aí que verificamos que as novas tecnologias não são usadas somente como ferramentas de produção e como forma de fazer chegar o conteúdo aos destinatários, mas que determinam o modo como se faz jornalismo para web.

Com esses diferenciais, muda a forma como as representações são construídas no conteúdo noticioso. Entretanto, apesar de todas as expectativas e potencialidades do webjornalismo, este não constitui um fenômeno consolidado, como é o impresso, por exemplo. De acordo com Mielniczuck (2003, p. 21), as transformações constantes e significativas por quais vem passando, decorrem dos avanços tecnológicos da web e da descoberta, pelos produtores de conteúdo, das possibilidades oferecidas pelo novo meio à prática jornalística.

O jornalismo que tomamos como referência para falar em webjornalismo é o que pesquisadores têm chamado de “terceira geração”, aquele que aproveita os recursos oferecidos pela rede e, portanto, não é uma mera transposição dos referentes impressos, televisivos ou radiofônicos. Sites jornalísticos desse tipo

já extrapolaram a idéia de uma versão para a web de um jornal impresso previamente existente; passaram a incorporar o uso de *blogs* em seus produtos; apresentam recursos multimídia, como sons, animações, infográficos interativos, entre outros, para a construção das peças informativas e para o enriquecimento da narrativa jornalística. Ademais, exibem maior dinamismo, e uma oferta informativa com possibilidade de maior contextualização e aprofundamento, principalmente pelo uso mais ampliado das bases de dados, que também passam a desempenhar importante função para a estruturação e a organização das informações de natureza jornalística (BARBOSA, 2007, p. 2).

Essa definição serve neste trabalho como um referencial para nossos estudos teóricos e analíticos. No entanto, segundo Canavilhas (2007b, p. 16), não existe uma evolução homogênea do jornalismo na web e nem sequer podemos dizer que existam, na prática, modelos estáveis observados pelos jornalistas que definam com precisão o webjornalismo.

De acordo com o autor, a maioria dos conteúdos jornalísticos disponíveis na web está em uma fase anterior à terceira geração, utilizando a web como suporte e não como meio, ou seja, usa linguagem de outros meios ou simplesmente inadequada à web. Ainda assim, os diferenciais dessa mera transposição aparecem no imediatismo, na distribuição global, no baixo custo de distribuição e no arquivamento digital. Quando passamos para a fase mais avançada de jornalismo na web, a expectativa é que haja

acesso expandido por meio de conexões banda larga, proliferação de plataformas móveis, redação descentralizada e adoção de sistemas que permitam a participação do usuário, produtos criados originalmente para veiculação no ciberespaço, conteúdos dinâmicos formatados em narrativas multimídia, experimentação de novos elementos conceituais para organização da informação, assim como de novos gêneros (BARBOSA, 2007, p. 129).

Essas características, no entanto, nos parecem mais especulação sobre as possibilidades do webjornalismo do que, de fato, uma constatação sobre a realidade. De qualquer forma, servem como parâmetro para a análise proposta, sobre a construção das representações, que não pode ser realizada sem levar em conta as características do meio e a mobilização delas, conforme será discutido no segundo capítulo deste trabalho.

É importante lembrar ainda que, apesar de a maioria da população não ter acesso ou acesso frequente aos webjornais, o webjornalismo impõe novas problemáticas para o estudo do jornalismo. A modalidade constitui um elemento do campo jornalístico, o que significa que influi e é influenciado pelo jornalismo praticado nos outros meios como, por exemplo, a televisão, de maior penetração social, sendo assim uma forma de mediação social bastante relevante para as discussões sobre cidadania.

1 INTERNET, JORNALISMO E CIDADANIA

Informação e comunicação são elementos-chave nas disputas por poder e lutas sociais pela ampliação da cidadania, uma vez que contribuem para a construção das representações sobre a realidade, que em algum nível podem influenciar a produção das decisões políticas. Para dimensionar essa relação entre informação, comunicação e cidadania nos dias atuais, revisamos neste capítulo como ela é construída normativamente em uma democracia e como é realizada pelos meios de comunicação de massa e as NTIC.

Em seguida, identificamos o que Dominique Wolton (2004, 2007, 2011) chama de “ideologia tecnicista” e as “contradições culturais da comunicação”, que relativizam o sucesso das NTIC para a comunicação. Após esse trajeto, discutimos a importância do jornalismo para a cidadania, especialmente no contexto de ampliação das fontes de informação, o que nos servirá para compreender a relação específica do webjornalismo com a cidadania, discutida no segundo capítulo, a partir da perspectiva da produção de sentido.

1.1 Cidadania, informação e comunicação

Qual pesquisador da comunicação nos dias atuais nunca deparou com expressões como “cibercidadania” ou “cidadania digital” e, por vezes, com significados diferentes para cada uma delas? Cebrián (1999, p. 93), por exemplo, identifica a “cidadania do ciberespaço” na capacidade de auto-organização das atividades pela internet, com regras particulares e comportamentos comuns, sobre os quais, segundo ele, o Estado deve exercer sua soberania.

Mas será que existe uma relação de direitos e deveres tão forte entre os usuários da internet que possa caracterizar uma nova forma de “cidadania”? Até que ponto pode-se dizer que novas formas de sociabilidade correspondam a uma nova cidadania? E quando podemos dizer que instrumentos úteis à cidadania se transformaram em elementos estruturais dela? Ver a rede de computadores como uma realidade autônoma demais em relação à sociedade e à política tal qual as conhecemos, ou mesmo forçando uma nova cidadania nos parece ainda insólito. É como se estivéssemos vendo uma nova versão da teoria contratualista, em que qualquer pacto virtual funda uma nova política, que além de exigir padrões de racionalidade e independência econômica, por exemplo, eleva um grau a mais no idealismo ao pressupor adesão entre ideal e virtual.

Com significados tão novos quanto incertos, discutir cidadania no contexto do desenvolvimento das NTIC demanda cuidado e revisão constante. Por isso, nos propomos, antes de qualquer coisa, a revisar o significado da cidadania construído historicamente nas sociedades democráticas ocidentais.

1.1.1 A noção de cidadania

A cidadania de que falamos aqui é ligada à democracia de forma fundamental. Para entender essa relação, recorremos a Norberto Bobbio (2000, p. 30), que considera a democracia não apenas um regime de governo de soberania popular, mas um “conjunto de regras “que estabelecem quem está autorizado a tomar decisões coletivas e com quais procedimentos”. Tais procedimentos levam em conta um conjunto de direitos e deveres dos cidadãos, que podem, inclusive, ser instrumento para a conquista de mais direitos. Isso significa, portanto, que a cidadania nas sociedades democráticas não possui conteúdo fixo, porque existem instrumentos para conquistar direitos que correspondam às novas demandas da sociedade. Ainda de acordo com o autor, o conteúdo mínimo das democracias são a garantia das liberdades básicas do cidadão, os chamados direitos civis; a existência e concorrência de partidos, eleições periódicas, sufrágio universal e decisões tomadas coletivamente, ou seja, os direitos políticos. Direitos civis e direitos políticos configuram, então, pressupostos da democracia.

Ora, temos uma crítica bastante pertinente que vê nesse conteúdo da cidadania democrática uma concepção liberal demasiadamente reducionista, que não leva em conta as desigualdades e injustiças sociais, ao considerar todos os indivíduos iguais. A crítica se refere à ilusão de que as igualdades civis e políticas são, por si, suficientes para legitimar a democracia, apesar de não produzirem justiça social. Mas se a crítica é pertinente ao apontar os problemas sociais não resolvidos pelas democracias atuais, não podemos desprezar os instrumentos que existem dentro de uma democracia para o aperfeiçoamento da cidadania.

As concepções de cidadania e democracia que temos hoje estão ligadas às revoluções burguesas que marcam a Idade Moderna. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, por exemplo, uma conquista da Revolução Francesa, tratava a igualdade, a propriedade e a liberdade como direitos que o Estado deveria reconhecer, como “direitos e liberdades individuais, *conquistados contra o poder do Estado*” (GENTILLI, 2005, p. 98).

Se, por um lado, as revoluções burguesas conquistaram para os cidadãos a liberdade individual, por outro lado não conseguiram de imediato atingir de forma tão universal os direitos políticos, isto é, o “acesso generalizado dos cidadãos à arena política nacional (formar associações e partidos, extensão do voto plebiscitário, votar em representantes, receber mandatos de representação)” (ibidem, p. 99). Entretanto, as liberdades e o direito ao voto, ainda que limitado, foram suficientes para o crescimento da representação da esquerda na Assembleia francesa, que resultou depois na conquista de outros direitos, como o sufrágio universal e os direitos trabalhistas (SINGER, 2003).

O que se depreende dessa evolução da conquista de direitos civis e políticos, no caso da França, é que ela seguiu, como Marshall (1967) apontou, uma lógica segundo a qual as liberdades cívicas potencializariam a ampliação da participação política. Sob a influência das ideias iluministas de soberania do povo, o Estado não deveria ser mais um poder acima dos indivíduos. As ideias liberais romperam com a ordem política fundamentada na origem divina dos reis, uma vez que os indivíduos agora eram “naturalmente” iguais e livres. Com a secularização do poder político, o povo, de forma direta ou indireta, deveria ser o responsável pela formulação das leis que a sociedade seguiria. Nesse mesmo sentido, a liberdade de associação, por exemplo, permitiu a formação de partidos políticos para fortalecer a representatividade nas assembleias legisladoras, enquanto a liberdade de pensamento e expressão possibilitava os debates públicos, tanto na esfera pública quanto nos parlamentos.

Devemos reforçar aqui que os exemplos de conquista de direitos apresentados são casos particulares, que se referem a realidades específicas. Quando Marshall (1967) separa os direitos civis, políticos e sociais, colocando-os lógica e cronologicamente nessa ordem, ele se refere ao avanço da cidadania na Inglaterra, com muitas semelhanças com o caso da França. Apesar de terem certa influência no Brasil, a conquista dos direitos por aqui não seguiu a mesma lógica desses países. Os direitos sociais dos trabalhadores brasileiros, por exemplo, foram resultado da intervenção de um Estado de caráter paternalista, na era autoritária de Getúlio Vargas, ou seja, dentro de uma sociedade em que direitos civis e políticos estavam longe de serem uma realidade (CARVALHO, 2008). Outra ressalva com relação ao processo de ampliação de direitos deve ser feita: não se trata de um processo “linear, uniforme e coerente”, como alerta Gentili (2005, p. 101). Segundo este autor, a história dessas conquistas é marcada por “recuos, retrocessos e restaurações conservadoras”.

Hoje, entretanto, temos no Brasil a garantia constitucional dos direitos políticos e das liberdades civis, que permitem a luta por direitos de outra natureza. Vários direitos sociais

(direitos trabalhistas, direito à educação, direito à saúde, etc.) já são, inclusive, previstos na Constituição brasileira, com o objetivo de atender as demandas de justiça social. Afinal, se direitos civis e políticos são condição necessária, não servem à realização plena da cidadania, como faz acreditar o liberalismo ortodoxo, já que direitos iguais (políticos e civis) para indivíduos economicamente desiguais só poderia resultar em mais desigualdade. Segundo Gentili (2005, p. 106), “direitos civis e sociais de certa forma se contradizem, mas não porque haja uma contradição em seus termos, mas porque atendem a interesses diversos da sociedade, de maneira desigual”.

E foram contradições sociais na Europa e, em certa medida também no Brasil, que resultaram na luta e conquista de direitos específicos para a classe trabalhadora e, mais tarde, para outros grupos sociais (SINGER, 2003). No século XX, a questão da desigualdade social passou a ser tratada como um problema em que cabia ao Estado intervir, exemplificado nas medidas do “Estado de Bem-Estar Social” após a Primeira Guerra Mundial. Sobre os direitos sociais, escreve Gentili:

Os direitos sociais não mais concebem o homem como algo abstrato ou genérico (fundamento da igualdade jurídica que define sobretudo o direito civil), mas faz surgir “personagens como sujeitos de direito”: o trabalhador, a mulher, a criança, o idoso, o doente, o deficiente físico, o consumidor (GENTILI, 2005, p. 105).

Pouco a pouco, surgem e ganham visibilidade demandas sociais de grupos com dificuldades de se integrar econômica e culturalmente nas sociedades em que vivem. Novos atores sociais têm conquistado direitos que ultrapassam a dimensão da isonomia jurídica ou da igualdade de direitos políticos, fundando um novo princípio, de solidariedade da sociedade para com grupos sociais específicos.

Basta examinar as cartas de direitos que se sucederam no âmbito internacional, nestes últimos quarenta anos, para perceber esse fenômeno: em 1952, a Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher; em 1959, a Declaração da Criança; em 1971, a Declaração dos Direitos do Deficiente Mental; em 1975, a Declaração dos Direitos dos Deficientes Físicos; em 1982, a Primeira Assembléia Mundial de Viena, sobre os direitos dos anciãos, que propôs um plano de ação aprovado por uma resolução da Assembléia da ONU (BOBBIO, 1992, p. 69).

Obviamente, apesar do avanço das conquistas, a partir dos anos de 1980 a política de intervenção estatal na economia perdeu espaço para o neoliberalismo, tornando o desemprego estrutural e a garantia dos direitos trabalhistas precária (SINGER, 2003). Com a crise econômica que tem afetado o mundo nos últimos anos, porém, os Estados tiveram que voltar a intervir fortemente nas economias para minimizar seus efeitos. Em alguns países essa intervenção tem significado o fim de diversos direitos trabalhistas e sociais e, no contexto de desaceleração do crescimento econômico, o poder de barganha dos trabalhadores se enfraquece.

Apesar dos discursos hegemônicos que defendem a “flexibilização” desses direitos como inevitáveis, a desigualdade e, por consequência, a violência e a criminalidade, são resultados desastrosos dessa nova política que se impõe. A concepção de cidadania que as sociedades ocidentais construíram deposita no Estado a capacidade e, sobretudo, o dever de intervir eficazmente nos problemas sociais, e não contra os direitos.

Podemos afirmar, portanto, que, ao contrário de qualquer “despolitização” das questões sociais, a sociedade deve entender que o Estado é responsável pelos seus cidadãos. Nesse contexto, a noção de cidadania está relacionada à capacidade dos cidadãos de se apropriarem dos bens socialmente produzidos.

Direitos sociais são direitos a partilhar mais igualitariamente das conquistas da humanidade em todos os campos, são os direitos à dignidade pessoal, ao trabalho (e à proteção contra o desemprego), à saúde, à educação, à garantia de uma renda mínima, à aposentadoria, ao bem-estar (GENTILLI, 2005, p. 104).

Diante disso, nas discussões atuais sobre o tema, como sugere Gentilli, é a “inclusão” que aperfeiçoa a cidadania. Cidadãos cujos direitos civis e políticos são garantidos possuem melhores condições de lugar pela ampliação de direitos de outra natureza, como os sociais, e estes, por sua vez, conforme são conquistados permitem consolidar ainda mais os direitos políticos e civis na prática. Trata-se, portanto, de garantir as liberdades e incluir de modo efetivo os cidadãos na produção das decisões coletivas, ou seja, políticas, tendo a justiça social tanto como instrumento quanto como finalidade dessa inclusão.

1.1.2 Informação e comunicação

De acordo com o que foi discutido até aqui, a cidadania é atualmente construída na coexistência de direitos de diversas naturezas e, mais que isso, na interdependência entre eles; não na garantia legal deles, mas em sua consolidação. Tomando a democracia como condição essencial para a conquista e consolidação de direitos e como ponto de partida para a discussão seguinte, vamos situar a informação e a comunicação em sua relação com a cidadania.

Embora a partir da modernidade vigorem regimes de democracia representativa, as discussões políticas e lutas por ampliação da cidadania não ocorrem somente dentro dos parlamentos. A esfera pública é o *locus* da discussão e da formação da opinião pública, que pressiona os poderes instituídos (HABERMAS, 1984), entre outras razões, para que atendam as demandas sociais de inclusão. E é justamente nesta relação que estão a informação, a comunicação, o jornalismo e seu lugar na luta pela cidadania.

Norberto Bobbio (2000) coloca duas premissas fundamentais à realização da democracia de direitos. Primeiro, aqueles a serem votados devem ter liberdade de expressão, manifestação e organização. Depois, os votantes devem escolher sem constrangimentos e com condições de optar diante de todas as possibilidades em disputa. Daí a importância de se ter informações que sejam o máximo possível isentas ou então transparentes quanto às suas opções ideológicas e/ou políticas.

Mais que informação, porém, os direitos da cidadania implicam uma responsabilidade relacionada à expressão e à comunicação. De acordo com Dahl, a informação é um elemento essencial da prática da cidadania, mas esta também envolve outros processos:

Para adquirir a competência cívica, os cidadãos precisam de oportunidades para expressar seus pontos de vista, aprender uns com os outros, discutir e deliberar, ler, escutar e questionar especialistas, candidatos políticos e pessoas em cujas opiniões confiem – e aprender de outras maneiras que dependem da liberdade de expressão (DAHL, 2001, p. 110).

De forma semelhante, para Wolton (2011), a cidadania e a democracia estão ligadas não somente à informação, mas principalmente à comunicação, que é algo mais abrangente ou complexo. A informação é a mensagem, enquanto a comunicação é a relação, o compartilhamento que se estabelece, que tanto a nível individual quanto coletivo, é sempre mais complicado que a simples transmissão de mensagens.

De acordo com o autor, a comunicação é uma aspiração humana que remete ao fundamento de sua experiência, uma vez que significa inicialmente comunhão, partilha. Acrescenta-se a isso, o fato de que o modelo cultural do ocidente tem a comunicação como um “princípio de organização de relações sociais menos hierárquicas” (idem, 2004, p. 59). De fato, a valorização do indivíduo e a garantia da liberdade e do direito à expressão são condições fundamentais de uma comunicação intersubjetiva efetiva.

Por extensão, acrescenta o autor, a comunicação é elemento central também na sociedade democrática e no que ele chama de “sociedade individualista de massa” (idem, 2004, 2007, 2011), aquela em que dois valores contraditórios tentam ser articulados: a liberdade e a igualdade. Para Wolton (2011), a comunicação nessa sociedade, também caracterizada pela instabilidade, está relacionada normativamente à convivência e ao laço social. Enquanto os laços sociais hoje estão cada vez mais dinâmicos e frágeis, o conceito de convivência ajuda a renovar a reflexão e a prática desses laços. Para o autor, “a convivência é o símbolo de uma perspectiva normativa voltada para manter associados valores e dimensões contraditórios” (ibidem, p. 26). E são justamente a liberdade e a igualdade, os dois valores mais contraditórios da sociedade individualista de massa, que a comunicação autêntica pode equilibrar (idem, 2004, p. 50), a partir do seu objetivo normativo, que é conviver e administrar as diferenças. Sobre as tecnologias que permitem a comunicação ampla nessas sociedades complexas, o autor afirma

A especificidade das tecnologias de comunicação do século XX com a transmissão do som e da imagem é a de alcançar todos os públicos, todos os meios sociais e culturais (...). E se há um símbolo da sociedade de hoje, este é realmente o tripé: sociedade de consumo, democracia de massa e mídias de massa. É este tripé que coloca no coração da sociedade contemporânea a questão tão essencial, e tão pouco analisada, da maioria e das massas (idem, 2007, p. 31).

Wolton tenta demonstrar, então, que existe uma equivalência entre o sufrágio universal na política e o grande público das mídias de massa na cultura. Se uma democracia de massa supõe a competência/autonomia do cidadão para eleger seus representantes, por que o indivíduo pertencente ao grande público não seria crítico para escolher e avaliar os produtos mediáticos? Para Wolton, portanto, sufrágio universal e grande público são dois “conceitos normativos antes de serem elementos empíricos” (ibidem, p. 31).

A esta dimensão da comunicação que Wolton (2004, p. 50-51) chama de “normativa”, acrescenta-se a dimensão funcional, que surge com sua inserção na lógica do lucro/capital. A

dualidade entre as duas dimensões, funcional e normativa, constitui o que ele chama de “dupla hélice da comunicação” (ibidem, p. 51), o que significa que nenhuma das duas é absorvida pela outra. A informação e a comunicação constituem valores importantes demais para a cultura ocidental para serem totalmente instrumentalizadas pelo capital ou por qualquer outro poder, apesar de haver mecanismos de dominação, mas não de total alienação.

Como consequência desta duplicidade da comunicação, observamos hoje o desenvolvimento rápido e o “sucesso” das técnicas e tecnologias da comunicação. São estas que, de certa maneira, liberam o ser humano das condicionantes de tempo e espaço, amplificando a comunicação (ibidem, p. 49). Nesse sentido, pode-se dizer teoricamente que os meios de comunicação de massa possuem importante papel no agendamento de questões públicas e no modo como são discutidas na esfera pública e pelos representantes políticos. Na concepção de Wilson Gomes,

Na sociedade contemporânea não há espaço de exposição, de exibição, de visibilidade e, ao mesmo tempo, de discurso, de discussão e debate que se compare em volume, importância, disseminação e universalidade com o sistema dos *mass media* (GOMES, 1998b, p. 1).

Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que a comunicação se tornou um dos valores centrais da modernidade e da democracia de massas, os indivíduos possuem alguma desconfiança com relação à comunicação feita pelos meios de massa, principalmente os generalistas, a TV e o rádio. Supõe-se que o emissor seja movido pelas piores intenções e o receptor não tenha qualquer distância crítica ou, nas palavras de Wolton,

as tecnologias e as mídias de massa encontram-se reduzidas a um processo de transferência de influência e de manipulação (...) desconfiamos dela por ser justamente em grande escala. Descobre-se finalmente que ela nos influencia pessoalmente menos do que se diz, mas ainda se mantém a certeza de que ela influencia o vizinho (WOLTON, 2007, p. 38-41).

Segundo o autor, esta concepção um tanto pessimista da comunicação generalista ou de massa expressa a desconfiança ou mesmo o medo não só da manipulação, mas também da maioria (ibidem, p. 41). No entanto, Wolton considera que a comunicação generalista expressa uma visão da sociedade e não o estágio em que as técnicas se encontram. Para ele,

Quanto mais a sociedade é fragmentada, fragilizada pela exclusão ou por formas de hierarquia, mais o rádio e a televisão generalistas são uma solução, porque essas mídias estabelecem um laço entre os diferentes meios sociais (idem, 2004, p. 65).

Os meios de massa generalistas são, assim, um importante instrumento de coesão social e, por essa razão, podemos considerá-los fundamentais para expor e promover discussões sobre as demandas da cidadania. Por consequência, o sucesso das lutas em torno dos direitos da cidadania está diretamente relacionado à visibilidade mediática, ainda que não seja o único fator determinante nesse tipo de conquista social e política.

Apesar dessa importância das mídias generalistas para a cidadania e de tantos estudos relativizando seu poder de influência sobre o público, permanecem as desconfianças contra o rádio, a TV e seu grande público. Quando a discussão se volta para as mais novas tecnologias (computadores e aparelhos móveis em rede), porém, o mito da onipotência e da manipulação não as atinge, conforme ironiza Wolton. A problemática se inverte aqui e temos na performance técnica a solução dos problemas não só da comunicação (idem, 2007, p. 51), mas também da política, da economia, da cultura, da educação, das ciências...

1.2 Novas tecnologias e cidadania

Conforme já foi discutido anteriormente, a participação na vida democrática e a conquista dos direitos da cidadania estão intimamente ligadas à informação e à comunicação, aconteça ela nas ruas, nas associações ou nos parlamentos. No entanto, segundo Wilson Gomes (2005), após algumas frustrações com o jornalismo e os meios de comunicação de massa em geral, houve uma perda de esperança na comunicação, que agora ressurge, de certa forma, com a expansão da internet. Existe, de acordo com ele,

uma volumosa bibliografia interessada basicamente nas novas práticas e renovadas possibilidades, para a política democrática, que emergem da nova infra-estrutura tecnológica eletrônica proporcionada por computadores em rede e por um sem-número de dispositivos de comunicação e de organização, armazenamento e oferta de dados e informações on-line (GOMES, 2005, p. 215).

A “revolução” nas comunicações de que se fala hoje é um fenômeno considerado por Wolton (2007) como minoritário, ainda que crescente nas discussões acadêmicas e no discurso de outros atores sociais. De fato, se tomarmos como parâmetro o acesso à internet no

mundo, observa-se que a maioria está “desconectada”. Segundo dados de 2010 da União Internacional de Telecomunicações⁶, em todo o mundo existem em torno de 2 bilhões de usuários da internet, que representam somente 29,7% da população total. Obviamente esse número representa um grande avanço em relação ao pouco mais de 10% de penetração da tecnologia em 2000, mas não devemos criar expectativas de que o crescimento continue nesse ritmo, já que entre os mais de 70% restantes da população, a maioria está em países subdesenvolvidos. A penetração social da internet na África e em partes do centro e sudeste da Ásia é exígua e não há expectativas de que isso mude em curto prazo.

No Brasil, uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas⁷, baseada nos dados do Censo do IBGE de 2010, mostra que menos de um terço (31,14%) da população possui algum tipo de conexão com a internet em sua casa. Cabe ressaltar que essa pesquisa indica ainda um acesso muito desigual entre as unidades da federação, que possivelmente reflete as condições socioeconômicas de sua população. Em São Paulo, por exemplo, a taxa de acesso domiciliar chega a 56,9%, enquanto no Maranhão é de apenas 10,98%.

Além disso, entre as pessoas que já usaram a internet, Éric Maigret (2010) lembra que os “desistentes” são uma realidade estatisticamente comprovada. Somam-se a eles os “usuários fracos” que subutilizam a internet, por usarem pouquíssimos recursos entre os disponíveis pela rede. Para usar a internet, segundo este autor, é preciso ter traquejo tecnológico, familiaridade com os instrumentos, com as rotinas cognitivas e até mesmo certo conhecimento da língua inglesa, competências e habilidades que estão longe de serem universais.

Mas em que, então, consistiria essa revolução, se é que ela existe? Percorrendo o pensamento de Wolton (2007, 2011) para avaliar o avanço das NTIC, verificamos quatro dimensões relevantes para o estudo da comunicação: a tecnológica, a cultural, a de organização econômica e a de organização jurídica. Com relação às condições tecnológicas da comunicação, verificamos a existência de importantes serviços interconectados de informação, telecomunicações e audiovisual. Esta interconexão é possível graças às redes e à digitalização, que permite a compressão dos dados para uma troca rápida pela rede. A dimensão de organização jurídica é caracterizada por uma situação de desregulamentação e indefinições em geral, enquanto na organização econômica, o autor vê a oferta adiantada em relação à demanda. Para ele, a suposta urgência de satisfazer as necessidades de informação é

⁶ União Internacional de Telecomunicações é uma agência das Nações Unidas dedicada a temas relacionados às Tecnologias da Informação e Comunicação. Os dados estão em um relatório disponível em: <http://www.itu.int/ITU-D/ict/publications/idi/index.html>, acesso em jan. 2012.

⁷ Disponível em http://www.cps.fgv.br/cps/bd/mid2012/MID_texto_principal.pdf, acesso em jun. 2012.

válida somente para um segmento muito pequeno da população. Com relação ao aspecto cultural, que será mais bem discutido adiante, Wolton (2011) percebe que a superexposição não torna somente as semelhanças mais visíveis, mas principalmente as diferenças, que podem dificultar a comunicação e mesmo suscitar reações perigosas contra o outro. Por conta disso, o autor chega à conclusão de que as mudanças não são tão significativas na comunicação no seu sentido mais essencial, o alcance da convivência, e nas dimensões de organização econômica e jurídica que possamos chamar o avanço das NTIC de uma “revolução”.

As discussões que relacionam internet à cidadania e à democracia abrangem essas quatro dimensões, indo desde a extensão das oportunidades de participação democrática até as questões da regulamentação e da exclusão digital, passando pelas oportunidades e alternativas abertas à sociedade civil e aos partidos políticos para lutar por direitos.

A partir disso, Wilson Gomes (2005) faz uma sistematização das discussões que envolvem internet, democracia e participação popular, dividindo-as em dois grandes grupos: as perspectivas moderadas e as radicais. As perspectivas moderadas, que segundo o autor são a maioria, apontam para um “conceito tardio de esfera pública”, como um

debate público relevante, constante e influente, onde se forma a vontade e a opinião públicas, mas onde também seria constituídos os insumos fundamentais para a produção (pela esfera política) de uma decisão legítima sobre os negócios públicos (ibidem, p. 217).

A ideia é que, pela internet, podem se formar amplos e consistentes debates, em que se manifesta a vontade popular, além de propiciarem formas de organização para reivindicar, mobilizar, formar opinião e pressão sobre os governos.

Já as perspectivas mais radicais apontam para uma intervenção efetiva dos indivíduos conectados em rede nas decisões políticas constituindo, portanto, um incremento significativo dos níveis de participação democrática. Neste cenário de discussões, a chamada “democracia digital”, entre outras expressões utilizadas para tratar deste tema, ganha diferentes significados, dependendo do nível de participação que implica. Gomes (2005) divide estes níveis em cinco principais: o primeiro deles refere-se ao acesso a serviços públicos pela rede, além de prestação de informações pelo Estado, partidos e representantes políticos; no segundo nível estão as consultas do Estado aos cidadãos conectados para averiguar a opinião pública a respeito de temas da agenda pública. Nestes dois primeiros níveis o fluxo da comunicação parte do Estado para o cidadão, enquanto nos superiores, mencionados a seguir, o vetor parte

da esfera civil. Assim, o terceiro nível ocorre quando, devido a determinadas demandas da sociedade, o Estado presta contas, serviços e informações aos cidadãos pela rede, com alto nível de transparência. No quarto nível, o autor coloca determinados modelos de democracia deliberativa, em que o público não só se informa como também discute e intervém na produção da decisão política, utilizando os meios eletrônicos de interação. Por fim, o quinto nível remete a um modelo de democracia direta, em que o cidadão é produtor de decisões políticas, por meio de plebiscitos online, por exemplo, e à esfera política caberia somente a administração pública.

Esta sistematização foi construída a partir de modelos teóricos, já que os exemplos empíricos ainda não são substanciais e os estudos sobre eles estão apenas começando a nos dizer como fica a participação democrática em cada caso. Sobre os modelos teóricos mencionados, Wilson Gomes conclui, ainda que reticente

Dá mesmo a impressão que alguns trabalham com o modelo de uma espécie de sociedade civil organizada e hiperengajada em deliberações, quando talvez esta democracia confortável da internet seja mais apropriada para uma esfera civil desengajada e desorganizada (ibidem, p. 220).

Dentro destes modelos teóricos, quem possui capital cultural e tem acesso à internet, pode exercer sua cidadania política e lutar por outros direitos. Mas o que dizer da exclusão digital, da falta de cultura democrática e mesmo do desengajamento político dos cidadãos? Assim como a democracia de massas, a “democracia digital” apresenta sérios problemas derivados dessas situações.

Para começar, seguindo as indicações de Gomes (2005), a existência online de informações oficiais e de fontes alternativas não significa que serão acessadas pelos cidadãos, que possuem limitações de tempo, habilidade e disposição para encontrar e processar informação que subsidie sua participação política e luta por seus direitos. Além disso, no caso de debates não-deliberativos, sabemos que existem blindagens do sistema político ao público, que diminuem a dimensão e o impacto da opinião pública (seja ela expressa pela internet ou não) sobre as decisões políticas. Ou seja, o cidadão pode opinar, mas não há garantia de que isso influenciará decisivamente, um problema que remete à diferenciação proposta por Wolton (2011) entre informação e comunicação, expressão e compartilhamento. Já nos debates deliberativos pela rede, como aqueles realizados amplamente no Reino Unido, ainda que sejam abertos à participação de todos, existe a possibilidade de serem dominados por poucos atores sociais (ROTHBERG; KERBAUY, 2010), principalmente se levarmos em

conta, no Brasil, o desengajamento político e a exclusão digital de importantes setores da população. Cebrián alerta para o perigo de levar a participação democrática para a internet e aumentar ainda mais as desigualdades entre os conectados e os não-conectados.

Mesmo assumindo possíveis vantagens na prática democrática pela internet, teremos de reconhecer que se corre o risco de estabelecer uma nova exclusão entre os cidadãos, de signo parecido ao ateniense: aqueles que não estiverem conectados à rede e os que têm menos habilidades para exercitar-se ver-se-ão discriminados em sua participação e expulsos do conclave dos iniciados (CEBRIÁN, 1999, p. 78).

É importante mencionar, ainda, a fragmentação e a inconclusão que caracterizam os debates online, tornando seu processamento muito mais complexo, e as expressões discriminatórias e antidemocráticas que o suposto anonimato e liberdade na internet permitem nos debates, fatores que relativizam o sucesso das NTIC nas discussões sobre comunicação e cidadania.

1.2.1 Ideologia tecnicista

Dominique Wolton (2004, 2007, 2011) discute a noção de ideologia técnica ou tecnicista para expressar o conjunto de ideias e crenças que depositam nas novas tecnologias da informação e comunicação o poder de transformar radicalmente a sociedade, sejam estas ideias provenientes de acadêmicos ou não.

A versão otimista da ideologia tecnicista “encarrega a tecnologia de resolver as contradições anteriores e facilitar o surgimento de uma sociedade livre, aberta e comunicacional”, enquanto a versão pessimista “prevê a instalação de um controle social, político ou policial totalitário” (WOLTON, 2004, p. 62). Wolton se posiciona de forma crítica em relação a ambas as perspectivas, atacando qualquer tentativa de criar um modelo de sociedade a partir da técnica dominante ou subordinar o sucesso da comunicação à performance das técnicas. Ele ironiza o fato de que “Em vez de integrar as técnicas de comunicação em visões da sociedade mais vastas, pressupomos que são as técnicas que modificam as visões da sociedade” (ibidem, p. 78).

É inegável que as novas tecnologias afetam o funcionamento da economia e da política, por exemplo, mas não podemos dizer que, por essa razão, mudam a sociedade, mesmo porque as inovações técnicas são mais rápidas que as mudanças culturais e sociais. A

uma inovação tecnológica não corresponde necessariamente uma mudança na civilização, opinião compartilhada por Cebrián (1999, p. 31). Estabelecer continuidades e correspondências entre fenômenos de diferentes naturezas constitui, aliás, um mecanismo característico da ideologia (WOLTON, 2004, p. 325). No caso da comunicação, a situação fica ainda mais problemática porque ela parece reduzida às técnicas, afinal a tal “sociedade da informação” ou “sociedade da comunicação” remetem a mudanças tecnológicas e não à comunicação em si, que nunca foi tão complexa e mesmo difícil quanto atualmente. Segundo o autor, a ausência de uma cultura teórica da Comunicação explica, em parte, a ideia de que estamos passando por uma mudança radical da sociedade no ritmo das inovações tecnológicas. Por isso ele formula a hipótese de que

toda mudança técnica, ou estruturação de um novo mercado, não é uma ruptura na economia geral da comunicação, pois uma economia da comunicação em escala individual ou social é algo bem distinto de uma tecnologia. Se uma tecnologia de comunicação desempenha um papel essencial, é porque simboliza, ou catalisa uma ruptura radical de ordem cultural ocorrendo simultaneamente na sociedade (WOLTON, 2007, p. 35).

Conforme já dissemos, é preciso que às mudanças técnicas correspondam mudanças nas dimensões econômicas, jurídicas e principalmente culturais da comunicação. Entretanto, a ideologia tecnicista não é algo fácil ou simples de rejeitar, porque apesar de combinar, em torno das tecnologias, um projeto político e cultural, o da sociedade da informação, e interesses econômicos, trata-se de uma ideologia “mais modesta que anteriores” (WOLTON, 2004, p. 323). E isso acontece por duas razões principais: primeiro, ela incide sobre as técnicas (e não sobre saberes) que estão ligadas ao indivíduo e à coletividade e que, além disso, não transformam a natureza, a matéria; segundo, essas ideias surgem após o fim das grandes ideologias políticas que pretendiam transformar o mundo de formas radicais. Trata-se, assim, de uma ideologia de transformação modesta e instrumental, que baseia as mudanças em realidades mais compreensíveis por todos. Dessa forma, conclui Wolton que

qualquer crítica, qualquer ceticismo exprime e manifesta uma recusa ao progresso e ao futuro, uma vez que atualmente a ideia de progresso está estritamente identificada com as novas tecnologias de comunicação. Isto explica a defasagem considerável que se estabeleceu há meio século entre a extraordinária rapidez das mudanças relativas à comunicação e o inexpressivo número de reflexões e análises, outras que não apologias (WOLTON, 2007, p. 33).

Diante disso, ao propor uma análise da comunicação estabelecida por meio das novas tecnologias, é necessário levar em conta que toda forma de comunicação constitui uma relação de forças e que, portanto, há ganhos e perdas, estas últimas nunca admitidas no interior da ideologia tecnicista. Se as novas tecnologias claramente poupam esforços, mudando a relação dos seres humanos com o tempo e o espaço, também implicam um custo, que, de acordo com Wolton (2004, p. 329), pode ser financeiro ou antropológico, uma vez que a substituição de uma atividade humana por uma máquina suprime esta experiência. Estudar a comunicação significa, antes de compreender performances técnicas das ferramentas, admitir que se trata de uma questão cultural e não de racionalidade, e que, portanto, é uma experiência humana essencialmente complexa e até mesmo contraditória. Sobre um projeto de sociedade construído tendo a comunicação como valor central, Wolton questiona:

O liberalismo, o socialismo, o comunismo e, antes deles, o catolicismo triunfante não eram simultaneamente valores de emancipação e terríveis lógicas econômicas e políticas sem muita relação com seus ideais? Por que negar à comunicação essa ambigüidade que já foi reconhecida em todas as outras grandes filosofias e visões do mundo (ibidem, p. 345)?

Antes, porém, de discutir as contradições da comunicação que colocam em xeque essa ideologia tecnicista, é importante tratar das razões pelas quais essas ideias alcançaram tanta ressonância tanto entre os utilizadores das novas tecnologias quanto entre estudiosos da comunicação.

A primeira razão apontada por Wolton (2004) é a ruptura das novas tecnologias com as mídias de massa, uma vez que o usuário tem a impressão de ficar ativo e a interatividade preenche a necessidade de comunicação imediata. Ao mesmo tempo em que a interatividade é fator de hipervalorização das NTIC, existe uma banalização delas por conta de sua onipresença no cotidiano de quem está ali “interagindo” com outras pessoas. Essa combinação de hipervalorização e banalização tem como resultado uma utopia baseada na técnica, que não passa de ilusão tecnicista. É importante reforçar aqui que tanto as mídias de massa generalistas quanto as NTIC são importantes para a comunicação e que a escolha por uma ou outra depende da natureza do tipo de comunicação que se quer estabelecer e da preferência dos indivíduos (WOLTON, 2007). Não se trata de uma questão de melhor ou pior, portanto.

Em segundo lugar, o uso das novas tecnologias constitui a “aventura cultural de uma geração” (WOLTON, 2004, p. 336), ou seja, os jovens, que são os que mais utilizam essas tecnologias, têm a impressão de estarem criando seu próprio espaço de domínio e seus

códigos, distinguindo-se por isso das gerações passadas. Ao encantamento pelo caráter sofisticado das tecnologias, pela cultura da velocidade e pelo encurtamento das distâncias físicas, soma-se a sensação de ser “ator de um novo mundo” (ibidem, p. 337), por estar criando outras solidariedades dentro de um espaço com aparente mais liberdade, o que não implica o surgimento de fato de uma nova sociedade e de uma nova cultura na comunicação.

O que uma geração não procura mais em uma ideologia política, como foi o caso para a geração da década de 1960, ela encontra hoje na cibercultura, no ciberespaço. Ela tem a sensação de um progresso, pois trata-se de algo tangível, que toca imediatamente ao indivíduo e a sua liberdade, isto é, ao que está no cerne do modelo da sociedade individualista de massa (ibidem, p. 338).

O terceiro fator que explica o sucesso da ideologia tecnicista é que as NTIC aparecem como símbolo da modernidade. Aparentemente os usuários de tais tecnologias podem agir sem intermediários, sem filtros e hierarquias, proporcionando a sensação de igualdade e liberdade, valores que sustentam a modernidade. É baseado nesses valores que se constrói hoje uma utopia da conquista espaço-temporal, em que o indivíduo pode tomar todo tipo de iniciativas, ao menos dentro da rede. Nas palavras de Wolton, ser símbolo da modernidade significa ser “imaterial, convidativo, direto, suave, instantâneo, criando uma realidade virtual que não precisa justificar-se em relação a uma tradição” (ibidem, p. 340). À autonomia e a velocidade proporcionadas, soma-se o caráter pacífico e de não-intervenção na natureza, para tornar a imagem dessas tecnologias ainda mais ligada ao “moderno”. Nesse sentido, diz Wolton (2004), a web tornou-se uma figura de utopia, de uma sociedade em que o indivíduo é livre e capaz de emancipar-se, desde que inserido nessa rede que é vista como uma “escola sem mestre” (ibidem, p. 87). A atração por essas tecnologias é explicada ainda pelo momento em que vivemos, de radicalização da individualização nas sociedades.

Ligada a essa, outra razão para o sucesso dessa ideologia está em oferecer uma resposta às angústias culturais da modernidade. Segundo Wolton, existe uma adesão por reação ou mesmo contrafóbica às técnicas, isto é, uma aproximação como forma de se proteger delas. Além disso, o uso das tecnologias facilita uma forma de interação que não contém as complicações impostas pela presença do outro e não impõe sanções reais: “de fato, esses serviços interativos resolvem simultaneamente dois problemas existenciais da modernidade: a solidão e a necessidade de solidariedade” (2004, p. 343). O termo “solidões interativas” é usado por Wolton (2007, p. 104) para caracterizar o fenômeno em que os

indivíduos tomam consciência do quão difícil é entrar em contato direto em uma sociedade democrática, sem hierarquias, e passam a preencher suas necessidades de interação pela internet, ou seja, à distância e anônimas. Ainda que conectados, os indivíduos não estabelecem laços, nem convivem com o outro e isso caracterizaria a solidão interativa. Por fim, para responder a outra angústia, trata-se de uma forma de substituir as ideologias que decepcionaram a humanidade no século passado, sem se iludir com promessas de revoluções, mas buscando uma nova solidariedade, ainda que à distância, um meio termo entre o saber demais e não conseguir fazer muita coisa

Para não ficar esquartejado entre o fato de saber tudo e o de não poder fazer nada, o cidadão prefere instalar-se em uma espécie de postura de meio termo, à qual se adaptaram as técnicas de comunicação interativa (WOLTON, 2004, p. 344).

A quinta e última razão do sucesso das tecnologias relacionada por Wolton está na crença ou sonho de que elas possam dar um “curto-circuito de desenvolvimento” nos países subdesenvolvidos. Como isso aconteceria ninguém diz, mas existe a sensação de que, com armas iguais, as NTIC, é possível diminuir os efeitos negativos do capitalismo e pular etapas na direção do desenvolvimento.

Neste contexto e por conta dessas promessas, é que a ideologia tecnicista conquistou tantos adeptos e defensores. Apesar disso, existem críticas sobre diversos pontos de sustentação de tais ideias, entre as quais utilizaremos aquelas realizadas pelo próprio Dominique Wolton, feitas a partir do que ele chama de contradições culturais da comunicação.

1.2.2 Contradições culturais da comunicação no estudo das NTIC

Antes mesmo de chegarmos aos aspectos econômicos, jurídicos ou políticos da comunicação, Wolton (2004) diz que as contradições estão presentes em seu aspecto mais fundamental, que é o cultural. Isso porque, primeiro, a comunicação está ligada a representações e significados e, segundo, existe uma ligação forte entre a cultura ocidental e a comunicação. É por isso que ele analisa as defasagens entre a performance técnica das ferramentas e a autêntica comunicação a partir de três grandes grupos de contradições culturais.

O primeiro grupo de contradições está nas diferenças entre as ideias que veem a comunicação “triunfante” nos dias atuais e a realidade mais complexa e difícil da comunicação efetiva.

Neste grupo, existe o limite estrutural que existe para o tão proclamado desaparecimento do tempo e do espaço. Para ele, as distâncias em si continuam intransponíveis, porque a experiência humana possui um caráter espacial insuperável. Quando passamos para a questão do tempo, este entendimento fica mais claro: o tempo pode ser abolido sim por meio das redes e dos dispositivos móveis, caracterizando a instantaneidade, mas a alteridade, condição da comunicação, exige não só distância do outro, mas também tempo para abordá-lo. Enquanto o tempo das técnicas é linear e racional, o do homem é descontínuo, diferenciado. A aproximação brutal e direta faz o outro parecer “ameaçador” (ibidem, p. 76), já que se perde território e isso acontece tanto a nível individual quanto coletivo, dificultando uma efetiva comunicação. Sobre a experiência do tempo, Cebrián (1999, p. 69) também discorre afirmando que o valor do esforço e o acúmulo de experiências não cabem na rede de computadores.

Também neste grupo de contradições, está a diferença entre visibilidade e ação. Apesar da transparência política possibilitada pelos meios de massa e pelas novas tecnologias da comunicação, informação por si não cria conhecimento, não motiva ações e muito menos evita os conflitos. Atualmente, a guerra e a negligência política acontecem diante dos olhares do mundo e não é a abundância de informação que vai mudar algo.

O terceiro elemento deste grupo está na identificação equivocada de expressão com comunicação ou na equivalência de informação com comunicação (WOLTON, 2011). A garantia da liberdade de expressão pelas democracias e a possibilidade de exercê-la amplamente por meio de diversos dispositivos tecnológicos não significa que haverá comunicação. Nas palavras de Wolton (2004, p. 80) “duas expressões nunca criaram um diálogo. Diálogo pressupõe vontade, tempo para escutar o outro, sem a certeza garantida de que haverá compreensão”. Tomando isso como referência, podemos dizer, por exemplo, que as redes sociais conectadas pela internet não estabelecem comunicação melhor ou pior que a televisão. Enquanto nas redes pode haver muita expressão e pouca comunicação, o público telespectador, ao se identificar com os conteúdos televisivos, pode responder a ele não necessariamente naquele momento, mas mais tarde, em outra situação e de variadas maneiras, como nas conversas com outros membros de sua comunidade. Esse processo é justamente o

que constitui a comunicação e não o simples fato de se expressar instantaneamente para o potencial “mundo inteiro”.

Ao relativizar a comunicação por meio das novas tecnologias, Wolton busca também valorizar a comunicação generalista, ou seja, aquela realizada pela TV e pelo rádio para o grande público. De acordo com ele, não é porque o ouvinte/telespectador não “responde” imediatamente, como acontece pela internet, que ele deixa de ser um sujeito comunicativo com autonomia. A própria decepção quanto aos conteúdos televisivos demonstra a liberdade crítica de seu público e, assim, seu potencial comunicativo.

A força da televisão está no seu sucesso popular e seu ponto fraco na legitimidade junto às elites culturais. Ela permite ao público ter acesso à informação, cultura, entretenimento (se divertir e compreender o mundo). Sua banalização, no entanto, não deixa seu público passivo. O sinal disso é que todos assistem, mas ninguém está 100% contente (WOLTON, 2007, p. 63).

No caso da comunicação estabelecida pela internet, diriam os defensores incontestes, se o usuário não está satisfeito com determinado conteúdo, ele pode buscar o que quer entre uma variedade muito maior ou então reclamar de forma instantânea para seus produtores, graças à interatividade. Apesar de todas essas vantagens óbvias, Wolton considera que não há uma ligação inevitável entre volume de mensagens e diversidade de discursos em que o usuário insatisfeito possa navegar. Da mesma forma, afirma que muitas vezes a interatividade é somente a capacidade de se expressar, ou seja, não há resposta e, se houver, sua instantaneidade não colabora para uma comunicação efetiva. Segundo o autor, a comunicação precisa de tempo para que, depois da emoção, os indivíduos possam mobilizar a inteligência e seu sistema de valores a fim de filtrar e relativizar mensagens, razão pela qual ele difere interatividade imediata de interatividade diferida ou adiada. Para ele, “o tempo demonstra ser uma condição estrutural da comunicação normativa” (WOLTON, 2004, p. 81).

O segundo grupo de contradições entre performance técnica e processo comunicativo está inserido nos próprios limites da comunicação. O primeiro elemento deste grupo é a comunicação direta, que parece mais difícil à medida que se aperfeiçoa a comunicação mediada. Isso porque a transparência e a superexposição de tudo e de todos pode não significar aproximação e, por vezes, suscitar até mesmo a rejeição. E mesmo na comunicação

mediatizada, Wolton (2004, p. 84) utiliza o “zapping”⁸ como exemplo de estratégia do telespectador para não entrar em contato com o que o incomoda, uma prática, aliás, semelhante ao que ocorre na web, graças à hipertextualidade.

No caso da web, a navegação extremamente ativa, que pula rapidamente de páginas, é uma prática já considerada inerente ao uso do ciberespaço e é levada em conta, inclusive, na produção de conteúdos. Este tipo de navegação pode significar talvez a dificuldade de se aprofundar nas informações e também nas relações estabelecidas com o outro por meio dela. Também podemos nos questionar se não seria uma busca por algo que dê sentido ao presente, caracterizado atualmente pela sensação de indefinição. A dificuldade de encontrar referenciais hoje move os indivíduos a buscar por notícias “de última hora”, que não conseguem ler até o fim e, ao mesmo tempo, por elementos que as lembrem de um passado próximo. O “incontrolável desejo de passado” foi observado por Martín-Barbero (2006, p. 71) como um sintoma de um mal-estar cultural gerado pela obsolescência acelerada e pelo enfraquecimento de nossos pretextos identitários. Para ele, esse mal-estar expressa a “necessidade de ancoragem temporária de algumas sociedades cuja temporalidade é sacudida brutalmente pela revolução informacional que dissolve as coordenadas espaço-territoriais de nossas vidas” (ibidem, p. 72).

Esta questão nos leva ao segundo elemento elencado por Wolton (2004, p. 84) como limite da comunicação, resumida na afirmação de que “não há comunicação sem incomunicação”, ou seja, sem ambiguidades, traduções, interpretações, adaptações, perda de sentidos e surgimento de novos significados. A ideia é que a eficácia da comunicação depende da expressão da identidade, do reconhecimento da alteridade e de uma cultura e valores comuns. Diante disso, é um mito imaginar que a comunicação entre indivíduos ou sociedades diferentes possa acontecer sem intermediários e sem tempo de abordagem, de forma instantânea, como parece permitir a internet. Se a rede mundial de computadores efetivamente permite a comunicação numa escala muito maior que os meios precedentes, o preço a se pagar é a redução da complexidade desta comunicação.

A Internet é o contrário de um modelo de comunicação universal, é o ideal da modernidade, que aliena aqueles que estão incluídos. Melhor dizendo, trata-se de um modelo de comunicação funcional que se apresenta como o ideal da comunicação normativa. Como se houvesse um elo entre a qualidade de uma comunicação e o número de usuários (ibidem, p. 86).

⁸ Prática do telespectador que consiste em mudar de canal televisivo sem se prender a nenhum ou até encontrar algo de seu interesse.

O terceiro limite da comunicação está relacionado aos seus três tempos. Em curto prazo as mídias possuem forte impacto sobre os indivíduos, principalmente quando as informações que estabelecem a comunicação perturbam as emoções. Em médio prazo, os receptores conseguem situar as informações em seu contexto, selecionando e filtrando elementos contraditórios e, assim, diminuindo o impacto. Já em longo prazo, pouco sabemos o que acontece, pois é aí que os valores dos diversos universos simbólicos interagem com os valores da modernidade, ditos universais, e a coabitação é negociada. É neste ponto que Wolton (2004, p. 88) vê uma contradição problemática, pois a diferença e a singularidade seriam tampouco aceitas hoje quanto ontem.

Por fim, chegamos ao terceiro grupo de contradições da comunicação e seus instrumentos, que está basicamente relacionado à resistência ao conhecimento sobre as novas tecnologias. Apesar de autodenominarmos nossas sociedades como “da informação” ou “do conhecimento”, as abordagens dos fenômenos da comunicação são dominadas por quatro grupos: pelos jornalistas, que confundem conhecimento com acompanhamento da atualidade; pelos políticos, que procuram um referencial ideológico somente para discutir vagamente a regulamentação; pelos técnicos, que prometem revoluções; e pelos agentes econômicos, que utilizam essas promessas para alavancar o mercado. O resultado é a saturação de discursos em torno de tecnologias cujos estudos sobre seu uso ainda são muito incipientes e pouco conclusivos.

Tais discursos se baseiam na ideia de que quanto mais há informações circulando, mais a sociedade consegue se integrar em torno delas. Entretanto, conforme diz Wolton, nem indivíduos, nem sociedades se comunicam com tamanha racionalidade, porque entre intenção do emissor e recepção há inevitavelmente perdas e deformações. Contextos, valores e sentidos não podem ser comprimidos digitalmente, tornando as interpretações sempre diferentes.

Diante do que foi discutido até aqui, pode-se dizer que a comunicação possível de se estabelecer por meio da internet não é mais fácil ou melhor que as outras. Não é porque podemos interagir potencialmente com qualquer pessoa no planeta ou porque encontramos mais informações na rede, que ela permite uma comunicação autêntica e, mais ainda, eficiente para resolver problemas sociais ou de outra natureza.

Dênis de Moraes (2006) diz que, apesar das tecnologias permitirem novas modalidades de expressão, interação, memória, sociabilidade e até intervenção política, as ambivalências continuam existindo e, ao invés de esclarecer, podem confundir ainda mais. Claro que as NTIC possuem grande potencial de permitir formas de comunicação efetivas e

autênticas, mas as contradições discutidas exigem que se tome uma perspectiva crítica para analisar o fenômeno.

1.3 Informação e comunicação: a importância do jornalismo

Conforme já foi discutido brevemente, informação e comunicação constituem elementos essenciais para a cidadania nas sociedades democráticas, pois possibilitam ao cidadão ter acesso ao poder público, vigiá-lo e pressioná-lo, assim como compartilhar lutas com outros cidadãos, sendo assim uma das condições para o exercício e ampliação dos direitos.

Para Victor Gentili (2005, p. 130), a informação é um “direito-meio” para que outros direitos se realizem em melhores condições, posto que é por meio da informação que os cidadãos podem fazer, de maneira autônoma, escolhas relativas ao exercício da cidadania. Mais que isso, a circulação de informações sobre as lutas e conquistas de direitos em uma democracia pode inspirar e promover ações pela ampliação da cidadania.

Para Wolton, o direito à informação está ligado aos dois principais valores da sociedade individualista de massa: “É em nome da liberdade e da igualdade dos indivíduos que a informação, e qualquer informação, deve ser acessível a cada cidadão, como meio de conhecer a realidade e de agir” (WOLTON, 2007, p. 96).

Da necessidade social da informação e da sua condição de direito na democracia de massas, decorre a importância do jornalismo, que tem um papel de mediação. Percorrendo o pensamento de Dominique Wolton encontramos, na valorização da função do mediador das informações, um caminho apontado por ele para lidar com o enorme fluxo de informações que existe na internet, de forma a valorizar a comunicação e, neste caso, a comunicação voltada para o exercício e ampliação da cidadania.

A internet representa uma forma de se obter informação de forma rápida e ampla. Pierre Lévy (1996) chega a chamar a internet de metamídia, porque ela agregaria várias mídias. Já Dominique Wolton considera a internet um sistema de informação e não uma mídia, pois a noção de mídia remete à comunicação realizada por um meio técnico. Porém, diz ele, o essencial da internet está mais ligado ao sistema de informação que constitui, sem produtores de conteúdo e público pré-definidos, que caracterizariam uma mídia.

A existência de uma mídia remete sempre à existência de uma comunidade, a uma visão das relações entre escala individual e escala coletiva e a uma determinada representação dos públicos. Estas condições suficientemente estritas explicam a existência de inúmeros sistemas de informação que não são mídias, mesmo que sejam às vezes mais performáticos do que as mídias em termos de produção e distribuição de informação (WOLTON, 2007, p. 101-102).

Apesar de a internet funcionar como um sistema de informação potente, portanto, acessar qualquer informação não substitui a competência prévia ou específica para buscar, interpretar e usar as informações. Para Wolton (2007, p. 88), o “acesso direto não suprime a hierarquia do saber e do conhecimento”, ou seja, não substitui os meios cognitivos que o indivíduo deve possuir para contextualizar a informação e dela usar. O mediador que teoricamente lida com as informações úteis à cidadania é o jornalista, o que não significa que tenha toda competência para interpretar as informações para o cidadão, mas supõe-se que selecione fatos, explicações e opiniões para produzir um tipo de informação diferenciada.

Para Wolton, o jornalismo não deve fazer concorrência com todo tipo de informação que existe na internet, já que seu papel é tornar os fatos, contextos e problemas mais compreensíveis para o maior número de pessoas. Existem informações de todo tipo na rede com seus diferentes sistemas de referências, estatutos e legitimidades, não constituindo, portanto, uma unidade teórica pelo simples fato de serem acessadas por meio da internet (ibidem, p. 95). De acordo com Wolton (2004, p. 311), “quanto mais há níveis de discursos, de conhecimentos, de saberes hierarquizados e perícia, de interesses, de mentiras e meias verdades, mais a função do jornalista generalista é essencial”.

Aqui se torna necessária a distinção entre mediação e midiatização, sendo a primeira a introdução de contratos e filtros cognitivos, e a segunda a introdução de ferramentas tecnológicas para a comunicação. Segundo Wolton (2004, p. 233), precisamos muito mais de mediação do que de midiatização em nossas sociedades, porque, diante de tantas ferramentas e da liberdade para se comunicar, o indivíduo não se sente só livre, mas também solitário e, por isso, está muito mais vulnerável. De acordo com Cebrián (1999, p. 57), o excesso de dados e informações que chegam ao indivíduo de forma desordenada nas buscas pela internet pode conduzir a “uma situação mais confusa do que a atual” e “criar uma poderosa sensação de incerteza”. É importante mencionar ainda o contexto de cobranças e exigências excessivas aos indivíduos, como profissionais, consumidores, etc. que acaba levando-os a delegar escolhas e buscar intermediários em diversas ocasiões.

No que diz respeito ao jornalismo, Wolton alerta que uma sociedade transparente, ao vivo e sem intermediários, apresenta o risco de organizar as informações a partir de valores por demais hierárquicos, aqueles ligados ao saber (peritos) e às instituições (fontes oficiais), já que supostamente seriam os mais críveis.

Pensando do ponto de vista das lutas pela cidadania, o saber e as instituições, como valores para organizar informações apresentam problemas para a inserção das demandas por direitos na esfera pública. O pluralismo contribui para uma espécie de conscientização da sociedade e dos representantes políticos sobre os problemas e as demandas de certos grupos, podendo resultar em modificações da realidade, a partir, por exemplo, da pressão da opinião pública sobre os poderes institucionais. Quando se reduz as informações que subsidiam os debates às fontes oficiais, o risco é da reprodução de interpretações hegemônicas da realidade, com maior prejuízo para as lutas dos grupos marginalizados. Já as informações baseadas somente em “especialistas”, pode provocar o adensamento das discussões, mas pode também deixar de lado algumas questões práticas e/ou reduzir a relevância e urgência das demandas sociais.

Ao passar a discussão da informação para a comunicação, tomamos como referência a classificação proposta por Wolton (2011, p. 17) dos tipos de informação. Para ele, existe a informação-notícia, ligada à atualidade, produto do jornalismo; a informação-serviço, em expansão graças à internet e que pode ser desde as informações dos serviços públicos até as privadas relativas a atividades econômicas ou entretenimento; a informação-conhecimento, presente nos bancos de dados especializados; e a informação-militância (idem, 2006, p. 36), composta por aquelas produzidas/distribuídas por ONGs, militantes de ditaduras ou mesmo de democracias. Para que essas informações remetam à comunicação, é preciso que elas estejam permeadas pelo que ele chama de “informação relacional” (idem, 2011, p. 49), que traz implícito o objetivo de compreensão do outro e da busca da convivência.

Nesse sentido, portanto, o jornalismo representa, em primeiro lugar, uma forma de efetivar o direito à informação, de que trata Gentili, porque dá visibilidade ao poder, às possibilidades de escolha política e aos direitos, sejam os que são objeto de luta, os que já foram conquistados ou aqueles que, apesar de assegurados legalmente, não são garantidos na prática. Gentili considera o jornalismo, pensando em um modelo típico-ideal,

uma atividade indispensável no mundo contemporâneo, como o instrumento que viabiliza o direito à informação, onde os jornais desempenham a função de mediadores e os jornalistas, individualmente, de representantes do leitor, telespectador e ouvinte, como indivíduos, consumidores e cidadãos (GENTILLI, 2005, p. 142)

Em uma abordagem normativa, Schudson (2003) propõe uma relação do jornalismo de compromisso com a cidadania, no sentido de prover os cidadãos de informação justa e completa, representando-o na pressão aos poderes institucionalizados, permitindo que participem do processo político como um todo.

Em segundo lugar, a importância do jornalismo está no seu papel de mediador para a comunicação, como uma forma de reintroduzir o tempo de compreensão do outro e o conhecimento para processar as informações (WOLTON, 2011, p. 55), essencial em um contexto em que informações trocadas envolvem públicos cada vez mais heterogêneos. Soma-se a isso, o paradoxo que se constrói com o excesso de informações, que tornam mais visíveis não só o que há de comum, mas, principalmente, as diferenças, o que pode resultar em reações negativas ao outro. Se os indivíduos têm dificuldade em se comunicar com os outros e resistem às informações que os incomoda (ibidem, p. 15), quando o assunto é cidadania, as mediações são ainda mais essenciais para haver negociação entre as diferentes demandas e, assim, alcançarmos a convivência. Como mediador, o jornalista oferece visibilidade às questões referentes à cidadania, selecionando e organizando não só informações, mas também opiniões e outros elementos interpretativos que julga necessário para o cidadão e para a cidadania. É na construção das representações da realidade e do outro pelo jornalista, portanto, que reside a importância do jornalismo para essa comunicação que a cidadania demanda.

Segundo autores estudiosos de Habermas (MAIA, 2002, 2003, 2006; GOMES, 1998a, 1998b, 2004), mais do que mediadores, os meios de comunicação e, particularmente o jornalismo, constituem uma nova arena dentro da sociedade, em que se processam os fluxos comunicativos que contribuem para a formação da opinião pública. Tendo em vista que, além do voto, a opinião pública está diretamente ligada à soberania popular, é necessário que os meios noticiosos sejam vistos como instituições de importância fundamental para o esclarecimento de questões públicas. Com tamanha diversidade de problemas e impasses nas sociedades contemporâneas, cabe ao jornalismo fornecer aos cidadãos o conteúdo necessário para pensarem, discutirem e agirem politicamente dentro da democracia.

Talvez uma noção demasiadamente iluminista, de que o jornalismo deva contribuir para o “esclarecimento” dos indivíduos, possa direcionar as práticas nesse campo social e o próprio estudo dele. Para não ser ingênuo, no entanto, consideramos neste trabalho que o jornalismo seja um campo das atividades humanas dotado de características próprias, autônomo e, ao mesmo tempo, um campo de mediação dos campos social, político e econômico, em que convergem interesses distintos e por vezes conflituosos de vários atores sociais.

O que foi dito até agora, obviamente, faz parte de uma visão normativa do jornalismo e não de uma constatação sobre a realidade, mas que nos ajuda a analisar a produção jornalística. Temos em vista, portanto, que se não podemos negar os interesses econômicos e de poder, também não podemos negar o compromisso do jornalismo com a sociedade, que seria deslegitimá-lo. Segundo Castells (2006), os próprios meios de comunicação possuem, internamente, sistemas de controle contra tentativas de distorção e de manipulação do público, já que sua credibilidade seja talvez seu maior trunfo na competição por anunciantes, audiência/leitores/usuários.

Segundo, portanto, essa abordagem normativa, Gentili (2005) afirma que a qualidade que os cidadãos devem exigir das informações jornalísticas passa fundamentalmente por dois parâmetros: a pluralidade e a profundidade. Pensando no objetivo mais geral desta pesquisa, que é discutir as relações entre webjornalismo e cidadania, tanto um quanto outro parâmetro pode ser usado para refletir sobre as características distintivas do webjornalismo. A interatividade, por exemplo, pode melhorar a pluralidade nos webjornais? E a hipertextualidade oferece alternativas para a profundidade jornalística? Em que pode contribuir o uso de conteúdos diversificados como vídeos, fotos, animações e infográficos? Essas características e suas relações com a qualidade do webjornalismo são discutidas mais detalhadamente no próximo capítulo, que nos servirá de base para realizar a análise proposta por esta pesquisa.

2 REPRESENTAÇÕES NO WEBJORNALISMO

Para estabelecer relações com o tempo, o espaço e os outros, o ser humano criou formas de conhecê-los, através de sistemas de representações. Uma representação, na perspectiva sociológica de Erving Goffman (1975, p. 40), indica uma “concepção idealizada da situação”. Inerentes a qualquer processo comunicativo, as representações sociais constituem uma forma de conhecimento do mundo, que estabelece uma relação entre o pensamento humano individual e coletivo com o contexto social dentro do qual surge (BERGER & LUCKMANN, 1985, p. 15).

Em outras palavras, representações são percepções e explicações mentais e sociais das coisas, ideias, pessoas, grupos, situações e processos. Tais percepções se constroem a partir da interação entre elementos como a memória, a experiência, o raciocínio, as relações sociais e as mensagens dos meios de comunicação, por exemplo.

O jornalismo constitui uma prática social que produz representações e possui valor legitimado pela sociedade. Analisar as representações por ele movimentadas significa entender não somente os mecanismos internos do processo comunicativo, mas também os fatores contextuais de produção de sentido. De modo geral, as teorias do jornalismo apontam diversos aspectos objetivos e subjetivos que influenciam a construção das notícias, desde, por exemplo, as escolhas subjetivas e mesmo arbitrárias dos jornalistas até os constrangimentos organizacionais, financeiros e de tempo.

Na perspectiva de Alves (2007), as práticas jornalísticas são tanto de ordem autoral, relacionadas aos modos de compor os textos, quanto editorial. O jornalismo se caracteriza por seu caráter seletivo (dos fatos cobertos, das informações privilegiadas, das fontes utilizadas e das formas de composição textual) ou, dito de outra forma, as representações que o jornalismo produz são consideradas modos de exposição de assuntos que ressaltam, acrescentam e subtraem algumas de suas características (SOARES, 2007). Por isso, o resultado é um “recorte” dos acontecimentos e temáticas da atualidade, constituindo, portanto, uma dimensão discursiva da realidade (OLIVEIRA, 2007), que é influenciada pelas características e pelas relações de poder da sociedade em que se desenvolve.

Además de una representación mental de los diferentes textos fuente, los periodistas también construyen un así denominado modelo situacional, es decir, una estructura de conocimiento episódica (subjetiva) acerca de lo que tratan estos textos fuente. La construcción de estos modelos está también alimentada por argumentos de conocimiento general, así como por ideologías y actitudes globales (VAN DIJK, 1996, p. 256 *apud* OLIVEIRA, 2007, p. 126-127).

Dizer que as representações produzidas pelo jornalismo são influenciadas pelas relações complexas estabelecidas entre os agentes sociais e destes com a realidade significa, também, que o jornalismo é participante ativo na construção da realidade e não uma mera descrição dela.

As representações no jornalismo também estão relacionadas às características e aos recursos expressivos específicos do meio para o qual as notícias são produzidas. No caso do webjornalismo, compreender as representações construídas demanda levar em conta, por exemplo, a hipertextualidade, a multimidialidade, a interatividade, entre outras características que o difere das outras modalidades de jornalismo, conforme discutimos a seguir.

2.1 Webjornalismo: novas rotinas e radicalização da atualidade

Uma comparação breve entre um webjornal e o seu correspondente impresso atualmente permite verificar tantas semelhanças que se pode afirmar, com certa segurança, que o webjornalismo profissional possui procedimentos e critérios de noticiabilidade não tão distintos das outras modalidades de jornalismo. No entanto, a forma final dos produtos varia muito em função de suas características diferenciais, como a hipertextualidade, a interatividade e a multimidialidade. Outros diferenciais podem ser observados nas características das notícias consideradas jornalísticas: atualidade, periodicidade, universalidade, publicidade e relevância pública (FIDALGO, 2005), por exemplo, se apresentam a partir de outros parâmetros.

Segundo Borges (2008) as diferenças entre o webjornalismo e outras modalidades de jornalismo aparecem claramente na potencialidade de expansão das informações e na velocidade com que são divulgadas, já que “horário de fechamento”, “edição” e “periodicidade” não são noções aplicáveis a um meio que o jornalista pode acessar e nele publicar conteúdo a qualquer momento.

Com a possibilidade de atualização constante, os webjornais passam a acompanhar “em tempo real” os desdobramentos das notícias junto às fontes primárias ou mesmo aos seus

concorrentes para produzir conteúdo, por meio da própria web. A internet, usada como ferramenta de trabalho, permite ainda obter facilmente informação prévia para produzir conteúdo jornalístico. Por meio dela, o jornalista pode encontrar fontes de informação, contatos, fatos que contextualizam, entre outros elementos. Segundo Santi, a atual geração do webjornalismo

produz uma inversão no processo tradicional de produção de notícias, porque o repórter, antes de sair na perseguição de uma personalidade qualquer para recolher uma declaração sobre um determinado fato, deve empreender um levantamento dos dados necessários para elaborar a notícia ou reportagem (SANTI, 2009, p. 190).

Mas se o webjornalista possui tantos recursos por conta da conexão à internet, também a possuem outros atores sociais, do que decorre a possibilidade de descentralização tanto da apuração e produção quanto da difusão de informação por meio da internet. A informação jornalística profissional pode ganhar, então, novos concorrentes e também colaboradores. A diminuição do tempo entre o acontecimento e sua publicação é resultado, portanto, dos baixos custos e da facilidade de acesso a informações do mundo todo a partir da própria internet.

Nesse sentido, a instantaneidade aparece no webjornalismo como um de seus princípios, marcando uma diferença essencial nas características jornalísticas denominadas atualidade e periodicidade, sendo que esta última perde o sentido. O tempo surge, dessa maneira, como uma variável fundamental para compreender o processo de construção das representações pelo webjornalismo.

Esse tempo, “orientado pela radicalização do pressuposto da velocidade jornalística, consagrado pelo princípio do tempo real” (BORGES, 2008, p. 208), ao ser confrontado com o “tempo” dos processos sociais que representa acaba criando certo descompasso, já que a complexidade dos acontecimentos representados geralmente é ignorada pela cobertura noticiosa. A relevância pública acaba sendo muito mais a radicalização do princípio da atualidade da notícia do que qualquer outra coisa, o que nos leva à crítica de Dominique Wolton contra o que ele chama de ideologia da transparência e da imediatez. Para ele, mostrar e dizer tudo não significa que se está lidando com a “verdade”, mas provavelmente vai atrair o público pela sedução do seu *voyeurismo* (WOLTON, 2004, p. 314). Nas palavras dele, a “Web leva a crer na urgência de satisfazer as necessidade de informação do público, e que todo o mundo precisaria ser informado a qualquer hora, mas no conjunto a oferta supera em muito a demanda” (idem, 2007, p. 93).

Evidentemente, existe uma demanda por informação atualizada constantemente, mas existe somente para um grupo muito restrito da população como, por exemplo, os investidores financeiros. A suposta demanda de um público mais amplo, ávido por informações de última hora, ainda que exista, pode ser justificada muito mais pelo desejo descompromissado do usuário *voyeur* do que pela necessidade social de informação para a cidadania. Em seu livro mais recente, Wolton relança o questionamento:

A velocidade é provavelmente a maior armadilha da vitória da informação. Por que ir tão rápido? Quem pode absorver tudo isso? Nem mesmo os jornalistas. Qual a relação entre velocidade, verdade, conhecimento e ação? (...) O que acontece com a indispensável necessidade de lentidão num mundo aberto, de fronteiras ampliadas? Velocidade e volume caem na armadilha da competição e contribuem para explicar o deslizamento estrutural rumo à degradação da informação (idem, 2011, p. 55).

De acordo com Morethzohn (2002), a radicalização do princípio da atualidade da notícia implica o desestímulo ao jornalismo reflexivo. Consideramos que isso ocorre porque, em primeiro lugar, o jornalista demanda certo tempo para compreender e analisar o que está noticiando, tempo este que não existe na sua rotina produtiva. Em segundo lugar, as condições de recepção mudaram uma vez que a concepção de tempo para quem está navegando pela web é bem diferente do tempo da vida fora dela. Para Baudrillard (1997), a própria expansão das fontes e canais de comunicação na internet somada à necessidade de uma resposta/reação imediata sobre os acontecimentos cria saturação de informação para o receptor que, assim como o jornalista, possui limitações de processamento de toda essa carga informativa. Como consequência, fica difícil visualizar nesse tipo de webjornalismo, orientado pelo princípio da atualização constante, alguma chance de construir representações que correspondam aos ideais de pluralidade e profundidade exigidos para a informação útil à cidadania.

Ainda no que diz respeito às rotinas produtivas do webjornalismo, esse imperativo da atualização constante e as facilidades introduzidas para apurar informações têm significado uma nova forma de “fazer jornalístico” que se traduz na radicalização do modelo do “jornalista sentado”. Este conceito foi criado por Erik Neveu (2001 *apud* PEREIRA, 2003), para se referir ao jornalista voltado ao tratamento da informação não coletada por ele. O jornalista sentado reúne informações disponíveis para disponibilizá-las ao público, sendo que, frequentemente, essas informações são fornecidas de forma espontânea pelas próprias fontes. Assim, o jornalista não sai a campo e utiliza releases, notícias de agências e dados divulgados por fontes oficiais para compor as notícias.

Para Fábio Pereira (2003), este modelo é radicalizado no webjornalismo, visão compartilhada por Pollyana Ferrari (2006, p. 54) que exemplifica citando o “inexistente número de carros de reportagem nas redações digitais”. De acordo com Ferrari, “raramente o repórter Web sai à rua em busca de um fato. O fato vem até ele pela própria net”. Como consequência disso, “a produção de reportagens deixou de ser um item do exercício do jornalismo. Adotou-se apenas a produção de notícias, ou, como se diz no jargão jornalístico, de ‘empacotamento’ da notícia” (ibidem, p. 44).

Na concepção de Concha Edo (2007), as novas rotinas jornalísticas demandam um profissional que, além de dominar a linguagem e conhecer os temas de que trata, tenha capacidade de síntese. Atualmente, a consequência mais visível disso é o “abuso do copiar e colar” (ibidem, p. 9) pelos webjornalistas. Seguindo esse raciocínio, as representações veiculadas acabam sendo reproduções de outras já criadas e, por conta disso, podem levar o webjornalista que não cheque informação a cometer erros, a reforçar os interesses dos grupos do qual proveio a informação ou a simplificar demais o tratamento dos acontecimentos, o que constitui um grande problema quando o assunto é informação para a cidadania. É realmente paradoxal que a diminuição do tempo necessário para produzir informação jornalística signifique também a diminuição do tempo disponível para isso, por conta desse imperativo da atualização constante, do instantâneo.

Ainda sobre as rotinas de produção, sabe-se que a digitalização e a mobilidade proporcionada pelas NTIC permitem ao jornalista cobrir os fatos a partir de onde eles ocorrem, sem precisar ir à redação. Uma vez que coleta de material, produção e publicação se dão longe do ambiente organizacional, poderíamos especular sobre a diminuição de alguns constrangimentos ao webjornalista, mas como a maioria dos profissionais continua trabalhando em redações, fica difícil observar qualquer mudança nesse sentido.

Apesar disso, para Borges (2008), o cumprimento da linha editorial no webjornalismo se tornou mais flexível, em função da mesma dinâmica acelerada da produção. Segundo o autor,

o tempo volta-se contra a manutenção da integridade da política editorial, pois as formas objetivas de controle perdem consideravelmente seu poder sobre os profissionais, a ponto de eles próprios coletarem, redigirem e muitas vezes publicarem NTRs⁹. Ora, em situações como essa, a empresa só passa a contar com os meios subjetivos de controle e com o grau de assimilação da política editorial pelos repórteres (ibidem, p. 221)

⁹ Notícias em tempo real.

Flexibilidade editorial, entretanto, não significa necessariamente mudanças na construção das representações pelo webjornalismo. As representações enviesadas ou simplistas podem ainda existir, em detrimento dos parâmetros de pluralidade e profundidade (GENTILLI, 2005) exigidas para as informações que promovam a cidadania. Como veremos a seguir, além do imperativo da velocidade, também a hipertextualidade influencia na correspondência das representações webjornalísticas aos parâmetros indicados por Gentilli.

2.2 Hipertextualidade

A hipertextualidade na web pode ser definida como a capacidade de interconectar textos digitais, sendo o hipertexto o documento que resulta dessa interconexão. De certa maneira, a hipertextualidade está relacionada à nossa capacidade mental de associação, como ocorre, por exemplo, no caso da memória e do raciocínio lógico. Para Edo (2007, p. 8), o recurso do hipertexto “se apóia na capacidade da mente humana de relacionar idéias, fatos e dados”. Já na concepção metafórica de Pierre Lévy (1996, p. 38), o hipertexto é uma “tecnologia intelectual”, que “exterioriza, objetiva, virtualiza uma função cognitiva, uma atividade mental”. Em outras palavras, o pensamento humano opera a partir de elementos interligados, mas sem linearidade. E o hipertexto, por realizar/virtualizar o modo de pensar do ser humano, pode ser chamado, assim, de “tecnologia intelectual”, ainda que, obviamente, a tecnologia opere de forma muito menos complexa do que nossa mente. A metáfora de Lévy nos serve menos de comparação e mais como uma forma didática de entender o hipertexto.

Dentro dessa perspectiva, podemos classificar como hipertextos as referências bibliográficas, o sumário e as notas de rodapé de um livro, por exemplo, uma vez que levam a outros textos de forma não linear. Na web, o hipertexto é constituído por “nós”, que contêm elementos de informação, e por hiperlinks entre esses nós. Salaverría (2005), afirma que se costuma descrever o recurso hipertextual em uma relação de oposição ao texto linear, como um texto estruturado em uma rede de navegação rápida e intuitiva, como afirma Pierre Lévy.

Tecnicamente, um hipertexto é um conjunto de nós ligados por conexões. Os nós podem ser palavras, páginas, imagens, gráficos ou partes de gráficos, seqüências sonoras, documentos complexos que podem ser eles mesmos hipertextos. Os itens de informação não são ligados linearmente, como em uma corda com nós, mas cada um deles, ou a maioria, estende suas conexões em estrela, de modo reticular. Navegar em um hipertexto significa, portanto, desenhar um percurso em uma rede que pode ser tão complicada quanto possível. Porque cada nó pode, por sua vez, conter uma rede inteira (LÉVY, 1993, p. 33).

Além da característica não-linear, o hipertexto é também interativo, o que pode gerar maior sensação de controle e, segundo Canavilhas, percepção de credibilidade do site que proporciona boa navegação hipertextual. Segundo uma pesquisa de recepção do autor, a leitura hipertextual encontrou bastante aceitação, que se verifica pelos altos índices de compreensão e de satisfação. O pesquisador lembra que estes resultados se mostram particularmente relevantes ao serem contrastados com uma “tradição de leitura linear de mais de 4 mil anos” (CANAVILHAS, 2007b, p. 127).

Nesse sentido, Alex Primo (2003) se contrapõe a grande parte das pesquisas que tratam de hipertextualidade, ao questionar a suposta ausência de linearidade. Para ele, os trajetos são, em alguma medida, limitados pelas seqüências admitidas pela interface. O autor toma os estudos de Landow (1997, *apud* PRIMO, 2003) para dizer que as seqüências continuam existindo, mas encontram-se multiplicadas, gerando também alguma liberdade para quem navega.

Feita essa ponderação com a qual concordamos, podemos passar à observação de que a característica hipertextual da web mudou a concepção da disposição das informações ao longo do texto escrito. Os links que aparecem em cada página configuram estímulos à proatividade do usuário/público. A partir dessa perspectiva, as representações criadas pelo webjornalismo estão relacionadas ao percurso realizado, uma vez que “a narrativa se identifica com a navegação”, nas palavras de Concha Edo (2007, p. 8). Isso acaba gerando duas consequências básicas possíveis: o público/usuário pode encontrar informações repetidas ou repetitivas, mas também pode deixar de entrar em um dos nós da rede e não se informar sobre determinada questão.

Por conta disso, Canavilhas (2007a, 2007b) e Edo (2007), afirmam que cada nó hipertextual tem ou deve ter coerência interna e unidade informativa e o webjornalista deve prestar atenção à estrutura da notícia, já que o espaço é ilimitado. Para Canavilhas, aliás, o trabalho de redação para o webjornalismo lida com duas variáveis: “dimensão”, que se refere

à quantidade de dados, e “estrutura”, ou seja, a arquitetura da notícia (CANAVILHAS, 2007a, p. 33).

A arquitetura da informação indica as estruturas que delimitam os caminhos oferecidos ao público/usuário, sendo, por isso, de grande importância para a compreensão das representações no webjornalismo. Seguindo o raciocínio, Concha Edo (2007) discute a arquitetura ideal da informação a partir do fracionamento da narrativa, como forma de facilitar a navegação e a visualização dos conteúdos. O modelo proposto por ela pode ser resumido na seguinte citação:

Em um primeiro nível se oferece uma síntese completa desta notícia, geralmente na página inicial, e nos níveis seguintes faz-se possível aprofundar aspectos muito distintos trazendo à tela diferentes documentos escritos ou audiovisuais (ibidem, p. 8).

De acordo com Canavilhas (2007a) e Salaverria (2005), que partilham dessa visão normativa sobre a estrutura da informação no webjornalismo, os níveis de aprofundamento sobre determinado fato satisfazem diferentes demandas do público/usuário. Obviamente não é comum ainda encontrar webjornais que tratem a informação dessa forma. O que se observa atualmente são nós hipertextuais contendo, cada um, textos escritos muito grandes, com informações de todos os níveis, em que o webleitor precisa utilizar a barra de rolagem para ler, o que não é considerado atrativo pelos pesquisadores.

Não ser atrativo, aliás, é um grande problema quando se trata de informação na web. Nela, as possibilidades de se obter informação são ampliadas e crescem de forma exponencial, de modo que produtores de conteúdo têm se preocupado, cada vez mais, em oferecer diferenciais com os objetivos de captar a atenção do público/usuário e torná-lo fiel.

Entre outras pesquisas nesse sentido, as realizadas por Jacob Nielsen e John Morkes, citadas por Canavilhas (2007a), constataram que o internauta realiza as leituras na internet por “varrimento visual”, e não palavra por palavra. Com isso, a própria estrutura do texto jornalístico supostamente deve perder, no webjornalismo, uma característica tradicional de sua estrutura, a “pirâmide invertida”¹⁰: “No webjornalismo não faz qualquer sentido utilizar uma pirâmide invertida, mas sim um conjunto de pequenos textos hiperligados entre si” (CANAVILHAS, 2007a, p. 3). Segundo este autor, utilizar a pirâmide invertida deixa pouco espaço à criatividade e torna a leitura da notícia pouco atrativa, retirando do webjornalismo

¹⁰ A pirâmide invertida é a técnica jornalística que consiste em dispor as informações consideradas mais importantes no início do texto e as menos importantes no final.

uma de suas características mais interessantes: “a adoção de uma arquitetura noticiosa aberta e de livre navegação” (ibidem, p. 30).

A afirmação deste autor foi feita com base em seus estudos de recepção, que mostraram que o público/usuário segue até o limite da informação disponível sobre cada elemento da notícia, clicando nos hiperlinks de modo a passar pelos vários níveis de aprofundamento. Diante disso, o autor conclui que o webjornalismo deve deixar de lado a lógica de organização que prioriza a “importância” dos fatos e optar pela lógica da “quantidade de informação” sobre o mesmo assunto, que oferece mais liberdade aos diferentes usuários.

Essa perspectiva, no entanto, não é um consenso. O próprio Canavilhas cita alguns autores como Jacob Nielsen (1996 *apud* Canavilhas, 2007a), que insiste na importância da pirâmide invertida. Já Salaverría (2005) considera a técnica importante na composição de notícias de última hora, mas limitadora no caso de outros gêneros do webjornalismo, como a reportagem.

Como já dissemos, essas ideias sobre as formas de construção da notícia são “instruções” não consensuais para a produção webjornalística. Se elas estão sendo adotadas ou não, e as consequências disso, serão observadas quando partirmos para a análise das representações, nos capítulos 3 e 4. De qualquer forma, devemos levar em conta que quem produz conteúdo para a web, segundo David Gauntlett e Michael Goldhaber, citados por Ward (2006), trabalha com a concepção de “economia de atenção”:

Você não pode comprar atenção... não pode fazer com que (as pessoas) se interessem no que você tem a dizer, a menos que elas realmente considerem o conteúdo que será exposto atraente (*apud* WARD, 2006, p. 3).

Chamar a atenção do público/usuário depende tanto das formas, como já foi discutido, quanto do conteúdo apresentado. Informação de qualidade é, aliás, o que mais segura o público de qualquer assunto em uma página de internet. Segundo as pesquisas do Instituto Poynter e da Universidade de Stanford, o público/usuário lê “escaneando” a página, um hábito que deriva principalmente do fato de a leitura na tela ser 25% mais lenta do que no papel (NIELSEN, 2000) e que reforça a importância de oferecer o que realmente possa interessar ao público.

Segundo essas mesmas pesquisas, que estudam o foco e o trajeto do olhar do internauta pela tela, o texto escrito é o primeiro ponto de atração na página, ainda que haja

imagens nela. Enquanto leitores de meios impressos “entram” na página pela imagem, o público/usuário da web começa pelos textos e, principalmente, pelos títulos. Os títulos, aliás, por geralmente constituírem os hiperlinks que aparecem em outras páginas e por serem enviados aos usuários (“feeds”), tem ainda mais responsabilidade de captar a atenção (WARD, 2006).

Isso tem gerado, em muitos casos, um fenômeno interessante, observado por Borges (2008) na cobertura das eleições presidenciais de 2002 no Brasil. De acordo com o pesquisador, declarações polêmicas e frases de efeito viram notícia na web, o que não acontece com tanta frequência nas outras modalidades de jornalismo, por falta de espaço no caso do impresso e tempo dos programas de TV e rádio. Essa observação é ainda mais significativa quando se sabe que, na maioria dos casos, são as mesmas equipes de jornalistas que produzem tanto para a web quanto para o referente impresso/televisivo/radiofônico. Obviamente as polêmicas são um valor-notícia do jornalismo, mas isso é radicalizado na web, que não possui limites de espaço para chamar a atenção do público.

A ausência de limites de espaço, entretanto, pode significar um contraponto aos efeitos do imperativo da atualização constante no webjornalismo. As notícias anteriores sobre um mesmo assunto ficam armazenadas para que o jornalista e o público/usuário consultem quando quiserem e, inclusive, podem ser acessadas por meio de hiperlinks contidos nas notícias mais atuais. Além disso, o espaço que falta em outros meios está presente na web e, assim, permite ao webjornalismo contextualizar e esmiuçar as notícias, promovendo um tratamento mais aprofundado dos acontecimentos.

Outro aspecto importante a ser analisado está na facilidade de disseminação do conteúdo noticioso proporcionada pela hipertextualidade. Hiperlinks de notícias que interessem ao público/usuário podem ser copiados e enviados por e-mail, programas de mensagens instantâneas e redes sociais, por exemplo, de forma prática e rápida. Dessa maneira, não somente notícias que interessem ao público/usuário, mas também representações que tenham respaldo entre eles são compartilhadas e até mesmo discutidas.

Por fim, a hipertextualidade sugere uma fragmentação e, ao mesmo tempo, certa autonomia para o público/usuário, que pode se aprofundar ou não nas informações. A construção das representações pelo webjornalista se dá na correria pela publicação de notícias em tempo real, que o faz recorrer a esquemas interpretativos já consolidados e formas conhecidas e talvez sequer oferecer ao seu público diferentes níveis de profundidade para as notícias. Ainda assim, a hipertextualidade oferece a chance de criar ou desvendar novos

significados, quando, por exemplo, o webjornalista contextualiza determinada notícia com fatos ou questões aparentemente não relacionados. Já para o usuário/público, as representações são construídas a partir dos conteúdos pelos quais navegou e pela interação desses conteúdos com suas experiências.

Claro, a cada leitura sua interpretação é diferente, pois relaciona o texto a outros textos lidos anteriormente, a outras experiências passadas. Toda leitura é também uma invenção particular, alicerçada em uma cadeia mental também hipertextual. (...). Conhecimentos, lembranças, memórias e esquemas mentais, tradições, cultura, política, história familiar entre outros elementos contextuais possibilitam as mais diversas interpretações (PRIMO, 2003, p. 9).

2.3 Multimídia

Outra característica do webjornalismo consiste na possibilidade de disponibilizar informações em forma de texto escrito, vídeo, áudio, imagem estática, animação, infografia, entre outras. Essas formas mobilizam mais de uma modalidade perceptiva (basicamente audição e visão) que se combinam de diversas maneiras para formar as representações.

Pierre Lévy (1999) define essa característica como “multimodalidade”, ao invés de “multimídia”, como tem sido chamada por outros autores (CANAVILHAS, 2007b; SALAVERRÍA, 2005; BARBOSA, 2007; PALÁCIOS & MUNHOZ, 2007), porque “mídia”¹¹ é o suporte ou veículo que permite a comunicação e “multimídia”, portanto, seria aquilo que emprega mais de um suporte para comunicação. No caso do webjornalismo, o suporte seria um só, a web, uma metamídia, em que convergem características de diversas mídias (Lévy, 1996). Já a recepção que mobiliza várias modalidades perceptivas deve ser chamada de multimodal.

Por outro lado, a definição de Wolton (2007) de que a internet constitui um sistema de informação nos parece mais apropriada do que a noção de metamídia, ainda que seja difícil uma conclusão definitiva sobre como chamar a característica desse sistema de armazenar e distribuir informações em diversos formatos¹². Adotamos o termo “multimídia” neste

¹¹ Mídia remete a *media*, que é plural de *medium*, ou seja, meio; significa a comunicação em que há distância entre quem comunica; daí a necessidade de um meio para colocá-los em interação.

¹² Nesse momento, utilizamos a palavra “formato” no sentido informático do termo, isto é, para designar o tipo de arquivo.

trabalho para denominar essa característica, somente em razão de ser o mais largamente utilizado e não por considerá-lo o mais adequado.

A característica de mobilizar vários sentidos da percepção por si também é encontrada no caso da televisão, por exemplo, ao utilizar vídeos, sons, imagens estáticas e textos. Porém, na web isso é potencializado pela tecnologia digital, que permite que conteúdos de diferentes formatos sejam disponibilizados e acessados por meio de equipamentos diversos que contenham decodificadores de informações digitais. Nas palavras de Salaverría,

a digitalização possibilita a composição e posterior recepção consecutiva ou sincrônica dos distintos elementos comunicativos. Quer dizer, na origem, permite que o jornalismo combine textos, imagens e sons em um hipertexto; e no destino, permite que o destinatário consuma esses elementos de maneira sucessiva ou, inclusive, simultânea (SALAVERRÍA, 2005, p. 33).

Apesar de o webjornalismo contar com esses recursos para produzir conteúdo, o texto escrito continua sendo o mais encontrado nos sites e portais jornalísticos. Esse panorama se deve talvez ao fato de que os jornais impressos foram os primeiros meios a migrar seus conteúdos para a web. A mera transposição dos textos e mesmo imagens do impresso para a web significa, para a empresa jornalística, economia de tempo de produção e, conseqüentemente, de dinheiro, já que não é necessário ter uma equipe de profissionais dedicados a produzir conteúdo próprio para a web. E mesmo que o veículo de comunicação produza exclusivamente para a web, escrever um texto é geralmente mais rápido do que produzir um vídeo, por exemplo. O resultado disso na web são textos escritos, eventualmente complementados por hiperlinks e outros tipos de conteúdo. No início da transposição jornalística para a web, o uso de texto escrito era justificado pela baixa velocidade das conexões à internet, que dificultava o acesso a formatos mais “pesados”.

Entretanto, a demanda por informações apresentadas de outras formas parece estar aumentando. Nos últimos anos, cresceu o número de conexões em banda larga e muitos formatos de compressão de dados estão sendo criados, facilitando e exigindo do webjornalismo que se adapte. O fenômeno do YouTube, por si, é uma clara demonstração dessas novas demandas e costumes que se formam na rede.

No que diz respeito aos vídeos, aliás, a grande disseminação social da televisão pode ter implicado a predisposição dos usuários a esse tipo de conteúdo. Em seu estudo de recepção, Canavilhas (2007b) verificou que o uso de vídeos para informar pela rede provoca satisfação. A reação positiva dos receptores desse tipo de conteúdo deriva, entre outras coisas,

da forte expressividade inerente aos conteúdos audiovisuais, além do já mencionado hábito de um público acostumado à televisão.

Por outro lado, a imagem perde a espetacularidade que possui na TV por conta do caráter pró-ativo da navegação pela web e pelo tamanho reduzido da tela em que é vista. Nesse ponto, é interessante fazer algumas ressalvas. Pela internet, podemos acessar vídeos que foram produzidos para a televisão e transpostos para a rede, e outros que foram feitos especialmente para a web. Segundo Canavilhas (2007b), quando um vídeo televisivo é meramente transposto para a rede, quem assiste tende a comparar e, é claro, não será tão atrativo quanto na televisão, afinal, sua qualidade pode ser reduzida, e ele é visto em uma tela menor, embora isso possa ser fortemente contestado diante da melhoria das conexões, da qualidade dos vídeos disponíveis e dos dispositivos para sua visualização. De qualquer forma, as diferenças entre as linguagens não podem ser descartadas para comparação entre esses dois tipos de vídeos na web: aqueles produzidos para a TV e aqueles produzidos para a web.

O poder de atração das imagens também pode ser verificado no caso das estáticas, especialmente das fotos. Os ataques terroristas aos Estados Unidos em 2001, além de tudo que foi apresentado e repetido na TV, foram vistos por pessoas do mundo todo que buscavam fotos pela internet. A cobertura do acontecimento foi uma oportunidade para webjornalistas melhor explorarem o uso da fotografia na internet. Palácios e Munhoz (2007) relatam que principalmente sites e portais de grandes corporações midiáticas passaram a oferecer galerias de imagens sobre os acontecimentos, inclusive com a opção de acessar as fotos em baixa ou alta resolução e utilizar recursos de projeção de slides. Para estes autores,

A abundância, variedade e poder das imagens veiculadas ajudaram a moldar uma reação global em relação aos fatos e geraram uma nova compreensão da força da Internet em prover informação, conteúdo e conhecimento, tanto em tempo real, quanto e – talvez principalmente – de maneira assíncrona, porém extensiva, sobre os acontecimentos em curso no planeta (ibidem, p. 70).

As galerias são usadas nos webjornais e portais para aumentar o impacto das imagens, já que diluídas no meio dos textos escritos parecem perder parte da força expressiva que carregam. Além disso, o uso de galerias permite colocar várias fotos sobre um mesmo acontecimento, ao invés de se limitar ao longo de um texto. De acordo com os autores, fotografia e texto deixam de ser elementos antagônicos no webjornalismo na disputa por espaço físico, já que na web esse espaço é praticamente ilimitado.

No que diz respeito a informações em áudio, uma breve comparação com o rádio nos permite observar, de imediato, que não existe a simultaneidade entre emissão e recepção das mensagens. A simultaneidade radiofônica demanda certo nível de atenção ou concentração para compreender a mensagem, uma vez que esta é fugaz, transitória. Já quando ouvimos um *podcast*, por exemplo, podemos repeti-lo quantas vezes quiser e, no caso de um arquivo de áudio integrado a um texto escrito, a compreensão fica facilitada. É interessante notar ainda que quando o usuário clica para ouvir na web, ele já está preparado e disposto a compreender aquela mensagem ou, em outras palavras, está em um nível mais avançado de atenção.

Outra forma de proporcionar informações pela web é por meio de infográficos. Em um jornal impresso, o infográfico remete ao uso de elementos icônicos e tipográficos para explicar como funciona ou como ocorreu algo. Já no webjornalismo, a infografia aparece também como um novo gênero, porque além de um complemento a informações escritas, pode ser uma unidade autônoma de informação, quando ele próprio contém os mais diversos elementos ou variáveis da questão de que trata.

Depois de mencionar algumas especificidades desses formatos de apresentação de conteúdo no webjornalismo, passemos a uma discussão mais geral sobre a multimidialidade.

Na narrativa webjornalística, a capacidade de explorar os diferentes sentidos da percepção humana significa o enriquecimento do potencial informativo nesse novo meio e, principalmente o reforço da credibilidade jornalística. É inegável que determinadas representações podem ser reforçadas por vídeos, sons ou fotos que “comprovam” os fatos ou quando fontes autorizadas têm suas declarações/entrevistas disponibilizadas em um webjornal.

No âmbito da recepção, a compreensão de diferentes formatos de conteúdos na tela do computador está ligada às experiências midiáticas do usuário. A multimidialidade exige o domínio de diferentes capacidades decodificadoras e interpretativas, além de rápidas mudanças entre aquelas que são usadas. Essa capacidade de processamento de mensagens varia conforme o receptor, mas existe sempre um limite. Por outro lado, e aqui passamos à mera especulação, pode ser que a pró-atividade do usuário e a maior atenção dispensada nessas transições de decodificação signifiquem também o alcance de melhores níveis de compreensão.

Nesse sentido, o desafio colocado ao webjornalismo está em desenvolver um mesmo assunto/tema através dos diferentes recursos da web, sem se limitar a utilizar um ou outro elemento como mero complemento ou ilustração. Para os produtores de conteúdo para web,

por sua vez, esse desafio dilui as fronteiras entre profissionais da comunicação que lidam com o trabalho “intelectual” e aqueles que tomam conta do trabalho mais “técnico. Para Fidalgo, a internet

criou novas exigências profissionais aos jornalistas, obrigando-os a começar a dominar uma panóplia cada vez mais vasta de instrumentos de pesquisa, tratamento e edição da informação, bem como a manusear, e até a integrar, “linguagens” que antes eram normalmente vistas em compartimentos estanques, associados a uma especialização por suporte (texto escrito – hipertexto – infografia – som – imagem parada – imagem em movimento) (FIDALGO, 2005, p. 5).

Diante dessa exigência, somada ao imperativo da atualização constante nas redações de webjornalismo, é difícil não se questionar sobre o nível crítico presente nas representações veiculadas. É alto o risco de reforçar representações irrefletidas, que podem ser irresponsáveis ou mesmo preconceituosas. Por outro lado, como já foi dito, diversos formatos de conteúdo podem contribuir para a complexidade das representações. Seja como for, qualquer análise das representações no webjornalismo demanda a observação dos formatos utilizados e de sua articulação com as outras características, como a hipertextualidade e a interatividade, que veremos a seguir.

2.4 Interatividade

Interatividade no webjornalismo é a possibilidade de o público/usuário se relacionar com outros usuários a partir da webnotícia, com os webjornalistas e mesmo atores envolvidos no acontecimento noticiado. A interatividade é considerada o recurso diferencial mais visível em relação aos outros meios informativos, porque, teoricamente, muda o modo como se configura o processo comunicativo. Para Lévy (2003, p. 196) a comunicação interativa e coletiva seria a “principal atração do ciberespaço”. A palavra “interatividade” é usada de forma muito abrangente para se referir desde as escolhas do internauta por um hyperlink ou por outro, que o permite escolher o que quer ver ou ouvir, até a chance de influenciar no conteúdo produzido por outros usuários.

Sob o ponto de vista de Alex Primo (2003), no entanto, a navegação hipertextual não pode ser considerada uma forma de interatividade, pois se trata de uma interação homem-máquina. O autor considera que os links já estão pré-definidos para a navegação, que se realiza em um processo automático de comando-resposta. Na realidade, a interatividade

significa diálogo, que deve ser mediado pelo computador e não com o computador. Nas palavras do pesquisador, “se o diálogo humano não é uma relação automática, nem previsível, porque então supor que toda e qualquer utilização do computador seja comparada a um diálogo ou uma conversação” (ibidem, p. 5)?

Adotando essa perspectiva, a interatividade se realiza em mecanismos como o correio eletrônico, chats, grupos de discussão, fóruns e entrevistas online, além da possibilidade de comentar as notícias e, mais recentemente, as redes sociais¹³. Tais mecanismos influenciam não só no modo de produção de conteúdo jornalístico, como também estabelecem novos paradigmas do que seja a informação.

No webjornalismo a notícia deve ser encarada como o princípio de algo e não um fim em si própria (...). Para além da introdução de diferentes pontos de vista e enriquecer a notícia, um maior número de comentários corresponde a um maior número de visitas, o que é apreciado pelos leitores (CANAVILHAS, 2003, p. 2-3).

De acordo com Cebrián (1999), no entanto, a possibilidade de interagir não evita que o indivíduo tenha uma “atitude passiva, receptiva, quase hipnótica” (p. 68). Apesar das possibilidades interativas na web, mesmo o webjornalismo não as tem explorado de forma sistemática ou aprofundada. Segundo Quadros (2005, p. 3), existe certa “inaptidão” da maioria dos webjornais para lidar com a interatividade, apesar de todo potencial informativo e de enriquecimento do processo comunicativo:

A forma plural de comunicar na Internet – um para um, muitos para muitos, muitos para um e também de um para muitos – possibilita a participação efetiva de um público outrora passivo e recentemente pseudo-ativo (QUADROS, 2005, p. 4).

Ao interagir com o jornalista, o público/usuário tem a possibilidade, entre outras, de rapidamente corrigir informações, sugerir ou servir de fonte de informações, sugerir pautas e realizar críticas. A interação com outros usuários, por seu turno, também pode resultar em críticas e sugestões, a partir do desdobramento das notícias em debates, seja na seção de comentários, seja em fóruns ou salas de discussões ligadas ao veículo jornalístico.

¹³Existem ainda formas de jornalismo participativo ou colaborativo na web, em que o público/usuários são também produtores de matérias, mas como não é o escopo desta pesquisa, não nos aprofundaremos nessa questão.

Dessa forma, se por um lado o hipertexto e a instantaneidade podem reforçar esquemas interpretativos pré-definidos ou consolidados, a interatividade pode colocar em xeque essas representações de forma imediata, ainda que a qualidade dessa intervenção seja discutível e que a existência de um processo comunicativo aí seja questionável, conforme discutimos no capítulo 1.

De qualquer forma, potencialmente, o “interagente”, como define Alex Primo (2003), pode questionar as representações, seja porque é protagonista ou testemunha do acontecimento noticiado, seja porque possui outros subsídios informativos, interpretativos ou opinativos. O interagente pode estar subsidiado, inclusive, por definições de situação veiculadas em outras fontes de informação da web, já que na web essa consulta fica muito mais fácil e rápida. Podemos considerar esse “interagente” o que Wolton chama de “receptor-ator” que, se nunca foi passivo, agora está mais ativo para resistir ao fluxo de informações que chega a ele (WOLTON, 2011, p. 18)

Ao tratar da representação do indivíduo dentro das relações pessoais, Goffman (1975) lembra que apesar da definição de determinada situação ou de si mesmo que a pessoa procura demonstrar, um único indício pode fragilizar tal representação. Quando levamos isso para a web, os problemas que surgem para a sustentação de determinadas representações são inúmeros: comentários do público na mesma página da notícia, nas redes sociais, outras fontes de informação, incluindo algumas totalmente contrapostas e mesmo ligadas a causas/mobilizações sociais organizadas.

No entanto, a participação ativa do público pode influenciar o webjornalista de modo não necessariamente positivo. De acordo com Dominique Wolton (2011), é inegável que o receptor seja o “novo protagonista”, como blogueiro ou como interagente dos webjornais, por exemplo. Por conta das ampliadas possibilidades e alternativas informativas, trata-se de um interagente cada vez mais crítico, mas não por isso, significa que esteja sempre correto. E é justamente aí que o webjornalista deve tomar cuidado, para não cair nas ciladas da pressão de seu público

Informar continua a ser uma negociação implícita entre os fatos, o acontecimento, o contexto e as representações. O que dizer dos receptores? Impossível ignorá-los, impossível satisfazê-los. A margem de manobra é restrita, pois a informação não é mais sagrada, é superabundante e mastigada. O receptor é, ao mesmo tempo, o melhor aliado da liberdade de informação e seu maior inimigo. As margens de manobra diminuíram (ibidem, p. 57).

2.5 Narrativa e resolução semântica

Conforme foi dito, a construção das representações na web pelo público/usuário se identifica com a narrativa que vai se delineando conforme a navegação pelos nós informativos. Diante disso e para os objetivos desta pesquisa, nos parece oportuno introduzir o conceito de “resolução semântica”, formulado por Antonio Fidalgo (2007a).

Para explicar tal conceito, o autor utiliza uma analogia bastante simples: em uma imagem digital, conforme aumentam os pixels, ou seja, a quantidade de dados, maior é a resolução e, conseqüentemente, melhor é a qualidade da imagem. Da mesma forma, quanto maior a quantidade e variedade de elementos informativos, maior é a resolução semântica do assunto ou fato noticiado. O aumento da resolução semântica é particularmente mais visível nas notícias de última hora, conforme exemplifica Suzana Barbosa:

uma informação ao ser publicada na seção/canal de “últimas notícias” ou breaknews de um produto digital aparece, inicialmente, com uma baixa resolução. A seguir, com a sequência dos processos de apuração e da contextualização do acontecimento, a densidade semântica vai aumentando progressivamente. Se considerarmos a participação dos usuários, acrescentado comentários, textos, complementos à informação, críticas e sugestões, bem como a inserção de áudios de entrevistas, imagens fixas e em movimento, e infográficos, teremos um aumento contínuo da resolução semântica, cuja meta a atingir seria o estado em que todas as informações sobre o evento estariam disponíveis (BARBOSA, 2007, p. 133).

O estado em que todas as informações sobre determinado fato estão disponíveis é chamado por Fidalgo de “saturação semântica” (FIDALGO, 2007a, p. 102) e constitui um ideal para o webjornalismo. Outra observação que podemos retirar do exemplo fornecido acima é que não somente os conteúdos produzidos pelo webjornalismo e os links entre eles, mas também as intervenções do público/usuários influenciam na resolução semântica. De acordo com Fidalgo, “adendas, confirmações, correções e os comentários feitos pelos leitores emprestam uma maior densidade semântica às notícias a que reagem desse modo” (ibidem, p. 102). Podemos concluir previamente, portanto, que a exploração da hipertextualidade, da multimidialidade e da interatividade está diretamente relacionada à resolução semântica no webjornalismo.

Não só nas notícias de última hora com suas atualizações, mas também nos mencionados modelos normativos para estruturação da informação no webjornalismo, observamos que existem implícitos o vetor do aumento da resolução semântica. Retomando

brevemente, nestes modelos um nó informativo introduz elementos gerais da notícia e outros nós ligados pormenorizam cada um desses elementos. Quanto mais exatas são as referências, maior é a resolução. Nas palavras de Fidalgo,

uma notícia é tanto mais objectiva quanto os seus traços ou dados informativos são confirmados, e eventualmente complementados, pelo incremento da resolução semântica. Será tanto menos objectiva na medida em que for alterada, corrigida ou negada pela progressão da resolução semântica. (ibidem, p. 102-103)

Pode-se alegar que esse conceito também se aplica ao jornalismo praticado nos outros meios de comunicação, mas para Fidalgo, ele só faz sentido se for “assente em base de dados”. O autor quer dizer que o aumento da resolução semântica, no âmbito do produto jornalístico, só faz sentido se houver uma estrutura que organize a informação.

Não basta juntar elementos informativos a esmo para se obter uma notícia mais detalhada, mais rica e mais objetiva. Informações em catadupa, sem qualquer critério, levariam apenas a distorções noticiosas graves. (ibidem, p. 103)

Se uma notícia, por exemplo, não possui ligações com outras que a complementam ou atualizam de forma coerente, ela é simplesmente uma unidade informativa autônoma e, principalmente, isolada, não contribuindo para qualquer aumento de resolução semântica. Nos outros meios de comunicação, as notícias são dadas e atualizadas sempre de forma fragmentada e, ainda que contextualizem e retomem fatos anteriores, não oferecem o mesmo aprofundamento sobre cada um deles. Conforme afirma Fidalgo, o aumento da resolução semântica pode se dar somente na mente do receptor e não no âmbito do produto. Já no que ele chama de “jornalismo assente em base de dados”,

a resolução semântica parece consubstanciada na própria notícia, na sua apresentação online, pois que é apenas uma descrição dos acontecimentos que vai sendo sucessivamente pormenorizada, complementada e corrigida. (ibidem, p. 105)

O autor trata ainda das classificações interna e externa da notícia, que correspondem aos tipos de informação que alteram sua resolução semântica. A classificação interna se refere aos elementos de um mesmo acontecimento noticiado, ou seja, a cada “campo da notícia”

(quem, o quê, quando, onde, por quê, como). O maior detalhamento de cada um deles corresponde à maior precisão. Já a classificação interna se refere aos elementos de contextualização, como temas, repercussões, locais, datas, etc. Em uma base de dados, as possibilidades de classificação externa são inúmeras e delas podem surgir aspectos novos para a construção das representações. Nesse ponto, é interessante notar que se abrem possibilidades de contextualização criativas ou inovadoras.

Com o conceito de resolução semântica, pode-se cogitar uma grande potencialidade do webjornalismo de corresponder aos parâmetros de pluralidade e profundidade das informações sobre e para a cidadania. Entretanto, conforme já foi colocado, mais informação não significa melhor comunicação. À questão da “informação relacional” mencionada por Wolton (2011) soma-se a realidade de grande parte dos webjornais hoje, pautada por notícias de última hora superficiais, uso intensivo de notas, em detrimento do aprofundamento. O aumento da resolução semântica pela atualização de informações não significa necessariamente o aprofundamento da notícia ou tema a ela relacionado. Já uma suposta demanda de pluralidade dos meios por parte do público que interage é bastante questionável também, primeiro porque a mera expressão do público não significa que terá influência sobre a produção e, segundo, porque a própria diversidade do público é limitada principalmente pela exclusão digital.

Como qualquer produto jornalístico, os webjornais possuem públicos-alvo e, em geral, estes são compostos pelos mesmos grupos que compõem o público-alvo de jornais impressos generalistas, por exemplo. Dificilmente encontramos webjornais direcionados aos cidadãos menos favorecidos na sociedade, mesmo porque estes não possuem acesso à internet. Quem interage com os jornalistas e deles espera a cobertura dos assuntos que lhes diz respeito são indivíduos das classes mais altas. Os jornalistas, por sua vez, em geral pertencem às classes médias e, por isso, seu julgamento do que é notícia corre maior risco de desvalorizar os assuntos ligados às outras classes.

Feitas as ressalvas, não se pode desprezar, porém, as potencialidades que a internet, como sistema de informação, oferece ao público do webjornalismo. Ainda que não seja suficiente para analisar a comunicação estabelecida pelas informações webjornalísticas, o conceito de resolução semântica pode ajudar a analisar a qualidade da informação em si. É com base nesse conceito, aliás, que construímos o método de análise a ser usado nesta pesquisa, conforme é detalhado no próximo capítulo.

3 METODOLOGIA DA COLETA DE DADOS E ANÁLISE DESCRITIVA

Conforme adiantamos na introdução deste trabalho, nosso objetivo mais geral é discutir a informação disponibilizada e a comunicação estabelecida pelo webjornalismo, analisando sua relação com a promoção da cidadania. Para ir além da discussão teórica ou mesmo para não correr o risco da mera especulação, propomos a análise de uma cobertura webjornalística específica, de um fato ligado a um tema da cidadania.

Tal análise é orientada pelas seguintes perguntas: como são construídas as principais representações da cidadania na amostra de webjornalismo? Como os recursos da web são utilizados para construir essas representações? A partir dessas análises, tecemos considerações sobre como o webjornalismo pode contribuir para o aperfeiçoamento da cidadania.

A análise tem como objeto material webjornalístico que aborda o trabalho análogo à escravidão nos dias atuais, tema que interessa à nossa pesquisa por envolver as liberdades civis e os direitos trabalhistas. O *corpus* da análise é composto por todas as matérias webjornalísticas dos sites da Folha.com e da Repórter Brasil, publicadas entre os meses de agosto e dezembro de 2011, que tratam desse tema a partir da descoberta desse tipo de “relação de trabalho” na cadeia produtiva da grife de roupas Zara no Brasil. No total, são oito reportagens da Repórter Brasil e dezoito matérias da Folha.com, sendo catorze notícias, uma reportagem, uma nota, uma entrevista e um comentário¹⁴.

3.1 O Caso Zara

As matérias de webjornalismo que compõem o *corpus* da análise cobrem o caso e desdobramentos dos flagrantes, pelos fiscais do Ministério de Trabalho, de trabalhadores submetidos a condições análogas à escravidão produzindo peças da grife Zara. Os flagrantes ocorreram em três oficinas de costura no estado de São Paulo, em maio e julho de 2011, mas só foram noticiados em agosto por ambos os meios analisados (Folha.com e Repórter Brasil).

A Zara é uma marca de roupas que pertence ao grupo espanhol Inditex, um dos mais importantes conglomerados do ramo têxtil do mundo. Segundo relatório da própria Inditex¹⁵, no final de 2011, o grupo somava mais de 5 mil lojas em 82 países e atingiu a marca dos 13 bilhões de euros em vendas naquele ano. A Zara é a marca mais importante da Inditex,

¹⁴ Os links das matérias analisadas estão elencados nas Referências.

¹⁵ Disponível em: <http://www.inditex.com/en/downloads/Annual-Report-Inditex-2011.pdf>, acesso em janeiro de 2012.

responsável por 64,8% das vendas do grupo. No Brasil, até janeiro de 2012, a marca contava com 32 lojas, a maioria em *shopping centers*. Tradicional e reconhecida pela qualidade de suas peças, a Zara é associada ao consumo das classes de poder aquisitivo médio e alto. Em razão do alto valor da marca, o caso de trabalho análogo à escravidão na produção de suas peças ganhou destaque em alguns meios de comunicação e chamou a atenção das autoridades brasileiras em geral.

Os flagrantes ocorreram em maio de 2011, em uma oficina de Americana, no interior de São Paulo; e em julho, em duas oficinas da capital paulista. A intermediária entre as oficinas de São Paulo e a Zara é a AHA, que usa a razão social SIG Indústria e Comércio de Roupas Ltda., enquanto a intermediária entre a oficina de Americana e a marca espanhola é a Rhodes Confecções Ltda. Foi a denúncia de um trabalhador da oficina de Americana que levou ao primeiro flagrante e às investigações sobre outras fornecedoras da Zara, culminando nas inspeções às oficinas da capital.

Na oficina de Americana, foram encontrados 52 trabalhadores (cinco brasileiros e o restante estrangeiros) em condições análogas à escravidão e nas outras duas oficinas mais 15 estrangeiros. Além de terem desrespeitados direitos trabalhistas como o salário mínimo, o recolhimento de INSS e FGTS, e trabalharem em condições precárias, com risco à saúde e à vida, os trabalhadores estrangeiros moravam nas oficinas, em instalações também precárias, e não podiam sair sem pedir autorização, caracterizando grave cerceamento da liberdade. Na primeira oficina vistoriada em São Paulo foi encontrada, inclusive, uma adolescente de 14 anos trabalhando e vivendo nessas mesmas condições.

Entre os desdobramentos do caso noticiados pela Folha.com e pela Repórter Brasil, estão as respostas da Zara, que incluíam explicações, justificativas e anúncios de medidas a serem tomadas; o convite da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) ao presidente da Zara Brasil para prestar esclarecimentos sobre os flagrantes; o não comparecimento deste, que criou pressão na Assembleia a favor da criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para tratar dos diversos casos semelhantes no estado de São Paulo; os posteriores depoimentos da Zara na Câmara dos Deputados e na Alesp; a proposta pelo Ministério Público do Trabalho à Zara de um Termo de Ajustamento de Conduta e o pagamento de indenização de R\$20 milhões por dano moral coletivo; a recusa da Zara em aceitar tal acordo; a proposta da Zara de investir R\$3,4 milhões em melhoria das condições de trabalho na cadeia de fornecimento no prazo de dois anos; e a aceitação desta proposta pelo Ministério Público, que também incluía o reconhecimento pela Zara de responsabilidade por sua cadeia.

3.2 Folha.com e Repórter Brasil

Optamos por analisar dois sites em razão da importância do contraste como modo de tornar mais claras as diferenças e particularidades na construção de representações. A escolha dos sites Folha.com e da Repórter Brasil para a análise da cobertura do caso foi orientada pelo objetivo de comparar as representações da cidadania em dois meios com propostas editoriais distintas. Enquanto a Folha.com segue uma linha mais generalista, noticiando fatos de naturezas diversas divididos em editoriais bem definidas, a Repórter Brasil é focada no tema do trabalho escravo nos dias atuais, constituindo uma espécie de webjornalismo militante. Além disso, a Folha.com foi escolhida por ser um dos webjornais mais acessados no país e por priorizar notícias do estado de São Paulo, onde o caso noticiado ocorreu; enquanto a Repórter Brasil é o mais completo site de notícias sobre o tema do trabalho escravo contemporâneo no Brasil. Deste modo, também orientamos nossa análise por uma pergunta complementar, que auxilia a responder as outras já mencionadas: quais são as diferenças na construção de representações da cidadania entre webjornalismo generalista da Folha.com e o webjornalismo militante da Repórter Brasil?

A Folha.com existe desde 1995, quando foi criada com o nome de Folha Online, e se tornou o primeiro jornal da web de língua portuguesa a publicar notícias “em tempo real”, ou mais precisamente, a atualizar as notícias a qualquer momento do dia, sem horários fixos de “fechamento” de edição. Atualmente, é o site noticioso mais acessado no Brasil¹⁶ e, segundo o Grupo Folha, do qual faz parte, publica cerca de 500 notícias por dia. O Grupo Folha é um dos principais conglomerados de comunicação do país e, entre outras empresas, controla a Folha de São Paulo, o jornal impresso de maior circulação no país; o UOL, a maior empresa de conteúdo e serviços de internet; a Plural, que é a maior gráfica comercial do país; e o Datafolha, um importante instituto de pesquisa.

A Repórter Brasil se autodefine como agência de notícias e está ligada à associação civil de mesmo nome, sem fins lucrativos, que atua contra o trabalho análogo à escravidão e problemas socioambientais. A associação foi criada em 2001 por jornalistas, cientistas sociais e educadores e sua atuação abrange jornalismo, pesquisa e projetos educacionais de prevenção e conscientização sobre a violação de direitos. No que se refere à pesquisa, a Repórter Brasil (RB) desenvolveu, por exemplo, uma metodologia que é referência para identificação e rastreamento de problemas ambientais, sociais e trabalhistas nas cadeias produtivas, dando

¹⁶ Segundo o Grupo Folha, são 17 milhões de visitantes únicos e 173 milhões de visualizações de páginas por mês.

origem a um mapa que subsidiou a criação do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo. Quanto ao jornalismo, mantém um site de sua agência de notícias especializadas em trabalho escravo e danos socioambientais. O site, que existe desde 2006, recebe 450 mil acessos por mês, segundo seus produtores. A associação mantém ainda o Portal do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo¹⁷, direcionado aos empresários, e um site sobre agrocombustíveis¹⁸.

3.3 Método de análise

O método de análise proposto nesta pesquisa foi construído com base nos conceitos de “enquadramento” e de “resolução semântica”, discutido no segundo capítulo.

O enquadramento é considerado, por Gaye Tuchman (1978), uma característica essencial da notícia, que fornece uma referência interpretativa para o entendimento do fato noticiado. Todd Gitlin, em 1980, definiu o conceito de forma sistemática:

Enquadramentos da mídia (...) organizam o mundo tanto para os jornalistas que o relatam, quanto, em um grau importante, para nós, que confiamos em seus relatos. Enquadramentos de mídia são padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos organizam rotineiramente o discurso, seja verbal ou visual (GITLIN, 2003, p. 7, tradução nossa)

Na definição de Entman (1993), enquadrar é selecionar aspectos da realidade para promover uma definição de um problema, uma interpretação causal e uma avaliação ou recomendação de tratamento. Segundo este mesmo autor, por meio da repetição, focalização e associações reforçadoras, o enquadramento noticioso torna uma representação mais prontamente discernível, compreensível e memorável do que as outras¹⁹.

Por sua vez, o conceito de “resolução semântica”, discutido no segundo capítulo, torna a observação dessas representações no webjornalismo mais complexa, na medida em que supõe uma divisão da natureza dos elementos que compõem a webnotícia. Conforme foi visto, a resolução semântica de uma webnotícia está relacionada ao aprofundamento e atualização dos elementos que a compõem, que pode ocorrer com o uso de links, vídeos, imagens,

¹⁷ <http://www.pactonacional.com.br>

¹⁸ <http://www.agrocombustiveis.org.br>

¹⁹ Isso não quer dizer que o receptor interprete a informação exatamente da maneira que é apresentada pelo emissor da mensagem, mas aquele enquadramento pode influenciar o entendimento do fato ou tema e pautar a qualidade das discussões.

documentos, sites externos, etc. Os elementos que compõem a webnotícia podem ser divididos em: elementos de classificação interna, que são relativos estritamente ao fato noticiado (quem, o quê, quando, onde, como, por quê); e elementos de classificação externa, que se referem ao tema/assunto que envolve, o contexto, etc.

Partindo do conceito de enquadramento e depois de ler/visualizar previamente o *corpus*, adotamos itens de observação para realizar a análise. As reportagens foram analisadas separadamente com relação a textos, imagens e vídeos.

Para análise dos textos, definimos a partir dos aspectos mais destacados no caso noticiado, os seguintes itens de observação,

- flagrantes e situações descobertas;
- trabalhadores;
- atuação do poder Executivo;
- atuação do Ministério Público do Trabalho;
- respostas da Zara.

Dentro de cada um destes itens, foram criados subitens que podem ser identificados com elementos de classificação interna e externa da notícia, ou seja, aqueles relativos estritamente ao caso e outros que remetem a aspectos mais amplos do tema, respectivamente. Em “atuação do poder Executivo”, por exemplo, os elementos de classificação interna são as medidas tomadas com relação à Zara e às fornecedoras, enquanto os elementos de classificação externa são as medidas tomadas para combater esse crime de modo geral, sendo que um elemento pode remeter ao outro.

Para análise das imagens, os itens de observação são:

- situações encontradas;
- itens encontrados/apreendidos;
- atores envolvidos.

Para análise do único vídeo do *corpus*, realizarmos sua decupagem e adotamos uma observação mais livre dos elementos que o compõem, por conta das particularidades do vídeo, como será explicado adiante.

Os itens de observação foram definidos de acordo com o tipo de conteúdo analisado, em decorrência de suas diferentes características expressivas. Determinados itens de observação dos textos como “respostas da Zara”, por exemplo, pouco ou nada significariam para análise de fotos.

Definidos os itens de observação, coletamos os dados relativos a eles em uma “releitura” do material, observando como cada item é tratado qualitativamente. Por estarmos trabalhando com conteúdo disponibilizado pela web, cada item foi observado também quanto ao recurso da hipertextualidade. No caso do texto, por exemplo, foram descritas as expressões e/ou narrativas sobre cada item, assim como as expressões-links²⁰ e seus destinos. As imagens, por sua vez, foram descritas conforme os itens propostos e conforme os links que algumas delas “carregavam”. Ao final, também realizamos uma análise descritiva mais geral da navegação hipertextual entre as páginas das matérias analisadas²¹.

3.4 Análise dos textos

Antes da análise dos textos dividida entre itens de observação, cabe ressaltar que a RB apresenta alguns erros de ortografia em diversas matérias, provavelmente como resultado da falta de revisão.

3.4.1. Flagrantes e situações descobertas

Neste item, foram descritas as expressões e narrativas que tratam das situações flagradas e descobertas pelos fiscais do trabalho incluindo, assim, tanto as condições de trabalho e de vida nas oficinas, quanto as relações entre as empresas envolvidas.

Em ambos os webjornais, as condições de trabalho e vida são mencionadas resumidamente em todas as notícias analisadas, por meio de expressões como “trabalho escravo” e “trabalho em condições degradantes”, por exemplo. Para comparar o uso delas nos dois webjornais, passemos primeiro à análise das expressões que recebem ênfase, por estarem presentes em títulos, linhas finas ou distinguidas das demais por indicarem um link²². Algumas palavras foram usadas mais de uma vez e, por isso, utilizamos um número entre parênteses em seguida a elas para indicar quantas vezes ocorreram.

²⁰ Utilizamos essa nomenclatura para tratar das expressões que servem como link para outra página da web.

²¹ As ferramentas de interatividade disponíveis não constarão na análise, em primeiro lugar porque a interatividade é um recurso muito complexo, que demandaria um estudo mais específico e, segundo, porque o foco desta pesquisa está no produto do webjornalismo em si e independente do que a interatividade acrescenta.

²² Na Folha.com, as expressões que contém links são sublinhadas e possuem cor diferente do restante do texto. Na Repórter Brasil, possuem cor diferente e ficam sublinhadas quando passamos o cursor sobre elas.

Quadro 1 – Definição da situação: título, linha fina e link

	Repórter Brasil	Folha.com
Título	mão de obra escrava	trabalho irregular (3); trabalho escravo; exploração; trabalho degradante
Linha fina	escravidão (3); trabalho escravo (2); exploração	(não utiliza linha fina)
Link	exploração de trabalho escravo (3); trabalho escravo (2); mão de obra escrava; condições análogas à escravidão	regime análogo à escravidão; trabalho escravo; condições degradantes

Analisando o quadro 1, a diferença mais notável entre os dois webjornais está no uso constante, pela RB, de expressões mais impactantes como “trabalho escravo”, “escravidão” e “mão de obra escrava”. Obviamente não podemos desprezar o fato de que a Folha.com não utiliza linha fina e, por isso, a ocorrência de expressões com ênfase é potencialmente menor. No entanto, quando utilizadas, percebe-se a preferência da Folha.com pela expressão “trabalho irregular”, que é atenuante e aparece em três títulos. Outras como “trabalho degradante” e “condições degradantes” também são diferenciais na comparação com a RB.

A comparação também pode ser feita entre expressões encontradas ao longo dos textos. Na tabela 1 separamos essas expressões que resumem as condições de trabalho e de vida e as agrupamos por semelhança em diferentes linhas, para analisá-las.

Tabela 1 – Definição da situação: expressões inseridas nos textos

Repórter Brasil	%	Folha.com	%
trabalho escravo (6); escravidão (6); trabalho escravo contemporâneo; escravidão contemporânea; condições de trabalho escravo; condição de trabalho escravo; “utilização, pelas oficinas contratadas, de mão de obra escrava”; escravizados; exploração de trabalho escravo; escravidão contemporânea; “trabalho escravo”	41,1	expostos a condições degradantes (6); trabalho degradante (4); trabalham em condições precárias; trabalhadores em condições desumanas	25,5
crime (4); "gravíssimo" crime contra a violação de direitos humanos (fala de deputado); crimes; exploração criminosa	13,7	explorando em condições análogas à escravidão (2); condições análogas à escravidão (2); regime semelhante ao escravo (2); uso de mão de obra em condições análogas à escravidão; utilização de mão de obra em condições análogas à escravidão; trabalho análogo à escravidão; mão de obra em situação análoga à de escravidão; regime de trabalho semelhante ao escravo	23,4
condições degradantes (4); “situação de trabalho deplorável e indigno”; condições desumanas; situações precárias de trabalho	13,7	trabalho irregular (5); irregularidades (2); uso da mão de obra de forma irregular; ilegalidades	19,1
condições análogas à escravidão (3); trabalho análogo à escravidão (2); exploração em condições análogas à escravidão	11,7	utilização de mão de obra escrava (2); condições de escravidão (2); trabalho escravo; “feita por escravos”; “escraviza”; utilização de mão de obra escrava	17
contratações completamente ilegais irregularidades (3); “irregularidades”; produzido irregularmente	11,7	exploração dos funcionários (6)	12,7
explorados; exploração; abuso de trabalho	5,8	condições não previstas na lei trabalhista	2,1
servidão	1,9		

Na tabela 1, observamos que a RB usa muitas expressões impactantes para definir a situação como escravidão e trabalho escravo. A ocorrência delas chega a 41,1%, enquanto na Folha.com não passa de 17% do total das expressões coletadas. Por outro lado, as expressões juridicamente mais adequadas às situações encontradas²³, como “trabalho análogo à escravidão”, por exemplo, somam 23,4% na Folha.com e 11,7% na RB.

O maior percentual encontrado na Folha.com, entretanto, se refere às expressões que caracterizam as condições de trabalho como “degradantes”, “desumanas” e “precárias”, que totalizam 25,5% do total. Na RB, tais expressões correspondem a 13,7%. Essas expressões, apesar de relativamente impactantes, quando não acrescidas de maiores descrições, são bastante imprecisas quanto à definição da situação, pois, afinal, o que caracteriza as “condições degradantes”, por exemplo?

²³ Pelas leis brasileiras, o Brasil não possui “trabalho escravo” e as situações em que haja semelhanças com o que foi esta prática no passado devem ser consideradas “análogas” à escravidão.

Outra diferença está no maior uso, pela Folha.com, de expressões como “trabalho irregular” e “irregularidades” (19,1%), que são atenuantes quando comparadas à “escravidão”, por exemplo. Na RB, também foram usadas, porém a ocorrência é um pouco inferior (11,7%).

Merece destaque ainda o uso de expressões que remetem à noção de crime, que só ocorre na RB (“crime”; “exploração criminosa”). Na Folha.com a ideia mais próxima disso aparece na expressão “condições não previstas na lei trabalhista”, mas que está longe de indicar explicitamente uma atividade criminosa, tal qual é o uso de trabalho análogo à escravidão. Nesse sentido, observamos que a Folha.com utiliza, por nove vezes, a palavra “denúncia” para tratar das situações que a RB trata como “flagrantes” (Apêndice A).

O quadro 2 foi construído a partir de expressões que não se referem especificamente às situações flagradas, mas que, ao serem utilizadas, ligam o caso a um tema ou questão mais geral.

Quadro 2 – Definição da situação: questões associadas

Repórter Brasil	Folha.com
escravidão; escravidão atual; trabalho escravo (3); trabalho escravo contemporâneo no Brasil; condições análogas de escravo no país; exploração de trabalho escravo na indústria da moda; trabalho escravo na indústria da moda; “Roupa de grife feita com a escravidão”; “peça feita com trabalho escravo e trabalho infantil”; trabalho escravo nas confecções; preocupações relativas ao trabalho escravo urbano e às subcontratações em série; ciclo produtivo em que o trabalho escravo foi detectado; quadro de trabalho escravo; questão do trabalho escravo; caso de trabalho escravo	problema (5); escravidão moderna; escravidão (2); trabalho escravo; escravizados; trabalho análogo à escravidão no Brasil; trabalho escravo no Brasil; trabalho análogo à escravidão na agricultura; trabalho irregular (2); mão de obra irregular; situação irregular; oficinas irregulares; exploração; condições degradantes de trabalho
esse tipo de crime (2); crime; formas de exploração que atentam contra os direitos fundamentais; superexploração dos empregados, que têm seus direitos laborais e previdenciários negados	“trabalho em condições análogas à escravidão” (Código Penal)
pacto contra escravidão (título); Frente Parlamentar pela Erradicação do Trabalho Escravo; Comissão Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo; <u>adesão da Zara e de outras 48 fornecedoras ao Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, em 10 de novembro; Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo</u>; Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo (3); “lista suja” do trabalho escravo; <u>“lista suja” do trabalho escravo - cadastro mantido pelo governo federal com nomes de empregadores envolvidos na exploração desse tipo de crime; “lista suja” do trabalho escravo</u>; Programa de Combate ao Trabalho Escravo Urbano da SRTE/SP; Programa de Erradicação do Trabalho Escravo Urbano; Pacto Contra a Precarização e Pelo Emprego e Trabalho Decentes em São Paulo - Cadeia Produtiva das Confecções; Carta-Compromisso Contra o Trabalho Escravo; campanha de combate a trabalho escravo (2); enfrentamento ao trabalho escravo; combate à escravidão contemporânea; [enfrentamento das] “violações de direitos humanos de trabalhadores estrangeiros no Brasil” (objetivo de comissão do Legislativo); grupo de combate ao trabalho escravo urbano; grupo especial de fiscalização de trabalho escravo urbano; punir empresas que tenham as suas cadeias ligadas à escravidão; ações contra a escravidão; prevenção ao trabalho escravo; combate à escravidão no setor têxtil; CPI do Trabalho Escravo (3); Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Trabalho Escravo; [PEC] propriedade onde houver exploração de trabalho escravo	lista suja do trabalho escravo; Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo no Brasil; pacto estadual contra a precarização do trabalho; CPI do Trabalho Escravo
estrangeiros que vivem e trabalham em situação de vulnerabilidade; conhecidos casos de trabalho escravo contemporâneo, principalmente de imigrantes latino-americanos em situação de vulnerabilidade, em oficinas de costura precárias e informais; ocorrências de exploração de mão de	

obra escrava de imigrantes sul-americanos em oficinas de costura precárias e ilegais; histórica rotina de explorações dos migrantes; violações de direitos básicos na origem, no trânsito e no destino final da migração	
<u>oficina que explorava trabalho escravo na confecção dos coletes utilizados pelos recenseadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);</u> <u>também contratada pela rede varejista Pernambucanas, cuja cadeia também apresentou ilícitos semelhantes</u>	
<u>Lei Áurea de 1888 implicou somente em uma "mudança de metodologia de exploração dos trabalhadores"</u> ²⁴	

Em ambos os webjornais verificamos a ancoragem do caso da Zara à questão mais geral do trabalho escravo, conforme mostra a primeira linha de expressões do quadro 2. Porém, repete-se a predominância na RB das expressões mais impactantes, que caracterizam as situações dos trabalhadores como “escravidão” ou “trabalho escravo”, enquanto a Folha.com varia entre “trabalho escravo”, “trabalho análogo à escravidão” e “trabalho irregular”. Outra diferença está na ancoragem recorrente, pela RB, à questão do problema no setor têxtil.

Na segunda linha do quadro 2, agrupamos definições que remetem à noção de direito e a escravidão como negação deles, seja pela explicitação dessa noção (RB: “crime”, “formas de exploração que atentam contra os direitos fundamentais”) seja pela referência ao Código Penal (Folha.com) que, de certa forma, indica que se trata de uma questão legal, de direito. Novamente, somente a RB trata as situações como crimes.

Ainda observando o quadro 2, cabe destacar o uso da hipertextualidade. Na RB, algumas definições do problema aparecem como expressões-links. Dentro deste item de observação, selecionamos as seguintes expressões-links para analisar, com seus respectivos destinos²⁵ (quadro 3).

²⁴ As expressões sublinhadas indicam expressões-links.

²⁵ Outras expressões-links elencadas na tabela 3 serão analisadas em outros itens de observação aos quais estas expressões-links são mais relacionadas.

Quadro 3 – questões associadas: expressões-links na RB

Expressões-links	Destino do link
<u>oficina que explorava trabalho escravo na confecção dos coletes utilizados pelos recenseadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)</u>	Site: RB Conteúdo: notícia sobre descoberta de imigrantes submetidos a condições análogas à escravidão na fabricação de coletes dos recenseadores do IBGE
<u>também contratada pela rede varejista Pernambucanas, cuja cadeia também apresentou ilícitos semelhantes</u>	Site: RB Conteúdo: notícia sobre descoberta de imigrantes submetidos a condições análogas à escravidão na fabricação de roupas comercializadas pela rede Pernambucanas
<u>Lei Áurea de 1888 implicou somente em uma "mudança de metodologia de exploração dos trabalhadores"</u>	Site: RB Conteúdo: artigo sobre a abolição da escravidão no Brasil no século 19, que aponta os problemas e o legado dessa prática que se refletem na escravidão contemporânea.

A menção e os links para dois outros casos semelhantes reforçam a ideia de que o caso Zara não é algo isolado no setor. Já o artigo proporciona uma representação mais analítica e histórica da questão de forma geral.

Feitas as considerações sobre as expressões gerais, que resumem e/ou definem as situações, passemos a uma análise do detalhamento destas pelos webjornais (Apêndice A). A RB, obviamente por ser dedicada ao tema, oferece maior nível de detalhamento das informações que a Folha.com. A Folha.com, por sua vez, apresenta alguns detalhes na primeira notícia disponibilizada, em que descreve brevemente as condições da adolescente encontrada entre as vítimas e exemplifica alguns dos problemas flagrados.

A Folha.com disponibilizou ainda uma reportagem da BBC que descreve a situação das oficinas vistoriadas em três parágrafos curtos e transcreve a fala de um dos trabalhadores libertados para definir a situação, o que acrescenta humanização ou dramaticidade à sua representação. Tal reportagem insere o caso das oficinas ilegais dentro da problemática mais ampla, que é a situação dos trabalhadores imigrantes sul-americanos em condições ilegais no Brasil. Entretanto, não há indicação textual direta ou explícita de que as oficinas descritas se refiram àquelas que produziam para a Zara. Só inserimos essa notícia no *corpus* da análise porque foi disponibilizada um dia depois da primeira notícia sobre o caso e porque, na página em que está disponível, são elencados três links para notícias do caso, ou seja, há uma ligação implícita e proposital entre essa reportagem e o caso Zara noticiado no dia anterior.

Já a RB descreve de forma muito mais detalhada as condições das oficinas, dos alojamentos, de trabalho e de vida das vítimas. Para cada uma das três oficinas vistoriadas, a RB dedica uma parte da primeira reportagem sobre o caso, em que enumera separadamente os crimes e infrações flagrados em cada uma delas, mencionando provas apreendidas; descreve

as condições das oficinas e alojamentos; utiliza depoimentos de vítimas; copia trechos do relatório de fiscalização e até mesmo compara informações, como no exemplo citado a seguir.

Uma jovem de 20 anos, vinda do Peru, disse à reportagem que chegou a costurar 50 vestidos em um único dia. Em condições normais, estimou Maria Susicléia Assis, do Sindicato das Costureiras de São Paulo e Osasco, seria preciso um tempo muito maior para que a mesma quantidade da difícil peça de vestuário fosse toda costurada.

Também ficam evidentes as diferenças quanto ao detalhamento do que foi descoberto pela fiscalização sobre a cadeia produtiva da Zara. A Folha.com se refere às relações dentro da cadeia da Zara de forma sucinta, atribuindo responsabilidade pelos problemas aos “fornecedores da marca de roupas Zara”, mas também utilizando falas de representantes da SRTE/SP que responsabilizam a própria marca (“A conclusão é que o único responsável por essas duas oficinas era a Zara, pois esses trabalhadores só produziam peças destinadas à empresa, seguindo os padrões dela” / “As duas oficinas da capital --de propriedade de bolivianos, mas que, segundo a SRTE, era de responsabilidade da Zara”). Entretanto, no caso da oficina de Americana (SP), não há sequer menção à Rhodes, fornecedora da Zara que contratou as oficinas ilegais. No caso da relação com a AHA, a Folha.com chega a transcrever fala de auditor do trabalho sobre a relação inversa entre o aumento da produção e o declínio do número de funcionários, mas as informações sobre a cadeia produtiva param por aí.

A RB, por sua vez, expõe detalhes da fiscalização trabalhista e investiga além destes. Logo na primeira reportagem sobre o caso, são descritos os valores pagos aos trabalhadores por cada peça costurada, em cada uma das três oficinas vistoriadas, assim como os valores pagos pelas intermediárias (Rhodes e AHA) às oficinas. Para completar a informação, a RB coloca o valor de venda no varejo de peças semelhantes, como no exemplo a seguir, que deixa implícito as injustiças desse sistema de produção:

No momento da fiscalização, os empregados finalizavam blusas da Coleção Primavera-Verão da Zara, na cor azul e laranja (*fotos acima*). Para cada peça feita, o dono da oficina recebia R\$ 7. Os costureiros declararam que recebiam, em média, R\$ 2 por peça costurada. No dia seguinte à ação, 27 de junho, a reportagem foi até uma loja da Zara na Zona Oeste de São Paulo (SP), e encontrou uma blusa semelhante, fabricada originalmente na Espanha, sendo vendida por R\$ 139.

Ainda na primeira reportagem sobre o caso, a RB descreve as relações entre a fornecedora AHA e a Zara. São apresentados números, como a porcentagem da produção da intermediária para a marca espanhola, das oficinas irregulares que produzem para a AHA, das peças já produzidas para a Zara sem formalização e os dados que chamaram a atenção dos fiscais para a fornecedora (como o aumento da produção e paradoxal redução de funcionários formalizados). Até mesmo dois gráficos são usados para elucidar o fluxograma da cadeia produtiva e a diminuição de funcionários na AHA, durante o período investigado. Outras apurações da SRTE/SP também são apresentadas nessa reportagem, como a que descreve a direção da Zara sobre o processo produtivo, desde a “escolha dos tecidos” até a “anuência final da Europa” para o “recebimento das etiquetas”, reforçando a atribuição de responsabilidade à Zara.

Por fim, as representações da RB são marcadas pelo uso de algumas ironias que contrastam os crimes com o local e a época em que são flagrados e também com o valor da marca Zara (quadro 4).

Quadro 4 – Definição da situação: ironias

Repórter Brasil
“ocorrência de escravidão no Estado mais rico do país, em pleno século XXI” “trabalhadores estrangeiros submetidos a condições análogas à escravidão produzindo peças de roupa da badalada marca internacional Zara, do grupo espanhol Inditex” “Quem vê as blusas de tecidos finos e as calças da estação nas vitrines das lojas da Zara não imagina que algumas delas foram feitas em ambientes apertados, sem ventilação, sujos, com crianças circulando entre as máquinas de costura e a fiação elétrica toda exposta. Principalmente porque as peças custam caro”. “Roupa de grife feita com a escravidão” (gritos de ordem de manifestação)

3.4.2 Trabalhadores

Para este item foram coletadas as expressões que definem e explicam os indivíduos/grupos vítimas de trabalho análogo à escravidão flagrado pelos fiscais. Em um primeiro momento, observamos tais expressões presentes em destaque, por estarem em títulos, linhas finas e links (quadro 5)

Quadro 5 – Trabalhadores: título, linha fina e link

	Repórter Brasil	Folha.com
Título		vítima de exploração; trabalhadores
Linha fina	vítimas de exploração; 15 pessoas, incluindo uma adolescente de 14 anos	
Link	estrangeiros; imigrantes sul-americanos; imigrantes	bolivianos

A expressão “vítimas de exploração” é usada para definir os trabalhadores em um título da Folha.com e uma linha fina da RB, tornando a representação mais forte em ambos. Porém, é bom frisar que, no caso da Folha.com, este título pertence àquela matéria da BBC que não diz diretamente se tratar do caso Zara. Outro título da Folha.com contém “trabalhadores”, enquanto a RB os descreve mais detalhadamente como “15 pessoas, incluindo uma adolescente de 14 anos” em uma linha fina, recurso que permite maior descrição que o título.

As expressões que ganharam ênfase na RB por estarem constituindo links são “estrangeiros”, “imigrantes sul-americanos” e “imigrantes”, enquanto a Folha.com optou por especificar a nacionalidade usando “bolivianos” em um link. Pelas informações da RB, entretanto, uma das imigrantes é do Peru e há brasileiros entre os trabalhadores, o que torna errada a generalização da Folha.com.

Ao longo dos textos, tanto diferenças quanto semelhanças no uso dessas expressões ficam mais evidentes (tabela 2). É possível notar, a princípio, que as expressões simples, como “trabalhadores” ou “trabalhador” sem maiores caracterizações, é mais recorrente em ambos os webjornais (31% na RB; 40% na Folha.com).

Tabela 2 – Trabalhadores: expressões inseridas nos textos

Repórter Brasil	%	Folha.com	%
trabalhadores (15); trabalhador (3); 52 trabalhadores [Americana]; “trabalhadores” (fala de auditora); “trabalhadores” (já regularizados – fala de auditora); trabalhadoras e trabalhadores	31	trabalhadores (6); 16 trabalhadores (5); 15 trabalhadores; “trabalhadores” (diretor da Inditex); trabalhador	40
trabalhadores estrangeiros (2); imigrantes sul-americanos (2); trabalhadores imigrantes; “trabalhadores imigrantes indígenas” (relatório da fiscalização); indígenas quéchua e aimará; imigrantes em situação ilegal; “trabalhadores imigrantes bolivianos e de qualquer outra comunidade de imigrantes” (fala da Inditex); vítimas foram aliciadas na Bolívia e no Peru, país de origem de apenas uma das costureiras encontradas; boliviana [dona de oficina e trabalhadora]; muitos trabalhadores foram aliciados na Bolívia; 52 trabalhadores, sendo cinco deles brasileiros. O restante do grupo era formado por bolivianos.	18	trabalhadores bolivianos (5); bolivianos (3); 50 bolivianos; “bolivianos” (internauta – Twitter); “escravos bolivianos” (internauta – Twitter); trabalhadores bolivianos; 15 bolivianos	37,1
peças (2); seis pessoas, incluindo uma adolescente de 14 anos; 15 pessoas, incluindo uma adolescente de apenas 14 anos; pessoas (incluindo uma adolescente de 14 anos); 15 pessoas	8,4	adolescente de 14 anos entre os trabalhadores (4); adolescente de 14 anos	14,3
crianças (2); dois trabalhadores e duas crianças; famílias inteiras com crianças; todos os trabalhadores, inclusive casais com filhos; mães	8,4	ao menos 15 costureiras, entre elas uma adolescente	2,8
vítimas (3); “vítimas” (fala de deputada); vítimas de exploração criminosa; trabalhadores explorados	8,4	costureiras	2,8
empregado; empregados (4)	7	15 funcionários	2,8
libertados; 15 pessoas resgatadas; 15 pessoas libertadas; resgatados	5,6		35
costureiros e seus filhos; costureiros; costureiros [depois de regularizados]	4,2		
adolescente de 14 anos; jovem de 20 anos; jovem, de 21 anos	4,2		
“funcionários” (fala de advogada da AHA); funcionários (já regularizados)	2,8		
grupo de escravizados	1,4		

O segundo grupo de expressões mais utilizadas caracteriza os trabalhadores como imigrantes. Assim como observamos anteriormente sobre a composição de um link, ao longo dos textos a Folha.com também opta por “trabalhadores bolivianos” ou simplesmente “bolivianos”, que constitui informação errada ou incompleta.

Na RB, a descrição dos trabalhadores tem maior variação léxica e identifica características mais específicas sobre o grupo de estrangeiros (conforme segunda linha da tabela 2).

Tanto RB quanto Folha.com repetem em diversas ocasiões a informação de que entre as “pessoas” resgatadas foi encontrada uma “adolescente de 14 anos”, principalmente a Folha.com. Porém, somente a RB oferece outros detalhes sobre a composição desse grupo (terceira linha da tabela 2).

Outro aspecto observado é a repetição da vitimização dos trabalhadores pela RB, que utilizou expressões como “vítimas”, “vítimas de exploração criminosa”, “grupo de escravizados”, “pessoas resgatadas” e “pessoas libertadas” para definir os trabalhadores. A Folha.com só usou a palavra “vítima” uma vez em um título, como já dito anteriormente.

Além das expressões que resumem quem são os trabalhadores, encontramos na RB algumas narrativas sobre eles (quadro 6), como a seguinte: “muitos trabalhadores foram aliciados na Bolívia e chegaram ao Brasil devendo o valor da passagem”. A oração reforça o sentido de vitimização desses trabalhadores por terem sido “aliciados”, ou seja, atraídos/seduzidos, e por já chegarem devendo, o que complementa e reforça as informações verificadas no item de observação anterior, sobre a apreensão de cadernos com dívidas dos trabalhadores. Outras quatro narrativas personalizam a questão: sobre a adolescente de 14 anos, sobre dois trabalhadores e, curiosamente, sobre dona de uma das oficinas que ganha status de trabalhadora (último trecho do quadro 6, coluna da RB).

A Folha.com apresenta somente uma narrativa semelhante, naquela reportagem produzida pela BBC (quadro 6). À experiência pessoal do trabalhador entrevistado, soma-se a visão crítica que ele expõe sobre sua própria situação.

Quadro 6 – Trabalhadores: narrativas

Repórter Brasil	Folha.com
muitos trabalhadores foram aliciados na Bolívia e chegaram ao Brasil devendo o valor da passagem adolescente de 14 anos (...). No Brasil desde 2010, não está estudando. Seu irmão juntou dinheiro e foi buscá-la na capital boliviana de La Paz. [apesar de dona, trabalhadora] Um dos trabalhadores, irmão da dona da oficina, está no Brasil há sete anos e já possui os documentos e até CTPS. "Eu trabalho na costura desde que cheguei. Mas eu queria mesmo era trabalhar com música. Eu consegui comprar algum equipamento já". Outro jovem, de 21 anos, disse que não gosta muito do trabalho porque é "cansativo". Ele recebe, em média, R\$ 500 por mês. "Eu vou voltar para a Bolívia. Queria estudar Turismo e trabalhar com isso. A costura é só para sobreviver", projetou. Há 19 anos no Brasil, a boliviana que era dona da oficina teve todos os seus oito filhos (entre 5 meses e 15 anos) nasceram aqui. Ela sonha em dar um futuro melhor aos rebentos, para que não tenham que trabalhar "nas máquinas, com costura". "Todo mundo na minha terra que vinha para o Brasil dizia que aqui era bom. E eu vim", contou a senhora	"Os bolivianos como eu que vêm ao Brasil só querem ganhar algum dinheiro e voltar para casa com nossas famílias, mas acabamos presos nesses lugares pequenos, sem qualquer dignidade", disse um trabalhador que aceitou falar sob condição de anonimato. "Eu já estou aqui há seis anos e não tenho nada. E voltar para a Bolívia não é uma boa opção porque as coisas são ainda piores lá.

Além da representação dos trabalhadores envolvidos diretamente no caso, observamos a representação do grupo ao qual a maioria pertence, imigrantes da América do Sul no Brasil, questão abordada nas reportagens e notícias de ambos os webjornais (quadro 7).

Quadro 7 – Trabalhadores: tema da imigração ilegal

Repórter Brasil	Folha.com
Em busca de melhores condições de vida, deixam os seus países em busca do "sonho brasileiro". Quando chegam aqui, geralmente têm que trabalhar inicialmente por meses, em longas jornadas, apenas para quitar os valores referentes ao custo de transporte para o Brasil. “trabalhadores estrangeiros no Brasil” (usada pela comissão da Câmara) estrangeiros que vivem e trabalham em situação de vulnerabilidade [conhecidos casos] imigrantes latino-americanos em situação de vulnerabilidade histórica rotina de explorações dos migrantes Na busca por melhores condições de vida, uma quantidade enorme de pessoas excluídas acaba ficando exposta a violações de direitos básicos na origem, no trânsito e no destino final da migração. Enquanto diversos setores econômicos se valem economicamente dessa situação, as vítimas, colocou Mário, são criminalizadas. "E a culpa acaba sendo dos migrantes". O trabalho desenvolvido pela CPM em iniciativas como a Casa do Migrante, prosseguiu o padre, busca justamente reconhecer o migrante "não só como mão de obra para trabalhar", mas como um ser humano dotado de direitos. Para que outras dimensões também sejam levadas em conta, ele defendeu a aprovação de uma nova lei de estrangeiros que substitua (sic) o estatuto em vigor, elaborado na ditadura militar. Cerca de 300 mil latino-americanos vivem na Região Metropolitana de São Paulo. Às autoridades, o religioso lembrou que mais de cinco milhões de brasileiros estão fora do país. famílias inteiras de estrangeiros que vivem na capital vítimas, que preferem permanecer na condição de clandestinidade com receio de gerar a perda do próprio posto de trabalho (sobre criação de 0800) [auditor] também exibiu material jornalístico sobre um incêndio acidental que ceifou a vida de duas crianças bolivianas (uma de dois e outra de quatro anos de idade) que ficaram presas dentro de uma oficina de costura em chamas. [casos de exploração de] imigrantes sul-americanos as vítimas têm sido particularmente migrantes vindos de outros países pobres da América do Sul, em busca de uma vida melhor. Um dos fatores centrais que precisam ser revertidos, na perspectiva apresentada por ela, é a vulnerabilidade social que afeta esses grupos, visto que essas pessoas não têm acesso a oportunidades de trabalho decente e acabam sofrendo formas de exploração que atentam contra os direitos fundamentais.	Voltar para a Bolívia não é uma opção, diz vítima de exploração (título) Trata-se de uma das centenas de oficinas que empregam em São Paulo milhares de trabalhadores imigrantes --a grande maioria da Bolívia-- na confecção de roupas para o crescente mercado brasileiro. Imigrantes bolivianos vêm a São Paulo em grande número desde o início dos anos 1980 e hoje estão entre as comunidades com mais visibilidade na cidade. Em geral, são de etnias indígenas, vivem na pobreza e tentam fugir das dificuldades do seu país trabalhando para a indústria de vestuário no Brasil. O problema tem pelo menos 20 anos “a escravidão moderna pode ser ainda pior, porque o trabalhador não tem qualquer valor monetário para o empregador e pode ser facilmente substituído” (Secretária no MTE) é impossível ter qualquer estimativa quanto ao número de pessoas que trabalham nessas condições “Esses trabalhadores são invisíveis” (Secretária no MTE) "Muitos dos trabalhadores são transportados para o Brasil por 'gatos' (traficantes de pessoas) e eles não podem deixar as oficinas enquanto pagam sua dívida pela viagem. Alguns empregadores chegam a apreender os documentos dos trabalhadores" (fala de auditor do trabalho) "Normalmente, quando chegamos às oficinas, os imigrantes dizem que não estão escravizados, que trabalham muito porque eles querem dar uma vida melhor para sua família e que a situação em seu país de origem é ainda pior." (Secretária no MTE) vítima (geral) Medo (subtítulo) os trabalhadores bolivianos costumam ter mais medo das autoridades do que de seus empregadores, pois muitos deles são imigrantes ilegais no país - apesar de um acordo bilateral entre os dois países permitir que os bolivianos trabalhem no Brasil Ainda parece fácil atrair trabalhadores migrantes pobres para as grandes cidades com promessas de uma vida mais digna e um futuro melhor. 84 imigrantes [já resgatados desde julho/2009] "A maioria é da Bolívia, mas há outras nacionalidades, como peruana e paraguaia." (fala de assessor da Sec. Inspeção do Trabalho)

Na Folha.com, a entrevista de trabalhador mencionada anteriormente serve de ligação para o tema da imigração ilegal para o Brasil e, especificamente, para a cidade de São Paulo, que é tratada na reportagem como uma opção, principalmente dos bolivianos “de etnias indígenas, que vivem na pobreza” para “fugir das dificuldades do seu país”. O título da reportagem explicita bem a ideia de que na Bolívia a situação é ainda pior (“Voltar para a Bolívia não é uma opção, diz vítima de exploração”). A situação do país de origem desses imigrantes é, aliás, apresentada como um dos motivos que dificultam o enfrentamento da situação. Entre as dificuldades mencionadas por representantes do MTE e da SRTE/SP estão: a percepção das próprias vítimas de que “não são escravizados, que trabalham muito porque eles querem dar uma vida melhor para sua família e que a situação em seu país de origem é ainda pior”; e o “medo das autoridades” que os imigrantes têm por serem ilegais no país, “apesar de um acordo bilateral entre os dois países permitir que os bolivianos trabalhem no Brasil”.

Outros aspectos apresentados sobre a questão são a existência desse tipo de imigração desde o início da década de 1980; a atuação de “gatos (traficantes de pessoas)”; a ocorrência de dívidas da viagem, que servem como motivo para segurar os trabalhadores nas oficinas; e a ressalva sobre a vinda de imigrantes de outras nacionalidades “como peruana e paraguaia”. Por fim, é apresentada uma análise de representante do MTE que ressalta a condição extremamente vulnerável do trabalhador escravo atual (“a escravidão moderna pode ser ainda pior, porque o trabalhador não tem qualquer valor monetário para o empregador e pode ser facilmente substituído”).

Na RB o tema é tratado de forma semelhante no que se refere à “busca” dos imigrantes pelo “sonho brasileiro” e, no entanto, “quando chegam aqui, geralmente têm que trabalhar por meses, em longas jornadas, apenas para quitar os valores referentes ao custo de transporte para o Brasil”. São apresentadas algumas expressões e narrativas, de fontes oficiais ou não, que indicam a situação vulnerável desses estrangeiros (quadro 7).

Nesse sentido, o discurso de representante da Casa do Migrante reforça que há “violações de direitos básicos na origem, no trânsito e no destino final da migração”. É interessante notar ainda, que tal discurso termina com uma crítica aos empregadores diretos e indiretos: “Enquanto diversos setores econômicos se valem economicamente dessa situação, as vítimas são criminalizadas. E a culpa acaba sendo dos migrantes”. Nenhuma menção à responsabilidade dos empregadores é encontrada na Folha.com.

NA RB também é apresentada a defesa, pelo mesmo representante, da “aprovação de uma nova lei de estrangeiros que substitua (sic) o estatuto em vigor, elaborado na ditadura militar” que faz o papel de cobrança ao poder Legislativo.

Na comparação geral, então, a Folha.com apresenta uma perspectiva relativamente ampla e analítica desse tema ligado aos trabalhadores, baseada principalmente em fontes oficiais; enquanto a RB distribui essa perspectiva em diversas reportagens, utilizando não somente fontes oficiais, o que resulta em apresentação de questões diferenciadas em relação à Folha.com. Entretanto, cabe lembrar que apesar da profundidade sobre o tema apresentada pela Folha.com, a reportagem em que isso ocorre não é mencionada ou ligada diretamente às outras do caso.

3.4.3. Atuação do poder Executivo

Quanto à atuação do poder Executivo, a diferença mais notável entre os dois webjornais analisados está no nível de detalhamento, que é maior pela RB do que pela Folha.com, reforçando mais uma vez as distintas propostas editoriais dos meios. Os primeiros indícios dessa diferença estão na apresentação ou ao menos menção da participação de determinados órgãos, conforme listados no quadro 8.

Quadro 8 – atuação do Executivo: órgãos

Repórter Brasil	Folha.com
SRTE; grupo de combate ao trabalho escravo urbano da SRTE; MTE de forma geral; Polícia Federal; Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (da Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo); Gerência Regional do Trabalho e Emprego de Campinas (SP); Vigilância Sanitária de Americana (SP); Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República	SRTE/SP; MTE de forma geral; Secretaria de Inspeção do Trabalho, vinculada ao MTE

Na apresentação de investigações e flagrantes, a Folha.com o faz de forma bastante sucinta, enquanto a RB trata de diversos detalhes, como o que foi analisado nas investigações, o que foi apreendido e interditado em cada uma das oficinas, além do que fizeram pelos trabalhadores depois de libertados (Apêndice B).

Outra diferença entre os dois meios está na atribuição de responsabilidade pelas atuações feitas pelas autoridades (quadro 9). Na primeira reportagem da RB, o MTE “lavrou 48 autos de infração contra a Zara”, “em nome da Zara” e “contra a intermediária Rhodes”, no

caso de Americana. Já na Folha.com, não há diferenciação entre os três flagrantes. Nas primeiras notícias, foram as “oficinas” que receberam “48 autuações” e, mais adiante, é noticiada a emissão de “52 autos de infração contra duas subcontratadas que produzem roupas e fornecem para a Inditex no Brasil”. Além de haver incoerência entre os números de autuações apresentados pela própria Folha.com, não há correspondência entre os dois webjornais acerca da responsabilidade atribuída às infrações pelas autoridades.

Somente em notícias divulgadas posteriormente, a Folha.com passa a mencionar “48 autos de infração trabalhistas à Zara” em seis oportunidades, sendo que em cinco delas faz uma ressalva quanto a essa responsabilidade. Uma vez que a Zara se recusou a pagar as multas trabalhistas, a “SRTE aceitou o pedido da Zara para que a AHA, que foi a terceirizada responsável pela contratação das oficinas clandestinas, quitasse essas multas”. A RB, por sua vez, aponta a responsabilidade da Zara utilizando, inclusive uma justificativa de auditor da SRTE/SP para isso. Entretanto, não fica claro quem afinal foi responsabilizado por conta da informação, na mesma reportagem, que a contradiz: as verbas rescisórias “acabaram sendo pagas pela intermediária AHA” (quadro 9)

Quadro 9 – Atuação do Executivo: autuações

RB	Folha.com
O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) lavrou 48 autos de infração contra a Zara devido as (sic) irregularidades nas duas oficinas. Os 48 autos de infração foram lavrados em nome da Zara. "A empresa tem responsabilidade por quem trabalha para ela. Esses trabalhadores estavam produzindo peças da Zara, e seguindo determinações da empresa" (fala de auditora). É a chamada responsabilização estrutural (fala indireta de auditor). "Essa é a atividade fim da empresa, a razão de sua existência. Portanto, é dever dela saber como suas peças estão sendo produzidas" (fala de auditor) As verbas rescisórias, que acabaram sendo pagas pela intermediária AHA, totalizaram mais de R\$140 mil. Foram lavrados 30 autos de infração contra a intermediária Rhodes pelas irregularidades encontradas.	essas oficinas, que funcionavam há dois anos, receberam 48 autuações por infrações autoridades brasileiras emitiram 52 autos de infração contra duas subcontratadas que produzem roupas e fornecem para a Inditex no Brasil A SRTE/SP (Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de São Paulo) aplicou 48 autos de infração trabalhistas à Zara por... (5) A SRTE aceitou o pedido da Zara para que a AHA, que foi a terceirizada responsável pela contratação das oficinas clandestinas, quitasse essas multas. (4)

Apesar de ser a RB que dá mais detalhes sobre os flagrantes (Apêndice B), somente a Folha.com menciona, em três notícias, que a fiscalização nas oficinas que fabricavam para a Zara também encontrou etiquetas de outras marcas e, por isso, seriam investigadas. Na primeira notícia que toca no assunto constam, inclusive, as respostas das marcas sobre as

etiquetas apreendidas; na segunda elas não são mencionadas; enquanto, na terceira, as marcas são citadas novamente e é apresentado um link para visualização da primeira notícia.

A Folha.com aproveita esta última matéria para tratar de forma mais extensa sobre as investigações às “empresas do varejo de moda”, conforme pode ser observado no quadro 10.

Quadro 10 – Atuação do Executivo: setor têxtil

Repórter Brasil	Folha.com
Foi a maior operação do Programa de Erradicação do Trabalho Escravo Urbano da SRTE/SP, desde que começou os trabalhos de rastreamento de cadeias produtivas a partir da criação do Pacto Contra a Precarização e Pelo Emprego e Trabalho Decentes em São Paulo - Cadeia Produtiva das Confeccões. "Por se tratar de uma grande marca, que está no mundo todo, a ação se torna exemplar e educativa para todo o setor" (fala de “auditora fiscal que participou de todas as etapas da fiscalização”) A ação serve também para mostrar a proximidade da escravidão com pessoas comuns, por meio dos hábitos de consumo. A posição sustentada pela empresa tampouco encontrou respaldo no pronunciamento do auditor da Superintendência Regional de Trabalho e Emprego de São Paulo (sic) (SRTE/SP), que coordenou não só as fiscalizações do caso Zara, mas também de outras grandes redes varejistas como as das lojas <u>Pernambucanas</u>, <u>Collins</u> e <u>Marisa</u> - além das operações envolvendo a <u>marca de moda jovem 775</u> e até uma <u>oficina que explorava trabalho escravo na confecção dos coletes utilizados pelos recenseadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)</u>.	35 marcas de roupa são investigadas (título) No rastro da investigação <u>sobre a Zara</u>, 35 empresas do varejo de moda estão sob suspeita de utilizar mão de obra irregular. Segundo auditor, os nomes não podem ser revelados para não prejudicar as investigações. "Temos de realizar as operações aos poucos porque não temos condições humanas de ir a todos os locais ao mesmo tempo" (fala de auditor) Segundo o auditor, porém, as apreensões de mercadoria de grandes redes já efetuadas em ateliês com trabalhadores em condições desumanas não serviram de exemplo. "Esperamos pró-atividade de quem está em situação irregular, pois a fiscalização está se intensificando" (fala de auditor) [auditor] cita que casos de redes conhecidas não foram suficientes para inibir a exploração de trabalhadores. Entre os mais recentes, estão apreensões de fornecedores de Collins, Pernambucanas, Marisa e 775. No ateliê em que foram apreendidas peças da Zara, no interior de São Paulo, a fiscalização também encontrou etiquetas da <u>Ecko</u>, <u>Gregory</u>, <u>Billabong</u>, <u>Brooksfield</u>, <u>Cobra d'Água</u> e <u>Tyrol</u>. Segundo a diligência feita no local, metade das peças era destinadas à Zara, e o restante, às demais marcas. Bignami explica que, em julho de 2009, foi assinado um pacto estadual contra a precarização do trabalho por diversas entidades, entre elas Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Federal e Polícia Federal. "O setor do vestuário está sendo intensamente investigado desde então", afirma.

São citados os casos de exploração descobertos na cadeia produtiva de quatro marcas do setor de vestuário, com inserções de discursos de representantes da SRTE e do MTE. Em suas falas, verificamos uma justificativa para possíveis demoras na descoberta de mais casos (“não temos condições humanas de ir a todos os locais ao mesmo tempo”); e cobranças ou avisos às empresas do setor [“Esperamos pró-atividade de quem está em situação irregular,

pois a fiscalização está se intensificando” / “O setor do vestuário está sendo intensamente investigado desde então” (da assinatura de pacto estadual contra escravidão)].

Por outro lado, a RB apresenta, na primeira reportagem sobre o caso, a ideia de que há um esforço específico para fiscalizar confecções ao citar esse mesmo pacto estadual de forma mais precisa: “Pacto Contra Precarização e Pelo Emprego e Trabalho Decentes em São Paulo – Cadeia Produtiva das Confecções”. Assim como na Folha.com, também são citados casos de exploração flagrados na cadeia daquelas marcas, com acréscimo do caso da oficina encarregada de produzir coletes para o censo do IBGE. Cabe ressaltar que cada um desses casos citados textualmente pela RB são expressões-link para outras matérias sobre cada um deles, constituindo mobilização mais intensa da hipertextualidade (quadro 11).

Quadro 11 – Atuação do Executivo: setor têxtil (expressões-links)

Repórter Brasil		Folha.com	
Expressões-links	Destino	Expressões-links	Destino
Pernambucanas	Site: RB Conteúdo: reportagem sobre caso de escravidão na cadeia da Pernambucanas	sobre a Zara	Site: Folha.com Conteúdo: primeira notícia do caso Zara
Collins	Site: RB Conteúdo: reportagem sobre caso de escravidão na cadeia da Collins	Ecko, Gregory, Billabong, Brookfield, Cobra d'Água e Tyrol	Site: Folha.com Conteúdo: primeira notícia que menciona a apreensão de etiquetas de outras marcas na inspeção de oficinas da Zara
Marisa	Site: RB Conteúdo: reportagem sobre caso de escravidão na cadeia da Marisa		
marca de moda jovem 775	Site: RB Conteúdo: reportagem sobre caso de escravidão na cadeia da 775		
oficina que explorava trabalho escravo na confecção dos coletes utilizados pelos recenseadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).	Site: RB Conteúdo: reportagem sobre caso de escravidão na cadeia de produção de coletes para recenseadores do IBGE		

Na RB encontramos ainda, assim como na Folha.com, um tipo de aviso às empresas, apoiado na fala de auditora (“Por se tratar de uma grande marca, que está no mundo todo, a ação se torna exemplar e educativa para todo o setor”). A mesma auditora faz uma análise sobre o significado dos flagrantes realizados, que demonstra o enraizamento desse problema

na sociedade: “A ação serve também para mostrar a proximidade da escravidão com pessoas comuns, por meio dos hábitos de consumo” (quadro 10).

Os dois webjornais também utilizam expressões e explicações relativas à atuação do Executivo no caso, que remetem a ações de enfrentamento ao problema em geral. É o caso, por exemplo, da possível inclusão da Zara na “lista suja do trabalho escravo” (quadro 12).

Quadro 12 – Atuação do Executivo: “lista suja”

Repórter Brasil	Folha.com
Em âmbito administrativo, os responsáveis podem vir a ser incluídos na <u>"lista suja" do trabalho escravo</u> - cadastro de empregadores envolvidos em flagrantes amparado por portaria interministerial do MTE e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR). "Trata-se de um dos instrumentos mais eficazes", (fala de auditor). Além da incômoda mácula na imagem, quem consta da "lista suja" tem restringido o acesso a empréstimos com recursos públicos federais, assim como passa a ser vetado como parceiro econômico pelas empresas signatárias do <u>Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo</u> - iniciativa em marcha desde 2005 que jamais contou com a adesão da Zara Brasil ou da Inditex. Em sua quarta cláusula, o documento redigido pela empresa tenta estabelecer vínculo entre a eventual assinatura daquele acordo com o MPT com o arquivamento do processo administrativo que corre no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e pode acarretar na inclusão da Zara na <u>"lista suja" do trabalho escravo - cadastro mantido pelo governo federal com nomes de empregadores envolvidos na exploração desse tipo de crime</u>. Os procedimentos no MPT e MTE, todavia, correm propositalmente separados.	Depois que as 48 autuações forem julgadas, primeiro pela STRE e depois pelo Ministério de Trabalho, a Zara pode ser incluída na lista suja de trabalho escravo do governo, caso seja punida pelas irregularidades. O cadastro, feito pelo Ministério do Trabalho e pela Secretaria de Direitos Humanos, é divulgado duas vezes por ano --a última versão foi publicada no fim de julho. As empresas cadastradas não podem obter financiamentos públicos, além de serem excluídas de negócios com outras companhias que assinaram o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo no Brasil. "Se der tempo de julgar todos esses autos, já a partir de janeiro de 2012 a Zara pode entrar na lista" (fala de auditor). A empresa também corre o risco de ser incluída na "lista suja" do Ministério do Trabalho. "A partir daí, ela perde qualquer tipo de relacionamento com o Poder Público, acesso a financiamentos públicos. Alguns bancos privados também cortam linhas de financiamento. Mas sempre a partir da inclusão da empresa na lista suja" (fala de auditor)

Ambos os webjornais apresentam essa possibilidade em duas matérias e explicam de que se trata, com a diferença de que a Folha.com acrescenta que a “última versão [da lista suja] foi publicada no fim de julho”. As informações exclusivas da RB, por sua vez, são as de que os procedimentos que podem levar à inclusão da Zara na lista suja “correm propositalmente separados” em relação às negociações da empresa com o Ministério Público do Trabalho; além da análise de um auditor dizendo que a “lista suja” é “um dos instrumentos mais eficazes” no enfrentamento ao trabalho análogo à escravidão.

O quadro 12 mostra ainda a menção da RB ao Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, que tem o apoio da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da

Presidência da República e do Ministério do Trabalho e Emprego (vinculados ao poder Executivo). Na RB, a representação do pacto aparece como sendo um instrumento acessório de punição a empresas incluídas na “lista suja”, uma vez que quem estiver nesta “passa a ser vetado como parceiro econômico pelas empresas signatárias do Pacto”. O acordo é descrito ainda como uma “iniciativa em marcha desde 2005 que jamais contou com a adesão da Zara Brasil ou da Inditex”, o que sugere um sentido de culpa/responsabilidade ainda maior da Zara.

Com relação à “lista suja”, observamos o uso de links pela RB que complementam as informações. No quadro 13 foram separadas as expressões-links e descritos os destinos desses links.

Quadro 13 – Atuação do Executivo: “lista suja” (expressões-links na RB)

Expressões-link	Destino dos links
<u>Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo</u>	Site: portal do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo Conteúdo: página inicial do portal, com notícias, menu para explicação sobre o pacto, lista suja, signatários, etc.
<u>"lista suja" do trabalho escravo - cadastro mantido pelo governo federal com nomes de empregadores envolvidos na exploração desse tipo de crime</u>	Site: RB Conteúdo: página que permite acessar lista completa de empregadores flagrados com trabalho escravo desde 2003 ou realizar buscas por nome, CNPJ, etc.
<u>"lista suja" do trabalho escravo</u>	Site: RB Conteúdo: página que permite acessar lista completa de empregadores flagrados com trabalho escravo desde 2003 ou realizar buscas por nome, CNPJ, etc.

As três páginas ligadas permitem a construção de representações mais completas das ações de enfrentamento ao problema e contribuem para uma visão positiva destas, já que são páginas “oficiais” ou de acompanhamento de tais ações.

O enfrentamento ao trabalho análogo à escravidão pelo poder Executivo também é tratado a partir de dados gerais sobre o que já foi realizado (quadro 14). Na RB, é informado o número de trabalhadores libertados desde 1995, enquanto a Folha.com repassa mais informações, por meio da voz de representante do MTE (número de operações, de autos de infração emitidos e de pessoas resgatadas desde 2009).

Quadro 14 – Atuação do Executivo: Números gerais

Repórter Brasil	Folha.com
Ele [fundador da RB] realçou que, de 1995 até hoje, mais de 41 mil trabalhadores (centenas deles em São Paulo) já foram libertados de condições análogas de escravo no país	Operações (subtítulo) Renato Bignami, assessor da Secretaria de Inspeção do Trabalho, afirma que desde julho de 2009 foram realizadas cerca de 30 operações de fiscalização no Estado de São Paulo. "Emitimos 200 autos de infração, com valores estimados em R\$ 4,5 milhões", disse. Segundo ele, os autos dão direito à defesa; a multa só é aplicada ao fim da análise. Também foram resgatados 84 imigrantes em condições degradantes de trabalho.

Na reportagem da BBC disponibilizada no site da Folha.com observamos um tópico específico sobre o combate à escravidão, chamado “Grupo de enfrentamento”. Conforme coletado no quadro 15, no texto referente a este tópico da reportagem, contraposição são feitas em praticamente todos os parágrafos entre a atuação das autoridades e as dificuldades de enfrentar o problema.

Quadro 15 – Atuação do Executivo: enfrentamento em geral

Repórter Brasil	Folha.com
Ele lembrou que a política "de Estado" de enfrentamento ao trabalho escravo começou com o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, ainda em 1995, foi mantida e reforçada durante as duas administrações consecutivas do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, e vem prosseguindo na gestão da também petista Dilma Rousseff. Durante a campanha eleitoral de 2010, tanto Dilma como o <u>governador Geraldo Alckmin (PSDB)</u> assinaram a <i>Carta-Compromisso Contra o Trabalho Escravo</i> (www.compromissopelaliberdade.org.br), que estabelece diretrizes e obrigações relacionadas ao combate a esse tipo de crime. Em âmbito estadual, pontuou o coordenador da ONG, três têm sido as medidas centrais para o fortalecimento do combate à escravidão contemporânea: a constituição de uma Comissão Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo (Coetrae) com legitimidade e condições para atuação, a elaboração de um Plano Estadual com responsabilidades e metas e a formação de um Fundo Estadual de recursos para fomentar as ações definidas conjuntamente entre governo, trabalhadores, empregadores e sociedade civil. [Líder sindicalista] também solicitou que os membros da Alesp demonstrem empenho para que o quadro de auditores fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) seja reforçado, com vistas a intensificar as fiscalizações. deputada adicionou que deve solicitar um pedido de informações ao MTE com o quadro de auditores fiscais do trabalho na ativa com vistas à possibilidade de multiplicação de grupos similares ao da SRTE/SP em outros Estados, especialmente por conta da série de ocorrências em outros segmentos como o da construção civil. De acordo auditor fiscal da Superintendência regional do Trabalho e Emprego (SRTE/SP) que coordenou a operação que encontrou trabalho escravo em duas oficinas que produziam peças da Zara na capital paulista, o TAC pode ser considerado um divisor de águas por prever medidas de responsabilização direta. "Este é o único caso em que a empresa assume de fato toda a sua cadeia produtiva", diz. Os moldes do monitoramento da cadeia produtiva [compromisso da Zara], na análise de auditor, seguem as bases do que já vem sendo defendido pelo Programa de Combate ao Trabalho Escravo Urbano da SRTE/SP.	‘Grupo de enfrentamento’ (subtítulo) O problema tem pelo menos 20 anos, mas, recentemente, o Ministério do Trabalho criou um "Grupo de Enfrentamento da Escravidão Urbana". Sua missão é encontrar as oficinas, fechá-las até que a situação seja regularizada e forçar as empresas a pagar os direitos trabalhistas dos empregados. é impossível ter qualquer estimativa quanto ao número de pessoas que trabalham nessas condições (fala indireta de Secretária do MTE) “Esses trabalhadores são invisíveis. Sabemos do problema quando recebemos denúncias e aí enviamos nossas equipes para libertá-los.” (fala de Secretária do MTE) Quando os fiscais chegam às oficinas, os trabalhadores bolivianos costumam ter mais medo das autoridades do que de seus empregadores, pois muitos deles são imigrantes ilegais no país - apesar de um acordo bilateral entre os dois países permitir que os bolivianos trabalhem no Brasil. O governo brasileiro reconheceu oficialmente em 1995 a existência de trabalho análogo à escravidão no Brasil e lançou medidas para combatê-lo, mas as autoridades admitem que fechar oficinas irregulares e punir as empresas não vão resolver definitivamente o problema. "Estamos tomando medidas duras contra este problema, mas sabemos que a educação é a única maneira de nos livrar disso para sempre. Trabalhadores bem educados não irão aceitar trabalhar sob essas condições" "Precisamos que toda a sociedade participe desta luta." (fala de Secretária no MTE) [fundador da RB] explica que, até recentemente, o governo brasileiro estava se concentrando na luta contra o trabalho análogo à escravidão na agricultura, mas agora a situação urbana tem recebido mais atenção. "O trabalho escravo no Brasil é como uma sala escura, onde as autoridades estão entrando com uma lanterna. Para qualquer lugar onde se aponta a lanterna aparece alguma coisa" (fala de fundador da RB) Como a economia do Brasil cresce, é provável que novas fábricas sejam abertas para substituir as que são fechadas pelas autoridades.

A RB, por seu turno, menciona medidas específicas para combater o problema a nível estadual (Comissão, Plano e Fundo) e federal (reforço do número de fiscais do MTE), numa

cobrança aos poderes Legislativo e Executivo. Mais adiante, cita o nome dos presidentes da República que assumiram “a política ‘de Estado’ de enfrentamento ao trabalho escravo” e mobiliza a hipertextualidade para reforçar o compromisso de candidatos a cargos políticos, agora eleitos, em combater o crime, por meio da “Carta-Compromisso Contra o Trabalho Escravo” (quadro 16).

Quadro 16 – Atuação do Executivo: cobranças (expressões-links na RB)

Expressões-link	Destino
<u>governador Geraldo Alckmin (PSDB)</u>	Site: RB Conteúdo: reportagem que cita todos então candidatos que assinaram a Carta-Compromisso nas eleições de 2010 e aqueles que estão descumprindo o acordo ou devendo explicações.
<i>Carta-Compromisso Contra o Trabalho Escravo</i> (<u>www.compromissopelaliberdade.org.br</u>)	Página: Blog da Carta-Compromisso Conteúdo: informações sobre o compromisso, atualizações sobre sua assinatura e outras iniciativas semelhantes.

De forma geral, pode-se dizer que a RB, ao apresentar, explicar e usar links para expandir o entendimento da atuação do poder Executivo, apresenta uma perspectiva mais positiva sobre tal atuação quando comparada à Folha.com, que mostrou também as adversidades do combate ao problema. No entanto, a RB reforça sua proposta de militância ao expor cobranças (com textos e links) a representantes políticos.

3.4.4 Atuação do Ministério Público do Trabalho

Este item analisa a cobertura das negociações da Zara com o Ministério Público do Trabalho (MPT), com enfoque na atuação deste. Antes, porém, das negociações propriamente ditas, o MPT é mencionado pela RB, que antecipa a possível proposição de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) e faz a distinção entre as negociações do MPT com o processo administrativo que corre no MTE, deixando clara essa questão essencial para o melhor entendimento do caso. A Folha.com, por seu turno, disponibiliza a notícia “Zara aguarda Ministério Público para indenizar trabalhadores”, que atribui certa responsabilidade ao MPT pelo andamento do caso. O vínculo estabelecido entre indenização e decisões do MPT não fica claro e não pode ser inferido com certeza, já que a notícia não deixa explícito a que indenização se refere e como ela está ligada ao MPT (quadro 17).

Quadro 17 – MPT: antes das negociações

Repórter Brasil	Folha.com
Um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com obrigações de intensificação da vigilância sobre a cadeia deve ser proposto, como se deu nos casos anteriores envolvendo o varejo têxtil. Correm, paralelamente, as negociações junto ao Ministério Público do Trabalho (MPT) e à DPU/SP em decorrência do relatório da fiscalização da SRTE/SP.	Zara aguarda Ministério Público para indenizar trabalhadores (título) Zara afirmou que pagará indenização aos 15 bolivianos (...), mas que aguardará decisão do Ministério Público do Trabalho. Em audiência pública promovida na quarta-feira pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, o diretor corporativo do Grupo Inditex disse que a empresa só indenizará os danos morais após manifestação do Ministério Público do Trabalho, que ainda vai decidir se propõe ou não uma ação judicial. "Estamos buscando com o Ministério Público do Trabalho, que está vendo se há alguma questão a mais a analisar" (diretor da Zara).

Sobre o primeiro Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) proposto pelo MPT (Apêndice C), a não-assinatura é vista pela RB, logo em um título, como uma “recusa” da Zara, o que, de certo modo, isenta o MPT de qualquer responsabilidade pelo desfecho dessa primeira negociação. Há uma ênfase, portanto, na responsabilidade da Zara, diferentemente do que fez a Folha.com, ao dizer que “fracassou a tentativa de acordo”, uma forma mais branda de tratar da negociação.

Quanto ao que estava previsto no TAC não assinado, a RB apresenta um nível de detalhamento muito maior que a Folha.com, inclusive com explicações oferecidas pelo MPT a cada um dos pontos do acordo. O primeiro ponto mencionado pela RB é a “indenização de R\$20 milhões por danos morais coletivos”. A Folha.com diz, em um título, que o “Ministério Público propõe que Zara pague R\$20 mi”, que sugere ênfase ao valor da indenização, e só ao longo do texto explica que se trata de “indenização por dano moral coletivo”. Apesar do maior detalhamento da RB, é somente a Folha.com que dá informações sobre a possível destinação de tal indenização. A RB, por sua vez, veicula a explicação de quatro critérios usados pela promotoria para calcular o valor da indenização.

O segundo ponto do TAC mencionado pela RB é o “reforço no monitoramento da cadeia produtiva”, sequer mencionado pela Folha.com. A RB cita as ações propostas no sentido desse reforço, que são a “intensificação das auditorias” e “manutenção de um site abastecido com dados e informações sobre as mesmas”.

Com relação ao terceiro ponto do TAC tratado pela RB, também a Folha.com o mencionou brevemente em duas notícias como “fim das subcontratações e das ‘quarteirizações’ – a terceirização da terceirização”. A RB mencionou o ponto como “veto às

subcontratações pelas fornecedoras”, justificado e explicado utilizando-se o discurso da promotoria que critica o sistema de produção da Zara.

Sobre o quarto ponto da proposta, a “campanha de combate ao trabalho escravo utilizando meios de comunicação de grande audiência”, somente a RB o mencionou, explicou e justificou sua importância, por meio também da voz da promotoria. Mais adiante, a RB traz o discurso da procuradoria defendendo-se quanto às “interpretações de que o MPT está sendo particularmente mais severo nas negociações com a grife mundial”.

Ambos os webjornais também tratam de uma possível resposta do MPT à não-assinatura do TAC pela Zara. A Folha.com fala em aplicação de “multa” e “ação”, enquanto a RB menciona a possibilidade de “ação civil pública” e fornece a posição do MPT quanto aos pontos “inegociáveis” do acordo e as cobranças mais incisivas da instituição à empresa.

Em seguida, analisando a apreciação do MPT à contraproposta da Zara (quadro 18), percebemos que a Folha.com expõe, de forma resumida, três razões para a promotoria não aceitá-la. A RB, após tratar extensivamente de todos os pontos da contraproposta, utiliza fala de procuradores que a analisam resumidamente como “iniciativa de cunho setorial” que “não resolvem o problema concreto encontrado”. Ambos, entretanto, mencionaram a disponibilidade do MPT de analisar a contraproposta.

Quadro 18 – Atuação do MPT: apreciação à contraproposta da Zara

Repórter Brasil	Folha.com
Contraproposta (subtítulo) Para o encontro ocorrido na sede da PRT-2, os representantes da Zara levaram [sua contraproposta] Em sua quarta cláusula, o documento redigido pela empresa tenta estabelecer vínculo entre a eventual assinatura daquele acordo com o MPT com o arquivamento do processo administrativo que corre no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e pode acarretar na inclusão da Zara na <u>"lista suja" do trabalho escravo - cadastro mantido pelo governo federal com nomes de empregadores envolvidos na exploração desse tipo de crime</u>. Os procedimentos no MPT e MTE, todavia, correm propositalmente separados. As ações propostas pela companhia, de acordo com Fabíola Zani, da Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região (PRT-15), se encaixam nos moldes de uma iniciativa de cunho setorial, mas não resolvem o problema concreto encontrado em três fiscalizações que flagraram trabalho escravo na cadeia de produção da marca, problema esse que precisa ter uma resposta. "Não é o caso de aceitar esta proposta da Zara, mas vamos estudar para possivelmente acrescentar pontos", colocou o procurador Luiz Fabre. Em 10 dias, os integrantes do MPT devem se pronunciar novamente sobre a questão.	Fracassa acordo entre Zara e Ministério Público (título) Os procuradores não aceitaram a contraproposta da Zara por falta de responsabilidade da empresa na hipótese de constatação de trabalho degradante na sua cadeia produtiva, além da limitação de dois anos dada por ela sobre as propostas e isenção de responsabilidade pelas obrigações de seus fornecedores. O MPT vai analisar a proposta da Zara e em até dez dias poderá propor um novo TAC. Uma nova reunião entre a empresa e a Procuradoria também não foi agendada.

Finalmente, sobre o TAC efetivamente assinado (Apêndice D), os títulos das matérias relativas ao acordo revelam uma diferença essencial na abordagem da questão. Enquanto a Folha.com destaca que a “Procuradoria desiste de indenização de R\$20mi”, a RB diz que o acordo final “descarta dano moral coletivo”. Ou seja, a Folha.com enfatiza o valor da primeira indenização proposta e trata a posição do MPT como uma “desistência”; enquanto a RB enfatiza o reconhecimento da violação a direitos que foi descartado do acordo. Ao longo da matéria, a Folha.com apresenta resumidamente as justificativas usadas pelo MPT para essa “desistência” e cita a proposta anterior da instituição, numa comparação breve. Tal citação aparece com uma expressão-link cujo destino é a matéria que tratou do assunto primeiramente.

Por outro lado, a RB, na linha fina da mesma matéria, trata o acordo como uma vitória da Zara que “consegue acordo” e não faz alusão direta à atuação do MPT na negociação. Ao longo da matéria, a ideia de concessões e flexibilidade do MPT não é apresentada explicitamente. A cada ponto explicado, há comparações com a proposta anterior do MPT, em que a proposta assinada aparece desvalorizada. É oferecido ainda link para matéria anterior

sobre a proposta não assinada. Já o documento final assinado é disponibilizado na íntegra, por meio de link para baixá-lo. A RB faz uma análise breve e implicitamente negativa do documento assinado dizendo que se trata de “medidas que o grupo empresarial decidiu assumir daqui para frente, mas não estabelece um vínculo direto com os casos de escravidão contemporânea verificadas pela fiscalização trabalhista”. Além disso, diferentemente da Folha.com, as justificativas dos pontos do acordo pelo MPT são explicadas mais detalhadamente, utilizando-se as vozes dos próprios procuradores e de auditor da SRTE/SP. Uma das justificativas remete à importância do TAC no combate ao problema de forma geral já que é considerado um “divisor de água por prever medidas de responsabilização direta”.

Além da atuação do MPT no caso Zara, as matérias analisadas contêm referências a outras investigações e negociações (quadro 19). A Folha.com, por exemplo, dedica uma notícia para tratar de futuras investigações no setor têxtil, desencadeadas por indícios encontrados nas oficinas da Zara. A notícia cita seis nomes de marcas cujas etiquetas foram encontradas nas oficinas da Zara, algo que a RB ignorou em suas reportagens, como foi dito no item anterior. Nessa notícia, a Folha.com usa link para a primeira notícia do caso Zara e menciona brevemente as providências a serem tomadas pelo MPT quanto a essas seis empresas. Ainda na Folha.com encontramos trecho de notícia que coloca o MPT como signatário de um pacto estadual contra a precarização do trabalho, a partir do qual o setor de vestuário “está sendo intensamente investigado”. A RB somente menciona que houve “casos anteriores envolvendo o varejo têxtil”, quando trata da possível proposição de um TAC à Zara, mas não traz mais detalhes sobre a atuação do MP neles.

Quadro 19 – Atuação do MPT: outros casos

Repórter Brasil	Folha.com
Um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com obrigações de intensificação da vigilância sobre a cadeia deve ser proposto, como se deu nos casos anteriores envolvendo o varejo têxtil.	Mais 6 marcas serão investigadas por trabalho irregular (título) Mais seis marcas de roupas serão investigadas pelo Ministério Público do Trabalho por uso de mão de obra em condições análogas à escravidão em confecções paulistas. De acordo com a procuradora Fabíola Zani, responsável pelo caso, durante a fiscalização que encontrou <u>três oficinas com bolivianos em condições degradantes</u> fazendo roupas para a marca Zara também foram encontradas etiquetas das grifes Ecco, Gregory, Billabong, Brookfield, Cobra d'Água e Tyrol De acordo com a procuradora, as empresas serão chamadas para prestar esclarecimentos. Se for comprovado o uso da mão de obra de forma irregular --mesmo que por meio de terceirizadas, como ocorreu com a Zara--, as empresas poderão ser multadas, além de intimadas a assinar um termo de conduta para acabar com a prática. Bignami explica que, em julho de 2009, foi assinado um pacto estadual contra a precarização do trabalho por diversas entidades, entre elas Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Federal e Polícia Federal. "O setor do vestuário está sendo intensamente investigado desde então" (fala de assessor da Secretaria de Inspeção do Trabalho)

3.4.5 Respostas da Zara

Dividimos as respostas da Zara em três subitens, cujos quadros com dados coletados estão no Apêndice:

- a) explicações e justificativas: falas dos representantes da Zara pedindo desculpas e dando explicações para os ocorridos
- b) providências: medidas tomadas ou intenções expressas de realizar ações
- c) negociações com o MPT: ações e posições sustentadas pela empresa

a) explicações e justificativas (Apêndice E)

Os dois webjornais disponibilizam explicações da Zara que fazem referência ao seu “código de conduta” e “sistema de auditorias”, considerados pela empresa instrumentos para evitar irregularidades. A Folha.com repete o mesmo parágrafo contendo tal explicação em

seis matérias diferentes e mais um parágrafo semelhante em outra matéria. Além disso, possui uma entrevista “pingue-pongue” com representante da Inditex, em que a edição mostra respostas diretas do representante, mas não indica que houve contraposições do entrevistador a elas.

Por outro lado, a RB, apesar de também veicular as mesmas respostas dadas pela Inditex, apura as informações fornecidas pela Zara e realiza extensas contraposições e críticas a elas. À resposta de que o sistema de monitoramento tem “nível satisfatório”, por exemplo, a RB tem uma reportagem inteira que analisa os relatórios da Inditex sobre as auditorias (inclusive com link para o site da empresa, em que os relatórios podem ser acessados) e mostra respostas à RB das empresas contratadas para realizar essas auditorias. Essa matéria é mencionada em outras duas, usando-se link para ela, e reforça a contraposição às respostas apresentadas pela Zara.

Outro contraponto às respostas é feito utilizando-se críticas de auditor da SRTE/SP quanto ao caso não ter sido uma situação isolada. A RB também apresenta as perguntas sobre o monitoramento da cadeia que foram feitas aos representantes da marca e que, segundo ela, ficaram sem resposta. Ainda sobre questões relativas à cadeia de produção, a resposta da Zara de que pagam “os preços de mercado” aos fornecedores e de que não pode disponibilizar dados sobre o “retorno obtido por meio das peças fabricadas nas oficinas que foram palco da escravidão”, a RB relativiza o discurso da empresa ao informar que “o próprio grupo difundiu” o lucro geral do semestre na semana anterior à matéria.

Tanto Folha.com quanto RB reproduzem respostas da Zara negando que sabia das irregularidades e crimes. A Folha.com o faz com mais ênfase, colocando essa resposta em um título de matéria e utilizando argumento da empresa de que não tem “interesse nem lucro com uma situação dessa” para reforçar a alegação.

Já a RB reproduz em duas matérias as falas de representantes da Zara, dizendo que desconheciam a situação irregular em sua cadeia e, mais que isso, não sabiam sobre os “conhecidos casos de trabalho escravo contemporâneo, principalmente de imigrantes latino-americanos em situação de vulnerabilidade, em oficinas de costura precárias e informais”. Esta última fala é apresentada de forma irônica em uma matéria, pois é colocada logo em seguida à informação do tempo que um dos representantes mora no Brasil. A alegação da Zara de que não sabia dos casos também é contraposta pela RB às críticas e argumentações de auditor da SRTE/SP e de deputados. A fala do auditor fornece dados como evidência de que “qualquer averiguação mínima” teria suscitado do problema. Já os deputados consideraram

as respostas, uma “desmoralização” e um “descaso”, e sua argumentação mais expressiva que é disponibilizada pela RB refere-se à “discrepância” entre o desconhecimento e o “rígido controle exercido pela Zara” quanto à qualidade dos produtos e lucros, por exemplo.

b) Providências tomadas após os flagrantes (Apêndice F)

Sobre o caso da oficina de Americana, a Folha.com somente traz a informação de que “os responsáveis assinaram termo de ajustamento de conduta para continuar operando”. A RB fala das verbas rescisórias pagas aos trabalhadores e traz alguns detalhes sobre a regularização e melhoria das oficinas pela Rhodes, não mencionando a Zara.

Em relação às outras oficinas, ambos webjornais trazem as primeiras respostas da Zara sobre acionar os fornecedores envolvidos. A Folha.com faz isso em quatro matérias, sendo que em três delas os parágrafos sobre essa resposta são idênticos e possuem a palavra “imediatamente” entre aspas, que dá ênfase/relativiza o tempo da ação. A RB, por outro lado, traz resposta semelhante em uma matéria, mas relativiza/enfatiza as expressões “terceirização autorizada” e “solucionar” [a situação], apresentadas entre aspas. Somente a RB disponibiliza a informação de que a Zara declarou ter suspenso a relação com a AHA até a correção dos problemas.

Ambos também tratam de uma possível revisão de seu sistema produtivo junto ao MTE. A Folha.com coloca essa informação em um título e em parágrafo idêntico usado em duas matérias (“Zara revisará” e “Inditex, proprietário da marca Zara, vai revisar”). Em outras quatro matérias posteriores a informação é colocada como discurso da empresa (“disse que vai revisar”). A RB só traz essa informação uma vez, identificada como discurso da empresa pelo uso do “segundo a Inditex” e pelo uso de fala da grife colocada entre aspas.

Quanto às providências relativas aos trabalhadores, as primeiras informações disponibilizadas em ambos os webjornais são sobre as verbas rescisórias. A Folha.com não indica quem as pagou nas primeiras matérias e a RB usa de certa ironia para dizer que não foi a Zara (“acabaram sendo pagas pela intermediária AHA”). Sobre esta questão, a Folha.com utiliza dois parágrafos idênticos em cinco matérias para contrapor a ideia de que a Zara reconheceu as irregularidades “mas, de acordo com a SRTE/SP” não fez anotação na carteira dos trabalhadores, nem pagou as indenizações. Sobre isso, a Folha.com explica que foi resultado de pedido à SRTE para que a intermediária pagasse.

A RB sequer menciona que esse pedido foi feito e aceito. Entretanto, a RB faz um contraponto ao não-pagamento de indenização pela Zara, utilizando falas de dois deputados e um representante de trabalhadores (sindicalista) cobrando e propondo determinadas respostas. Uma crítica/cobrança é apresentada na fala de auditor da SRTE/SP, que disse que “o atendimento às vítimas ainda inexistente e deve ser priorizado”, o que contrasta com a fala de representante apresentada somente na Folha.com de que “a Zara se pôs em contato com os trabalhadores, está em contato permanente”.

As maiores diferenças nesse subitem, entretanto, estão na apresentação das medidas tomadas para evitar futuras/possíveis situações semelhantes. A Folha.com apresenta as “providências adotadas”, citando algumas de forma breve. Já a RB as cita e faz um trabalho de apuração e crítica a elas. Duas medidas são apuradas como “apenas promessas de acordos que ainda não estão firmados”. Há, inclusive, uso de ironia ao apresentar essa contraposição (monitoramento x “anunciado com pompa pela companhia espanhola, ainda não está fechado”). Em outra matéria, essas medidas são citadas e é disponibilizado um link para a matéria anterior, sobre a apuração das informações mencionadas. As críticas a essas medidas são apresentadas nas vozes de diversos atores políticos e sociais, que as consideram “superficiais”. Há ainda uma matéria da RB em que se trata mais amplamente da adesão da Zara ao Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo (acessada também pelo portal do acordo). São mencionados os pontos do acordo e algumas análises e ressalvas sobre o que ele implica e significa para a Zara e para o setor de confecções.

Outras diferenças na cobertura são: somente a RB apresenta a resposta da Zara à pressão de deputado pelo apoio à PEC do Trabalho Escravo e às perguntas da RB sobre possibilidade de rever o sistema de produção; somente a Folha.com menciona o escritório de advocacia contratado pela Inditex para defendê-la no caso.

c) Negociação com o Ministério Público do Trabalho (Apêndice G)

Neste subitem, analisamos as representações da Zara nas negociações com o Ministério Público do Trabalho. A partir do primeiro TAC proposto pelo órgão, a Folha.com apresenta as respostas da Zara de forma extremamente sucinta. Na primeira matéria sobre a proposta, a resposta é de que a empresa “não quis se pronunciar”. A segunda apresenta o adiamento da reunião com o MPT a pedido da Zara. Na terceira matéria, a justificativa da Zara para não assinar o termo é resumida a “havia aspectos que não estavam definidos”, ou

seja, não fica claro a quais aspectos se referem. Para dizer que a Zara não aceitou a proposta, a Folha.com coloca que “fracassa acordo entre Zara e Ministério Público”, um título de matéria mais neutro que na RB.

O título da RB, por sua vez, diz que a “Zara recusa acordo”, ideia que é reforçada ao longo do texto (“não aceitou assinar”, os representantes “se negaram” ou “se recusaram a assinar” o TAC). As justificativas da Zara para não assinar o termo são apresentadas de forma específica e, em seguida, são criticadas de forma implícita pela RB. Por exemplo, ao mostrar a justificativa da Zara de que não foi estabelecida destinação à verba da indenização, a RB se contrapõe dizendo que o uso dos recursos é “prerrogativa do MPT”. Em outro trecho, a crítica é mais explícita e direta: “Na prática, contudo, a empresa se recusa a aceitar tais exigências e permanece com o discurso de que “está aberta ao diálogo” e ainda pode vir a assinar o termo”.

Em seguida, as matérias dos webjornais tratam da contraproposta da Zara ao MPT. A RB aborda seus pontos principais, explicando de forma analítica os dois primeiros. O primeiro ponto é a tentativa de “estabelecer vínculo” entre a assinatura do acordo e o arquivamento do processo que pode incluir a Zara na “lista suja” do trabalho escravo, ao que a RB deixa claro que são procedimentos que “correm propositalmente separados” e, assim, indica implicitamente que se trata de uma tentativa de Zara de não ser responsabilizada e punida. O segundo ponto refere-se à isenção de responsabilidade em futuros/possíveis casos de irregularidades nos fornecedores e a realização de auditorias “mais completas” (na voz de representante da Zara). A isso a RB coloca que “vem, sem sucesso, solicitando informações adicionais sobre as auditorias que foram e estão sendo realizadas no Brasil”, o que coloca a Zara em descrédito. Os outros pontos são explicados brevemente. Ao falar da implantação de projeto de capacitação de fornecedores, é retomada a assinatura do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, através de um link, já que ambas as ações (projeto e pacto) contam com a parceria do Instituto Ethos. Ao final, é apresentada crítica de procuradora de que a proposta se encaixa “nos moldes de uma iniciativa de cunho setorial, mas não resolvem o problema concreto encontrado”.

Na Folha.com, a informação sobre o valor que a Zara se propôs a investir nesse plano (contraproposta) aparece duas vezes, enquanto aquele ponto referente ao vínculo entre os processos no MPT e no MTE sequer é mencionado. O que é explicado bem mais detalhadamente pela Folha.com do que pela RB são as ações incluídas no projeto de capacitação de fornecedores. Além disso, o que a RB trata resumidamente como “prestar apoio aos donos das oficinas, auxiliar na regularização dos trabalhadores imigrantes e dar

suporte a projetos de formação profissional e cidadão”, a Folha.com, por seu turno, explica com mais detalhes, citando valores a serem investidos em cada um desses pontos e as principais ações incluídas.

Por fim, sobre o TAC que foi definitivamente assinado pela Zara, a representação da empresa no acordo, pela Folha.com, faz uma relação direta com a contraproposta que a empresa havia elaborado, usando, inclusive, link para a matéria sobre as primeiras negociações. As informações mais destacadas quanto ao TAC consistem no valor que deve ser investido pela empresa em “ações preventivas” e a responsabilização da Zara quanto a futuros casos semelhantes.

Na RB, a partir de afirmações de representantes da Zara e do MPT, a representação da Zara no acordo é positiva. No entanto, aparecem algumas ironias que contrapõem essa imagem e comparações negativas em relação ao primeiro TAC proposto (como já foi falado no item Atuação do Ministério Público).

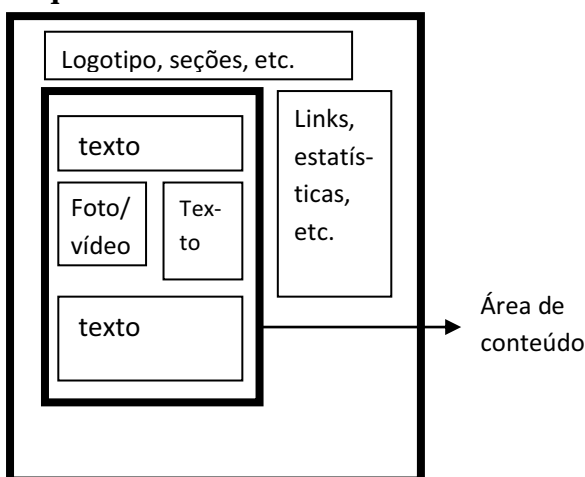
A Zara é apresentada na reportagem final da RB sobre o caso como a empresa que “consegue acordo que prevê ‘investimento social’ em vez de ‘reparo por danos morais’”, causando impressão de que a negociação correspondeu mais às suas pretensões do que às do MPT. Há repetição da informação de que o termo e a indenização por “danos morais coletivos” estão ausentes no acordo, substituídos por “investimentos sociais”. A partir dessa comparação, não só aparece a justificativa do procurador, como também da empresa que “reafirma a tese de que não tinha conhecimento do uso de trabalho escravo até então e, por isso, as oficinas contratadas foram responsabilizadas”. A RB faz também uma análise que reforça a ideia de que a Zara comandou as negociações (“na prática, o documento se baseia em medidas que o grupo empresarial decidiu assumir daqui para frente”).

No desenrolar do texto, porém, as falas do procurador e do auditor da SRTE/SP diminuem a representação negativa da Zara pela RB, pois mostram o acordo como um avanço justamente porque a empresa concordou “em assumir a responsabilidade pelas condições de trabalho praticadas no conjunto de sua cadeia de produção daqui em diante”. A resposta da Zara é considerada pelas vozes desses atores um “precedente importante” para o combate ao problema, “um divisor de águas” e um “avanço”.

3.5 Análise das imagens

Neste tópico analisamos as imagens fotográficas do *corpus*, sendo que estas aparecem, tanto na Folha.com quanto na RB, inseridas entre os textos das reportagens e notícias. Por essa razão, o espaço ocupado pelas fotos será examinado em relação à “área de conteúdo”, que corresponde ao espaço na tela que contém o conteúdo principal, aquele que muda conforme se navega pelas páginas do site (Esquema 1). Optamos por incorporar as legendas à análise das fotos, por conta da forte associação entre elas nos processos de produção e apreensão.

Esquema 1



3.5.1 Imagens na Folha.com

Na Folha.com são disponibilizadas somente três fotos na reportagem da BBC que, como já dissemos, não diz diretamente que se trata de oficinas que produziam para a Zara, mas aborda o tema da vulnerabilidade dos imigrantes pobres da América do Sul que chegam ao Brasil. As três fotos apresentadas enquadram cenas dos locais encontrados pela fiscalização trabalhista, sendo dois deles ambientes de trabalho e um dormitório. Por isso, as três fotos foram consideradas dentro do item de observação definido como “situações encontradas”.

A foto do dormitório dos trabalhadores (imagem 1) está em plano mais aberto e enquadra três camas com muitos objetos sobre elas, expressando ligeira **desorganização** no

ambiente. Sob a foto do dormitório encontramos a legenda “Dormitórios dos trabalhadores das oficinas”, que faz a **identificação** do local.



Imagem 1 – dormitório dos trabalhadores (Folha.com)

A segunda foto da reportagem (imagem 2) é um close da confecção de uma peça de roupa por trabalhador. Em primeiro plano, observamos parte de um rolo de linha preta e, sem segundo plano, as mãos, parte do braço e corpo de trabalhador(a) manuseando tecido sob a agulha da máquina de costura. A imagem expressa, portanto, o **trabalho de um costureiro(a)**, enquanto a legenda **acrescenta** informações ao dizer que se trata de cena em “oficina que emprega em SP trabalhadores imigrantes”. Ambas as fotos ficam localizadas em cerca de metade da largura da área de conteúdo, dividindo-a com o texto.



Imagem 2 – trabalho de costura (Folha.com)

A terceira foto (imagem 3) da reportagem ocupa a área horizontal de conteúdo completa e mostra, em plano mais geral, **trabalhadores em uma oficina de costura**. Em primeiro plano estão rolos de linha branca e de uma cor escura, que caracterizam o ambiente e, em segundo plano, aparecem três trabalhadores sentados frente a máquinas de costura. O ambiente possui azulejos brancos na parede e uma janela de vidro ao fundo, que tornam a foto bastante clara e possibilita verificar muitos detalhes, como pedaços de pano e outros rolos de linha, caracterizando e reforçando que o ambiente é uma oficina de costura. A legenda **identifica** o local e **caracteriza** o grupo de trabalhadores: “uma das oficinas que emprega em São Paulo milhares de trabalhadores imigrantes, a grande maioria da Bolívia”.



Imagem 3 – trabalhadores em oficina (Folha.com)

3.5.2 Imagens na Repórter Brasil

Com exceção de uma matéria, que não contém foto alguma, as outras contêm pelo menos uma, totalizando 35 fotos. Mais da metade delas (18 fotos) está na primeira reportagem sobre o caso e retratam as cenas e itens encontrados pela fiscalização trabalhista nas oficinas. Entre as restantes, temos fotos de atores sociais envolvidos e relativas aos desdobramentos dos acontecimentos (reuniões, negociações).

Para facilitar a análise, dividimos essas fotos em três categorias de conteúdo: a) aparência dos locais e situações encontradas (pela fiscalização); b) itens encontrados (pela fiscalização); e c) atores envolvidos.

As fotos dos trabalhadores, apesar de serem “atores envolvidos”, foram incluídas na primeira categoria, por serem enquadrados dentro do ambiente em que viviam e trabalhavam, compondo situações encontradas pela fiscalização trabalhista.

a) Aparência dos locais e situações encontradas

A primeira foto sobre o caso (imagem 4) retrata a visão externa de uma das oficinas interditadas. Na foto está enquadrada uma janela de vidro e grades da oficina, que se assemelham à janela domiciliar. A legenda da foto, inclusive, traz uma informação que **reforça e explica** essa semelhança: “Para sair da oficina que também era moradia era preciso pedir autorização”. A janela possui panos pendurados, que podem ser interpretados como uma espécie de cortina, para esconder o interior, e outros itens sobre o parapeito, como um par de sapatos e possivelmente pedaços de tecido (não é possível distinguir com certeza). Apesar dos panos, pela janela é possível enxergar uma pequena parte da oficina, ainda que bastante escura. A foto, que ocupa toda largura da área de conteúdo, exprime **desorganização**,

improviso, ao mesmo tempo em que, somada à legenda, remete ao sentido de **prisão**, cerceamento da liberdade.



Imagem 4 – visão externa da oficina (RB)

Na mesma matéria, mas ocupando menor espaço e dividindo a área de conteúdo horizontalmente com o texto, estão outras quatro fotos do ambiente das oficinas. Elas estão em uma coluna de cinco fotos. A legenda sob essa coluna de fotos diz: “Roupa com etiqueta da marca, falta de espaço, riscos e banho frio”.

A primeira foto será analisada no próximo item. A segunda retrata o que aparenta ser um dormitório (imagem 5). Apesar de itens comuns a um quarto de dormir, como cama e aparelho de TV, há também um varal com roupas penduradas, uma caixa de papelão e um pedaço de pano cumprindo a função de cortina na janela ao fundo, por exemplo, que reforçam a ideia de **improviso** presente na imagem anterior, na mesma página. Ao que indica, a legenda se refere a essa foto com a expressão “falta de espaço”, que **reforça** ideia de improviso.



Imagem 5 – dormitório dos trabalhadores (RB)

Abaixo desta, há uma imagem (foto 6) do chão em que aparecem tecidos azuis de um lado e um fio elétrico que, aparentemente, possui um remendo **improvisado**. O piso do chão possui tons de marrom, que o deixam com um aspecto “**sujo**”.



Imagem 6 – chão de oficina (RB)

Na mesma coluna, a próxima foto é de um motor de máquina de costura industrial sob uma mesa (imagem 7). Apesar de a foto ter relativa boa luminosidade, sua resolução e tamanho dificultam uma observação mais detalhada e a legenda “riscos” pouco ajudaria alguém que não conheça uma máquina de costura desse tipo a interpretar quais seriam os “riscos”. Somente lendo o texto completo da reportagem, é que o usuário/público leigo nesse assunto pode procurar na foto pelo risco apresentado: “As máquinas de costura não possuíam aterramento e tinham a correia toda exposta (foto acima)”. Entretanto, essa forma de complementar ou esclarecer a mensagem da foto **complica a leitura da reportagem** (textos e fotos), pois exige que, além de rolar a barra acima de onde o leitor do texto está, para depois voltar (e talvez se perder), aquele que está só observando as fotos não terá a informação completa sobre a instalação inadequada daquela máquina.



Imagem 7 – motor de máquina de costura (RB)

A última foto dessa coluna (imagem 8) mostra, em uma visão de baixo para cima, um chuveiro instalado a um cano de água, porém sem a instalação elétrica, complementada pela legenda “banho frio”. Parte do forro do prédio também pode ser visto, com o que parece ser sinais de infiltração e má conservação. A foto expressa uma ideia de **desleixo, descuido e precariedade** no tratamento aos trabalhadores.



Imagem 8 – chuveiro para os trabalhadores (RB)

Abaixo desta coluna de fotos, na mesma página, aparece uma foto maior, que ocupa toda largura da área de conteúdo (imagem 9). A foto tem, em primeiro plano, três rolos de linha roxa; em segundo plano, uma trabalhadora manuseando tecido branco próximo à máquina de costura sobre a mesa; e, mais ao fundo, um monte de tecidos brancos dentro de um caixote, mais rolos de linha e outro trabalhador(a) sentado(a) frente à mesa. Os tecidos brancos e a mesa ocupam uma área grande da imagem, enquanto a trabalhadora mais próxima está longe do centro, com o rosto embaçado, para que não seja identificada. Mesmo que não tivesse o rosto escondido, a trabalhadora não está numa posição privilegiada no enquadramento. O sentido expresso pela foto está mais em mostrar o ambiente de trabalho do que o trabalho em si, pois o ser humano não aparece como elemento central da imagem. O que a foto expõe do **ambiente de trabalho não indica por si problemas** e, somado à **marginalidade da figura humana no enquadramento**, pode-se dizer que não é tão expressiva com relação ao tema da reportagem, pois poderia ser a cena de qualquer oficina de costura. A legenda dá **coesão** à foto dentro da reportagem: “Dignidade é subtraída por dívidas, degradância, longas jornadas e baixa remuneração”.



Imagem 9 – costureira na oficina (RB)

Ainda na mesma reportagem, abaixo, outra coluna de cinco fotos é apresentada com uma única legenda sob elas. A coluna divide a largura da área de conteúdo horizontalmente com o texto da reportagem. A primeira foto (imagem 10), pelo que a legenda **indica**, é do

“prédio onde ficava oficina”. Também nessa foto, uma ideia de **improviso** e **descuido** é expressa, já que o prédio parece ser domiciliar apresentando, inclusive, garagem. Além disso, podemos notar o que parecem ser pichações e/ou consertos na parede que tornam sua pintura descontínua, com falhas. No texto da reportagem, ao lado, mas um pouco abaixo, há um **reforço do que diz a legenda**: “O local funcionava em um sobrado de dois andares (foto ao lado) com muitos cômodos”. Assim como no caso anterior, o modo de mencionar a foto **complica a leitura da reportagem**, mesmo porque a foto a que o texto se refere não está imediatamente “ao lado”. Este trecho de texto está ao lado da quarta foto da coluna, enquanto a imagem a que se refere é a primeira, o usuário tendo, portanto, que utilizar a barra de rolagem para chegar a ela.



Imagem 10 – prédio da oficina (RB)

A segunda foto dessa coluna (imagem 11) enquadra o que parece ser um colchonete e um chinelo em uma de suas extremidades. A outra extremidade está em um local um pouco mais alto que parece a parte inferior de um armário com alguns tapetes enrolados e o colchão sobre eles. Esses elementos são difíceis de identificar porque o enquadramento deles não favorece e a foto é pequena e de baixa resolução. No chão, ao lado do colchão, aparecem pedaços pequenos de papel ou pano. De modo geral, a foto indica a **precariedade** da moradia dos trabalhadores.



Imagem 11 – colchonete em dormitório da oficina (RB)

A terceira foto é a visão parcial de um banheiro fotografado de cima (imagem 12). Do lado direito aparece um vaso sanitário que parece estar sujo e do lado esquerdo há pedaços de papel, aparentemente lixo, que não estão em um cesto, mas jogados diretamente no chão. Novamente aparece a ideia de **precariedade** e, mais que isso, de **falta de higiene** no local.



Imagem 12 – sanitário da oficina (RB)

A quarta foto dessa coluna (imagem 13) mostra fiação de energia elétrica, mas também é difícil dizer onde eles estão e quais são os outros elementos presentes na imagem. Os fios estão desencapados, o que representa **perigo**. A legenda referente a essa e às duas últimas fotos analisadas **reforça** a ideia de “condições degradantes, precariedade”.



Imagem 13 – fiação elétrica na oficina (RB)

Abaixo desta, outra coluna de três fotos também pequenas é disponibilizada, sendo a primeira delas referente a este item de observação (imagem 14). A legenda **explica** que as fotos se referem ao “primeiro flagrante de trabalho escravo na cadeia produtiva da Zara” que “foi em Americana”. A foto relativa a este item mostra uma cena no interior de oficina. O enquadramento apresenta dois trabalhadores manuseando tecidos em frente a duas mesas e duas máquinas de costura. A cena é enquadrada lateralmente. O ambiente aparece claro, enquanto o tecido manuseado pelo trabalhador do plano mais próximo é escuro. Tal tecido ocupa seu colo e encobre todo o chão enquadrado, contrastando com a claridade da mesa e das paredes. O rosto do trabalhador do plano mais distante é encoberto pelo costureiro do

plano mais próximo que, por sua vez, tem o rosto embaçado por edição. Pode-se dizer que a cena apresenta **o trabalho** nas oficinas e **os trabalhadores** (ainda que não identificados), mas **não indica nada quanto aos problemas encontrados**.



Imagem 14 – costureiros na oficina (RB)

Por fim, na mesma reportagem, temos mais uma coluna de três imagens em que a primeira (imagem 15) mostra, em primeiro plano, máquina de costura com rolos de linha laranja e, em segundo plano, o que parece ser um varal com roupas, carrinho de bebê, brinquedos de criança e caixa de papelão. O azulejo das paredes (lateral e de fundo) possui desenhos, o que deixa a **imagem** ainda mais **poluída**. O que fica expresso é a **desorganização** e o que a legenda chama de “mistura entre espaço familiar e de trabalho”. Imagem e legenda **reforçam a informação do texto** da reportagem de que os trabalhadores moravam na oficina, acrescentando-se a ela uma dimensão imagética.



Imagem 15 – visão parcial da oficina (RB)

Na matéria seguinte a essa, que trata das auditorias internas da Zara, é disponibilizada uma foto (imagem 16) em que o destaque fica por conta de um monte de tecidos ou peças de

roupas na cor branca, que descem a partir de uma mesa com máquina de costura, localizadas na parte de cima do enquadramento. Atrás da máquina, é possível perceber que há uma trabalhadora, apesar de estar bem desfavorecida pelo enquadramento. Expressa-se a ideia de **grande produtividade**, pela quantidade de peças ou tecido que é visualizado. A legenda somente indica que a foto serve de link para acessar a primeira reportagem sobre “trabalho escravo na cadeia da Zara”, um padrão (de navegação) que não foi usado em mais nenhuma matéria analisada.



Imagem 16 – tecidos/roupas na oficina (RB)

Outra imagem das oficinas flagradas só é disponibilizada novamente na última matéria do *corpus* de análise, sobre o acordo final entre Ministério Público e Zara. A imagem já tinha sido usada na primeira reportagem (foto 9), mas dessa vez aparece com a legenda “Flagrante de trabalho escravo em oficina que produzia peças para a Zara”, implicando a ideia de que aqueles tecidos visualizados na foto poderiam estar sendo vendidos como roupas nas lojas da marca.

b) Itens apreendidos/encontrados

Na primeira reportagem da RB, estão localizadas todas as imagens deste item, uma vez que nessa matéria são descritos os flagrantes e apreensões. A primeira imagem aparece na primeira coluna de fotos (imagem 17) e consiste em um close de peça de roupa na cor laranja com etiqueta preta contendo o nome “Zara Basic”. A legenda **confirma** que se trata de “roupa com etiqueta da marca” e, pelo contexto, infere-se que foi um dos itens encontrados na fiscalização. Na leitura do texto da reportagem, encontramos a informação: “No momento da fiscalização, os empregados finalizavam blusas da Coleção Primavera-Verão da Zara, na cor

azul e laranja (fotos acima)”. Apesar da indicação do texto, existem cinco fotos “acima” desse trecho do texto. Inclusive há uma que aparenta conter peças de roupa azuis com etiquetas pretas, mas como o enquadramento desta imagem parece favorecer a fiação elétrica ao lado delas, consideramos que esse texto se refere à imagem da blusa laranja. De qualquer forma, repete-se o problema já mencionado da **complicação para leitura do texto** e também da **ausência dessa informação como legenda** da foto.



Imagem 17 – peça de roupa com etiqueta da Zara (RB)

Outra foto de itens encontrados apresenta “etiquetas”, conforme a legenda diz (imagem 18). O enquadramento é quase que inteiramente ocupado por diversas etiquetas, umas sobre as outras, desorganizadas. São brancas com letras pretas, mas não é possível identificar quaisquer informações nelas.



Imagem 18 – etiquetas apreendidas (RB)

Em outra coluna de imagens, há duas fotos de itens encontrados pela fiscalização. Um deles (imagem 19) é uma etiqueta em destaque, atada à peça de roupa. A etiqueta contém informações como o cliente da oficina, a Zara, a coleção a qual pertence a peça, números de referência e identificação, tecido e lavagem a serem utilizados. Abaixo desta, a foto é de uma calça jeans, em que se destaca a etiqueta da Zara (imagem 20). Ambas as fotos, segundo a legenda, são de itens encontrados na fiscalização de Americana.



Imagem 19 – etiqueta com instruções de confecção (RB)



Imagem 20 – calça com etiqueta da Zara (RB)

Em coluna de imagens mais abaixo, encontra-se uma foto de adesivo colado a um tecido branco (imagem 21). O adesivo está em destaque, com o nome da “Zara Brasil” nele impresso e, abaixo, há instruções escritas à mão sobre ajustes na peça de roupa. Segundo a legenda, trata-se de “instruções” e, segundo o texto da reportagem escrita, indicam que a Zara supervisionava a confecção dessas roupas.



Imagem 21 – instruções da Zara para ajustes em peças de roupas (RB)

Por fim, temos a foto que, segundo a legenda, seria da “peça piloto” (imagem 22). A imagem mostra um pedaço de peça escura, com etiqueta azul da “Zara Basic” e uma tira de plástico laranja atada que seria a indicação de peça piloto.



Imagem 22 – peça piloto apreendida (RB)

Todas as fotos neste item cumprem uma função de **documentação** do que foi encontrado nas inspeções trabalhistas, servindo como uma forma de “provar” o que havia lá e as legendas **identificam** tais itens.

c) Atores envolvidos

Nas matérias sobre os desdobramentos dos flagrantes, a maioria das imagens da RB é constituída por fotos de atores sociais e políticos envolvidos no caso.

A primeira foto deste item de observação (imagem 23), no entanto, mostra a ausência dos representantes da Zara. A foto ocupa toda largura da área de conteúdo e enquadra três crachás sobre uma mesa, os quais indicam os nomes de dois representantes da AHA e um representante da Zara. Há também uma cadeira vazia atrás que completa essa composição fotográfica bastante expressiva da ausência de respostas das empresas, principalmente quando vista junto ao título da matéria logo acima: “Zara não comparece à Assembleia Legislativa; CPI é defendida”. A legenda **explica/reforça**, por sua vez, que se trata de “Identificações dos convidados e cadeiras vazias na reunião da comissão da Alesp”.



Imagem 23 – identificação dos representantes em mesa da Alesp (RB)

Uma foto da comissão da Alesp também foi disponibilizada na mesma matéria (imagem 24). Segundo a legenda, estão enquadrados ali “integrantes da Comissão da Alesp, imprensa e público, em geral”, mas o plano geral não permite a identificação precisa deles.



Imagem 24 – visão geral da Alesp (RB)

Outra foto nesta matéria contém um plano geral e frontal de um protesto (imagem 25). A foto é pequena e de baixa resolução, mas é possível observar o uso de camisetas brancas, faixas, bandeiras e um balão inflável pelos protestantes. No texto da reportagem, o protesto é mencionado a partir da fala de um dos protestantes na Alesp. A foto indica engajamento de setores da sociedade e a legenda **explica**: “Comerciários de SP e UGT fizeram protesto contra escravidão na Oscar Freire; confira álbum”. O álbum a que se refere supostamente poderia ser acessado clicando-se na foto da reportagem. O endereço configurado remete à rede Facebook, mas o conteúdo é mostrado como “atualmente indisponível”, que pode significar que foi removido, que o link está errado ou que o usuário/público tenha que ter permissão especial para acessá-lo.²⁶



Imagem 25 – protesto contra trabalho escravo em oficinas de costura (RB)

As fotos seguintes, até a penúltima matéria (em ordem cronológica) do *corpus* de análise mostram planos mais aproximados de outros atores envolvidos, conforme descritas:

- deputado Carlos Bezerra Jr. (plano próximo)/ legenda: “Deputado Carlos Bezerra Jr. propõe uma CPI para apurar questões relacionadas à escravidão”. A foto permite conhecer o rosto do deputado que fez essa proposta, construindo imagem positiva dele (imagem 26).

²⁶ No Facebook os usuários e donos de páginas específicas podem configurar a privacidade de determinados conteúdos, restringindo, por exemplo, o acesso de um álbum de fotos somente a usuários pertencentes a sua rede de amigos ou associados à página.



Imagem 26 – deputado Carlos Bezerra Jr. (RB)

- fundador da Repórter Brasil com computador à sua frente e deputado Adriano Diogo (plano médio), ambos sentados frente à bancada, com um microfone sendo usado por Adriano Diogo/ legenda: “Leonardo Sakamoto, da Repórter Brasil (à esq), atendeu convite de Adriano Diogo (à dir)”. A foto funciona como reforçador de legitimidade da própria RB, pela ocupação de lugar de destaque junto ao poder institucionalizado (imagem 27).



Imagem 27 – representante da RB e deputado Adriano Diogo (RB)

- diretor da Inditex (plano próximo) que parece estar falando/ legenda: “Jesus Echevarria, diretor da Inditex, esteve no Congresso Nacional e pediu desculpas”. A foto permite conhecer o rosto do representante e associá-lo à representação negativa construída pela matéria (sobre acordos que os representantes anunciaram, mas ainda não foram fechados pela Zara) (imagem 28).



Imagem 28 – diretor da Inditex no Congresso Nacional (RB)

- presidente da Zara Brasil (primeiro plano) que parece estar falando, com microfone à frente dele/ legenda: “Enrique González, da Zara Brasil, esteve em Brasília, mas não atendeu convite da Alesp”. Assim como na foto anterior, permite conhecer e associá-lo a representações negativas dos textos e da legenda (imagem 29).



Imagem 29 – representante da Zara no Brasil no Congresso Nacional (RB)

- representantes da Zara, mulher não identificada e auditor da SRTE/SP ao microfone, todos sentados em frente à bancada. Também há dois homens de costas, possivelmente deputados/ legenda: “Luís (com microfone) lembrou que a Zara não é a única que apresentou problemas na cadeia”. A foto comprova a participação dos representantes da Zara e do auditor na reunião, enquanto a legenda aumenta a amplitude do problema (imagem 30).



Imagem 30 – representantes da Zara e da SRTE/SP no Congresso Nacional

- auditor da SRTE/SP (primeiro plano) falando ao microfone/ legenda: “modelo atual de monitoramento utilizado pela Zara permite casos como os flagrados, diz Luís”. A foto mais fechada no rosto do auditor cumpre função de reconhecimento do representante da SRTE e associação com a análise apresentada na legenda (imagem 31).



Imagem 31 – representante da SRTE/SP no Congresso Nacional (RB)

- deputado em primeiro plano, na lateral direita da foto; ao fundo, bancada com representantes da Zara e outros atores não identificados/ legenda: “Executivos da Zara (à esq.) foram pressionados por deputados e deputadas da Alesp”. Trata-se de mais uma foto que comprova a participação dos executivos na reunião, ao mesmo tempo que indica atuação dos

deputados, ideia reforçada pela legenda. Importante mencionar que essa foto contém link para a primeira matéria sobre o caso, apesar de não haver indicação explícita disso (imagem 32).



Imagem 32 – executivos da Inditex na Alesp (RB)

- representante do Centro Pastoral do Migrante com microfone à frente dele (em primeiro plano)/ legenda: “Padre Mario Geremia: direitos dos migrantes são violados na origem, no trânsito e no destino”. A foto identifica o rosto do autor da frase mencionada na legenda e também no texto da matéria. A legenda reforça a representação vitimizada dos imigrantes (imagem 33).



Imagem 33 – representante do Centro Pastoral do Migrante (RB)

- auditor da SRTE/SP e representantes da Zara em bancada, um deles usando microfone, e deputados frente a eles (plano geral)/ legenda: “Empresa deve ser mais arrojada e não se limitar ao plano da propaganda, colocou Luiz (à esq.)”. Apesar de a legenda remeter ao auditor da SRTE, é o representante da Zara quem está falando. De qualquer forma, a foto funciona como documentação do momento, e a legenda como cobrança e crítica à Zara (imagem 34).



Imagem 34 – representantes da Zara e da SRTE/SP na Alesp (RB)

- representantes da Zara em bancada, um deles com microfone/ legenda: “Há quatro anos no Brasil, Enrique (c/ microfone) disse ter confiança no sistema de auditoria”. A foto documenta a presença dos representantes à reunião e a legenda os associa à defesa da Zara (imagem 35).



Imagem 35 – representantes da Zara na Alesp (RB)

- deputado Adriano Diogo com dois microfones apontados para ele/ legenda: “Perguntas feitas aos executivos durante a sessão não foram respondidas, frisa Adriano Diogo”. A imagem constrói imagem positiva para o deputado ao identificá-lo com a defesa de uma causa da cidadania (imagem 36).



Imagem 36 – deputado Adriano Diogo da Alesp (RB)

Por fim, na última reportagem é disponibilizada foto do lado de fora da sala de reunião do Ministério Público do Trabalho com representantes da Zara (imagem 37). Em primeiro plano aparece o vidro que serve como divisória com a sigla MPT e, em segundo plano, aparecem os atores envolvidos, não sendo possível distingui-los. A legenda explica a foto como “reunião a portas fechadas”, que indica certa cobrança da RB quanto à abertura pública dessa negociação.

De modo geral, pode-se dizer que as reportagens descrevem ou tratam da maioria dos elementos que aparecem nas fotos e, por outro lado, que nem todas as fotos são compreensíveis sem os textos das reportagens, pois as legendas nem sempre explicam de que se trata. As fotos funcionam, na RB, como forma de documentar, provar ou ilustrar o que está nos textos, mas pouco acrescentam em termos de expressividade. Contudo, isso pode se dever

ao fato de que expressividade maior se obtém principalmente com a composição fotográfica que inclua elementos humanos no enquadramento dos problemas flagrados, o que fica difícil nesse caso, em função do respeito aos direitos dos trabalhadores encontrados em condição vulnerável. Também chama a atenção o fato da RB usar muitas fotos para mostrar detalhes, mas não disponibilizá-las maiores ou em maior resolução, tornando esses detalhes quase que imperceptíveis.

3.6 Análise do vídeo

A RB disponibiliza um link para vídeo do programa A Liga²⁷, produzido e veiculado pela TV Bandeirantes, mas sendo um link externo, não o analisaremos detalhadamente. O vídeo inicia com uma entrevista de representante da Zara ao programa A Liga, em que as respostas basicamente reforçam aquelas presentes nas reportagens escritas da RB, com a diferença de que, talvez, ver os gestos e ouvir as explicações possa aumentar sua credibilidade, porque promove maior aproximação com a autora da fala. São mostradas imagens das oficinas vistoriadas, seus trabalhadores (que aparecem com o rosto embaçado) e das peças apreendidas, enquanto se ouve alguns trechos da entrevista. O vídeo mostra, em seguida, a reunião da SRTE/SP com trabalhadora/dona de oficina, em que são pagos e esclarecidos os direitos devidos pelo empregador e em que o auditor fala das providências necessárias para que a oficina continue funcionando. Depois, há entrevista com o fundador da RB, que fala das “políticas de Estado” contra o trabalho escravo que têm tido resultados no Brasil e da necessidade de combater a causa do problema, que seria a precariedade de vida que “empurra” as pessoas para essas situações. Ele cita também a difícil tramitação da PEC do Trabalho Escravo no Legislativo. Destacam-se, portanto, basicamente três ângulos e falas (da Zara, da SRTE e da própria RB), com imagens dos entrevistados e das fiscalizações (oficinas, trabalhadores, apreensões), que dão movimento e, por isso, tornam a representação do problema mais expressiva, mais “viva”.

O único vídeo efetivamente dentro do *corpus* de análise é um vídeo da Folha.com²⁸. Segundo o “título” do vídeo ou da página, ele contém comentários da editora de moda sobre o caso²⁹. O quadro 20 contém a decupagem do vídeo.

²⁷ <http://www.band.com.br/aliga/conteudo.asp?id=100000450075&m=2c9f94b631a1269b0131d60058662a6e#Episodio>, acesso em março de 2012

²⁸ http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=wKyFkBrusnY, acesso em março de 2012.

²⁹ Na área de conteúdo abaixo do vídeo, é apresentado um texto breve retomando o caso, que foi incluído na análise de texto.

Quadro 20 – Decupagem do vídeo da Folha.com

Tempo	Texto	Imagem
0m5s		Vinheta TV Folha
0m 6s	A Zara que é uma rede de sede espanhola	Editora na redação, plano próximo
0m 10s	talvez a maior rede de fast fashion do mundo. E agora a Zara vai ter que responder	- câmera percorre, de cima para baixo, uma foto que contém mão segurando sacola da Zara - foto de depósito, com vários ternos pretos (em destaque) e azuis (na lateral esquerda) pendurados em cabides e com uma trabalhadora da moda
0m15s	por colocar pessoas num ateliê trabalhando num regime análogo da escravidão, quer dizer, recebendo muito pouco pra fazer um trabalho muito grande, sem nenhum direito trabalhista, sem condições de higiene, nem de trabalho mínimas	Editora de moda na redação, plano próximo créditos: Vivian Whiteman/ Editora de Moda
0m30s	Se numa grife tradicional, hoje em dia a gente tem quatro coleções,	- zoom out de foto de sacola da Zara, até enquadrar uma mulher, provavelmente caixa de loja
0m36s	a Zara tem peças novas praticamente todos os dias nas lojas e tem coleções novas toda semana.	Editora de moda na redação, plano próximo
0m44s	Como produzir tanto	- foto duplicada de vendedora carregando bolsas com etiquetas
0m46s	em tão pouco tempo e fiscalizar toda essa cadeia de produção e imaginar que toda essa cadeia de produção pague os direitos trabalhistas, observe todas as leis que protegem o trabalhador.	Editora de moda na redação, plano próximo

1m00s	Sobe trilha sonora	cenas de flagrantes nos ateliês, com créditos para a TV Bandeirantes. - travelling horizontal com grades desfocadas no primeiro plano e dois trabalhadores, com rostos desfocados no segundo plano; - instalações elétricas mal feitas, plugues e extensões amarrados com pedaços de pano - trabalhadora com rosto desfocado no primeiro plano utilizando máquina de costura para trabalhar com jeans, trabalhadora bem ao fundo
1m05s	Quem trabalha com moda sabe que esse é um assunto meio tabu e que fica um pouco escondido,	Editora de moda na redação, plano próximo
1m11s	quer dizer, da onde vêm essas roupas? Como é que isso pode ser fiscalizado? É uma questão. A Zara não é o único nome, quer dizer, não é a única empresa que deve ser investigada nesse sentido.	- zoom out de foto da loja da Zara, em que aparece, primeiro, uma mesa utilizada nas lojas para expor roupas, com peças masculinas coloridas e etiquetas e, na ampliação do enquadramento, mostra mulheres observando roupas/comprando e outros elementos da loja como papagaios com roupas penduradas e vitrine - zoom out de foto com consumidora segurando sacola da marca e tocando/olhando uma roupa exposta em manequim, posicionada junto a outros manequins; com o zoom out percebemos que estão dentro de uma loja da marca
1m23s	Então a Zara pode ser uma vespinha num vespeiro gigantesco.	Editora de moda na redação, plano próximo

A imagem da apresentadora em plano próximo permite a identificação e a aproximação do público com a comentarista. Em seguida, enquanto permanece a voz da editora falando sobre o valor da marca Zara, são mostradas imagens estáticas que permitem a associação entre a marca e os produtos, embalagem e/ou logotipo. As imagens acabam tornando mais compreensível o que é a Zara, uma vez que a fala da comentarista caracterizando-a como “rede de fast fashion” não parece adequado a conteúdo noticioso não-especializado, dirigido a público amplo.

No momento seguinte, em que a comentarista começa a falar do crime e das irregularidades nas oficinas, a imagem corta novamente para ela. Sem a simultaneidade entre fala sobre crimes e imagens da Zara, não há associação direta entre imagens de itens relativos à marca e o problema na sua cadeia de produção.

Ao terminar a fala sobre as irregularidades, a imagem corta novamente para um item relativo à Zara e a comentarista compara as estratégias varejistas entre a marca e outras grifes. Em seguida, coloca o questionamento de “como produzir tanto” e “fiscalizar toda essa cadeia”, utilizando, primeiro, uma foto duplicada de peças de roupa em uma loja, numa

possível associação com o “tanto” de roupas. Tal imagem é mostrada somente no início do questionamento que passa a ser pronunciado com a imagem da comentarista.

O questionamento pode ser associado com as cenas seguintes, de situações encontradas pela fiscalização trabalhista. No entanto, nenhuma associação de simultaneidade entre imagem e áudio é realizada, uma vez que estas imagens são acompanhadas somente de trilha sonora. Ao mesmo tempo, pode-se dizer que a ausência de fala neste momento, pode captar maior atenção do público para as imagens, que, entre todas do vídeo, são as mais representativas do caso. Por outro lado, por conta da importância do conteúdo presente nessas imagens, o uso delas por menos de 5 segundos indica um subuso do seu poder expressivo.

A editora diz, em seguida, que o assunto é “meio tabu” entre “quem trabalha com moda” e associa esse “meio tabu” ao desconhecimento sobre a origem das roupas, uma associação que pouco acrescenta em termos de informação e opinião. Para acompanhar esse questionamento sobre a origem das roupas, o controle pelas empresas e as fiscalizações, as imagens estáticas novamente expõem fotos relativas ao varejo da Zara, promovendo uma associação entre consumo e origem dos produtos que, mais profundamente, pode ser associada à ideia de consumo consciente.

Por fim, o vídeo encerra-se com a imagem da editora utilizando uma metáfora que, apesar de válida, ignora que outras fiscalizações já estão em andamento e que outros casos de escravidão no setor têxtil já foram descobertos.

3.7 Análise da navegação hipertextual

Apesar de já termos analisados alguns links “embutidos”, isto é, inseridos em expressões dentro dos textos e nas imagens, neste tópico descrevemos a navegação possível entre as páginas do *corpus*. A segunda coluna dos quadros 21 e 22 descrevem links embutidos e a terceira coluna descreve links para matérias adicionais, chamadas também de relacionadas.

3.7.1 Links na Repórter Brasil

Pela observação do quadro 21, podemos notar que todas as reportagens da RB contêm tanto links embutidos quanto links de reportagens relacionadas. Vamos analisá-los separadamente.

Quadro 21 – navegação hipertextual na Repórter Brasil

Notícias/ reportagens	Links embutidos	Links de matérias relacionadas
1. Roupas da Zara são fabricadas com mão de obra escrava		- escravidão na cadeia da Collins - escravidão na cadeia da Pernambucanas - escravidão na cadeia da Pernambucanas - escravidão na cadeia da 775 - escravidão na fabricação de coletes do IBGE - escravidão na cadeia da C&A - escravidão na cadeia da Marisa
2. Fabricantes da Zara não foram revisitados por auditorias em 2010	- reportagem 1 (duas vezes, sendo uma no texto e outra em imagem) - site da Inditex, página principal, apesar da expressão-link remeter a “relatório” da Inditex - site da Band, vídeo do Programa A Liga de entrevista aos representantes da Zara - caso Pernambucanas	- reportagem 1 - escravidão na cadeia da Collins - escravidão na cadeia da Pernambucanas - escravidão na cadeia da Pernambucanas - escravidão na cadeia da 775 - escravidão na fabricação de coletes do IBGE - escravidão na cadeia da C&A - escravidão na cadeia da Marisa
3. Zara não comparece à Assembléia Legislativa; CPI é defendida	- artigo sobre heranças da escravidão do passado - reportagem de cobranças aos representantes políticos que assinaram compromisso contra escravidão - blog da Carta-Compromisso contra Trabalho Escravo - reportagem 1 - reportagem 2 - álbum do Facebook (não é possível acessar)	- reportagem 1 - reportagem 2 - escravidão na cadeia da Collins - escravidão na cadeia da Pernambucanas - escravidão na cadeia da Pernambucanas - escravidão na cadeia da 775 - escravidão na fabricação de coletes do IBGE - escravidão na cadeia da C&A - escravidão na cadeia da Marisa
4. Após desculpas, Zara anuncia “acordos” ainda não fechados	- reportagem 1 - reportagem 3 - seção da “lista suja” no site da RB - portal do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo - escravidão na cadeia da Pernambucanas - escravidão na cadeia da Collins - escravidão na cadeia da Marisa - escravidão na cadeia da 775 - escravidão na fabricação de coletes do IBGE	- reportagem 1 - reportagem 2 - reportagem 3 - escravidão na cadeia da Collins - escravidão na cadeia da Pernambucanas - escravidão na cadeia da Pernambucanas - escravidão na cadeia da 775 - escravidão na fabricação de coletes do IBGE - escravidão na cadeia da C&A - escravidão na cadeia da Marisa
5. Cobranças públicas dirigidas à Zara são intensificadas	- reportagem 1 (duas vezes: uma no texto e outra em foto) - reportagem 2 - reportagem 3 - reportagem 4 (duas vezes) - escravidão na cadeia da Pernambucanas	- reportagem 1 - reportagem 2 - reportagem 3 - reportagem 4
6. Zara e fornecedoras se	- reportagem 1 - portal do Pacto, seção de signatários	- reportagem 1 - reportagem 2

integram a pacto contra escravidão	- site informativo e de apoio à PEC do Trabalho Escravo	- reportagem 3 - reportagem 4 - reportagem 5
7. Zara recusa acordo com Ministério Público do Trabalho	- reportagem 1 - reportagem 2 - reportagem 6 - site da RB, seção sobre a “lista suja” do trabalho escravo	- reportagem 1 - reportagem 2 - reportagem 3 - reportagem 4 - reportagem 5 - reportagem 7
8. Acordo entre Zara e MPT descarta dano moral coletivo	- reportagem 1 - reportagem 2 - documento (pdf) do TAC assinado	- reportagem 1 - reportagem 2 - reportagem 3 - reportagem 4 - reportagem 5 - reportagem 6 - reportagem 7

a) Links embutidos

Os links embutidos no texto da RB aparecem colocados em palavras/expressões com uma cor esverdeada, que não chama muito a atenção e pode até passar despercebida por alguns leitores. Somente quando colocamos o cursor sobre elas é que tais palavras/expressões ficam sublinhadas e, assim, a identificação de um link fica mais óbvia. A partir disso, passemos às observações sobre a navegação possível entre as reportagens.

A reportagem 1 é mencionada em todas as outras reportagens sobre o caso, o que permite ao usuário/público retomar a fiscalização que deu origem aos acontecimentos subsequentes. Em duas delas, inclusive, a primeira reportagem é ligada duas vezes, a partir de dois elementos diferentes: texto e foto. No caso da foto, em somente uma delas há indicação explícita (em forma de texto) de que clicar nela leva a outra reportagem.

A reportagem 2 é a segunda mais ligada, mencionada em quatro delas, porque se trata de uma reportagem de investigação sobre procedimentos da Zara para controle de sua cadeia produtiva. Tal reportagem é usada pela RB para se contrapor às respostas da Zara sobre esse controle.

A reportagem 3, por sua vez, é retomada em duas outras que falam das explicações da Zara em casas legislativas (Câmara dos Deputados e Alesp). Tal reportagem trata da ausência da Zara à Alesp, após primeiro convite dos deputados, e os links para ela em duas outras reportagens servem como contraposição à posterior presença e respostas públicas da Zara.

A reportagem 4 trata mais especificamente das respostas da Zara à situação, sendo que a reportagem 5 possui dois links embutidos para ela. A primeira vez estabelece ligação a partir do aspecto do “pedido público de desculpas” da empresa e, em outro trecho, a partir da

apuração da RB de que os “acordos” anunciados “não tinham sequer sido fechados”. A reportagem em que é mencionada duas vezes trata justamente das cobranças e críticas em relação às desculpas e acordos anunciados. Nesse sentido, os links para a reportagem 4 podem reforçar essas cobranças e críticas à Zara.

A reportagem 6, que trata da adesão da Zara ao Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, é ligada uma vez, na primeira reportagem sobre as negociações do MPT e da Zara. A reportagem sobre a adesão é mencionada quando são descritas as propostas da Zara ao MPT, sendo que essa adesão é representada como uma ação realizada antecipadamente à assinatura de qualquer acordo.

As reportagens também utilizam links para matérias da própria RB sobre outros casos de trabalho análogo à escravidão em oficinas de costura que produziam para importantes redes (Pernambucanas, Collins, Marisa, 775) e até mesmo para o IBGE. O caso da rede Pernambucanas chega a ser mencionado três vezes, sendo duas delas a partir da informação de que tanto ela quanto a Zara trabalham uma empresa de auditoria em comum.

Outro link utilizado é para um artigo (já mencionado anteriormente) assinado pelo fundador da RB sobre questões e heranças da escravidão praticada até o final do século 19. O link é usado na reportagem 3, a partir da descrição do discurso que o fundador da própria RB fez na Câmara.

Nessa mesma reportagem, é mencionado um compromisso contra o trabalho escravo que a presidente e o governador do estado de São Paulo assinaram no período eleitoral de 2010. A partir disso, a RB utiliza um link para reportagem que realiza cobranças aos representantes políticos eleitos que assinaram o compromisso, e que agora não o estão cumprindo.

Na reportagem 4 e na reportagem 7, a menção à possível inclusão da Zara na “lista suja” do trabalho escravo do MTE é feita utilizando-se links para uma seção da RB dedicada à lista, na qual é possível visualizar os nomes incluídos e pesquisar por nome, CNPJ, CPF, etc.

Além desses links internos, são feitas 6 ligações para endereços fora da RB e um para download de documento. Na reportagem 2, ao mencionar o relatório das auditoras internas da Inditex, utiliza-se um link para o site da empresa, apesar de não ser o endereço específico em que o relatório citado pode ser encontrado. Na mesma reportagem 2, há um link para vídeo do programa “A Liga” da TV Bandeirantes, em que representante da Zara responde aos questionamentos sobre a contratação da intermediária AHA. Trechos de fala no vídeo são transcritos para o texto da RB.

Na reportagem 3, o que aparece ligado é um blog da Carta-Compromisso contra Trabalho Escravo, iniciativa da própria RB, que propôs a assinatura de todos os candidatos a governador e à presidência da república.

Outro link externo é do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, que aparece em duas reportagens (4 e 6). Na reportagem 4, é mencionado quando se explica as restrições dos incluídos na “lista suja” com relação a negócios com signatários do pacto. Na reportagem 6, o endereço ligado leva à página de signatários, ao mencionar a adesão.

Na reportagem 6, existe um link para site informativo e de apoio à então Proposta da Emenda Constitucional do Trabalho Escravo. A PEC é mencionada como exemplo de punição a esse crime.

Por fim, na reportagem sobre o TAC assinado pela Zara junto ao MPT, o documento final é disponibilizado em formato pdf, que pode ser baixado a partir de link embutido no texto.

b) Matérias relacionadas

As matérias relacionadas aparecem ao final de todas as matérias, com o título reforçador sobre o que são: “Notícias relacionadas”. As expressões-links são os títulos das matérias e, assim como nos links embutidos, aparecem em uma cor esverdeada e ao passar o cursor, ficam sublinhados.

Nas quatro primeiras matérias da RB sobre o caso, as “notícias relacionadas” incluem outros casos de trabalho escravo em confecções. Além disso, conforme são disponibilizadas mais notícias sobre o caso, as matérias relacionadas incluem as anteriores. Por exemplo, a matéria 2 tem link para a reportagem 1, enquanto a matéria 3 contém links para as matérias 1 e 2.

A partir da matéria 5, são relacionadas somente matérias anteriores sobre o caso da Zara. Além disso, não existe nenhum caso em que as matérias relacionadas sejam posteriores, de atualização àquela que está sendo acessada.

Também foi observado que a reportagem 6, sobre a adesão da Zara ao Pacto, só é relacionada na reportagem 7. Lembrando que entre os links embutidos, ela também só é usada uma vez, podemos dizer que o acesso a ela em uma navegação pelo site da RB fica desfavorecido. No entanto, a reportagem também está disponível no portal do Pacto, sendo, portanto ligada a dois sites diferentes.

3.7.2 Links na Folha.com

Também na Folha.com são utilizados links embutidos e links de matérias relacionadas, como pode ser visto no quadro 22.

Quadro 22 – navegação hipertextual na Folha.com

Notícias/ reportagens	Links embutidos	Links de matérias relacionadas
1. Zara reconhece trabalho irregular em 3 confecções de SP		- notícia 2
2. Internautas atacam Zara após denúncia de trabalho escravo	- notícia 1	
3. Editora de moda comenta trabalho irregular em confecções da Zara (vídeo)	- notícia 1	
4. Voltar para a Bolívia não é uma opção, diz vítima de exploração em SP		- notícia 1 - notícia 2 - notícia 3
5. Zara revisará condições trabalhistas de fornecedores no Brasil		- notícia 1 - notícia 2 - notícia 3
6. Multas trabalhistas aplicadas à Zara somam R\$ 1 milhão	- notícia 1	- notícia 1 - notícia 2 - notícia 3 - notícia 5
7. Mais 6 marcas serão investigadas por trabalho irregular	- notícia 1	- notícia 1 - notícia 2 - notícia 3 - notícia 5 (duas vezes) - notícia 6
8. Ação da Inditex, dona da Zara, cai 4% por denúncias em SP		- notícia 1 - notícia 2 - notícia 3 - notícia 5 - notícia 7
9. 35 marcas de roupa são investigadas por trabalho irregular	- notícia 1 - notícia 7	- notícia 1 - notícia 2 - notícia 3 - notícia 5 - notícia 7
10. Assembleia convocará Zara para esclarecer trabalho degradante	- notícia 1 - notícia 5 - notícia 6	- notícia 1 - notícia 2 - notícia 3 - notícia 5 - notícia 7 - notícia 9
11. Ausência de Zara em Assembleia pode resultar em CPI	- notícia 1 - notícia 6	- notícia 1 - notícia 3 - notícia 5 - notícia 7 - notícia 9
12. Zara aguarda Ministério Público para indenizar trabalhadores		

13. Zara anuncia criação de disque-denúncia		
14. Presidente da Zara nega que sabia de trabalho irregular em SP	- notícia 1 - notícia 5 - notícia 6	- notícia 1 - notícia 2 - notícia 3 - notícia 5 - notícia 9
15. Ministério Público propõe que Zara pague até R\$20 mi		
16. Ministério Público do Trabalho adia conciliação com a Zara	- notícia 1	- notícia 1 - notícia 5 - notícia 9
17. Fracassa acordo entre Zara e Ministério Público	- notícia 1	- notícia 1 - notícia 5 - notícia 9
18. Procuradoria desiste de indenização de R\$20 mi contra a Zara	- notícia 1 - notícia 17	- notícia 1 - notícia 5 - notícia 9

O quadro 22 permite observar, de forma geral, que nove das dezoito notícias contêm links embutidos e links de notícias relacionadas. Das nove restantes, duas possuem somente links embutidos, quatro possuem apenas notícias relacionadas e três não possuem nenhum link na área de conteúdo.

a) Links embutidos

No total, onze notícias contêm links embutidos na Folha.com. A notícia mais ligada em outras é a primeira, que permite a retomada da fiscalização que deu origem aos desdobramentos do caso. Ela é ligada em outras onze notícias, incluindo as três últimas do *corpus*, que encerram a cobertura do caso na Folha.com.

A segunda notícia mais ligada dentro das reportagens é a 6, que trata das multas trabalhistas aplicadas à Zara e de outras possíveis punições. É interessante notar que a reportagem é mencionada em outras três a partir da expressão-link “podem atingir 1 milhão”, que enfatiza o valor das multas.

Em seguida, a reportagem 5, que trata de uma das respostas da Zara aos problemas, aparece ligada a outras duas que mencionam tal resposta em seus textos, reforçando a representação de que a empresa está envolvida na solução do problema.

Além desses links, a reportagem 17, que trata das negociações entre Zara e MPT, é mencionada na reportagem 18, que aborda o acordo final estabelecido. O link para a notícia anterior aparece em um trecho de breve comparação entre proposta, contraproposta e acordo final, oferecendo a oportunidade de saber mais detalhadamente sobre a negociação em geral.

b) Notícias relacionadas

As matérias 4, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 18 não são ligadas (por link embutido ou não) a nenhuma outra. Por outro lado, as notícias de 1 a 9 (exceto 4 e 8) são relacionadas em várias outras. A notícia 1, que retoma os flagrantes que iniciam a cobertura noticiosa do caso, é a mais relacionada: o link aparece em 12 outras notícias, funcionando como uma forma de contextualização para o público/usuário. A notícia 5, por sua vez, é a segunda mais relacionada, aparecendo em 11 notícias. A notícia 5 trata especialmente das primeiras respostas da Zara aos flagrantes e possui, inclusive, dados gerais sobre os negócios da marca no mundo todo. O uso recorrente dessa notícia reforça, portanto, a voz da Zara.

A terceira notícia mais relacionada é a 3, que contém um vídeo da editora da moda da Folha.com comentando o caso. Conforme já analisamos, o vídeo promete um comentário, mas no máximo coloca alguns questionamentos superficiais. O link para o vídeo presente em nove notícias reforça o posicionamento brando da Folha.com com relação ao caso.

A notícia 2 é a quarta mais relacionada, com links para ela em outras oito. A notícia trata da repercussão da primeira notícia do caso entre internautas, do que decorre que os links para ela reforçam a importância de tal “consequência”.

Depois, são relacionadas as notícias 7 (quatro vezes) e 9 (seis vezes), que tratam de prováveis investigações em curso pelo MTE e pelo MPT. O uso de links para elas coloca o caso Zara num contexto mais amplo, de investigações gerais no setor. A matéria 6, por sua vez, só é notícia relacionada uma vez, mas, como vimos no tópico anterior, aparece três vezes em links embutidos.

Também se observou que as notícias de 1 a 9 são “notícias relacionadas” a várias outras (a notícia 1, por exemplo, é relacionada a outras 12, enquanto a notícia 9 é relacionada a outras seis). No entanto, as notícias 4 e 8, disponibilizadas nesse mesmo intervalo, não são relacionadas nenhuma vez.

A reportagem 4 (da BBC), como já foi dito, trata da escravidão de imigrantes ilegais sem dizer explicitamente que os casos descritos para exemplificar o tema foram encontrados na cadeia produtiva da Zara. Porém, na página da reportagem, as notícias relacionadas são sobre o caso Zara, o que facilita a inferência do usuário/público sobre a relação entre o tema da reportagem e o caso. Por outro lado, nenhuma notícia do caso Zara utiliza links relacionados que levem à reportagem 4. Neste caso, o usuário/público que navegue por todas

as notícias do caso não encontrará a reportagem de aprofundamento da questão³⁰. Ocorre a mesma coisa com a notícia 8, que fala da queda das ações da Zara por conta do caso de escravidão. O público/usuário navegando pelo caso Zara não encontrará essa consequência.

No intervalo que inclui as notícias de 10 a 18, são relacionadas notícias anteriores a esse intervalo (1-9, exceto 4 e 8), mas não há links para notícias do próprio intervalo. Isso significa que se o público/usuário entra em uma das notícias desse intervalo (10-18), só consegue navegar até as primeiras notícias e não chega às notícias mais recentes do caso. Conforme já mencionamos, somente a notícia 18 retoma a 17, por link embutido no texto. Outra observação é que, assim como acontece na RB, os links (embutidos ou não) levam para notícias anteriores e não para posteriores, de atualização. O único caso em que isso ocorre está na notícia 1, que contém link de notícia relacionada levando à notícia 2, sobre a repercussão dos flagrantes nas redes sociais Facebook e Twitter.

³⁰ Obviamente não estamos considerando os mecanismos de busca (interno do site ou externos), uma vez que estamos analisando aqui somente a hipertextualidade entre as matérias.

4 ANÁLISE INTERPRETATIVA

Os resultados obtidos na análise descritiva do capítulo anterior são interpretados neste capítulo, com base na perspectiva teórica discutida no início da pesquisa. É na análise interpretativa que, segundo Lopes (2001, p. 151), a pesquisa adquire caráter de “cientificidade”, ou seja, a abstração e a generalização buscadas na interpretação permitem atingir o conhecimento científico.

Dessa maneira, neste capítulo discutiremos as representações construídas pela RB e pela Folha.com, a partir de questões como profundidade e pluralidade, divididas entre os itens de observação utilizados na análise descritiva. Em seguida, faremos uma interpretação geral sobre as características da cobertura webjornalística pelos dois meios para, ao final, discutir as relações entre as representações dessa cobertura e as noções de comunicação, informação e cidadania apresentadas no primeiro capítulo.

4.1 Representações nos textos

4.1.1 Flagrantes e situações descobertas

Boa parte das representações nos dois webjornais sobre as situações encontradas pode ser explicada pelas diferenças nas propostas editoriais. Para começar, as expressões mais impactantes da RB refletem o webjornalismo militante que pratica, uma vez que contribuem fortemente para a retórica contra o trabalho análogo à escravidão. A noção de “crime”, por sua vez, usada pela RB, além de atribuir forte sentido negativo à situação, indica o reconhecimento, pelo webjornal, das condições que caracterizam tal crime. Usadas em lugares de destaque (títulos, linhas finas e links), as expressões impactantes ganham ainda mais relevância se contrastadas com a ideia de navegação ativa do público/usuário, cuja atenção é tão difícil de captar. A Folha.com, por outro lado, com exceção dos termos mais adequados juridicamente a que recorre, chegou a ser imprecisa nessas definições gerais, principalmente porque, na maioria das vezes, não apresentou qualquer detalhamento das situações, o que reflete sua proposta editorial generalista e factual.

Outro aspecto diferenciado nas duas coberturas é a variação léxica, maior na RB, refletindo, principalmente, o uso que faz de reportagens e a extensão delas. A Folha.com utilizou predominantemente notícias e, para retomar o caso e contextualizá-lo em cada uma

delas, utiliza a prática do “copiar e colar” entre suas próprias matérias, facilmente identificada ao se observar trechos inteiros de uma matéria idênticos aos de outra(s). A contextualização das notícias é imprescindível no webjornalismo, uma vez que o usuário/público pode chegar àquela página sem ter conhecimento prévio sobre o caso, ao mesmo tempo em que pode tornar a leitura repetitiva dependendo de sua navegação. Nesse sentido, se por um lado a prática do “copiar e colar” permite rapidez na produção e atualização de notícias, não existe, entretanto, revisão das representações já disponibilizadas que são simplesmente reforçadas, como aconteceu com na Folha.com ao usar e repetir várias vezes as mesmas expressões imprecisas de definição dos crimes e situações.

Quanto ao detalhamento das situações e crimes, além das imagens usadas por ambos os webjornais que serão analisadas posteriormente, a RB utilizou textos para acrescentar informações, com extensas descrições e narrações do que foi flagrado e descoberto. As apurações, comparações e até mesmo ironias, por sua vez, proporcionam maior entendimento analítico e aprofundado das situações representadas. Entretanto, o uso intensivo de textos saturados de informação associado ao subuso da multimídia pode não ser atrativo para o público/usuário da internet. Se por um lado, a expansão vertical das informações pela RB constrói uma representação detalhada do caso, não é possível afirmar que tal jornalismo esteja explorando a “ausência de limites” do ciberespaço de forma a melhorar a comunicação.

Na Folha.com o nível de detalhamento dessas situações e crimes foi bastante superficial. O maior detalhamento estava em uma reportagem que não diz explicitamente se tratar do caso Zara. A reportagem obviamente acrescentou profundidade à representação das situações e, para vinculá-las ao caso, houve mobilização do recurso da hipertextualidade. Por outro lado, a partir das notícias do caso Zara, não foi possível encontrar um link para tal reportagem, daí resultando um isolamento que prejudica a ampliação vertical de informação, ou seja, dos elementos internos à notícia que, neste caso, são as situações das oficinas.

A hipertextualidade foi relativamente melhor mobilizada quanto a este item pela RB. Além de associar as situações a mais questões e mais variadas que a Folha.com, a RB o fez de forma textual e hipertextual. Foram utilizados links para reportagens de casos semelhantes e para um artigo interpretativo do tema. Os hipertextos ligados referem-se a elementos de classificação externa do caso noticiado, ou seja, ampliam as informações do tema que abrange. A mobilização da hipertextualidade desse modo, portanto, favoreceu o aprofundamento das representações desse problema, que é a escravidão contemporânea no Brasil.

4.1.2 Trabalhadores

A caracterização dos trabalhadores pela RB não foi somente mais específica e detalhada, como também mais precisa. Além disso, as entrevistas e narrativas proporcionam aproximação com os trabalhadores promovendo certa humanização de suas representações. Somado a isso, o forte sentido de vitimização dos trabalhadores distribuído nas reportagens da RB e a colocação da dona da oficina com status de trabalhadora, implica a atribuição de responsabilidade aos fornecedores e à Zara, deixando claro o viés militante do meio.

A Folha.com, por sua vez, ao tratar do tema que envolve os trabalhadores, a vulnerabilidade dos imigrantes ilegais no Brasil, alcançou boa profundidade em uma das reportagens. Entretanto, o tema foi abordado a partir do ponto de vista de representantes do Executivo, ou seja, há restrições quanto à pluralidade. Apesar da profundidade, porém, ela não foi apresentada de modo organizado, porque as notícias do caso Zara não possuem qualquer link para esta reportagem. Esse relativo isolamento hipertextual implica o não-acréscimo na resolução semântica, ou seja, se por um lado temos certa expansão horizontal da informação, por outro ela é feita de forma incompleta, que compromete a representação em profundidade.

Diferentemente da Folha.com, a RB não teve uma reportagem específica para tratar da questão, mas o tema da imigração é representado de forma relativamente mais plural, pois a RB não recorreu somente a fontes oficiais (poderes institucionalizados), como fez a Folha.com, mas também a um ator da sociedade civil com representatividade junto aos imigrantes. Isso resulta em uma visão diferenciada da questão, com destaque para as cobranças aos poderes públicos. Entretanto, ainda que haja certa profundidade e pluralidade no seu tratamento, a distribuição das informações pelas reportagens não contou com uma organização focada no tema. Isso significa, portanto, aumento da profundidade sem respectivo aumento da resolução semântica.

4.1.3 Atuação do poder Executivo

A atuação de órgãos do poder Executivo (de qualquer uma das esferas) no caso Zara pela Folha.com foi representada com algumas imprecisões nas primeiras notícias, que são corrigidas em matérias posteriores. Na RB, também foram observadas ambigüidades que tornaram as informações um pouco confusas. De qualquer forma, a representação foi mais

detalhada na RB, o que vai ao encontro da proposta do meio, de acompanhar as fiscalizações e realizar denúncias. Entretanto, a Folha.com, apesar de não ser “especializada” no assunto e não apresentar tantos detalhes quanto a RB, tratou de um aspecto sequer mencionado pela RB (a apreensão de etiquetas de outras marcas e as possíveis investigações delas). Como webjornalismo militante ou “especializado”, não é esperado que a RB deixe de apresentar tal informação. A Folha.com, por sua vez, utilizou até o recurso da hipertextualidade para retomar esse aspecto em matéria posterior à primeira.

Mas se a RB não informou sobre as futuras investigações da SRTE/SP e MTE, por outro lado, trata de forma mais extensa e organizada das fiscalizações já concluídas. O uso de links para matérias de casos passados amplia a informação de forma horizontal e relativamente organizada, proporcionando, assim, aumento da resolução semântica sobre a atuação do poder Executivo.

Outros elementos de classificação externa, como as ações em geral e políticas de enfrentamento do Executivo foram exploradas nos dois webjornais. Porém, na Folha.com isso foi feito de forma restrita, primeiro porque as ações foram mencionadas em pouquíssimas matérias e, segundo, porque não houve uso de outros recursos além do texto. Esses textos apresentaram informações limitadas pela própria proposta editorial do meio, que não é especializado na questão.

A RB abordou as ações de enfrentamento do problema mais hipertextualmente do que textualmente. Textualmente, as representações na RB são mais positivas quanto à eficácia de tais ações; enquanto na Folha.com, na reportagem que mais trata do assunto, as representações são mais analíticas e não tão positivas. Para um webjornal mais factual como é a Folha.com, tal exposição da atuação do poder Executivo seria muito válida no sentido de um jornalismo comprometido com a cidadania. No entanto, o isolamento já mencionado da reportagem que promove esse aprofundamento acaba prejudicando tal representação.

O recurso hipertextual, como já foi dito, foi muito melhor mobilizado pela RB, que além de levar a outros casos descobertos pela fiscalização, faz cobranças ao poder Executivo (e ao Legislativo). Mais uma vez, percebe-se a ampliação horizontal da informação, com consequente aumento da resolução semântica sobre a atuação do poder Executivo, seja se referindo às suas ações, seja realizando cobranças.

4.1.4 Atuação do Ministério Público do Trabalho

Em termos textuais, a RB foi muito mais clara, desde o início, quanto à função do MPT no caso. A Folha.com pareceu se pautar pelas declarações da Zara e do MPT, e o acompanhamento do início das negociações se mostra relativamente confuso ou incompleto. Reforçando o webjornalismo militante e de apuração da RB, esta apresentou maior aprofundamento das propostas da instituição.

Em geral, a representação da atuação do MPT pela Folha.com é mais neutra que pela RB. No entanto, ao contrário do que se poderia supor, as críticas e mesmo ironias que a RB fez ao acordo firmado com a Zara não são dirigidas ao MPT, mas à própria empresa. Em outras palavras, a RB criticou o acordo, mas não o MPT, ao menos não de forma direta. E, apesar das avaliações negativas predominarem e terem lugar de destaque, pois estão no início da reportagem, os pontos positivos sobre o TAC também foram apresentados, ainda que na voz de atores sociais (MPT, MTE e Zara). Isso significa relativa pluralidade no tratamento, alcançado pela contraposição entre críticas da RB e discursos dos envolvidos na negociação.

O recurso hipertextual, por sua vez, foi razoavelmente mobilizado por ambos webjornais na comparação entre a primeira proposta do MPT e o acordo efetivamente firmado. A hipertextualidade também foi mobilizada pela RB no sentido de documentação, ao apresentar, na íntegra, o documento do TAC que foi assinado. Isso implica a ampliação informativa vertical, específica ao caso Zara.

Na Folha.com, por seu turno, a diferença hipertextual mais notável quanto a este item está na apresentação de outras marcas a serem investigadas pelo órgão. Ocorre, neste caso, uma ampliação horizontal da informação e, pela organização proposta em links, há aumento da resolução semântica.

4.1.5 Respostas da Zara

Na observação deste item, mais uma vez, notamos a prática do “copiar e colar” na Folha.com entre suas matérias. Houve uma repetição intensa das respostas da Zara nas notícias, conforme vão sendo disponibilizadas, sem qualquer contraposição ou revisão, de modo que sempre as mesmas representações são reforçadas. Como já dissemos, a prática do “copiar e colar” permite a produção mais rápida de notícias. Quando a isso se soma o uso que

a Folha.com pareceu fazer de notas e declarações da Zara, sem apuração quanto ao seu conteúdo, fica claro que o jornalismo analisado prescinde de práticas que lhe são essenciais.

Por outro lado, este item de observação é o que mais permite verificar, na RB, não somente as práticas recorrentes de investigação e apuração, mas também seu caráter militante, expresso no uso de ironias, informações e críticas que deslegitimam as respostas da Zara. A maioria dessas respostas foi contraposta de forma evidente e expressiva.

A produção de uma reportagem inteira dedicada à apuração do sistema de monitoramento da cadeia da Zara, por exemplo, contribuiu de forma bastante expressiva para o aprofundamento informativo e para a representação negativa da empresa. Já os discursos de contraposição de diversos atores sociais acrescentaram pluralidade aos textos e reforçaram ainda mais o ataque à credibilidade e imagem da Zara. Somente a adesão da Zara ao Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo foi poupado dessa deslegitimação das ironias e contraposições.

E como se não bastasse toda essa retórica, os links usados pela RB reforçam as representações negativas das respostas da Zara. Na medida em que estas foram dadas pela empresa, a RB utilizou pequenos resumos das contraposições já realizadas e links embutidos que levam às reportagens anteriores. A progressão dos acontecimentos, portanto, acabou deixando a representação da empresa cada vez mais negativa.

Na apresentação da negociação com o MPT, é interessante notar que, entre todos os aspectos do TAC assinado, aquele sobre o qual a Folha.com forneceu mais informações é o de “capacitação de fornecedores”. O enquadramento detalhado de uma questão que interessa ao empresariado reflete, talvez, a satisfação do interesse de seu público e de anunciantes. Por seu turno, a RB reforçou as representações negativas da Zara, apresentando críticas explícitas, diretas e fortes à empresa quanto à negociação com o MP.

Cabe mencionar ainda que a RB, ao dizer que está esperando mais respostas da Zara, indica que está ativa e aberta a elas. Ao mesmo tempo em que representa a Zara negativamente, a RB acabou se autolegitimando ao se apresentar como webjornalismo comprometido com a questão, que cumpre seu papel de “ouvir” os envolvidos.

4.2 Imagens

Ambos os webjornais não apresentaram as fotos do caso em “galerias”, mas distribuídas pelos textos, o que diminui seu potencial expressivo e, neste caso, até mesmo

informativo. Isso porque a maioria das fotos possui baixa resolução e tamanho reduzido, dificultando a visualização do que elas enquadram ou significam. Apesar disso, um ponto positivo da cobertura é o respeito à dignidade humana dos trabalhadores, uma vez que foram usados recursos de edição para que seus rostos não sejam identificados, preservando-os da exposição midiática.

Com relação às diferenças, a Folha.com apresentou poucas fotos e, como já foi dito, são pouco expressivas. As três fotos na reportagem da BBC veiculada contribuem para certa expansão informativa por meio da representação imagética das oficinas. Entretanto, as fotos servem mais como complemento dos textos do que informam por si.

A RB possui mais fotos das oficinas e das situações encontradas pela fiscalização, mas boa parte delas também só ganha função informativa a partir dos textos das reportagens. As legendas pouco ajudam a esclarecer tais fotos, ou seja, não cumprem sua função. Nesse sentido, mencionar as fotos ao longo dos textos, como foi observado, compromete a usabilidade do webleitor, incorrendo no risco de que ele se perca, saia da página e, por isso, não obtenha as informações em profundidade que a RB apresentou sobre o caso. O modo como essas fotos foram disponibilizadas, portanto, prejudica a fluidez da comunicação pela web e, conseqüentemente, o webjornalismo comprometido com a cidadania.

As fotos da RB dos atores envolvidos no caso permitem sua identificação, mas são as fotos de cadeiras vazias na Alesp e das “portas fechadas” na reunião do MTP com a Zara aquelas que mais carregam vieses. Junto às fotos de itens da Zara (etiquetas, instruções e peças), pode-se afirmar que tais fotos colaboram para uma representação negativa da empresa, já muito reforçada nos textos.

Nesse sentido, se por um lado não explorar a expressividade das fotos com relação aos trabalhadores indica o compromisso da RB e da Folha.com com a dignidade e a cidadania desses atores, por outro lado, a identificação dos representantes da Zara e o reforço da imagem negativa da empresa pela RB indicam sua militância e comprometimento com a cidadania, no sentido de expor e cobrar os responsáveis.

De modo geral, no entanto, pode-se dizer que ambos webjornais subutilizaram o recurso das imagens, principalmente pela forma como foram disponibilizadas. Salvo algumas exceções da RB, as fotos não causam o “impacto” que poderiam e, assim, não constituem fortes elementos na representação comprometida com a retórica da defesa da cidadania.

4.3 Vídeos

O único vídeo do *corpus*, que está na Folha.com, pouco acrescentou em termos de informação e interpretação do caso. Anunciado como “comentário”, obviamente não se poderia esperar dele informações mais objetivas, que foram dadas somente no texto logo abaixo da caixa do vídeo. No entanto, as expectativas por uma representação mais analítica ou interpretativa do caso acabam sendo frustradas.

Além disso, a expressividade que um vídeo poderia alcançar utilizando cenas em movimento não se realiza, já que as imagens são, em sua maioria, estáticas. As associações entre as imagens de fotografias apresentadas e o texto do vídeo, aliás, parecem mais inclinados a comentar sobre a marca Zara do que sobre o problema em si.

Na conclusão do vídeo, porém, há uma associação rasa entre consumo e produção, numa possível alusão ao consumo consciente quanto à origem dos produtos. Entretanto, a noção de consumo consciente está longe de corresponder à ideia de exercício da cidadania, que é muito mais abrangente e ligada a outros valores.

O vídeo significa, assim, a mobilização de um recurso da web, a multimídia, mas que em termos de representações aprofundadas ou minimamente comprometidas com a questão pouco acrescentou.

4.4 Navegação hipertextual

Tanto Folha.com quanto RB mobilizaram a hipertextualidade com certa linearidade cronológica inversa, uma vez que em cada página de matéria só há links para notícias anteriores. Dessa forma, as atualizações e os desdobramentos não podem ser acessados imediatamente a partir de cada página do caso. Em certa medida, isso gera uma representação fragmentada ou incompleta que, no webjornalismo, significa uma subutilização de um recurso útil justamente para organizar e agrupar tais informações.

A única vez em que uma notícia foi ligada a outra “publicada” anteriormente, está na Folha.com e consiste na notícia das repercussões do caso nas redes sociais da internet. Essa notícia que, aliás, foi mencionada e ligada a várias outras, expressa o surgimento de uma rotina no webjornalismo, que é o monitoramento dessas redes para produção de notícias sobre “repercussões” na opinião pública.

Quanto ao uso em geral de links, a Folha.com acabou deixando muitas notícias isoladas hipertextualmente, gerando novamente representações fragmentadas e superficiais do caso. A RB, porém, utilizou o recurso mais regularmente e de modo a reforçar as representações aprofundadas, pois seus links favorecem a contextualização, as análises e as apurações informativas.

4.5 Webjornalismo e cidadania: profundidade e pluralidade

De forma geral, o webjornalismo da Folha.com e da RB apresentou diferenças entre si na representação da cidadania, não só pelos seus diferentes vieses, mas também pela forma como utilizaram os recursos e possibilidades da web para produzir sentido.

O que sobressai na Folha.com é a exploração da atualização rápida das notícias, que muitas vezes compromete a qualidade das informações, pois não permite que elas tenham profundidade, pluralidade e, alguns casos, nem mesmo precisão. A abordagem factual e a urgência em “publicar” notícias no site levou ao uso recorrente do “copiar e colar” e a utilização de fontes “oficiais” (do poder político e do poder econômico que, no caso, é a Zara), em detrimento das fontes representativas dos atores envolvidos no acontecimento noticiado.

Enquanto esse uso restrito de fontes implica a pouca pluralidade das representações, a contextualização realizada pelo “copiar e colar” de notícias anteriores, somada à mera transcrição de notas e declarações dessas fontes, sem apuração ou interpretações, significou o comprometimento não só da profundidade da notícia, como também da essência do jornalismo, que é a informação apurada. Diante disso, cabe o questionamento sobre se esse tipo de informação, que consiste em tratamento das informações produzidas por terceiros, não está se transformando na própria essência do webjornalismo generalista.

Tendo em vista o compromisso com a cidadania, a substituição do critério da “relevância pública” da notícia pelo imperativo da atualização rápida gera problemas graves à qualidade do webjornalismo observado na Folha.com. Conforme analisamos no capítulo anterior, muitas informações disponibilizadas pelo webjornal não foram necessariamente as mais importantes do caso, ao mesmo tempo em que a qualidade do que foi noticiado é bastante questionável. Imprecisões, simplificações e falta de apuração marcam as representações do caso pela Folha.com.

A suposta demanda por informação instantânea acaba resultando, assim, na veiculação e reforço de representações superficiais. A credibilidade quanto à representação desse tema da cidadania, portanto, pode estar comprometida na Folha.com, apesar da credibilidade tradicional que possui no mercado jornalístico.

Quanto à atualização das notícias, na RB foram constatados vários pequenos erros ortográficos/de digitação que nos levam a questionar até que ponto a RB também não disponibilizou reportagens sem a devida revisão, pressionada pela urgência ou pela competição e/ou complementaridade em relação a outros meios que já estavam noticiando o caso.

Por outro lado, a profundidade e a relativa pluralidade na representação do caso apresentada pela RB e o fato de que, mesmo “militante” não utilizou um discurso “panfletário”, são características que podem funcionar como dispositivos para proporcionar credibilidade ao webjornal.

Conforme discutimos no segundo capítulo, a percepção de credibilidade de um site também está ligada à boa navegação hipertextual. Se tomarmos como parâmetro a facilidade de localizar links para páginas relacionadas, a Folha.com proporcionou melhor navegação. No entanto, se o parâmetro for a pluralidade e a profundidade da informação, é a RB que melhor mobilizou a característica hipertextual do webjornalismo. Os links embutidos e de “reportagens relacionadas” contribuem tanto para a ampliação vertical quanto horizontal da informação, ou seja, para aprofundamento de elementos relacionados ao caso Zara e ao tema de forma geral.

A relativa boa organização das informações textuais e o uso de links aparentemente direcionados à construção de sentidos específicos permitem afirmar que a RB ampliou a resolução semântica das informações que disponibiliza.

Entretanto, ainda que com links, as reportagens da RB possuem textos muito longos, concentrados em uma única página, o que não é considerado atraente na web, pelas razões já apontadas (leitura na tela é mais lenta, público/usuário tem atitude pró-ativa quanto à navegação). Isso nos leva ao questionamento sobre em que medida a informação disponibilizada dessa forma pode realizar a comunicação.

A Folha.com, por sua vez, subutilizou o recurso da hipertextualidade que poderia promover maior quantidade ou aprofundamento das informações, resultando em fragmentação e isolamento de notícias que pouco acrescentam à qualidade do webjornalismo. Sem a devida

organização hipertextual de matérias quase sempre superficiais, pode-se dizer que há pouco ganho de resolução semântica no caso noticiado.

A multimídia, tanto pela Folha.com quanto pela RB, também foi subutilizada quanto à representação do caso e do tema. Obviamente as imagens utilizadas por ambos reforçam a credibilidade das informações apresentadas pelos textos, porém nem sempre o que elas enquadram é facilmente identificável, como já foi colocado. Dessa forma, as imagens perdem a oportunidade de, ao oferecer uma melhor impressão de realidade, ganhar autonomia como notícia. Por consequência, o que poderia ser uma forma de ampliar a informação de forma expressiva e até mesmo impactante se apresenta, em geral, como mero complemento dos textos, que são predominantes.

4.6 Comunicação e cidadania: a informação “relacional”

Retomando o que foi discutido nos primeiros capítulos, o webjornalismo comprometido com a cidadania tem menos a ver com o uso intensivo de seus recursos expressivos, do que com a mobilização deles para disponibilizar informação com profundidade, com pluralidade e “relacional”. A profundidade e a pluralidade são características da informação que fornece subsídios para o cidadão exercer e lutar por seus direitos. A informação “relacional”, por sua vez, tem o objetivo de alcançar o “outro” e realizar certa negociação simbólica entre as demandas da cidadania.

Assumindo que, nesta análise, o “outro” com quem se busca a convivência possa ser tanto aquele que é representado nas matérias webjornalísticas, quanto o público que as visualiza, dependendo do ponto de vista, algumas questões podem ser levantadas. À informação “relacional” é importante: a) ser compreensível para seu público, b) mostrar as demandas do “outro” e suas legitimidades e c) ser atraente.

Na Folha.com, o tratamento factual e simplista do caso tornou as informações mais compreensíveis, mas isso não necessariamente promove a aproximação com o “outro” representado, ou seja, com o trabalhador. Mesmo com toda legitimidade dos direitos que foram violados, a representação da Folha.com minimiza a importância negativa dos fatos noticiados. Conforme os acontecimentos progrediram, aumentou o tempo de abordagem do problema pelo webjornalista/webjornal que, no entanto, não se traduziu em qualquer revisão das representações superficiais do caso e do tema. Além disso, a cobertura não ganhou destaque e contou com poucos elementos atrativos (como reportagens especiais ou

multimídia). Por isso, o webjornalismo da Folha.com apresenta poucos elementos para subsidiar ou inspirar fortes ações da cidadania, como cobranças direcionadas aos atores envolvidos na resolução do problema.

Na RB, as representações foram construídas de forma pouco atrativa (textos muito extensos; subutilização da multimidialidade), o que torna as reportagens enfadonhas e restringe o público ao qual se dirige. Isso somado à pró-atividade do usuário para navegar, dificulta a aproximação entre o que é representado e o público. Por se tratar da representação do “outro”, o que indica a exposição de diferenças em relação ao público, mais do que semelhanças, o risco é de que esse webjornalismo possa provocar indiferença, mas somente um estudo complexo de recepção poderia nos autorizar a fazer tal confirmar algo nesse sentido.

Por outro lado, as representações da RB construídas pelos textos, links e imagens, são fortemente ligadas à retórica apresentada, de combate ao problema da escravidão contemporânea, correspondendo ao ideal de legitimação de direitos e deslegitimação de suas violações. Apesar de construir sentidos de forma muito mais argumentativa do que recorrendo à dramaticidade, a RB tem mais chance de provocar certa identificação com o “outro”. Ao mobilizar razões e/ou emoções, sentimentos como o de injustiça podem influenciar possíveis mobilizações do público.

E é justamente nessa mobilização da opinião pública que reside o poder simbólico do jornalismo. Uma vez que o poder efetivo de ação está concentrado no Estado, a capacidade de influência para acioná-lo em favor da cidadania passa pela interação entre a exposição midiática dos problemas e a mobilização dos cidadãos. Nesse sentido, o jornalismo com profundidade, pluralidade e que promova a comunicação com o “outro” é essencial para alcançar essa interação entre cidadãos e representações jornalísticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de muito bem informado, o cidadão ocidental tem pouca capacidade de ação. Essa constatação realizada por Dominique Wolton (2004, p. 198) demarca a distância que existe entre as infinitas fontes e canais de informação nas sociedades democráticas e os restritos instrumentos de participação direta na tomada de decisões que dizem respeito à cidadania.

Dessa limitação decorre a importância da comunicação, como forma de promover a interação necessária entre o Estado, que tem o poder efetivo, e a sociedade. A histórica valorização do jornalismo como mediador entre os governos e a opinião pública está alicerçada justamente nessa interação entre Estado e sociedade. Nesse sentido, há um processo circular de influências entre opinião pública, instituições e jornalismo, a partir do qual podem resultar muitos ganhos para a cidadania (SOARES, 2009).

O poder do jornalismo é, portanto, simbólico, e se torna materializado quando consegue promover a mobilização efetiva dos cidadãos que, por sua vez, provocam a reação dos governos. Ainda que a mobilização dos cidadãos não provoque qualquer ação ou mudança de atitude das autoridades, estas podem cair em descrédito, o que também reforça o poder simbólico da opinião pública e do jornalismo.

Nas últimas décadas, porém, o descrédito atingiu também o jornalismo. No Brasil, os casos de manipulação de informação, as coberturas superficiais e o atrelamento dos meios de comunicação a grupos de interesses e políticos colocam em xeque a capacidade do jornalismo tradicional de corresponder às expectativas da cidadania.

As frustrações com a imprensa e com o telejornalismo, por exemplo, e as potencialidades das novas tecnologias da informação e da comunicação geram grandes expectativas quanto à comunicação estabelecida pela internet. Ocorre, porém, que a confiança nas infinitas possibilidades de expressão e de obtenção de informação pela rede ignora a necessidade crescente de nossas sociedades complexas: a mediação.

Nesse sentido, reafirmamos a importância essencial do processo de mediação para que formas de comunicação efetivas sejam estabelecidas e, assim, a cidadania possa se valer delas para se aperfeiçoar. O jornalismo pode ser percebido como um mediador nas negociações entre as demandas da cidadania, cujo objetivo final é alcançar a convivência pacífica. Ao processar os discursos da sociedade e dos poderes institucionalizados, o jornalismo adquire importante responsabilidade na esfera pública.

É função do jornalismo organizar informações, de modo que elas favoreçam a pluralidade, a profundidade e a compreensão do “outro”. Tendo em vista que a comunicação é muito mais uma questão cultural do que técnica, não basta mobilizar os recursos expressivos disponíveis, como vimos na análise apresentada nesta pesquisa. É preciso que se mostre as demandas da cidadania e reforce suas legitimidades, sempre de modo compreensível e atraente para o público. A comunicação pressupõe não só a expressão, mas também a vontade de escutar o outro e, por isso, não só o jornalismo deve estar aberto ao que está noticiando quanto deve buscar receptividade do seu público para o que representa em suas notícias.

No caso do webjornalismo, uma modalidade jornalística ainda nova, é preciso reavaliar constantemente os caminhos que está tomando para não repetir os mesmos problemas que outras modalidades já tiveram ou têm, como a superficialidade, a imprecisão e a representação restrita dos problemas sociais. Os dois meios analisados nesta pesquisa nos levam a pensar que o webjornalismo ainda está muito longe do que a comunicação comprometida com a cidadania exige. Tomando a profundidade, a pluralidade e a informação “relacional” como parâmetros da informação sobre e para a cidadania, chegamos às seguintes constatações:

Na Folha.com, o processo de atualização rápida de notícias e a abordagem factual levaram à imprecisão, à escolha restrita de fontes de informação, à falta de apuração jornalística e à subutilização dos recursos da web (multimídia e hipertextualidade). Esses problemas concorrem para a superficialidade, a pouca pluralidade, a falta de atratividade e, de certa forma, minimizam a importância negativa do fato noticiado, não promovendo, assim, a aproximação com o “outro” representado. O comedimento na cobertura de um tema tão caro à cidadania quanto é o trabalho análogo à escravidão não pode ser considerado uma característica positiva no jornalismo. Não se trata de comprometer a precisão ou a acuidade do jornalismo, mas é preciso que se adotem valores que o orientem. A apatia no tratamento da questão reflete certa falta de compromisso do webjornalismo com os cidadãos e com a cidadania.

Por outro lado, o compromisso da Repórter Brasil com o combate a essa violação de direitos se mostrou tão forte nas reportagens, que a comunicação pode ficar comprometida. Ao mesmo tempo em que a RB informou de modo aprofundado, plural e compromissado com a defesa dos direitos dos cidadãos, o fez de forma pouco atraente. Apesar de a hipertextualidade ter sido utilizada no sentido de aprofundar informações e reforçar a retórica de combate ao problema, a subutilização da multimídia tornou as reportagens

enfadonhas e sem elementos que conferem dramaticidade ao problema. Pode-se dizer, assim, que nas reportagens faltaram elementos de aproximação com o “outro” representado, ou seja, os trabalhadores que são vítimas da situação. Essas características do webjornalismo da RB dificultam a comunicação para a cidadania e possivelmente restringem muito seu público.

Apesar de todas essas indicações sobre o webjornalismo, no entanto, estaríamos simplificando a questão afirmando que informações em determinados padrões garantiriam a comunicação e, mais que isso, promoveriam o aperfeiçoamento da cidadania.

Conforme já discutimos no primeiro capítulo, não é possível simplesmente “transmitir” contextos, sentidos e valores. A comunicação também leva à incomunicação, uma vez que interpretações, perda e surgimento de novos sentidos são inerentes ao processo comunicativo. Também não se pode garantir que a comunicação, uma vez estabelecida, gere mobilizações na sociedade. Por fim, nem mesmo a opinião pública, manifestada de quaisquer formas, é garantia de influência nos poderes institucionalizados.

De qualquer forma, se o jornalismo possui algum poder, mesmo que simbólico, e se o webjornalismo carrega grandes potencialidades de promoção de uma comunicação comprometida com os cidadãos, é essencial refletir sobre suas potencialidades e analisar sua prática a fim de torná-lo instrumento da cidadania.

REFERÊNCIAS

ALVES, Fábio. A representação da prostituição feminina na imprensa escrita: o “tesão” ilícito” em pauta. In: PINTO Aroldo & ALVES, Fábio (Org.). **Representações sociais em comunicação: fragmentos de história em histórias**. São Paulo: Arte e Ciência, 2007.

AMARAL, Márcia & PREVEDELLO, Carine. Cidadania fragilizada: a representação dos direitos sociais na imprensa popular. **Líbero**, São Paulo, v. 12, n.º33, p. 63-73, jun. 2009.

BARBOSA, Suzana. **Jornalismo digital de terceira geração**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2007. Disponível em: <http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/barbosa_suzana_jornalismo_digital_terceira_geracao.pdf>. Acesso em: 20 out. 2010.

_____. **A informação de proximidade no jornalismo online**. 2001. Disponível em: <www.bocc.uff.br/pag/barbosa-suzana-proximidade-online.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2010.

BAUDRILLARD, Jean. Tela-total. **Mito-ironias da era do virtual e da imagem**. Porto Alegre: Sulina, 1997.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1985.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. 7ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992

BORGES, Juliano. Webjornalismo político e a cobertura online das eleições presidenciais de 2002. **Matrizes**. Ano 2, n.1. São Paulo: ECA/USP, 2008.

CANAVILHAS, João. Webjornalismo: da pirâmide invertida à pirâmide deitada. In: BARBOSA, Suzana. **Jornalismo digital de terceira geração**. 2007a.

_____. **Webnotícia: proposta de modelo periodístico para WWW**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2007b.

_____. Webjornalismo. Considerações gerais sobre jornalismo na web. In: FIDALGO, Antonio; SERRA, Paulo (Org.). **Jornalismo Online**. Covilhã: Universidade da Beira Interior. 2003. p. 63-74.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASTELLS, Manuel. **Comunicación y poder**. Madrid: Alianza Editorial, 2009.

_____. A era da intercomunicação, In: **Le Monde Diplomatique**. 2006. Disponível em: <<http://diplo.uol.com.br/2006-08,a1379>>, Acesso em 15 ago. 2011.

_____. **Sociedade em rede – a era da informação: economia, sociedade e cultura.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CEBRIÁN, Juan Luis. **A rede.** São Paulo: Summus, 1999.

DAHL, Robert A. **Sobre a democracia.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

DEL BIANCO, Nelia R. A Internet como fator de mudança no jornalismo. **Revista Brasileira de Comunicação**, Vol 27, nº 1, jan. – jun, 2004, São Paulo. p. 133-147

EDO, Concha. El lenguaje y los géneros periodísticos em la narrativa digital. In: BARBOSA, Suzana (Org.). **Jornalismo digital de terceira geração.** Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2007.

FERNANDES, Adélia F. Jornalismo, cidadania e direitos humanos: uma relação reflexiva no espaço público. In: XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação. **Anais.** Salvador, 2002.

FERRARI, Pollyana. **Jornalismo digital.** São Paulo: Contexto, 2006.

FIDALGO, Antonio. A resolução semântica no jornalismo online, 2007a. In: BARBOSA, Suzana. **Jornalismo digital de terceira geração.**

_____. Data Mining e um novo jornalismo de investigação, 2007b. In: BARBOSA, Suzana. **Jornalismo digital de terceira geração.**

_____. **Novos desafios a um velho ofício ou... um novo ofício? A redefinição da profissão de jornalista.** 2005. Disponível em:

<old.comunicacao.uminho.pt/doc/fidalgo/jfidalgo_artigo_mediascopio.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2010.

GENTILLI, Victor. **Democracia de massas: jornalismo e cidadania.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana.** Petrópolis: Vozes, 1975.

GOMES, Wilson. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. IN: **Revista Fronteiras – estudos midiáticos.** Vol. VII, n. 3, set.-dez., 2005. p. 214-222.

_____. **Transformação da política na era da comunicação de massa.** São Paulo: Paulus, 2004.

_____. Esfera pública política e media: com Habermas, contra Habermas. In: RUBIM, A. A. C.; BENTZ I. M. G.; PINTO, M. J. (Org.) **Reprodução e recepção dos sentidos midiáticos.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1998a.

_____. Esfera pública política e media II. VII Encontro anual da Compós. **Anais.** São Paulo, 1998b.

HABERMAS, Jürgen. Comunicação política na sociedade mediática: o impacto da teoria normativa na pesquisa empírica. **Revista Líbero**, São Paulo, n. 21, p. 9-22, jun. 2008.

_____. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categorias da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

LÉVY, Pierre. A revolução contemporânea em matéria de comunicação. In: MARTINS, Francisco & SILVA, Juremir (Org.). **Para navegar no século XXI**. Porto Alegre: Sulina/PUCRS, 2003.

_____. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

_____. **O que é o virtual?** São Paulo: 34, 1996.

_____. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

LOPES, Maria Immacolata. **Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Loyola, 2001.

MAIA, Rousiley. Mídia e deliberação pública: mediações possíveis. XI Encontro Anual da Compós. **Anais**. Rio de Janeiro, 2002. 16 p. Disponível em:

<<http://www.unb.br/fac/comunicacaoepolitica/Rousiley2002.pdf>>. Acesso em: 27 jan. 2011.

_____. Dos dilemas da visibilidade midiática para a deliberação pública. XII Encontro da Compós. **Anais**. Porto Alegre, 2003. 22 p. Disponível em: <<http://www.unb.br/fac/comunicacaoepolitica/Rousiley.pdf>>. Acesso em: 27 jan. 2011.

_____. Política deliberativa e tipologia de esfera pública. XV Encontro da Compós, Bauru. **Anais**. 2006. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_442.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2011.

MAIGRET, Éric. **Sociologia da Comunicação e das mídias**. São Paulo: Senac, 2010.

MARSHALL T. H. **Cidadania , Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Tecnicidades, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século. In: MORAES, Dênis de (Org.). **Sociedade Midiatizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

MIELNICZUK, Luciana. **Jornalismo na web: Uma Contribuição para o Estudo do Formato da Notícia na Escrita Hipertextual**. 2003. 246 p. Tese (Doutorado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, Salvador (BA), 2003.

Disponível em:

<<http://poscom.tempsite.ws/wp-content/uploads/2011/05/Luciana-Mielniczuk.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2010.

MORAES, Dênis de. A tirania do fugaz: mercantilização cultural e saturação midiática. In: MORAES, Dênis de (Org.). **Sociedade Midiatizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006

MORETZSOHN, Sylvia. **Jornalismo em “tempo real”: o fetiche da velocidade**. Rio de Janeiro, Revan, 2002.

NIELSEN, Jakob. **Projetando websites**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

OLIVEIRA, Roberto. Notícia: representação/fragmentação do cotidiano. In: PINTO Aroldo & ALVES, Fábio (Org.). **Representações sociais em comunicação: fragmentos de história em histórias**. São Paulo: Arte e Ciência, 2007.

PALÁCIOS, Marcos; MUNHOZ, Paulo. Fotografia, blogs e jornalismo na internet: oposições, apropriações e simbioses. IN: BARBOSA, Suzana. **Jornalismo digital de terceira geração**. 2007

PEREIRA, Fábio. **O jornalista on-line: um novo status profissional?** Uma análise sobre a produção da notícia na internet a partir da aplicação do conceito de ‘jornalista sentado’. 2003. Disponível em: <www.bocc.uff.br/pag/pereira-fabio-jornalista-on-line-novo-status.pdf>. Acesso em 12 jun. 2010.

PRIMO, Alex. Quão interativo é o hipertexto?: Da interface potencial à escrita coletiva. **Fronteiras: Estudos Midiáticos**, São Leopoldo, v. 5, n. 2, p. 125-142, 2003.

QUADROS, Claudia Irene. A participação do público no webjornalismo. **Revista da Compós**. Dez. 2005.

ROSA, Rosane. Um olhar sobre a cobertura jornalística de políticas públicas sociais do jornal Zero Hora. **Estudos em jornalismo e mídia**, Florianópolis, v.7, n.º2. jul-dez, 2010.

ROTHBERG, Danilo; KERBAUY, Maria Teresa. O avanço da democracia digital e a ampliação do espaço público: realizações e obstáculos. In: VICENTE, Maximiliano Martin; ROTHBERG, Danilo (Org.). **Meios de comunicação e cidadania**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

SALAVERRÍA, Ramón. **Redacción periodística en internet**. Navarra: EUNSA, 2005.

SANTI, Vilso Junior Chierentin. O processo de apuração no webjornalismo de quarta geração. **ECO-Pós**, v.12, n.3, setembro-dezembro 2009, p. 181-194.

SCHUDSON, Michael. **The power of news**. Cambridge/London: Harvard University Press, 2003.

SERRA, Joaquim. **A credibilidade da informação na web**. Covilhã, 2006. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/serra-paulo-credibilidade-web.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2010.

SILVA Jr., José Afonso. Do hipertexto ao algo mais: usos e abusos do conceito de hipermídia pelo jornalismo on-line. IN: LEMOS, André; PALÁCIOS, Marcos (Org.). **As janelas do ciberespaço**. Porto Alegre: Sulina, 2001. p. 126-137

SINGER, Paul. A cidadania para todos. In: PINSKY, J.; PINSKY, Carla B. (Org.) **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

SOARES, Murilo. **Representações, jornalismo e a esfera pública democrática**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009a. Disponível em <<http://www.culturaacademica.com.br>>. Acesso em: 5 jul. 2012.

_____. Os direitos da cidadania na imprensa diária. **Trabalho apresentado no IV Congresso da Cibernética**, 2009b. Disponível em <<http://www.cibersociedad.net/congres2009/gl/coms/os-direitos-da-cidadania-na-imprensa-diaria/663>>. Acesso em 10 out. 2010.

_____. Representações e comunicação: uma relação em crise. **Líbero**, São Paulo, v. 10, n. 20, 2007.

TRIVINHO, Eugênio. Epistemologia em ruínas: a implosão da Teoria da Comunicação na experiência do cyberspace. **Revista Famecos**, Porto Alegre, n.º 5. novembro, 1996.

WARD, Mike. **Jornalismo online**. São Paulo: Roca, 2006.

WOLTON, Dominique. **Informar não é comunicar**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

_____. **Internet, e depois? Uma teoria crítica das novas mídias**. 2a ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

_____. **É preciso salvar a comunicação**. São Paulo: Paulus, 2006.

_____. **Pensar a comunicação**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

Páginas do conteúdo analisado

<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/961047-zara-reconhece-trabalho-irregular-em-3-confecoos-de-sp.shtml>

<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/961145-internautas-atacam-zara-apos-denuncia-de-trabalho-escravo.shtml>

<http://www1.folha.uol.com.br/multimedia/videocasts/961400-editora-de-moda-comenta-trabalho-irregular-em-confecoos-da-zara.shtml>

<http://www1.folha.uol.com.br/bbc/961680-voltar-para-a-bolivia-nao-e-uma-opcao-diz-vitima-de-exploracao-em-sp.shtml>

<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/961715-zara-revisara-condicoes-trabalhistas-de-fornecedores-no-brasil.shtml>

<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/961717-multas-trabalhistas-aplicadas-a-zara-somam-r-1-milhao.shtml>

<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/961951-mais-6-marcas-serao-investigadas-por-trabalho-irregular.shtml>

<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/962136-acao-da-inditex-dona-da-zara-cai-4-por-denuncias-em-sp.shtml>

<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/962480-35-marcas-de-roupa-sao-investigadas-por-trabalho-irregular.shtml>

<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/967155-assembleia-convocara-zara-para-esclarecer-trabalho-degradante.shtml>

<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/968481-ausencia-da-zara-em-assembleia-pode-resultar-em-cpi.shtml>

<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/975679-zara-aguarda-ministerio-publico-para-indenizar-trabalhadores.shtml>

<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/976048-zara-anuncia-a-criacao-de-disque-denuncia.shtml>

<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/978660-presidente-da-zara-nega-que-sabia-de-trabalho-irregular-em-sp.shtml>

<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/991030-ministerio-publico-propoe-que-zara-pague-ate-r-20-mi.shtml>

<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/1008036-ministerio-publico-do-trabalho-adia-conciliacao-com-a-zara.shtml>

<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/1014367-fracassa-acordo-entre-zara-e-ministerio-publico.shtml>

<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/1023480-procuradoria-desiste-de-indenizacao-de-r-20-mi-contr-a-zara.shtml>

<http://www.reporterbrasil.com.br/exibe.php?id=1925>

<http://www.reporterbrasil.com.br/exibe.php?id=1930>

<http://www.reporterbrasil.com.br/exibe.php?id=1933>

<http://www.reporterbrasil.com.br/exibe.php?id=1937>

<http://www.reporterbrasil.com.br/exibe.php?id=1940>

<http://www.reporterbrasil.com.br/exibe.php?id=1959>

<http://www.reporterbrasil.com.br/exibe.php?id=1975>

<http://www.reporterbrasil.com.br/pacto/noticias/view/384>

APÊNDICE

APÊNDICE A

Quadro 23 – Flagrantes e situações descobertas (coleta geral de dados)

Repórter Brasil	Folha.com
16/08/2011 – <i>Roupas da Zara são fabricadas com mão de obra escrava</i> Roupas da Zara são fabricadas com mão de obra escrava (título) oficinas subcontratadas de fabricante de roupas da Zara (linha fina) 15 pessoas, incluindo uma adolescente de 14 anos foram libertadas de trabalho escravo contemporâneo em plena capital paulista (linha fina) trabalhadores estrangeiros submetidos a condições análogas à escravidão produzindo peças de roupa da badalada marca internacional Zara, do grupo espanhol Inditex subcontratadas de uma das principais "fornecedoras" da rede 15 pessoas, incluindo uma adolescente de apenas 14 anos, foram libertadas de escravidão contemporânea de duas oficinas - uma localizada no Centro da capital paulista e outra na Zona Norte trabalhadores foram encontrados em condições degradantes; parte do grupo costurava calças da Zara contratações completamente ilegais, trabalho infantil, condições degradantes, jornadas exaustivas de até 16h diárias e cerceamento de liberdade (seja pela cobrança e desconto irregular de dívidas dos salários, o <i>truck system</i>, seja pela proibição de deixar o local de trabalho sem prévia autorização). Apesar do clima de medo, um dos trabalhadores explorados confirmou que só conseguia sair da casa com a autorização do dono da oficina, concedida apenas em casos urgentes, como quando teve de levar seu filho às pressas ao médico. Quem vê as blusas de tecidos finos e as calças da estação nas vitrines das lojas da Zara não imagina que algumas delas foram feitas em ambientes apertados, sem ventilação, sujos, com crianças circulando entre as máquinas de costura e a fiação elétrica toda exposta. Principalmente porque as peças custam caro. Por fora, as oficinas parecem residências, mas todas têm em comum as poucas janelas, <i>qusae</i> (sic) sempre fechadas. Tecidos escuros pendurados impedem a visão do que acontece do lado de dentro das células de produção têxtil ocultas e improvisadas. auditores fiscais apreenderam dois cadernos com anotações de dívidas referentes à "passagem" e a "documentos", além de "vales" que faziam com que o empregado aumentasse ainda mais a sua dívida. Os cadernos mostram alguns dos salários recebidos pelos empregados: de R\$ 274 a R\$ 460,	17/08/2011 – <i>Zara reconhece trabalho irregular em 3 confecções de SP</i> Zara reconhece trabalho irregular em 3 confecções de SP (título) fornecedores da marca de roupas Zara explorando bolivianos em condições análogas à escravidão em três confecções no Estado de São Paulo As duas oficinas da capital --de propriedade de bolivianos, mas que, segundo a SRTE, era de responsabilidade da Zara-- tinham, ao todo, 15 funcionários Em uma das oficinas, os fiscais chegaram a encontrar uma adolescente de 14 anos trabalhando. Ela só podia sair da oficina, que também servia como moradia, após autorização da chefia do local. "A conclusão é que o único responsável por essas duas oficinas era a Zara, pois esses trabalhadores só produziam peças destinadas à empresa, seguindo os padrões dela" (fala de auditor) [de acordo com auditor], essas oficinas, que funcionavam há dois anos, receberam 48 autuações por infrações como excesso de jornada, falta de pagamento de férias e ausência de descanso semanal. irregularidades em uma oficina de Americana, que prestava serviços à Zara bolivianos submetidos a jornadas superiores a 14 horas diárias e confinados em moradias precárias e sem higiene. Essa oficina era subcontratada pela Zara e não trabalhava exclusivamente para a empresa 17/08/2011 – <i>Internautas atacam Zara após denúncia de trabalho escravo</i> Internautas atacam Zara após denúncia de trabalho escravo (título) <u>denúncias de trabalho escravo</u> contra confecções que prestavam serviço à Zara Zara e trabalho escravo “Zara, que escraviza bolivianos” (internauta – Twitter) "Todo mundo comprando calça Zara achando que é importada e a calça é feita por escravos bolivianos" (internauta – Twitter) acusação 18/08/2011 – <i>Editora de Moda comenta trabalho irregular em confecções da Zara</i> trabalho irregular em confecções da Zara (título) fornecedores da marca de roupas Zara explorando bolivianos em condições análogas à escravidão em três confecções no Estado de São Paulo

bem menos que o salário mínimo vigente no país, que é de R\$ 545. As oficinas de costura inspecionadas não respeitavam nenhuma norma referente à Saúde e Segurança do Trabalho. Além da sujeira, os trabalhadores conviviam com o perigo iminente de incêndio, que poderia tomar grandes proporções devido à grande quantidade de tecidos espalhados pelo chão e à ausência de janelas, além da falta de extintores. Após um dia extenuante de trabalho, os costureiros e seus filhos eram obrigados a tomar banho frio. Os chuveiros permaneciam desligados para evitar a sobrecarga nas instalações elétricas, feitas sem nenhum cuidado. As cadeiras nas quais os trabalhadores passavam sentados por mais de 12 horas diárias eram completamente improvisadas. Alguns colocavam espumas para torná-las mais confortáveis. As máquinas de costura não possuíam aterramento e tinham a correia toda exposta (<i>foto acima</i>). O descuido com o equipamento fundamental de qualquer confecção ameaçava especialmente as crianças, que circulavam pelo ambiente e poderiam ser gravemente feridas (dedos das mãos decepados ou até escalpelamento). irregularidades nas duas oficinas discriminação étnica de indígenas quéchua e aimará De acordo com a análise feita pelos auditores, restou claro que o tratamento dispensado aos indígenas era bem pior que ao dirigido aos não-indígenas. "Observa-se com nitidez a atitude empresarial de discriminação. Todos os trabalhadores brasileiros encontrados trabalhando em qualquer um dos pontos da cadeia produtiva estavam devidamente registrados em CTPS [Carteira de Trabalho e Previdência Social], com jornadas de trabalho condizentes com a lei, e garantidos em seus direitos trabalhistas e previdenciários", destaca o relatório da fiscalização. "Por outro lado, os trabalhadores imigrantes indígenas encontram-se em situação de trabalho deplorável e indigno, em absoluta informalidade, jornadas extenuantes e meio ambiente de trabalho degradante". Blusas e vestidos (subtítulo) oficina vistoriada mantinha seis pessoas, incluindo uma adolescente de 14 anos, em condições de trabalho escravo. No momento da fiscalização, os empregados finalizavam blusas da Coleção Primavera-Verão da Zara, na cor azul e laranja (<i>fotos acima</i>). Para cada peça feita, o dono da oficina recebia R\$ 7. Os costureiros declararam que recebiam, em média, R\$ 2 por peça costurada. No dia seguinte à ação, 27 de junho, a reportagem foi até uma loja da Zara na Zona Oeste de São Paulo (SP), e encontrou uma blusa semelhante, fabricada originalmente na Espanha, sendo vendida por R\$ 139. A oficina funcionava em um cômodo de uma casa	18/08/2011 – <i>Voltar para a Bolívia não é uma opção, diz vítima de exploração em SP</i> exploração em SP (título) A sala é claustrofóbica, cheia de pessoas e máquinas de costura para todos os lados. A combinação de instalações elétricas improvisadas com pilhas de tecido por todas as partes cria um risco de incêndio grave, mas não há extintores no local. uma das centenas de oficinas que empregam em São Paulo milhares de trabalhadores imigrantes --a grande maioria da Bolívia-- na confecção de roupas para o crescente mercado brasileiro “presos nesses lugares pequenos, sem qualquer dignidade” (fala de trabalhador) GERAL problema (3) oficinas “escravidão moderna” (Secretária no MTE) trabalham nessas condições “problema” (2) (Secretária no MTE) "trabalho em condições análogas à escravidão" (Código Penal) jornadas exaustivas, ambiente de trabalho inadequado e restrições ao direito de ir e vir [trabalhadores] “não podem deixar as oficinas enquanto pagam sua dívida pela viagem. Alguns empregadores chegam a apreender os documentos dos trabalhadores” (auditor do trabalho) “os imigrantes dizem que não estão escravizados, que trabalham muito porque eles querem dar uma vida melhor para sua família e que a situação em seu país de origem é ainda pior” (auditor do trabalho) escravidão "Se a situação não é compatível com a dignidade humana, é possível haver trabalho escravo" (auditor do trabalho) oficinas trabalho análogo à escravidão no Brasil oficinas irregulares “trabalhar sob essas condições” (Secretária no MTE) situação "Para cortar custos, as empresas começam a cortar direitos do trabalhador e a pagar menos, até o ponto em que você tira a dignidade do trabalhador. É nesse momento que você pode cruzar a linha da escravidão" (fundador da RB) trabalho análogo à escravidão na agricultura situação urbana “trabalho escravo no Brasil” (fundador da RB) 18/08/2011 – <i>Zara revisará condições trabalhistas de fornecedores no Brasil</i> duas subcontratadas que produzem roupas e fornecem para a Inditex no Brasil, onde as costureiras trabalhavam em condições de escravidão
--	--

pequena - na parte de cima de um sobrado. Seis máquinas de costura ocupavam uma pequena sala. Dois quartos abrigavam todos os trabalhadores, inclusive casais com filhos. O espaço era dividido por guarda-roupas e panos. No banheiro, não havia água banho quente, pois o chuveiro estava desligado para reduzir o consumo de energia elétrica, que era totalmente destinada à produção. A adolescente de 14 anos tomava conta das duas crianças enquanto as mães trabalhavam. Ela ajudava também na limpeza da casa e no preparo das refeições. máquinas de costura interditas por não oferecerem segurança aos trabalhadores Da outra oficina localizada em movimentada avenida do Centro, foram resgatadas nove pessoas que produziam uma blusa feminina e vestidos para a mesma coleção Primavera-Verão da Zara. A intermediária AHA (que também utilizava a razão social SIG Indústria e Comércio de Roupas Ltda.) pagava cerca de R\$ 7 por cada peça para a dona da oficina, que repassava R\$ 2 aos trabalhadores. Peça semelhante a que estava sendo confeccionada foi encontrada em loja da marca com o preço de venda de R\$ 139. Uma jovem de 20 anos, vinda do Peru, disse à reportagem que chegou a costurar 50 vestidos em um único dia. Em condições normais, estimou Maria Susicléia Assis, do Sindicato das Costureiras de São Paulo e Osasco, seria preciso um tempo muito maior para que a mesma quantidade da difícil peça de vestuário fosse toda costurada. Parte da produção foi apreendida, assim como as peças pilotos, que carregavam instruções da Zara de como confeccionar a peça de acordo com o padrão definido pela varejista multinacional. "Isso demonstra a subordinação das oficinas e da AHA em relação à Zara" (fala de auditora). A oficina e um dos quartos, onde dormiam dois trabalhadores e duas crianças, foram interditados. A fiação elétrica estava totalmente exposta e havia possibilidade de curto-circuito. Os trabalhadores declararam trabalhar das 7h30 às 20h, com uma hora de almoço, de segunda à sexta-feira. Aos sábados, o trabalho seguia até às (sic) 13h. Um trabalhador relatou que a jornada chegava a se estender até às (sic) 22h. O local funcionava em um sobrado de dois andares (<i>foto ao lado</i>), com muitos cômodos. O maior deles, onde os trabalhadores passavam a maior parte do dia, acomodava as máquinas. Os cinco banheiros estavam muito sujos. Somente três possuíam chuveiros, mas todos também estavam desligados. [trabalhador] disse que não gosta muito do trabalho porque é "cansativo". Ele recebe, em média, R\$ 500 por mês. situação encontrada Fluxograma (título)	fornecedor responsável pela subcontratação irregular situação condições trabalhistas de sua terceirizada [do fornecedor da Zara] ateliês, que também serviam de moradia, ao menos 15 costureiras, entre elas uma adolescente, que trabalham em condições precárias, com jornadas superiores a 12 horas e recebiam salários entre R\$ 246 e R\$ 458. [garantir que não haja] exploração dos funcionários <i>18/08/2011 – Multas trabalhistas aplicadas à Zara somam R\$1 milhão</i> utilização de mão de obra em condições análogas à escravidão Três confecções que prestam serviço à rede <u>foram flagradas</u> com trabalhadores expostos a condições degradantes Zara reconheceu o trabalho irregular trabalhadores encontrados em oficinas "quarteirizadas" da rede --ou seja, subcontratadas por uma empresa que presta serviços à Zara AHA, que foi a terceirizada responsável pela contratação das oficinas clandestinas irregularidades [garantir que não haja] exploração dos funcionários GERAL lista suja de trabalho escravo Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo no Brasil <i>18/08/2011 – Mais 6 marcas investigadas por trabalho irregular</i> uso de mão de obra em condições análogas à escravidão em confecções paulistas durante a fiscalização que encontrou <u>três oficinas com bolivianos em condições degradantes</u> fazendo roupas para a marca Zara também foram encontradas etiquetas das grifes Ecco, Gregory, Billabong, Brookfield, Cobra d'Água e Tyrol uso da mão de obra de forma irregular --mesmo que por meio de terceirizadas, como ocorreu com a Zara prática Três confecções que prestam serviço à rede <u>foram flagradas</u> com trabalhadores bolivianos expostos a condições degradantes. Duas das confecções ficam em São Paulo; a terceira, em Americana (127 km de SP). A fiscalização chegou a encontrar uma adolescente de 14 anos entre os trabalhadores. Ela só podia sair da confecção --que também servia de moradia-- com autorização da chefia. Zara reconheceu trabalho irregular 16 trabalhadores encontrados em oficinas "quarteirizadas" da rede --ou seja, subcontratadas
--	--

A intermediária na contratação das duas oficinas em que houve libertações é a AHA Indústria e Comércio de Roupas Ltda. No período de abril a junho deste ano, a produção de peças para a Zara chegou a 91% do total. A SRTE/SP descobriu que há 33 oficinas sem constituição formal, com empregados sem registros e sem recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) contratadas pela AHA para a executar a atividade de costura.



Por meio de análises de documentos da empresa AHA, incluindo contábeis, a fiscalização verificou que, neste mesmo período, mais de 46 mil peças foram produzidas para a Zara sem nenhuma formalização.

Durante o período auditado pela fiscalização (julho de 2010 a maio deste ano), a AHA foi a fabricante da Zara que mais cresceu em faturamento e número de peças de roupas faturadas para a marca, a ponto, na descrição da SRTE/SP, de se tornar a maior fornecedora da Zara na área de tecidos planos. Entretanto, chamou a atenção dos agentes que, nesse mesmo período, a empresa diminuiu o número de empregados formalizados. Os contratados diretamente da AHA passaram de 100 funcionários para apenas 20 (*gráfico abaixo*). A redução do de trabalhadores na função de costureiros foi ainda mais drástica: dos anteriores 30 para cinco funcionários exercendo a função.

"O nível de dependência econômica deste fornecedor para com a Zara ficou claro para a fiscalização. A empresa funciona, na prática, como extensão de logística de sua cliente preponderante, Zara Brasil Ltda." (fala de auditores)

Foi apurado que até a escolha dos tecidos era feita pelo Departamento de Produtos da Zara. Mas o fabricante terceirizado encaminhava peças piloto por conta própria para a matriz da Zara (Inditex) na Espanha, após a aprovação de um piloto pela gerente da Zara Brasil. Somente após a anuência final da Europa, o pedido oficial era emitido para o recebimento das etiquetas. [Para auditor], a empresa faz de tudo, porém, para não "aparecer" no processo.

por uma empresa que presta serviços à Zara AHA, que foi a terceirizada responsável pela contratação das oficinas clandestinas [garantir que não haja] exploração dos funcionários

GERAL/ OUTRAS INVESTIGAÇÕES
trabalho irregular (título – outras investigações)



Para a fiscalização trabalhista, não pairam dúvidas acerca do gerenciamento da produção por parte da Zara. Entre os atos típicos de poder diretivo, os agentes ressaltaram "ordens verbais, fiscalização, controle, e-mails solicitando correção e adequação das peças, controle de qualidade, reuniões de desenvolvimento, cobrança de prazos de entrega etc."

"Esses trabalhadores estavam produzindo peças da Zara, e seguindo determinações da empresa" (fala de auditora)

A confecção de uma calça gerava ao dono da oficina terceirizada R\$ 6, em média. Este valor era dividido em três partes: R\$ 2 para os trabalhadores; R\$ 2 para as despesas com alimentação, moradia e outros custos; e R\$ 2 para o dono da oficina. Após a produção na oficina, a intermediária (AHA) recolhia a produção e encaminhava as peças à lavanderia, também terceirizada. Depois, o produto ainda era acabado e embalado para ser entregue à Zara.

"utilização, pelas oficinas contratadas, de mão de obra escrava" (advogada da AHA)

"irregularidades" (advogada da AHA)

trabalho análogo à escravidão

Calças (subtítulo)

oficina em condições degradantes com pessoas costurando peças para a Zara em Americana (SP), interior de São Paulo

[interditou] alojamentos

Na oficina de Narciso Atahuichy Choque, os empregados eram submetidos à jornada exaustiva e expostos a riscos. Além disso, muitos trabalhadores foram aliciados na Bolívia e chegaram ao Brasil devendo o valor da passagem.

O alojamento e o local de trabalho estavam em condições degradantes e insalubres. Havia risco de incêndio devido à sobrecarga nas precárias instalações elétricas. Poderia haver explosão, por causa dos botijões de gás de cozinha encontrados irregularmente nos quartos.

A oficina funcionava em um imenso galpão de dois andares. No andar superior, ficavam os alojamentos e a cozinha. No inferior, as máquinas. A fiação elétrica estava exposta e o local era muito sujo. Havia um bebedouro, porém somente um copo plástico para todos dividirem. Os pequenos quartos abrigavam famílias inteiras e grupos de até cinco trabalhadores. Alguns cômodos tinham alimentos espalhados, armazenados de forma inadequada.

Um grupo de trabalhadores costurava uma calça

jeans da Coleção Primavera-Verão da Zara. Cada trabalhador fazia uma parte da peça e o valor de, em média, R\$ 1,80, era dividido pelo grupo todo, composto por sete pessoas. O dono da oficina afirmou que trabalha há cinco anos com a intermediária Rhodes e que aproximadamente 70% da sua produção é destinada à empresa. A oficina é especializada em calças e bermudas. Uma funcionária da Rhodes costuma visitar e verificar as condições e o ritmo de produção da oficina. irregularidades nove autos se referem às questões trabalhistas e as demais infrações estão relacionadas à saúde e segurança do trabalho. condições de trabalho da oficina flagrada com escravidão “práticas que violam não só nosso rígido Código de Conduta, como também a legislação trabalhista brasileira e internacional” (comunicado da Zara) O total de peças que estava sendo produzido irregularmente (algumas centenas de peças) representa "uma porcentagem inferior a 0,03%" da produção do grupo, que é um dos maiores do mundo no segmento, no país. (comunicado da Inditex)	
<i>19/08/2011 – Fabricantes da Zara não foram revisitados por auditorias em 2010</i> <u>sucessivos flagrantes de exploração de trabalho escravo em oficinas de costura que produziam blusas, vestidos e calças da marca</u> fabricante intermediário envolvido no mais recente caso de escravidão (AHA Ind. Com. Roupas Ltda., que também utiliza a razão social SIG Ind. Com. Roupas Ltda.) GERAL Programa de Erradicação do Trabalho Escravo Urbano Pacto Contra a Precarização e Pelo Emprego e Trabalho Decentes em São Paulo - Cadeia Produtiva das Confeccões escravidão “trabalhadores vítimas de trabalho escravo” (fala de auditora) superexploração dos empregados, que têm seus direitos laborais e previdenciários negados	<i>19/08/2011 – Ação da Inditex, dona da Zara, cai 4% por denúncias em SP</i> Ação da Inditex, dona da Zara, cai 4% por denúncias em SP (título) denúncias de utilização de mão de obra escrava, por um fornecedor da companhia, em oficinas clandestinas no Estado de São Paulo “uso de oficinas [clandestinas] no Brasil” (operador de mercado na Espanha) denúncias de utilização de mão de obra escrava quatro oficinas clandestinas na capital paulista e no interior do Estado em uma das oficinas fornecedoras da Zara o dono recebia R\$ 7 por peça, enquanto os trabalhadores recebiam R\$ 2 a R\$ 3 por item costurado, em média denúncia oficinas irregulares no interior de São Paulo, onde foram encontradas peças com etiqueta da Zara <i>19/08/2011 – 35 marcas de roupa são investigadas por trabalho irregular</i> No ateliê em que foram apreendidas peças da Zara, no interior de São Paulo, a fiscalização também encontrou etiquetas da <u>Ecko, Gregory, Billabong, Brookfield, Cobra d'Água e Tyrol</u>. no local, metade das peças era destinadas à Zara, e o restante, às demais marcas. apreensões de mercadoria de grandes redes já efetuadas em ateliês com trabalhadores em condições desumanas GERAL/ OUTRAS INVESTIGAÇÕES trabalho irregular (título – outras investigações)

	suspeita de utilizar mão de obra irregular “situação irregular” (fala de auditor do trabalho) exploração de trabalhadores imigrantes em condições degradantes de trabalho pacto estadual contra a precarização do trabalho acusações
01/09/2011 – Zara não comparece à Assembleia Legislativa; CPI é defendida flagrantes de escravidão na cadeia produtiva da marca (linha fina) <u>exploração de trabalho escravo na fabricação de peças de roupas da Zara</u> AHA - que atuava na intermediação entre a Zara e as oficinas de costura subcontratadas onde imigrantes sul-americanos foram encontrados em condições análogas à escravidão “não respeitam nem os direitos humanos dos trabalhadores” (fala de deputado) ocorrência de escravidão no Estado mais rico do país, em pleno século XXI manutenção de pessoas (incluindo uma adolescente de 14 anos) em condições análogas à escravidão, impedidos de ir e vir, em condições degradantes, sob jornadas exaustivas etc "gravíssimo" crime contra a violação de direitos humanos (fala de deputado) casos de exploração que vieram à tona flagrantes de trabalho escravo na cadeia produtiva da Zara GERAL Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Trabalho Escravo CPI do Trabalho Escravo (3) situações trabalho escravo contemporâneo no Brasil condições análogas de escravo no país enfrentamento ao trabalho escravo Carta-Compromisso Contra o Trabalho Escravo esse tipo de crime combate à escravidão contemporânea Comissão Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo trabalho escravo escravidão atual <u>Lei Áurea de 1888 implicou somente em uma "mudança de metodologia de exploração dos trabalhadores"</u> (fundador da RB) exploração de trabalho escravo na indústria da moda trabalho escravo na indústria da moda “Roupa de grife feita com a escravidão” (gritos de ordem de manifestação) “peça feita com trabalho escravo e trabalho infantil” (fala de líder sindicalista) trabalho escravo nas confecções	29/08/2011 – Assembleia convocará Zara para esclarecer trabalho degradante Assembleia convocará Zara para esclarecer trabalho degradante (título) denúncias de trabalho degradante encontrado em três confecções paulistas que faziam roupas para a marca empresa AHA Administração e Participação Ltda., onde bolivianos foram encontrados em condições análogas à escravidão, segundo a SRTE/SP (Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de São Paulo). Três confecções que prestam serviço à rede <u>foram flagradas</u> com trabalhadores bolivianos expostos a condições degradantes. Duas das confecções ficam em São Paulo; a terceira, em Americana (127 km de SP). uma adolescente de 14 anos entre os trabalhadores. Ela só podia sair da confecção --que também servia de moradia-- com autorização da chefia. Zara reconheceu o trabalho irregular trabalhadores encontrados em oficinas "quarteirizadas" da rede --ou seja, subcontratadas por uma empresa que presta serviços à Zara AHA, que foi a terceirizada responsável pela contratação das oficinas clandestinas [garantir que não haja] exploração de funcionários 31/08/2011 – Ausência da Zara em assembleia pode resultar em CPI denúncias de trabalho degradante [contra a rede] Três confecções que prestam serviço à rede <u>foram flagradas</u> com trabalhadores bolivianos expostos a condições degradantes. Duas das confecções ficam em São Paulo; a terceira, em Americana (127 km de SP). uma adolescente de 14 anos entre os trabalhadores. Ela só podia sair da confecção --que também servia de moradia-- com autorização da chefia Zara reconheceu o trabalho irregular trabalhadores encontrados em oficinas "quarteirizadas" da rede --ou seja, subcontratadas por uma empresa que presta serviços à Zara AHA, que foi a terceirizada responsável pela contratação das oficinas clandestinas [garantir que não haja] exploração dos funcionários

16/09/2011 – Após desculpas, Zara anuncia “acordos” ainda não fechados escravidão flagrada na cadeia da empresa (linha fina) <u>divulgação do flagrante de mão de obra escrava na fabricação de peças de roupa da marca Zara</u> ocorrido “situação” (diretor de comunicação Inditex) caso de exploração de imigrantes sul-americanos em condições análogas à escravidão "vítima de uma situação que não foi por ela criada" (Inditex) irregularidades AHA e Rhodes Confecções Ltda. - envolvida em outra fiscalização que encontrou pessoas produzindo calças da Zara em condições degradantes em Americana (SP) trabalho análogo à escravidão em oficinas ilegais de costura “aquela situação” (fala de auditor) O quadro semelhante encontrado em duas oficinas nas quais peças da Zara estavam sendo produzidas foi descrito com minúcias por Luís: desde a extrema precariedade, os riscos iminentes de saúde e segurança, até a degradância de espaços superlotados utilizados simultaneamente como espaço de moradia e local de trabalho por famílias inteiras com crianças. Das jornadas exaustivas à discriminação étnica, dos pagamentos ínfimos por produção às anotações em cadernos que remetem à servidão por dívida e ao tráfico de pessoas até os relatos cabais de impedimento da liberdade de ir e vir. Em termos econômicos, acrescentou, "a AHA só existe por causa da Zara", vez que atuava apenas como "entrepasto logístico" para o funcionamento do negócio da marca, que detém, segundo evidências colhidas pela fiscalização, toda a direção produtiva do processo. Foi repetida por ele a constatação de que 46 mil peças de roupa foram "produzidas" para a grife espanhola pela AHA, entre abril a maio deste ano, sem que a "fornecedora" tivesse uma única costureira de linha de produção em seu quadro funcional. Quando chegaram à planta da AHA, em julho, apenas uma solitária "piloteira" confeccionava peças-pilotos de roupas da Zara. Qualquer averiguação mínima concluiria por óbvio que a produção em escala não estava diretamente a cargo da contratada (fala indireta de auditor) a Zara, em nome da redução de custos e do aumento do lucro, passou por cima da dignidade das pessoas e rasgou as leis brasileiras construídas durante anos "com muita luta" (fala de deputada) caso de "profunda injustiça" que descortinou um submundo "abaixo do marco civilizatório" (fala de deputada) crimes como esse [disque-denúncias] denúncias de abuso de trabalho envolvendo a Zara	15/09/2011 – Zara aguarda Ministério Público para indenizar trabalhadores bolivianos que trabalhavam em condições de escravidão em oficinas terceirizadas em São Paulo a Zara foi alvo de denúncias de utilização de mão de obra escrava em duas oficinas na capital paulista 15/09/2011 – Zara anuncia a criação de disque-denúncia denúncias de trabalho análogo à escravidão “denúncias” (fala de diretor da Inditex)
---	--

acordo para “identificar as eventuais situações precárias de trabalho sobre as quais não se tem conhecimento” GERAL/ CASOS SEMELHANTES [enfrentamento das] “violações de direitos humanos de trabalhadores estrangeiros no Brasil” (objetivo de comissão do Legislativo) estrangeiros que vivem e trabalham em situação de vulnerabilidade <u>oficina que explorava trabalho escravo na confecção dos coletes utilizados pelos recenseadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).</u> grupo de combate ao trabalho escravo urbano Frente Parlamentar pela Erradicação do Trabalho Escravo [PEC] propriedade onde houver exploração de trabalho escravo esse tipo de crime preocupações relativas ao trabalho escravo urbano e às subcontratações em série <u>"lista suja" do trabalho escravo</u> <u>Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo</u>	
28/09/2011 – <i>Cobranças públicas dirigidas à grife Zara são intensificadas</i> vítimas de exploração (linha fina) <u>exploração de trabalho escravo de estrangeiros em oficinas de costura que fabricavam peças de roupa da grife internacional</u> vítimas de exploração criminoso subcontratação que acabou revelando condições desumanas no processo de confecção de itens da marca condições oferecidas a quem confeccionava peças da grife formas "inaceitáveis" de obtenção de lucro (fala de deputado) trabalho escravo grupo de escravizados As duas oficinas fiscalizadas faziam parte de um rol de 33 subcontratadas da AHA, que "produziu" 46 mil peças somente nos meses de abril e maio deste ano. [auditor] estimou em até 300 as pessoas que faziam parte apenas do "guarda-chuva" da AHA. Alguns dos libertados trabalhavam nas oficinas flagradas há dois anos, completou. 15 pessoas resgatadas de condição de trabalho escravo. peças fabricadas nas oficinas que foram palco da escravidão problema "velado" (fala da Inditex) prática de trabalho escravo fornecedora AHA, envolvida nas inspeções que encontraram trabalho escravo oficinas que produziam peças da marca	21/09/2011 – <i>Presidente da Zara nega que sabia de trabalho irregular em SP</i> Presidente da Zara nega que sabia de trabalho irregular em SP (título) suas peças [da Zara] eram produzidas em oficinas "quarteirizadas" que mantinham trabalhadores em condições análogas à escravidão “desvio de produção” (Inditex) “situação dessa” (Inditex) ilegalidades AHA --fornecedor da Zara, que subcontratava oficinas ilegais comandadas por bolivianos "Enquanto a produção da AHA aumentava, o número de trabalhadores em situação trabalhista formal caiu de cerca de cem funcionários para 20” (fala de auditor do trabalho) Três confecções que prestam serviço à rede <u>foram flagradas</u> com trabalhadores bolivianos expostos a condições degradantes. Duas das confecções ficam em São Paulo; a terceira, em Americana (127 km de SP). uma adolescente de 14 anos entre os trabalhadores. Ela só podia sair da confecção --que também servia de moradia-- com autorização da chefia. Zara reconheceu o trabalho irregular trabalhadores encontrados em oficinas "quarteirizadas" da rede --ou seja, subcontratadas por uma empresa que presta serviços à Zara AHA, que foi a terceirizada responsável pela contratação das oficinas clandestinas [garantir que não haja] exploração dos funcionários GERAL

GERAL conhecidos casos de trabalho escravo contemporâneo, principalmente de imigrantes latino-americanos em situação de vulnerabilidade, em oficinas de costura precárias e informais histórica rotina de explorações dos migrantes violações de direitos básicos na origem, no trânsito e no destino final da migração situação grupo especial de fiscalização de trabalho escravo urbano ocorrências de exploração de mão de obra escrava de imigrantes sul-americanos em oficinas de costura precárias e ilegais <u>também contratada pela rede varejista Pernambucanas, cuja cadeia também apresentou ilícitos semelhantes</u> empresa que fosse flagrada explorando mão de obra escrava (fala indireta da Inditex) punir empresas que tenham as suas cadeias ligadas à escravidão ciclo produtivo em que o trabalho escravo foi detectado	CPI do Trabalho Escravo
30/11/2011 - <i>Zara e fornecedoras se integram à pacto contra escravidão</i> caso de exploração de trabalho escravo na sua cadeia produtiva (linha fina) <u>fiscalizações trabalhistas que encontraram imigrantes sul-americanos fabricando peças de roupa da grife Zara em condições análogas à escravidão</u> problema situações bem graves casos de escravidão constatados nas oficinas de costura (em geral, incluindo caso Zara) GERAL pacto contra escravidão (título) Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo (3) "lista suja" do trabalho escravo ações contra a escravidão crime quadro de trabalho escravo questão do trabalho escravo caso de trabalho escravo formas de exploração que atentam contra os direitos fundamentais prevenção ao trabalho escravo	
01/12/2011 – <i>Zara recusa acordo com Ministério Público do Trabalho</i> Zara, que teve cadeia flagrada com escravidão (linha fina) <u>casos de trabalho escravo de imigrantes encontrados na fabricação de peças de roupa da marca</u>	15/10/2011 – <i>Ministério Público propõe que Zara pague até R\$20 mi</i> A rede espanhola é acusada de usar fornecedores que subcontratavam oficinas ilegais, com mão de obra em situação análoga à de escravidão no Estado de São Paulo.

casos de escravidão de imigrantes em situação ilegal se deram em oficinas subcontratadas por duas fornecedoras - AHA, em São Paulo (SP), por duas vezes, e Rhodes, em Americana (SP) trabalho escravo na cadeia de produção da marca problema “repercussões deletérias nas condições de trabalho que foram constatadas” (procurador do trabalho) oficina de costura em Americana (SP) na qual estavam sendo confeccionadas calças da Zara GERAL campanha de combate a trabalho escravo (2) <u>"lista suja" do trabalho escravo - cadastro mantido pelo governo federal com nomes de empregadores envolvidos na exploração desse tipo de crime adesão da Zara e de outras 48 fornecedoras ao Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, em 10 de novembro</u>	<i>17/11/2011 – Ministério Público adia conciliação com a Zara</i> A multinacional e empresas terceirizadas <u>foram flagradas em fiscalizações</u> mantendo trabalhadores em regime semelhante ao escravo. cada trabalhador mantido sob regime de trabalho semelhante ao escravo <i>30/11/2011 – Fracassa acordo entre Zara e Ministério Público</i> trabalho irregular em oficinas que prestavam serviço à empresa A multinacional e empresas terceirizadas <u>foram flagradas em fiscalizações</u> mantendo trabalhadores em regime semelhante ao escravo. [hipótese de constatação de] trabalho degradante na sua cadeia produtiva bolivianos sendo submetidos a trabalho degradante
<i>19/12/2011 – Acordo entre Zara e MPT descarta dano moral coletivo</i> [Zara] se aproveitar de trabalho escravo em cadeia produtiva (linha fina) <u>flagrantes, no Estado de São Paulo, de trabalho escravo na cadeia produtiva das peças de roupa da marca internacional</u> casos de escravidão contemporânea verificados pela fiscalização trabalhista uso de trabalho escravo oficinas contratadas foram responsabilizadas denúncia trabalho escravo em duas oficinas que produziam peças da Zara na capital paulista “se for flagrado trabalho escravo” (fala de procurador) caso problemas sejam encontrados GERAL combate à escravidão no setor têxtil Programa de Combate ao Trabalho Escravo Urbano da SRTE/SP vítimas de trabalho escravo	<i>19/12/2011 – Procuradoria desiste de indenização de R\$20 mil contra a Zara</i> A empresa e seus fornecedores foram acusados de manter trabalhadores em <u>regime análogo à escravidão</u> após fiscalizações no começo do ano [se for flagrada] mantendo trabalhadores em condições não previstas na lei trabalhista

APÊNDICE B

Quadro 24 – Atuação do poder Executivo (coleta geral de dados)

Repórter Brasil	Folha.com
<i>16/08/2011 – Roupas da Zara são fabricadas com mão de obra escrava</i> Em recente operação que fiscalizou oficinas subcontratadas de fabricante de roupas da Zara (...), [pessoas] foram libertadas... (linha fina) Nem uma, nem duas. Por três vezes, equipes de fiscalização trabalhista flagraram... Na mais recente operação, que vasculhou subcontratadas de uma das principais "fornecedoras" da rede... pessoas foram libertadas... A investigação da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de São Paulo (SRTE/SP) - que culminou na inspeção realizada no final de junho - se iniciou a partir de uma outra fiscalização realizada... "Por se tratar de uma grande marca, que está no mundo todo, a ação se torna exemplar e educativa para todo o setor" (fala de "auditora fiscal que participou de todas as etapas da fiscalização") Foi a maior operação do Programa de Erradicação do Trabalho Escravo Urbano da SRTE/SP, desde que começou os trabalhos de rastreamento de cadeias produtivas a partir da criação do Pacto Contra a Precarização e Pelo Emprego e Trabalho Decentes em São Paulo - Cadeia Produtiva das Confeções. A ação serve também para mostrar a proximidade da escravidão com pessoas comuns, por meio dos hábitos de consumo. O quadro encontrado pelos agentes do poder público incluía... vítimas libertadas pela fiscalização Durante a operação, auditores fiscais apreenderam... O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) lavrou 48 autos de infração contra a Zara devido as (sic) irregularidades nas duas oficinas. Um dos autos se refere à discriminação étnica A equipe de fiscalização foi composta por dois agentes da Polícia Federal (PF), integrantes do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - da Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo, auditores da SRTE/SP e dirigente do Sindicato das Costureiras de São Paulo e Osasco. primeira oficina vistoriada A fiscalização lacrou a produção e apreendeu parte das peças, incluindo a peça piloto da marca Zara. As máquinas de costura também foram interditadas por não oferecerem segurança aos trabalhadores. Da outra oficina... foram resgatadas...	<i>17/08/2011 – Zara reconhece trabalho irregular em 3 confecções de SP</i> Fiscais do Ministério do Trabalho flagraram... De acordo com a SRTE/SP (Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de São Paulo), três fornecedores foram alvo da investigação As duas oficinas da capital (...) foram fechadas pela SRTE. os fiscais chegaram a encontrar... [Segundo o auditor] o caso pode ser encaminhado ao Ministério Público. essas oficinas (...) receberam 48 autuações por infrações O caso foi descoberto após a denúncia... Lá, foram encontrados... Os responsáveis [pelas oficinas] assinaram um termo de ajustamento de conduta para continuar operando...
	<i>17/08/2011 – Internautas atacam Zara após denúncia de trabalho escravo</i>
	<i>18/08/2011 – Editora de Moda comenta trabalho irregular em confecções da Zara</i> Fiscais do Ministério do Trabalho flagraram... De acordo com a SRTE/SP (Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de São Paulo), três fornecedores foram alvo da investigação
	<i>18/08/2011 – Voltar para a Bolívia não é uma opção, diz vítima de exploração em SP</i> ‘Grupo de enfrentamento’ (subtítulo) O problema tem pelo menos 20 anos, mas, recentemente, o Ministério do Trabalho criou um "Grupo de Enfrentamento da Escravidão Urbana". Sua missão é encontrar as oficinas, fechá-las até que a situação seja regularizada e forçar as empresas a pagar os direitos trabalhistas dos empregados. é impossível ter qualquer estimativa quanto ao número de pessoas que trabalham nessas condições (fala indireta de Secretária do MTE) “Esses trabalhadores são invisíveis. Sabemos do problema quando recebemos denúncias e aí enviamos nossas equipes para libertá-los.” (fala de Secretária do MTE) Quando os fiscais chegam às oficinas, os trabalhadores bolivianos costumam ter mais medo das autoridades do que de seus empregadores, pois muitos deles são imigrantes ilegais no país - apesar de um acordo bilateral entre os dois países permitir que os bolivianos trabalhem no Brasil. O governo brasileiro reconheceu oficialmente em

Parte da produção foi apreendida, assim como as peças pilotos, que carregavam instruções da Zara de como confeccionar a peça de acordo com o padrão definido pela varejista multinacional. A oficina e um dos quartos foram interditados. A Zara foi avisada do flagrante no momento da ação pelos auditores fiscais e convidada a ir até a oficina de costura... oficinas em que houve libertações A SRTE/SP descobriu que Por meio de análises de documentos da empresa AHA, incluindo contábeis, a fiscalização verificou que Durante o período auditado pela fiscalização... "O nível de dependência econômica deste fornecedor para com a Zara ficou claro para a fiscalização" (descrição da SRTE) "..." sustentam os auditores fiscais do trabalho que estiveram à frente da investigação Foi apurado que até... Para a fiscalização trabalhista, não pairam dúvidas Os 48 autos de infração foram lavrados em nome da Zara. "A empresa tem responsabilidade por quem trabalha para ela. Esses trabalhadores estavam produzindo peças da Zara, e seguindo determinações da empresa" (fala de auditora). É a chamada responsabilização estrutural (fala indireta de auditor). "Essa é a atividade fim da empresa, a razão de sua existência. Portanto, é dever dela saber como suas peças estão sendo produzidas" (fala de auditor) Após os flagrantes, os trabalhadores compareceram à SRTE/SP, onde foram colhidos depoimentos e emitidas as carteiras e as guias de Seguro Desemprego para Trabalhador Resgatado. "irregularidades constatadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego" (advogada da AHA) O primeiro flagrante (...) se deu em Americana (SP), interior de São Paulo, no final de maio. Motivada pela denúncia de um trabalhador, a ação foi realizada pela Gerência Regional do Trabalho e Emprego (GRTE) de Campinas (SP), pela Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região (PRT-15) e pela Polícia Federal (PF). A Vigilância Sanitária de Americana foi chamada a atuar e interditou os alojamentos. Os empregados não foram retirados por causa da inexistência de abrigos para este fim no município. Foram encontrados 52 trabalhadores... Após a fiscalização, a Rhodes pagou as verbas rescisórias de cada trabalhador. A fiscalização foi à nova oficina de Narciso, em 26 de junho, e constatou melhorias. Foram lavrados 30 autos de infração contra a intermediária Rhodes pelas irregularidades encontradas.	1995 a existência de trabalho análogo à escravidão no Brasil e lançou medidas para combatê-lo, mas as autoridades admitem que fechar oficinas irregulares e punir as empresas não vão resolver definitivamente o problema. "Estamos tomando medidas duras contra este problema, mas sabemos que a educação é a única maneira de nos livrar disso para sempre. Trabalhadores bem educados não irão aceitar trabalhar sob essas condições" "Precisamos que toda a sociedade participe desta luta." (fala de Secretária no MTE) [fundador da RB] explica que, até recentemente, o governo brasileiro estava se concentrando na luta contra o trabalho análogo à escravidão na agricultura, mas agora a situação urbana tem recebido mais atenção. "O trabalho escravo no Brasil é como uma sala escura, onde as autoridades estão entrando com uma lanterna. Para qualquer lugar onde se aponta a lanterna aparece alguma coisa" (fala de fundador da RB) Como a economia do Brasil cresce, é provável que novas fábricas sejam abertas para substituir as que são fechadas pelas autoridades. <i>18/08/2011 – Zara revisará condições trabalhistas de fornecedores no Brasil</i> O grupo Inditex, proprietário da marca Zara, vai revisar, em colaboração com o MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), o sistema de produção de seus fornecedores (...), informou a companhia espanhola Ao todo, as autoridades brasileiras emitiram 52 autos de infração contra duas subcontratadas que produzem roupas e fornecem para a Inditex no Brasil O grupo espanhol agradeceu a atuação do MTE e sua disponibilidade em colaborar na promoção de melhores condições para a indústria têxtil do país. inspeções realizadas... Autoridades brasileiras identificaram... <i>18/08/2011 – Multas trabalhistas aplicadas à Zara somam R\$1 milhão</i> Multas trabalhistas aplicadas à Zara somam R\$ 1 milhão (título) A SRTE/SP (Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de São Paulo) aplicou 48 autos de infração trabalhistas à Zara por (...), que somados podem atingir R\$ 1 milhão [confeccões] <u>foram flagradas</u> por fiscais do Ministério do Trabalho [Zara se recusou a pagar] multa de R\$ 140 mil referente à rescisão dos contratos A SRTE aceitou o pedido da Zara para que a AHA, que foi a terceirizada responsável pela contratação das oficinas clandestinas, quitasse essas multas. Depois que as 48 autuações forem julgadas, primeiro pela STRE e depois pelo Ministério de
--	---

	Trabalho, a Zara pode ser incluída na lista suja de trabalho escravo do governo, caso seja punida pelas irregularidades. O cadastro, feito pelo Ministério do Trabalho e pela Secretaria de Direitos Humanos, é divulgado duas vezes por ano --a última versão foi publicada no fim de julho. As empresas cadastradas não podem obter financiamentos públicos, além de serem excluídas de negócios com outras companhias que assinaram o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo no Brasil. "Se der tempo de julgar todos esses autos, já a partir de janeiro de 2012 a Zara pode entrar na lista" (fala de auditor). O grupo Inditex, proprietário da marca Zara, vai revisar, em colaboração com o MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), o sistema de produção de seus fornecedores no Brasil, informou a companhia espanhola. <i>18/08/2011 – Mais 6 marcas investigadas por trabalho irregular</i> durante a fiscalização que encontrou <u>três oficinas com bolivianos em condições degradantes</u> fazendo roupas para a marca Zara também foram encontradas etiquetas das grifes Ecco, Gregory, Billabong, Brookfield, Cobra d'Água e Tyrol A SRTE/SP (Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de São Paulo) aplicou autos de infração trabalhistas à Zara que, somados, <u>podem atingir R\$ 1 milhão.</u> [confeções] <u>foram flagradas</u> por fiscais do Ministério do Trabalho... A fiscalização chegou a encontrar... [Zara se recusou a pagar] multa de R\$ 140 mil referente à rescisão dos contratos A SRTE aceitou o pedido da Zara para que a AHA, que foi a terceirizada responsável pela contratação das oficinas clandestinas, quitasse essas multas. O grupo espanhol Inditex, proprietário da marca Zara, <u>disse nesta quinta-feira que vai revisar</u>, em colaboração com o MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), o sistema de produção de seus fornecedores no Brasil
<i>19/08/2011 – Fabricantes da Zara não foram revisitados por auditorias em 2010</i> <u>sucessivos flagrantes de exploração de trabalho escravo em oficinas de costura que produziam blusas, vestidos e calças da marca</u> fiscalização trabalhista em questão	<i>19/08/2011 – Ação da Inditex, dona da Zara, cai 4% por denúncias em SP</i> A companhia está sendo investigada pelo Ministério do Trabalho por denúncias de utilização de mão de obra escrava, após investigação da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de São Paulo, que envolveu a inspeção de oficinas... Segundo o Sindicato das Costureiras de São Paulo e Osasco, as investigações descobriram que... Após a denúncia, o Ministério do Trabalho teria iniciado a investigação de outras 20 grifes de roupas nacionais e internacionais, informou nesta

	sexta-feira "O Estado de S.Paulo". De acordo com o jornal, em uma das oficinas irregulares, onde foram encontradas peças com etiqueta da Zara, também havia roupas de outras cinco marcas conhecidas. Representantes da Inditex e do Ministério do Trabalho não estavam imediatamente disponíveis para comentar o assunto.
	<i>19/08/2011 – 35 marcas de roupa são investigadas por trabalho irregular</i> 35 marcas de roupa são investigadas (título) No rastro da investigação <u>sobre a Zara</u>, 35 empresas do varejo de moda estão sob suspeita de utilizar mão de obra irregular. Segundo auditor, os nomes não podem ser revelados para não prejudicar as investigações. "Temos de realizar as operações aos poucos porque não temos condições humanas de ir a todos os locais ao mesmo tempo" (fala de auditor) Segundo o auditor, porém, as apreensões de mercadoria de grandes redes já efetuadas em ateliês com trabalhadores em condições desumanas não serviram de exemplo. "Esperamos proatividade de quem está em situação irregular, pois a fiscalização está se intensificando" (fala de auditor) [auditor] cita que casos de redes conhecidas não foram suficientes para inibir a exploração de trabalhadores. Entre os mais recentes, estão apreensões de fornecedores de Collins, Pernambucanas, Marisa e 775. Operações (subtítulo) Renato Bignami, assessor da Secretaria de Inspeção do Trabalho, afirma que desde julho de 2009 foram realizadas cerca de 30 operações de fiscalização no Estado de São Paulo. "Emitimos 200 autos de infração, com valores estimados em R\$ 4,5 milhões", disse. Segundo ele, os autos dão direito à defesa; a multa só é aplicada ao fim da análise. Também foram resgatados 84 imigrantes em condições degradantes de trabalho. Bignami explica que, em julho de 2009, foi assinado um pacto estadual contra a precarização do trabalho por diversas entidades, entre elas Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Federal e Polícia Federal. "O setor do vestuário está sendo intensamente investigado desde então", afirma. No ateliê em que foram apreendidas peças da Zara, no interior de São Paulo, a fiscalização também encontrou etiquetas da <u>Ecko, Gregory, Billabong, Brooksfield, Cobra d'Água e Tyrol</u>. Segundo a diligência feita no local, metade das peças era destinadas à Zara, e o restante, às demais marcas.

01/09/2011 – Zara não comparece à Assembleia Legislativa; CPI é defendida situações flagradas nas operações coordenadas pela Superintendência Regional de Trabalho e Emprego de São Paulo (SRTE/SP) GERAL Ele [fundador da RB] realçou que, de 1995 até hoje, mais de 41 mil trabalhadores (centenas deles em São Paulo) já foram libertados de condições análogas de escravo no país Ele lembrou que a política "de Estado" de enfrentamento ao trabalho escravo começou com o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, ainda em 1995, foi mantida e reforçada durante as duas administrações consecutivas do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, e vem prosseguindo na gestão da também petista Dilma Rousseff. Durante a campanha eleitoral de 2010, tanto Dilma como o governador Geraldo Alckmin (PSDB) assinaram a <u>Carta-Compromisso Contra o Trabalho Escravo</u> (www.compromissopelaliberdade.org.br), que estabelece diretrizes e obrigações relacionadas ao combate a esse tipo de crime. Em âmbito estadual, pontuou o coordenador da ONG, três têm sido as medidas centrais para o fortalecimento do combate à escravidão contemporânea: a constituição de uma Comissão Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo (Coetrae) com legitimidade e condições para atuação, a elaboração de um Plano Estadual com responsabilidades e metas e a formação de um Fundo Estadual de recursos para fomentar as ações definidas conjuntamente entre governo, trabalhadores, empregadores e sociedade civil. [líder sindicalista] também solicitou que os membros da Alesp demonstrem empenho para que o quadro de auditores fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) seja reforçado, com vistas a intensificar as fiscalizações.	29/08/2011 – Assembleia convocará Zara para esclarecer trabalho degradante A SRTE/SP (Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de São Paulo) aplicou autos de infração trabalhistas à Zara que, somados, <u>podem atingir R\$ 1 milhão</u>. [confeccções] <u>foram flagradas</u> por fiscais do Ministério do Trabalho... [Zara recusou pagar] multa de R\$ 140 mil referente à rescisão dos contratos. A SRTE aceitou o pedido da empresa para que a AHA, que foi a terceirizada responsável pela contratação das oficinas clandestinas, quitasse essas multas. O grupo espanhol Inditex, proprietário da marca Zara, <u>disse na semana passada</u>, em colaboração com o MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), o sistema de produção de seus fornecedores no Brasil
16/09/2011 – Após desculpas, Zara anuncia “acordos” ainda não fechados <u>divulgação do flagrante de mão de obra escrava na fabricação de peças de roupa da marca Zara</u> flagrante outra fiscalização que encontrou A posição sustentada pela empresa tampouco encontrou respaldo no pronunciamento do auditor da Superintendência Regional de Trabalho e Emprego de São Paulo (sic) (SRTE/SP), que coordenou não só as fiscalizações do caso Zara, mas também de outras grandes redes varejistas como as das lojas <u>Pernambucanas</u>, <u>Collins</u> e <u>Marisa</u> - além das operações envolvendo a <u>marca de moda jovem 775</u> e até uma <u>oficina que explorava trabalho escravo na confecção dos coletes utilizados pelos recenseadores do Instituto</u>	31/08/2011 – Ausência da Zara em assembleia pode resultar em CPI A SRTE/SP (Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de São Paulo) aplicou autos de infração trabalhistas à Zara que, somados, <u>podem atingir R\$ 1 milhão</u>. [confeccções] <u>foram flagradas</u> por fiscais do Ministério do Trabalho... A fiscalização chegou a encontrar... [Zara recusou pagar] a multa de R\$ 140 mil referente à rescisão dos contratos. A SRTE aceitou o pedido da empresa para que a AHA, que foi a terceirizada responsável pela contratação das oficinas clandestinas, quitasse essas multas.
	15/09/2011 – Zara aguarda Ministério Público para indenizar trabalhadores Segundo informações da Agência Câmara, a Zara recebeu 48 autos de infração, sendo que as multas chegam a R\$ 1 milhão. A empresa também corre o risco de ser incluída na "lista suja" do Ministério do Trabalho. "A partir daí, ela perde qualquer tipo de relacionamento com o Poder Público, acesso a financiamentos públicos. Alguns bancos privados também cortam linhas de financiamento. Mas sempre a partir da inclusão da empresa na lista suja" (fala de auditor)
	15/09/2011 – Zara anuncia a criação de disquete-denúncia Estamos cooperando com o Ministério do

<u>Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).</u> “...” colocou Luís, que coordena, juntamente com a auditora fiscal Giuliana Cassiano, o grupo de combate ao trabalho escravo urbano da SRTE/SP. "A partir do flagrante em Americana (SP) ocorrido em maio [de 2011], prosseguimos com investigações e fiscalizações que acabaram comprovando que aquela situação não era isolada". quadro semelhante encontrado (...) marca, que detém, segundo evidências colhidas pela fiscalização, toda a direção produtiva do processo deputado federal fez um elogio à fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) - de acordo com ele, uma "conquista da cidadania brasileira" deputada adicionou que deve solicitar um pedido de informações ao MTE com o quadro de auditores fiscais do trabalho na ativa com vistas à possibilidade de multiplicação de grupos similares ao da SRTE/SP em outros Estados, especialmente por conta da série de ocorrências em outros segmentos como o da construção civil. trabalhadoras e trabalhadores libertados resgatados receberam apenas as verbas rescisórias por direitos trabalhistas - que foram pagos pela intermediária AHA -, receberam a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) provisória e estão sendo contemplados com recursos do Seguro Desemprego do Trabalho Resgatado. O auditor fiscal do trabalho que coordenou a operação acrescentou que vem sendo desenvolvimento (sic) um trabalho em rede não só pelo MTE, mas por outros (sic) órgãos como a Defensoria Pública da União de São Paulo (DPU/SP), o Ministério Público do Trabalho (MPT), a Secretaria de Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo e a Polícia Federal (PF) para a regularização da situação migratória e para outras possíveis ações em âmbito criminal e trabalhista, inclusive com eventuais pedidos indenizatórios. Em âmbito administrativo, os responsáveis podem vir a ser incluídos na <u>"lista suja" do trabalho escravo</u> - cadastro de empregadores envolvidos em flagrantes amparado por portaria interministerial do MTE e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR). "Trata-se de um dos instrumentos mais eficazes", (fala de auditor). Além da incômoda mácula na imagem, quem consta da "lista suja" tem restringido o acesso a empréstimos com recursos públicos federais, assim como passa a ser vetado como parceiro econômico pelas empresas signatárias do <u>Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo</u> - iniciativa em marcha desde 2005 que jamais contou com a adesão da Zara Brasil ou da Inditex.	Trabalho porque somos os maiores interessados em combater essas situações (Inditex)
---	--

<i>28/09/2011 – Cobranças públicas dirigidas à grife Zara são intensificadas</i> Cobranças públicas dirigidas à grife Zara são intensificadas (título) Na Assembleia Legislativa de SP, parlamentares, agentes públicos, dirigentes sindicais e membros de entidades civis atacaram superficialidade e exigiram ações que possam resultar em melhorias efetivas às vítimas de exploração (linha fina) executivos que representam a marca Zara, do grupo espanhol Inditex, foram pressionados para que sejam tomadas providências mais efetivas parlamentares, representantes do poder público, dirigentes sindicais e membros de entidades que atuam junto aos imigrantes atacaram medidas superficiais e cobraram mudanças que possam resultar em reparações e melhorias efetivas às vítimas da exploração criminosa. Já auditor fiscal da Superintendência Regional de Trabalho e Emprego de São Paulo (SRTE/SP) que coordenou a fiscalização da cadeia produtiva da marca Zara, ressaltou que trabalhadores dispensados de outras oficinas ligadas à intermediária AHA têm procurado o órgão para pedir auxílio. flagrante As duas oficinas fiscalizadas... A ausência de sinais de contratação direta também foi alvo de comentários do auditor. Segundo ele, não foi possível verificar alterações no quadro de funcionários com carteira assinada entre os fornecedores da Zara flagrantes integrante do grupo especial de fiscalização de trabalho escravo urbano da SRTE/SP pessoas resgatadas por ocasião dos flagrantes pessoas libertadas Correm, paralelamente, as negociações junto ao Ministério Público do Trabalho (MPT) e à DPU/SP em decorrência do relatório das fiscalização da SRTE/SP.	<i>21/09/2011 – Presidente da Zara nega que sabia de trabalho irregular em SP</i> O Ministério do Trabalho afirmou que encontrou as ilegalidades baseado em dados da AHA... [confeccções] <u>foram flagradas</u> por fiscais do Ministério do Trabalho... A SRTE/SP (Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de São Paulo) aplicou autos de infração trabalhistas à Zara que, somados, <u>podem atingir R\$ 1 milhão</u>. A fiscalização chegou a encontrar... [Zara recusou pagar] multa de R\$ 140 mil referente à rescisão dos contratos A SRTE aceitou o pedido da empresa para que a AHA, que foi a terceirizada responsável pela contratação das oficinas clandestinas, quitasse essas multas.
<i>30/11/2011 - Zara e fornecedoras se integram à pacto contra escravidão</i> <u>fiscalizações trabalhistas que encontraram imigrantes sul-americanos fabricando peças de roupa da grife Zara em condições análogas à escravidão</u> casos de escravidão constatados	
<i>01/12/2011 – Zara recusa acordo com Ministério Público do Trabalho</i> flagrantes Em sua quarta cláusula, o documento redigido pela empresa tenta estabelecer vínculo entre a eventual assinatura daquele acordo com o MPT com o arquivamento do processo administrativo que corre	<i>15/10/2011 – Ministério Público propõe que Zara pague até R\$20 mi</i> <i>17/11/2011 – Ministério Público adia conciliação com a Zara</i> <u>foram flagradas em fiscalizações</u>

no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e pode acarretar na inclusão da Zara na <u>"lista suja" do trabalho escravo - cadastro mantido pelo governo federal com nomes de empregadores envolvidos na exploração desse tipo de crime</u>. Os procedimentos no MPT e MTE, todavia, correm propositalmente separados. <u>adesão da Zara e de outras 48 fornecedoras ao Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, em 10 de novembro</u> três fiscalizações que flagraram	30/11/2011 – <i>Fracassa acordo entre Zara e Ministério Público</i> <u>foram flagradas em fiscalizações</u> na investigação, foi constatada
19/12/2011 – <i>Acordo entre Zara e MPT descarta dano moral coletivo</i> <u>flagrantes, no Estado de São Paulo, de trabalho escravo na cadeia produtiva das peças de roupa da marca internacional</u> casos de escravidão contemporânea verificados pela fiscalização trabalhista De acordo auditor fiscal da Superintendência regional do Trabalho e Emprego (SRTE/SP) que coordenou a operação que encontrou trabalho escravo em duas oficinas que produziam peças da Zara na capital paulista, o TAC pode ser considerado um divisor de águas por prever medidas de responsabilização direta. "Este é o único caso em que a empresa assume de fato toda a sua cadeia produtiva", diz. Os moldes do monitoramento da cadeia produtiva [compromisso da Zara], na análise de auditor, seguem as bases do que já vem sendo defendido pelo Programa de Combate ao Trabalho Escravo Urbano da SRTE/SP. Parte dos R\$ 3,4 milhões de "investimento social" - e não de reparo por danos morais coletivos - será destinada a um fundo de emergência, administrado pela Pastoral do Migrante e pelo Centro de Apoio ao Migrante (Cami), para auxiliar vítimas de trabalho escravo. A verba também será usada para equipar a SRTE/SP e viabilizar outras ações previstas no acordo.	19/12/2011 – <i>Procuradoria desiste de indenização de R\$20 mil contra a Zara</i> A empresa e seus fornecedores foram acusados (...) após fiscalizações...

APÊNDICE C

Quadro 25 – Atuação do MPT : 1º TAC proposto

Repórter Brasil	Folha.com
Zara recusa acordo com Ministério Público do Trabalho (título) Representantes da Zara, que teve cadeia flagrada com escravidão, estiveram com procuradores e se negaram a assinar Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que prevê indenização de R\$ 20 milhões por danos morais coletivos (linha fina) Representantes da espanhola Inditex, dona da grife de moda Zara, estiveram reunidos nesta quarta-feira (30) com membros do Ministério Público do Trabalho (MPT) e se recusaram a assinar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) A minuta de acordo apresentada pelo MPT previa o pagamento de indenização por danos morais coletivos da ordem de R\$ 20 milhões. Além disso, foram propostas diversas outras cláusulas complementares para cumprimento por parte da empresa. Entre elas, destacam-se aquelas relacionadas ao reforço no monitoramento da cadeia produtiva: inclusive com o reconhecimento da responsabilidade efetiva da Zara Brasil com relação a todo ciclo produtivo, o veto às subcontratações pelas fornecedoras com vistas ao cumprimento das encomendas feitas pela marca; além da intensificação das auditorias e da manutenção de um site abastecido com dados e informações sobre as mesmas para que os integrantes das Procuradorias Regionais do Trabalho (PRTs) possam acompanhar os procedimentos com mais facilidade e rapidez. Também fazia parte da proposta inicial do MPT a realização de uma campanha de combate a trabalho escravo utilizando meios de comunicação de grande audiência (televisão e mídia impressa). A minuta foi repassada a executivos da Inditex em 9 de novembro, após mais uma audiência pública que tratou do tema na Câmara Federal. Diante da posição da Zara [de não assinar compromisso], Luiz Fabre, da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região (PRT-2), aventou a possibilidade de entrar com uma ação civil pública contra a empresa, caso não haja mesmo acordo, ainda este ano. Segundo ele, há pontos "inegociáveis" no TAC ora submetido ao ator econômico envolvido. "Só posso dispor de condições de prazos e meios de executar as ações. Não posso dispor de direitos. Não abrimos mão disso". "Já que eles [da empresa] têm responsabilidade social, podem assumir a responsabilidade jurídica, que é o que propomos. Não podemos ficar só no âmbito da vontade. Precisamos de compromissos concretos passíveis de sanções, com multas, caso não sejam cumpridos", disse o procurador.	Ministério Público propõe que Zara pague até R\$20 mi (título) O Ministério Público do Trabalho vai apresentar à Zara uma proposta de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). A empresa terá que se comprometer a pagar indenização por dano moral coletivo entre R\$ 10 milhões e R\$ 20 milhões. Segundo o Ministério Público, os recursos serão usados em ações em benefício dos trabalhadores, como cursos profissionalizantes. Caso a Zara não assine o TAC, o Ministério Público do Trabalho afirma que vai entrar com uma ação. Ministério Público adia conciliação com a Zara (título) O Ministério Público do Trabalho adiou a audiência de conciliação trabalhista que teria amanhã (18) com a direção da rede de lojas de confecções Zara. O pedido de adiamento, segundo o Ministério Público do Trabalho, foi feito pela diretoria da Zara. O Ministério Público não agendou nova data. A previsão é de que a audiência seja marcada para o próximo dia 28. Até lá, os procuradores do Trabalho devem fazer novas alterações no TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) que será proposto. O acordo ainda não foi revelado, mas deve prever multa por cada trabalhador mantido sob regime de trabalho semelhante ao escravo. Fracassa acordo entre Zara e Ministério Público (título) Fracassou a tentativa de acordo que o Ministério Público do Trabalho propunha à Zara para por fim ao caso do trabalho irregular em oficinas que prestavam serviço à empresa. O TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) proposto pelo MPT --que também não foi aceito pela Zara-- tinha 47 cláusulas e obrigava a Zara a pagar R\$ 20 milhões por danos morais. O valor seria destinado a programas que visam melhorar a vida do trabalhador. O MPT também pedia o fim das subcontratações e das "quarteirizações" --a terceirização da terceirização-- nas oficinas que prestam serviços à empresa e a responsabilidade da Zara sobre sua cadeia de produção. Como o acordo não foi assinado, o Ministério Público do Trabalho pode aplicar multa à Zara. Entretanto, essa medida ainda não foi analisada pelos procuradores.

Exigências (subtítulo) O cálculo de R\$ 20 milhões de indenização por dano moral coletivo foi feito pelo MPT com base em quatro critérios: a gravidade dos fatos; a extensão dos danos; o poder econômico da parte envolvida (não deve ser uma indenização nem tão alta a ponto de inviabilizar suas atividades, nem tão baixa a ponto de que seus efeitos não sejam sentidos); e a disposição da empresa em ajustar a sua conduta sem a necessidade de se recorrer às vias jurisdicionais. Como ressaltou o procurador Luiz Fabre à Repórter Brasil, os valores cobrados na hipótese de disputa judicial tendem a ser bem superiores, tomando-se como parâmetro os percentuais sob o faturamento ou o lucro da corporação internacional, com mais de 100 mil funcionários e presente em 80 países. Com relação ao reconhecimento da responsabilidade da Zara Brasil no tocante a sua cadeia produtiva e à imposição do fim das subcontratações por parte das fornecedoras para realizar o serviço encomendado pela rede, o procurador ressaltou que os episódios não deixaram dúvidas de que o código de conduta da empresa precisa ser aprimorado, pois é "ineficaz". "Restou mais do que evidenciado que a pulverização da cadeia produtiva da Zara - sob a forma de quarteirização, quinteirização etc. - está diretamente relacionada às repercussões deletérias nas condições de trabalho que foram constatadas", destacou o membro do MPT, a despeito do argumento da Zara de que se trata de um caso isolado. "Diante das especificidades do caso concreto, o meio adequado para a tutela dessa situação - que na ponta gera reflexos para toda a sociedade sob a forma de problemas sociais como a favelização, o surgimento de guetos etc. - passa, sem dúvida, pela assunção de um maior rigor na contratação de fornecedores pela Zara. Passa também pela limitação dos atuais níveis de terceirização, ao menos quanto ao objeto principal dos contratos que a Zara assina com seus fornecedores". A campanha de combate ao trabalho escravo sugerida no âmbito do TAC seria, na visão de Luiz, "um meio de se plasmar, na sociedade, a sensação de que o cidadão não vive numa selva onde simplesmente impera a lei do mais forte". Para ele, as peças disseminadas pelos meios de comunicação possuem não só um efeito pedagógico, mas também "um efeito reparatório do próprio dano moral coletivo, isto é, do sentimento de impotência que aflige cada cidadão a cada vez que as leis e as instituições são desrespeitadas". Para o procurador Ronaldo Lira, da PRT-15, que acompanhou a operação na oficina de costura em Americana (SP) na qual estavam sendo confeccionadas calças da Zara, são infundadas as interpretações de que o MPT está sendo	Na proposta anterior, o valor seria destinado a programas que visam melhorar a vida do trabalhador. O documento tinha 47 cláusulas e também pedia o fim das subcontratações e das "quarteirizações" --a terceirização da terceirização. A Zara não quis se manifestar sobre o valor.
--	---

particularmente mais severo nas negociações com a grife mundial, visto que cada acordo se baseia na situação encontrada. “Não cabe comparação com outras situações. A reparação pedida é para que não haja impunidade”.	
---	--

Apêndice D

Quadro 26 – Atuação do MPT: TAC assinado

Repórter Brasil	Folha.com
Acordo entre Zara e MPT descarta dano moral coletivo (título) Empresa consegue acordo que prevê "investimento social" em vez de "reparo por danos morais" por se aproveitar de trabalho escravo em cadeia produtiva (linha fina) Representantes da empresa espanhola Inditex, dona da grife de moda Zara, assinaram na tarde desta segunda-feira (19), um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) (leia o documento em PDF) com o Ministério Público do Trabalho (MPT) O acordo final prevê o desembolso, por parte da empresa, de apenas 17% (R\$ 3,4 milhões) do valor de indenização por dano moral coletivo (R\$ 20 milhões) que <u>havia sido inicialmente proposto pelo MPT</u>. Além disso, o próprio termo "reparação por dano moral coletivo", presente na primeira versão do TAC, foi substituído por "investimentos sociais". Na prática, o documento se baseia em medidas que o grupo empresarial decidiu assumir daqui para frente, mas não estabelece um vínculo direto com os casos de escravidão contemporânea verificados pela fiscalização trabalhista. De acordo com Luiz Fabre, procurador do trabalho responsável pela negociação, o MPT concordou em abrir mão de 83% (R\$ 16,6 milhões) da proposta inicial diante da concordância da Zara em assumir a responsabilidade jurídica pelas condições de trabalho praticadas no conjunto de sua cadeia de produção daqui em diante. Para ele, esse item, que motivara a resistência da empresa quando foi apresentada, significa um precedente importante para o combate à escravidão no setor têxtil (sic), ou seja, um "ganho jurídico para a sociedade". Além disso, o procurador declarou ter levado em conta os valores pagos por agentes envolvidos em casos semelhantes, além da "espontaneidade e boa vontade da empresa em assumir um compromisso sério". Também pesou na decisão, segundo o membro da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região (PRT-2), o fato de que a quantia atende os projetos previstos no TAC . "Não usar o termo dano moral coletivo no TAC foi por conta da boa fé da empresa. Consentimos pelo não reconhecimento de culpa, que cabe ao Judiciário. Mas, a partir de agora, se for flagrado trabalho escravo na cadeia produtiva, a Zara será responsabilizada", destaca Luiz. Ele acredita que, mais do que o temor relacionado à (sic) uma disputa judicial a partir de uma ação civil pública, o que motivou a empresa, que é	Procuradoria desiste de indenização de R\$20 mi contra a Zara (título) O Ministério Público do Trabalho de São Paulo desistiu de cobrar a indenização de R\$ 20 milhões contra a Zara. Pelo novo TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) assinado na tarde desta segunda-feira, a Zara deverá investir R\$ 3,4 milhões em ações preventivas na cadeia produtiva têxtil. O valor é o mesmo proposto pela empresa na primeira tentativa de acordo, no mês passado. Segundo o procurador Luiz Carlos Michele Fabre, a desistência ocorreu porque a varejista se comprometeu com a responsabilidade sobre fornecedores e terceirizadas. A morosidade da Justiça, no caso de uma ação judicial, também pesou para que o acordo fosse efetivado. Na <u>proposta anterior</u>, o valor seria destinado a programas que visam melhorar a vida do trabalhador. O documento tinha 47 cláusulas e também pedia o fim das subcontratações e das "quarteirizações" --a terceirização da terceirização. A Zara não quis se manifestar sobre o valor. De acordo com o documento assinado hoje, a Zara poderá responder juridicamente caso uma de suas fornecedoras ou terceirizadas sejam flagradas mantendo trabalhadores em condições não previstas na lei trabalhista. A fiscalização direta caberá à própria empresa, com acompanhamento dos órgãos de fiscalização. Caso seja detectado alguma irregularidade, a Zara deverá fazer um aporte de R\$ 50 mil para um fundo de emergência gerenciado por centro de apoio ou pastoral do migrante.

considerada a companhia mais valiosa do mundo no setor têxtil, a assinar o acordo foi a pressão dos consumidores que reagiram diante da repercussão do caso na imprensa. Subcontratações (título) Outra diferença substancial entre a proposta inicial e o TAC que foi assinado diz respeito às subcontratações. O primeiro texto proibia as "quarteirizações" e "quinteirizações", que tende a fragilizar e precarizar as relações de trabalho, com relação ao "objeto principal do serviço contratado". As referências a punições para as subcontratações não estão mais presentes no TAC assinado. Os subcontratados são inclusive incorporados como "terceiros". Apesar das diferenças entre o que foi originalmente proposto e o que acabou sendo de fato acertado, integrantes do poder público que participaram da negociação apontam avanços. De acordo com auditor fiscal da Superintendência regional do Trabalho e Emprego (SRTE/SP) que coordenou a operação que encontrou trabalho escravo em duas oficinas que produziam peças da Zara na capital paulista, o TAC pode ser considerado um divisor de águas por prever medidas de responsabilização direta. "Este é o único caso em que a empresa assume de fato toda a sua cadeia produtiva", diz. A Zara se comprometeu a realizar inspeções mais rigorosas em fornecedores e terceiros. Caso problemas sejam encontrados, a empresa se comprometeu em tomar providências para saná-los por meio de um plano de ação e em notificar as autoridades sobre o fato. Caso o flagrante seja realizado diretamente pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) ou pelo MPT, a empresa terá que arcar imediatamente com uma multa de R\$ 50 mil. Os moldes do monitoramento da cadeia produtiva, na análise do auditor, seguem as bases do que já vem sendo defendido pelo Programa de Combate ao Trabalho Escravo Urbano da SRTE/SP. Parte dos R\$ 3,4 milhões de "investimento social" - e não de reparo por danos morais coletivos - será destinada a um fundo de emergência, administrado pela Pastoral do Migrante e pelo Centro de Apoio ao Migrante (Cami), para auxiliar vítimas de trabalho escravo. A verba também será usada para equipar a SRTE/SP e viabilizar outras ações previstas no acordo.	
--	--

APÊNDICE E

Quadro 27 – Explicações e justificativas da Zara

Repórter Brasil	Folha.com
CÓDIGO DE CONDUTA/ AUDITORIAS a Inditex - que é dona da Zara e de outras marcas de roupa com milhares de lojas espalhadas mundo afora - classificou o caso envolvendo a AHA e as oficinas subcontratadas como "terceirização não autorizada" que "violou seriamente" o Código de Conduta para Fabricantes. Seungod (sic) a Inditex, o Código de Conduta determina que qualquer subcontratação deve ser autorizada por escrito pela Inditex. A assinatura do Código do (sic) Conduta é obrigatória para todos os fornecedores da companhia e foi assumido pelo fornecedor em questão (AHA/SIG). a Inditex, que controla a Zara, definiu os casos como "terceirizações não autorizadas", bem como sublinhou as aplicações de um código de conduta e de um programa de auditorias a fornecedores baseados em normas internacionais e na legislação brasileira, com participação de empresas especializadas. Entretanto, a companhia preferiu não oferecer explicações adicionais sobre o fato de que <u>nenhuma audiência de monitoramento foi realizada em 2010. Apenas nove análises iniciais em toda a cadeia produtiva da Zara no Brasil (que inclui cerca de 50 empresas e cerca de sete mil trabalhadores) foram de fato promovidas</u> Aos parlamentares, Jesus reforçou o entendimento de que o flagrante fere valores e princípios da Inditex e se deu por conta de uma "subcontratação não autorizada" do fornecedor, que descumpriu o seu código de conduta obrigatório e previsto em contrato. Declarou ainda que a empresa se coloca como "vítima de uma situação que não foi por ela criada" No discurso dirigido aos congressistas embasado na excepcionalidade do caso, o diretor Jesus assegurou que o sistema de monitoramento aplicado pela empresa "tem sempre atestado um nível satisfatório a nossos fornecedores, por meio de notas A ou B". Em conversa exclusiva com a Repórter Brasil após deixar a mesa, entretanto, o diretor Jesus não foi capaz de apresentar algumas informações básicas e cruciais referentes à aferição do nível real de confiança que pode ser atribuído ao acompanhamento das cerca de cinco mil confecções que empregam aproximadamente sete mil trabalhadores. A reportagem questionou, por exemplo, se as intermediárias AHA e Rhodes Confeções Ltda. - envolvida em outra fiscalização que encontrou pessoas produzindo calças da Zara em condições degradantes em Americana (SP) - foram alguma vez avaliadas por auditorias patrocinadas pela Inditex. Na sequência, indagou também	"Esse caso representa uma grave infração ao Código de Conduta para Fabricantes e oficinas externas da Inditex, que esse fabricante havia assumido contratualmente", afirmou a multinacional têxtil, que lembrou que o código estipula a máxima proteção aos direitos dos trabalhadores. (6) Na ocasião, a Inditex informou à Reuters que o caso envolvia a "terceirização não autorizada" de oficinas de costura por parte de um fornecedor brasileiro, a empresa AHA. O diretor global de relações de institucionais da Inditex (controladora da Zara), Jesus Echevarria, afirmou que a AHA prestava serviço para a Zara desde 2006 e que "foi ganhando confiança" dentro da Zara por conta de sua "qualidade e pelo cumprimento das encomendas". Segundo ele, houve falha nas auditorias da empresa. Folha - Faltou fiscalização aos fornecedores da Zara? Jesús Echevarría - Temos um código de conduta que permite a subcontratação, mas o nosso fornecedor omitiu essa terceirização. Serviu de lição que temos que triplicar a fiscalização. Como qualquer sistema, pode ter alguma falha, mas será bem mais difícil a ocultação. A indústria têxtil da Ásia ao Brasil é acusada de exigir preços muito baixos a seus fornecedores, o que estimularia práticas ilegais. Como o senhor responde a essa acusação? A Zara não tem os preços mais baixos. Sempre priorizamos a rapidez e a qualidade, que fizeram nosso sucesso em mais de 70 países. Pagamos preços do mercado, mas há fornecedores que querem aumentar seu lucro. Mas é importante não demonizar a indústria. A imensa maioria de nossos fornecedores aqui e no mundo faz um grande trabalho. O fornecedor que subcontratou produz menos de 5% da produção da Zara no Brasil (resposta na entrevista) Presidente da Zara nega que sabia de trabalho irregular em SP (título) O presidente da Zara no Brasil, Enrique Huerta Gonzalez, afirmou nesta quarta-feira, durante depoimento na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, que a direção da empresa não tinha

quais teriam sido os vereditos (sic) e os possíveis planos de ações recomendados, caso essas análises tenham sido realizadas. As respostas para ambas perguntas não foram dadas pelo executivo global da Inditex, que se justificou afirmando que seria preciso checar os objetos das interrogações em meio ao conjunto de dados sobre as ações promovidas nos últimos anos, que foi repassado em formato de dossiê para a Comissão de Direitos Humanos - e também prometido à Repórter Brasil. A posição sustentada pela empresa tampouco encontrou respaldo no pronunciamento do auditor da Superintendência Regional de Trabalho e Emprego de São Paulo (sic) (SRTE/SP) "O modelo atual de monitoramento da Zara permite esse tipo de ocorrência [de trabalho análogo à escravidão em oficinas ilegais de costura] e precisa ser mudado", colocou Luís, que coordena, juntamente com a auditora fiscal Giuliana Cassiano, o grupo de combate ao trabalho escravo urbano da SRTE/SP. "A partir do flagrante em Americana (SP) ocorrido em maio [de 2011], prosseguimos com investigações e fiscalizações que acabaram comprovando que aquela situação não era isolada". Foi repetida por ele [auditor] a constatação de que 46 mil peças de roupa foram "produzidas" para a grife espanhola pela AHA, entre abril a maio deste ano, sem que a "fornecedora" tivesse uma única costureira de linha de produção em seu quadro funcional. Quando chegaram à planta da AHA, em julho, apenas uma solitária "piloteira" confeccionava peças-pilotos de roupas da Zara. Qualquer averiguação mínima, completou Luís, concluiria por óbvio que a produção em escala não estava diretamente a cargo da contratada. Sobre a qualidade do acompanhamento por meio de auditorias, reiterou a "confiança" no sistema, que conta com a participação direta das empresas Intertek e SGS - esta última <u>também contratada pela rede varejista Pernambucanas, cuja cadeia também apresentou ilícitos semelhantes</u>. Mesmo sem ter atendido o pedido da Repórter Brasil por informações mais detalhadas acerca do relacionamento com suas fornecedoras e terceirizadas, o executivo deu algumas informações adicionais reveladoras sobre o ocorrido. A principal delas foi a de que a grife decidiu nos últimos anos aumentar as encomendas da fornecedora AHA, envolvida nas inspeções que encontraram trabalho escravo, por causa da "muito boa fama" da confecção quanto à qualidade da produção e ao tratamento dos funcionários. A relação comercial entre a Zara Brasil e a AHA teve início em 2006. O sistema de auditorias de monitoramento vinculado ao código de conduta da Inditex foi criado em 2001 e revisado em 2007. O diretor global de comunicação do grupo	conhecimento de que suas peças eram produzidas em oficinas "quarteirizadas" que mantinham trabalhadores em condições análogas à escravidão. "Ninguém na Zara sabia. Não tinha ciência de que estava acontecendo esse desvio de produção" (Inditex) "Não temos interesse nem lucro com uma situação dessa. Zelamos por nossa imagem e pela saúde de nossos trabalhadores." (Inditex)
---	---

têxtil estimou que mais de 80 inspeções de cunho inicial foram realizadas nos últimos cinco anos no Brasil. Nos relatórios anuais da empresa, é possível contabilizar pouco mais de 40 - somente nove delas no ano de 2010, período em que 5 milhões de peças da Zara foram confeccionadas no país.

Além disso, não há registros de que nenhuma auditoria de monitoramento tenha sido realizada até hoje no Brasil. Apenas em 2010, a Inditex promoveu 322 auditorias de monitoramento em todo o mundo. Conforme justifica Jesus, muitos processos são concluídos apenas com as averiguações primárias e não se desdobram em verificações complementares.

À comissão, o executivo da Zara Brasil reafirmou que as auditorias realizadas nos últimos anos no Brasil mostraram "resultados positivos" e que os flagrantes dizem respeito a um problema "velado". "Lamentamos terrivelmente por não termos identificado [a prática de trabalho escravo]", complementou.

PREÇOS

"Pagamos os preços de mercado", insistiu Enrique. Perguntado sobre a fatia de lucro proveniente a produção brasileira e, em especial, do retorno obtido por meio das peças fabricadas nas oficinas que foram palco da escravidão, ele se limitou a responder que, em função do mercado de ações, cláusulas de confidencialidade restringem a divulgação desregulada de dados sobre resultados financeiros. Mas o próprio grupo difundiu, em comunicado que veio a público também na semana passada, que o lucro no primeiro semestre do ano fiscal 2011/2012 (fevereiro a julho) foi de € 717 milhões.

“NADA SABIAM”

"Gostaríamos de pedir desculpas por não termos tido conhecimento desta situação antecipadamente, de modo a evitá-la" (diretor da Inditex)

Os dois ocuparam a bancada para reiterar que "nada sabiam" não só a respeito da subcontratação que acabou revelando condições desumanas no processo de confecção de itens da marca, mas também dos possíveis riscos de envolvimento diante dos conhecidos casos de trabalho escravo contemporâneo, principalmente de imigrantes latino-americanos em situação de vulnerabilidade, em oficinas de costura precárias e informais.

Causou indignação aos parlamentares a discrepância entre o alegado "desconhecimento" quanto às condições oferecidas a quem confeccionava peças da grife e o rígido controle exercido pela Zara em outros aspectos, como na aferição da qualidade dos produtos e dos lucros obtidos com as vendas. No modelo adotado de *fast fashion*, toda a produção (padrões, tendências, quantidades etc.) é ditada pelas redes varejistas,

que são onipresentes na cadeia. "É quase impossível o maior beneficiário não saber de nada". "Se os senhores não sabiam, alguém na empresa deveria saber", pontuou o vice-presidente da comissão. Replay (subtítulo) Na Alesp, os executivos da Zara repetiram o posicionamento apresentado na Câmara dos Deputados. Com formação na área financeira, o diretor-presidente Enrique disse que tem oito anos de empresa, já trabalhou pela empresa em Hong Kong e está há quatro anos no Brasil. Mesmo com todo esse tempo em território nacional, negou que tenha tido qualquer tipo de conhecimento a respeito de ocorrências de exploração de mão de obra escrava de imigrantes sul-americanos em oficinas de costura precárias e ilegais. Em meio aos diversos questionamentos respondidos de modo protocolar, o diretor Jesus polemizou ao afirmar que "rechaçaria" a empresa que fosse flagrada explorando mão de obra escrava. "Nenhuma das perguntas [feitas durante a reunião] foi respondida [pelos representantes da empresa]", analisou o presidente da comissão, Adriano Diogo (PT). Para ele, as respostas ensaiadas incorporadas pelos executivos do grupo espanhol podem ser entendidas como uma "desmoralização". Também membro da Alesp, Alencar Santana (PT) viu "descaso" por parte dos representantes da empresa e admitiu ter cogitado até em pedir o cancelamento da reunião. Citou ainda que falsos testemunhos podem gerar sanções graves nas Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), instância com prerrogativa até de, em determinadas circunstâncias, dar voz de prisão.	
REPORTAGEM COMPLETA Fabricantes da Zara não foram revisitados por auditorias em 2010 (título) Brasil respondeu por nove checagens iniciais (e não de acompanhamento) do total de 1.087 auditorias promovidas ao longo do ano passado, nos mais diversos países do mundo, pelo grupo espanhol Inditex, dono da marca Zara (linha fina) Nenhum fabricante da Zara no Brasil foi reavaliado em 2010 pelo sistema de auditorias de monitoramento mantido pela transnacional Inditex, que controla a marca de roupas e acessórios. Entre as 1.087 auditorias promovidas no ano passado, apenas nove checagens iniciais (e não de acompanhamento) foram realizadas no país. As informações constam do <u>próprio relatório anual da Inditex, disponível na internet</u>. a empresa classificou os casos encontrados como episódios isolados de "terceirizações não autorizadas". "Nunca havia sido identificado um caso similar. A cadeia de produção da Inditex no Brasil representa um conjunto de mais de sete mil	

trabalhadores que desenvolvem suas atividades em empresas que cumprem tanto a legislação brasileira quanto o código de conduta [criado em 2001 e atualizado em 2007]", justificou a companhia de origem espanhola, que confirmou manter relações com pelo menos cerca de 50 fornecedoras que produzem para a marca Zara no país. Mais de 1,33 mil fornecedores da Inditex do mundo todo são obrigados a aderir ao código de conduta do grupo de origem espanhola.

"A contratação de auditores independentes - companhias especializadas, reconhecidas mundialmente pela qualidade do seu trabalho - garante a objetividade e transparência do sistema de controle, que inclui auditorias anuais, as quais cobrem todos os aspectos incluídos no código de conduta e, obviamente, os relativos aos direitos humanos e laborais", adicionou a empresa com relação ao programa "*Tested to Wear*" (Testado para Vestir).

Uma diretora da marca espanhola no Brasil declarou ao programa "A Liga", da TV Bandeirantes (que acompanhou a fiscalização trabalhista em questão juntamente com a **Repórter Brasil**), que o fabricante intermediário envolvido no mais recente caso de escravidão (AHA Ind. Com. Roupas Ltda., que também utiliza a razão social SIG Ind. Com. Roupas Ltda.) "trabalha conosco há muito tempo". De acordo com ela, os fornecedores, em geral, "são totalmente auditados" e o grupo detém controle da produção dos terceirizados por meio de "cerca de 300 auditores que trabalham mundo afora".

O mesmo relatório de 2010 mostra, contudo, que a empresa contratou os serviços de apenas seis pessoas de outra empresa (ITS) para aferir o cumprimento do código de conduta no decorrer do ano. A reportagem não conseguiu contato com representantes da ITS para confirmar quais foram os serviços prestados à dona da Zara até hoje.

Em outra seção do mesmo relatório, a Inditex nomeia a Intertek como responsável pelas nove auditorias iniciais concluídas em 2010. À **Repórter Brasil**, a consultoria comunicou que "face aos acordos de confidencialidade que o grupo Intertek mantém a nível global, não nos é permitido informar, sem as devidas autorizações, para quais empresas trabalhamos".

Também consultada, a SGS (que também prestava serviços às lojas da rede Pernambucanas quando houve outro flagrante no magazine varejista) declarou que "estabeleceu recentemente um contrato internacional, por meio de sua filial na Espanha, cujo escopo de atuação inclui auditorias em fornecedores da Inditex no Brasil, com o objetivo de verificar aderência da cadeia de fornecimento do grupo com o seu respectivo código de conduta".

"Em 2010, não realizamos auditoria para o grupo Inditex no Brasil", assegurou a SGS à reportagem.

Com relação a 2011, a consultoria se manifestou dizendo que não tem como precisar a quantidade de auditorias realizadas por não ser a única prestadora de serviços desta natureza ao grupo. "Em função de acordo e cláusulas contratuais firmados entre as partes, todas as informações referentes às auditorias realizadas para o Grupo Inditex devem ser obtidos diretamente com o representante legal da organização [contratante]".

No posicionamento inicial encaminhado à **Repórter Brasil**, a Inditex afirmou primeiramente que "a base fixa de fornecedores atende a níveis de qualidade tanto no que se refere a seus produtos, quanto às condições em que são fabricados, como revela nosso sistema de auditoria regular" e que 75% dos fornecedores obtêm as qualificações máximas.

Chamada a oferecer mais detalhes do funcionamento do sistema de auditorias e da partilha de responsabilidades entre empregados do próprio grupo (apenas 15 contratados diretamente) e das terceirizadas (244 pessoas, a maioria absoluta focada no monitoramento nas nações asiáticas) dentro do "sistema de auditoria regular" em questão, a controladora da Zara se limitou a responder que não tinha mais nada a acrescentar sobre a questão.

Em outra seção do seu relatório anual, a companhia confirmou ainda que nenhum profissional de consultorias especializadas foi contratado para acompanhar a área de Saúde e Segurança do Trabalho (SST) ao longo de 2010 no Brasil. Na Turquia, por exemplo, 80 pessoas foram recrutadas para se dedicar a esse mesmo fim durante o referido período.

O lucro da Inditex cresceu 32% - e atingiu € 1,732 bilhões - em 2010. O salto nas vendas foi de 13%. O grupo investiu € 750 milhões e abriu o impressionante número de 437 novas lojas em 55 países no ano passado. Já são mais de 5 mil, ao todo. A Zara, com mais de 120 inaugurações, responde aproximadamente por dois terços das vendas globais da Inditex.

Com mais de 100 mil empregados contratados e em 80 países, a companhia vem destacando também que, além do código de conduta baseado em diretrizes internacionais e na legislação trabalhista local vigente, mantém acordo em caráter global com a Federação Sindical Internacional de Trabalhadores do Setor Têxtil e Couro (ITGLWF), em que ambas as partes se comprometem a colaborar na vigilância dos direitos laborais no setor.

APÊNDICE F

Quadro 28 – Providências da Zara

Repórter Brasil	Folha.com
As verbas rescisórias, que acabaram sendo pagas pela intermediária AHA, totalizaram mais de R\$ 140 mil (...) A empresa disse ter agido para que o fornecedor responsável pela "terceirização não autorizada" pudesse "solucionar" a situação imediatamente, assumindo as compensações econômicas dos trabalhadores e comprometendo-se a corrigir as condições de trabalho da oficina flagrada com escravidão. Haverá, segundo a Inditex, um reforço an (sic) revisão do sistema de produção da AHA, assim como das outras empresas no Brasil, para garantir que não exista outro caso como este. "Estamos trabalhando junto com o MTE para a erradicação total destas práticas que violam não só nosso rígido Código de Conduta, como também a legislação trabalhista brasileira e internacional". Após desculpas, Zara anuncia "acordos" ainda não fechados (título) Executivos da Inditex, dona da grife Zara, estiveram no Congresso para tratar da escravidão flagrada na cadeia da empresa. Para se retratar, disque-denúncia foi lançado; duas outras medidas apresentadas são promessas (linha fina) Declarou (...) que suspendeu a relação com o agente intermediário envolvido (AHA Ind. e Com. de Roupas Ltda.) até a correção das irregularidades apontadas. O principal objetivo da presença dos representantes da empresa, no entanto, foi o anúncio de novas medidas que estão sendo tomadas em parceria com outras instituições. A Repórter Brasil apurou, contudo, que duas dessas parcerias anunciadas - justamente as que envolvem representantes de trabalhadores e de imigrantes - são apenas promessas de acordos que ainda não foram firmados com as entidades contatadas. A maioria das providências apresentadas está relacionada a entidades ligadas ao empresariado: como uma linha de telefone para denúncias de abusos de trabalho envolvendo a Zara (0800-7709242), além de um programa de capacitação para fornecedores e um manual de boas práticas, todas elas em colaboração (segundo reiteraram os próprios executivos da corporação) com o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social; e um sistema específico de pré-avaliação de fornecedores com base em parâmetros da Associação Brasileira de Varejo Têxtil (Abvtex), que reúne as maiores empresas do segmento. O monitoramento da cadeia por parte da	trabalhadores receberam uma indenização conjunta no valor de R\$ 140 mil A rede afirmou que, ao ter conhecimento dos fatos, exigiu que o fornecedor responsável pela terceirização não autorizada regularizasse a situação "imediatamente". (3) Zara revisará condições trabalhistas de fornecedores no Brasil (título) O grupo Inditex, proprietário da marca Zara, vai revisar, em colaboração com o MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), o sistema de produção de seus fornecedores no Brasil para garantir que não haja exploração dos funcionários, informou a companhia espanhola (2) O grupo espanhol Inditex, proprietário da marca Zara, <u>disse nesta quinta-feira que vai revisar/ disse na semana passada/ disse que vai revisar/ disse</u> na ocasião que iria <u>revisar o sistema de produção</u> em colaboração com o MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), o sistema de produção de seus fornecedores no Brasil para garantir que não haja exploração dos funcionários. (4) A companhia espanhola exigiu ao fornecedor responsável pela subcontratação irregular que reverta à situação imediatamente. O fornecedor assumiu as compensações econômicas aos trabalhadores e vai corrigir as condições trabalhistas de sua terceirizada "para situá-las ao nível no qual estão as instalações auditadas e aprovadas pelas inspeções correspondentes da Inditex". A Zara reconheceu o trabalho irregular, mas, de acordo com a SRTE, se recusou a fazer a anotação na carteira de trabalho de 16 trabalhadores encontrados em oficinas "quarteirizadas" da rede -- ou seja, subcontratadas por uma empresa que presta serviços à Zara-- e de pagar diretamente a multa de R\$ 140 mil referente à rescisão dos contratos. (5) A SRTE aceitou o pedido da Zara para que a AHA, que foi a terceirizada responsável pela contratação das oficinas clandestinas, quitasse essas multas. (5) A Zara contratou o escritório Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados, um dos maiores do país, para defendê-la. Zara aguarda Ministério Público para indenizar trabalhadores (título) A maior varejista de vestuário do mundo, a espanhola Zara, afirmou que pagará indenização aos 15 bolivianos que trabalhavam em condições de escravidão em oficinas terceirizadas em São

Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias do Setor Têxtil, Vestuário, Couro e Calçados (Conaccovest), anunciado com pompa pela companhia espanhola, ainda não está fechado. Maria Susicléia Assis, do Sindicato das Costureiras de São Paulo e Osasco, que faz parte do Connacovest, confirmou que houve apenas um encontro inicial sobre o tema e que as bases da atuação prática da entidade - que é filiada à Federação Internacional de Trabalhadores do Setor Têxtil, de Vestuário e de Couro (ITGLWF), com a qual a Inditex já tinha protocolo assinado - ainda não foi negociada e, muito menos, concluída. Também o propalado acordo da Inditex com a Associação Nacional de Estrangeiros e Imigrantes no Brasil (Aneib) para "ajudar na tarefa de regularizar trabalhadores imigrantes bolivianos e de qualquer outra comunidade de imigrantes para identificar as eventuais situações precárias de trabalho sobre as quais não se tem conhecimento" não passa de uma "promessa", conforme definição do próprio presidente da Aneib, Grover Calderón. "O que existe até o momento é apenas uma intenção", acrescentou o representante da entidade, que clama por projetos que possam fortalecer os direitos de estrangeiros que vivem e trabalham em situação de vulnerabilidade. [deputado] sugeriu que, como mais uma forma de se redimir, a companhia declarasse publicamente [cobrança de] apoio à aprovação da <u>Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 438/2001</u> Em resposta, Jesus assumiu não ter conhecimento sobre a matéria, mas que a empresa está disposta a apoiar iniciativas que visam erradicar esse tipo de crime. Na conversa com a Repórter Brasil, o diretor da Inditex descartou por completo as possibilidades de rever o sistema de produção de peças de roupa no Brasil baseado em subcontratações - que, apesar de somar quase 5 milhões de peças em 2010, consiste em menos de 1% do total produzido no mundo - ou de instalar fábricas próprias no país como no município espanhol de Arteixo, onde fica a sede do grupo. O negócio da companhia, complementou, tem como base a contratação de "provedores externos". "Não mudaremos isso. É a filosofia <i>retailer</i> [centrada na venda direta ao consumidor]". Janete Pietá (PT-SP), por seu turno, fez cobranças a respeito do que foi feito em relação às trabalhadoras e aos trabalhadores libertados. Da parte da empresa, o diretor disse que a Inditex está em contato com as 15 pessoas. Luís informou, contudo, que os resgatados receberam apenas as verbas rescisórias por direitos trabalhistas - que foram pagos pela intermediária AHA -, receberam a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) provisória e estão sendo contemplados com recursos do Seguro Desemprego do Trabalho	Paulo, mas que aguardará decisão do Ministério Público do Trabalho. Em audiência pública promovida na quarta-feira pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, o diretor corporativo do Grupo Inditex --dono da Zara e de outras marcas de roupas--, Jesus Echevarria, disse que a empresa só indenizará os danos morais após manifestação do Ministério Público do Trabalho, que ainda vai decidir se propõe ou não uma ação judicial. "Estamos buscando com o Ministério Público do Trabalho, que está vendo se há alguma questão a mais a analisar. O importante é que a Zara se põs em contato com os trabalhadores, está em contato permanente. Estamos convencidos de que tudo vai se resolver", afirmou Echevarria, segundo a agência de notícias da Câmara. Durante a audiência na quarta-feira, a Zara apresentou as providências adotadas, entre as quais, fortalecimento do sistema de monitoramento, implementação de um programa de capacitação de fornecedores e disponibilização de telefone para denúncia de abusos. Zara anuncia a criação de disque-denúncia (título) A Zara promete triplicar o controle e a fiscalização de seus fornecedores no Brasil. a espanhola decidiu criar um disque-denúncia para descobrir irregularidades em seus fornecedores. A linha, que começou a funcionar ontem, é supervisionada pelo Instituto Ethos. Serviu de lição que temos que triplicar a fiscalização (fala de diretor em entrevista) A Zara estava desprevenida? Respondemos as denúncias e tratamos de apurá-las no primeiro dia no estilo Zara. Sem publicidade. Fizemos um relatório longo e entregamos à deputada Manuela D'Ávila (PC do B-RS). Estamos cooperando com o Ministério do Trabalho porque somos os maiores interessados em combater essas situações, mas demoramos para falar com os meios de comunicação, o que estamos fazendo agora. E o que muda na operação brasileira? Mais controle e fiscalização contra generalizações.
--	---

Resgatado. "A própria empresa deveria arcar com a indenização das vítimas", indicou a deputada [atores políticos e sociais] atacaram superficialidade e exigiram ações que possam resultar em melhorias efetivas às vítimas de exploração (linha fina) atacaram medidas superficiais e cobraram mudanças que possam resultar em reparações e melhorias efetivas às vítimas da exploração criminosa Depois do <u>pedido público de desculpas no Congresso Nacional</u>, executivos que representam a marca Zara, do grupo espanhol Inditex, foram pressionados para que sejam tomadas providências mais efetivas executivos ligados à Zara anunciaram um pacote de medidas em parceria com organizações empresariais, sindicais e sociais. A Repórter Brasil apurou que <u>diversos desses "acordos" não tinham sequer sido firmados</u>. A disponibilização de uma linha telefônica gratuita (0800-7709242) para receber denúncias de problemas na cadeia produtiva da marca foi a principal ação prática apresentada pela empresa. Carlos Bezerra Jr. cobrou, entretanto, uma postura mais ativa por parte da companhia envolvida. "Disponibilizar um disque-denúncia é muito pouco", avaliou. Para ele, a Zara Brasil deveria calcular os lucros auferidos por meio da usurpação das vantagens decorrentes do trabalho escravo e "devolver" todo o montante acumulado diretamente ao grupo de escravizados. Pouco (subtítulo) [auditor da SRTE/SP] ressaltou que trabalhadores dispensados de outras oficinas ligadas à intermediária AHA têm procurado o órgão para pedir auxílio. De acordo com o relato deles, as encomendas da Zara foram retiradas após a divulgação do flagrante e famílias inteiras de estrangeiros que vivem na capital estão perdendo a sua única fonte de renda. "O que será feito com relação aos demais trabalhadores das outras oficinas não inspecionadas? Eles deixaram de servir para a Zara ou continuarão servindo?" interrogou auditor, que estimou em até 300 as pessoas que faziam parte apenas do "guarda-chuva" da AHA. A ausência de sinais de contratação direta também foi alvo de comentários do auditor. Segundo ele, não foi possível verificar alterações no quadro de funcionários com carteira assinada entre os fornecedores da Zara. O disque-denúncia, advertiu, tende a não contar com a adesão das vítimas, que preferem permanecer na condição de clandestinidade com receio de gerar a perda do próprio posto de trabalho. Entre as medidas, está prevista também a intensificação do monitoramento - com a	
---	--

participação das mesmas empresas de auditoria (Intertek e SGS) que já vinham atuando antes da divulgação dos flagrantes. “Ainda é pouco. A empresa precisa ser mais arrojada no campo da responsabilidade social empresarial e mais criativa quanto a respostas diante do ocorrido” (fala de auditor) “As ações não podem se limitar ao plano da propaganda”.

O atendimento às vítimas, sublinhou o auditor, ainda inexistente e deve ser priorizado. [deputada] realçou a necessidade de que as respostas dadas pela Zara por ocasião dos flagrantes possam se converter em benefícios diretos aos trabalhadores estrangeiros na forma do atendimento em creches e também com iniciativas na área de alimentação, saúde e educação.

[representante de trabalhadores] exigiu que o conjunto de trabalhadores que fazem parte da cadeia produtiva da Zara no Brasil receba o mesmo tratamento dado aos empregados da Inditex, um dos maiores grupos do mundo, em seu país de origem (Espanha).

Para tentar sensibilizar os presentes à reunião, os representantes da companhia exibiram imagens de outras oficinas e até um vídeo em que o alemão Klaus Priegnitz, secretário geral da Federação Internacional de Trabalhadores do Setor Têxtil, de Vestuário e de Couro (ITGLWF), dá um depoimento de suporte à parceria firmada pela entidade com a Inditex.

Entretanto, a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias do Setor Têxtil, Vestuário, Couro e Calçados (Conaccovest), que representa a ITGLWF no Brasil, ressaltou que nenhum acordo foi efetivamente firmado e que ainda não há nada definido sobre como os sindicatos dos trabalhadores deverão acompanhar e rastrear as condições oferecidas na produção e no fluxo de suprimentos.

O diretor assegurou ainda que fez um convite para que três das 15 pessoas libertadas de oficinas que produziam peças da marca possam se integrar à equipe de logística da Zara Brasil. Correm, paralelamente, as negociações junto ao Ministério Público do Trabalho (MPT) e à DPU/SP em decorrência do relatório das fiscalizações da SRTE/SP. As denúncias colhidas por telefone, repetiu Jesus, serão compartilhadas com o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. Consultado pela reportagem, o Ethos informou que as ações em parceria com a Zara serão anunciadas quando forem definidas.

Zara e fornecedoras se integram à pacto contra escravidão (título)

Zara Brasil ingressou no Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo. Conjunto de 48 fornecedoras seguiu os passos da marca de origem espanhola (linha fina)

a rede varejista decidiu aderir ao Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo. Na esteira

da Zara Brasil, 48 fornecedoras que produzem para a marca também formalizaram participação no compromisso

A iniciativa impõe obrigações - como a de não manter relações comerciais com empregadores incluídos na "lista suja" do trabalho escravo -, estabelece normas referentes ao encaminhamento de dados e informações sobre cadeias produtivas e meios de executar monitoramentos e ainda incentiva ações gerais e específicas contra a escravidão por parte das empresas envolvidas.

[...]

O compromisso não deve ser entendido como uma espécie de garantia, advertiu o espanhol Isidor Boix, que representou a Federação Internacional de Trabalhadores dos setores Têxtil, de Vestuário e Couro (ITGLWF). Até porque, como ele lembrou, o próprio código de conduta da Inditex já previa o repúdio com relação à confecção de roupas em quadro de trabalho escravo. Mesmo assim, autoridades brasileiras flagraram situações bem graves que tiveram repercussão em escala mundial. "É apenas um passo a mais", comentou.

Ele citou o acordo geral - firmado inicialmente em 2007, e depois reformado em 2010 - entre a Inditex e a ITGLWF - marco - 2007. Dentro desse marco, o porta-voz da federação internacional disse esperar que a sua associada brasileira, a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Setor Têxtil, Vestuário, Couro e Calçados (Connacovest), tenha condição de atuar com relação ao conjunto de empregados ligados à produção das peças da Zara Brasil. "Mas não é função sindical fazer auditoria. Temos que focar fundamentalmente na organização dos trabalhadores", acrescentou o dirigente.

Nesse sentido, Eunice Cabral, da Connacovest e do Sindicato das Costureiras de São Paulo e Osasco, ressaltou que não quer mais ser chamada por empresas como a Zara apenas para assinar acordos pré-concebidos, sem que os termos da cooperação sejam amplamente negociados. "Espera que essas sinalizações possam garantir de fato a oferta de trabalho decente para quem está na base. Se assim não for, seremos adversários", anunciou.

Na visão de Amarildo Dudu Bolito, do Instituto Observatório Social (IOS), a assinatura em bloco pode ser entendida como um sinal de que o competitivo setor de confecções está sensibilizado com a questão do trabalho escravo. Para ele, o segmento tem a chance de mostrar à sociedade como um todo que não contribui apenas para movimentar a economia, mas também para consolidar melhorias aos seres humanos que estão sob sua alçada.

Somado ao esforço de trazê-los para dentro do Pacto Nacional (*confira*), a Zara Brasil está também convocando os seus "provedores" para um programa de capacitação da cadeia produtiva, salientou o diretor de Responsabilidade Social

Corporativa do grupo espanhol Inditex (dono da marca Zara), Felix Posa. Por meio de trabalhos focados na gestão e nas relações internas da cadeia, o programa, que está sendo formulado junto com um dos braços do Ethos, tem como objetivo solidificar uma referência corporativa que possa servir de exemplo para outras empresas inseridas ou alheias ao setor em questão.	
Americana Após a fiscalização, a Rhodes pagou as verbas rescisórias de cada trabalhador. A fiscalização foi à nova oficina de Narciso e constatou melhorias. Entre elas, o registro de todos os funcionários, regularização migratória, submissão de costureiros a exames médicos. De acordo com auditores fiscais da GRTE de Campinas (SP), houve adequação da instalação elétrica e melhora do espaçamento entre as máquinas. Os trabalhadores agora utilizam cadeiras com melhores condições ergonômicas e de conforto. A iluminação também foi melhorada e os equipamentos de incêndio estão todos válidos e sinalizados. As saídas de emergência foram demarcadas. "Com a mudança da oficina e a suspensão da interdição, grande parte dos trabalhadores voltaram a trabalhar de forma regular nas novas instalações da mesma oficina" (fala de auditora)	Americana Os responsáveis assinaram um termo de ajustamento de conduta para continuar operando

APÊNDICE G

Quadro 29 – Negociação da Zara com o MPT

	Repórter Brasil	Folha.com
1º TAC proposto pelo MPT	Zara recusa acordo com Ministério Público do Trabalho (título) Representantes da Zara, que teve cadeia flagrada com escravidão, estiveram com procuradores e se negaram a assinar Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que prevê indenização de R\$ 20 milhões por danos morais coletivos (linha fina) Representantes da espanhola Inditex, dona da grife de moda Zara, estiveram reunidos nesta quarta-feira (30) com membros do Ministério Público do Trabalho (MPT) e se recusaram a assinar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) Nesta quarta (30), depois de uma reunião na capital paulista que durou cerca de duas horas, Félix Poza, diretor de responsabilidade social da Inditex, confirmou publicamente que a empresa não aceitou assinar o acordo porque alguns aspectos que foram propostos "não estavam bem definidos". Ao ser questionado pela Repórter Brasil sobre quais eram esses aspectos e o que especificamente suscitava dúvidas, ele comentou que não foi estabelecida nenhuma destinação prévia acerca dos R\$ 20 milhões de indenização. A decisão sobre a utilização dos recursos, porém, é uma prerrogativa do MPT. Sobre o item que previa o fim da "quarteirização" do serviço demandado pela rede varejista de moda, Félix disse que não poderia pedir isso aos fornecedores, pois eles confeccionam peças de roupa para várias outras marcas. A exigência, porém, diz respeito especificamente ao objeto principal do serviço contratado pela Zara Brasil e não se estende para o conjunto das atividades das chamadas provedoras. Os casos de escravidão de imigrantes em situação ilegal se deram em oficinas subcontratadas por duas fornecedoras - AHA, em São Paulo (SP), por duas vezes, e Rhodes, em Americana (SP). "Já que eles [da empresa] têm responsabilidade social, podem assumir a responsabilidade jurídica, que é o que propomos. Não podemos ficar só no âmbito da vontade. Precisamos de compromissos concretos passíveis de sanções, com multas, caso não sejam cumpridos", disse o procurador. Mesmo se recusando a assinar a minuta proposta pelo órgão, a Zara sustenta que	Ministério Público propõe que Zara pague até R\$20 mi (título) Procurada, a rede de lojas não quis se pronunciar. Ministério Público adia conciliação com a Zara (título) O pedido de adiamento, segundo o Ministério Público do Trabalho, foi feito pela diretoria da Zara. A alegação foi de que o presidente da empresa, Enrique Huerta Gonzalez, estaria com compromissos no exterior. O TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) proposto pelo MPT --que também não foi aceito pela Zara-- tinha 47 cláusulas e obrigava a Zara a pagar R\$ 20 milhões por danos morais. O valor seria destinado a programas que visam melhorar a vida do trabalhador. A Zara informou que não aceitou a proposta do MPT porque havia aspectos que não estavam definidos e que sua proposta seria cumprida em dois anos. Na <u>proposta anterior</u>, o valor seria destinado a programas que visam melhorar a vida do trabalhador. O documento tinha 47 cláusulas e também pedia o fim das subcontratações e das "quarteirizações" --a terceirização da terceirização. A Zara não quis se manifestar sobre o valor.

	quer chegar a um acordo para que não seja acionada no Judiciário. O diretor Felix confirmou que o plano/contraproposta da empresa já está em marcha e foi elaborado para se somar às exigências do MPT. Na prática, contudo, a empresa se recusa a aceitar tais exigências e permanece com o discurso de que "está aberta ao diálogo" e ainda pode vir a assinar o termo. Com relação ao reconhecimento da responsabilidade da Zara Brasil no tocante a sua cadeia produtiva e à imposição do fim das subcontratações por parte das fornecedoras para realizar o serviço encomendado pela rede, o procurador ressaltou que os episódios não deixaram dúvidas de que o código de conduta da empresa precisa ser aprimorado, pois é "ineficaz". "Restou mais do que evidenciado que a pulverização da cadeia produtiva da Zara - sob a forma de quarteirização, quinteirização etc. - está diretamente relacionada às repercussões deletérias nas condições de trabalho que foram constatadas", destacou o membro do MPT, a despeito do argumento da Zara de que se trata de um caso isolado. "Diante das especificidades do caso concreto, o meio adequado para a tutela dessa situação - que na ponta gera reflexos para toda a sociedade sob a forma de problemas sociais como a favelização, o surgimento de guetos etc. - passa, sem dúvida, pela assunção de um maior rigor na contratação de fornecedores pela Zara. Passa também pela limitação dos atuais níveis de terceirização, ao menos quanto ao objeto principal dos contratos que a Zara assina com seus fornecedores".	
contraproposta da Zara	Contraproposta (subtítulo) Para o encontro ocorrido na sede da PRT-2, os representantes da Zara levaram o plano de investimentos que já vem fazendo por conta dos flagrantes como contraproposta. Em sua quarta cláusula, o documento redigido pela empresa tenta estabelecer vínculo entre a eventual assinatura daquele acordo com o MPT com o arquivamento do processo administrativo que corre no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e pode acarretar na inclusão da Zara na <u>"lista suja" do trabalho escravo - cadastro mantido pelo governo federal com nomes de empregadores envolvidos na exploração desse tipo de crime</u>. Os procedimentos no MPT e MTE, todavia, correm propositalmente separados. Na contraproposta, a Zara se afasta de assumir responsabilidades caso algum fornecedor venha a apresentar futuros	Fracassa acordo entre Zara e Ministério Público (título) Fracassou a tentativa de acordo que o Ministério Público do Trabalho propunha à Zara para por fim ao caso do trabalho irregular em oficinas que prestavam serviço à empresa. Os procuradores não aceitaram a contraproposta da Zara por falta de responsabilidade da empresa na hipótese de constatação de trabalho degradante na sua cadeia produtiva, além da limitação de dois anos dada por ela sobre as propostas e isenção de responsabilidade pelas obrigações de seus fornecedores. A Zara informou que não aceitou a proposta do MPT porque havia aspectos que não estavam definidos e que sua proposta seria cumprida em dois anos. A empresa propôs investimentos em melhoria das condições de trabalho na cadeia de fornecimento e

	problemas e busca enfatizar esforços no sentido de aprimorar os sistemas de controle e auditorias que, segundo o diretor Felix, serão "mais completas" do que as que vinham sendo feitas. Após publicar reportagem sobre o caso em meados de agosto, a Repórter Brasil vem, sem sucesso, solicitando informações adicionais sobre as auditorias que foram e estão sendo realizadas no Brasil dentro do programa da Inditex. Ainda no que se refere ao seu plano, a empresa incluiu a proposta de implantação de um projeto-piloto de capacitação de fornecedores que seria desenvolvido junto com o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (já anunciado quando da <u>adesão da Zara e de outras 48 fornecedoras ao Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, em 10 de novembro</u>). Prometeu ainda prestar apoio aos donos de oficina, auxiliar na regularização de trabalhadores imigrantes e dar suporte a projetos de formação profissional e cidadã. Nas contas feitas pela própria Zara/Inditex, o investimento total no plano deve somar algo em torno de R\$ 3,16 milhões. As ações propostas pela companhia, de acordo com Fabíola Zani, da Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região (PRT-15), se encaixam nos moldes de uma iniciativa de cunho setorial, mas não resolvem o problema concreto encontrado em três fiscalizações que flagraram trabalho escravo na cadeia de produção da marca, problema esse que precisa ter uma resposta.	promoção dos direitos humanos da ordem de R\$ 3,15 milhões. Segundo o diretor de responsabilidade social da Inditex ---dona da Zara--, Félix Poza, o prazo e o valor poderão ser ampliados. A empresa, porém, não quis falar sobre contrapropostas. A proposta da empresa era a de manter o controle da cadeia, melhorar as condições de trabalho no setor e apoiar a integração social dos migrantes --na investigação, foi constatada a presença de bolivianos sendo submetidos a trabalho degradante. A Inditex ainda propunha o projeto "Trabalho Decente na Cadeia de Confeções", com a colaboração da Uniethos --organização voltada ao desenvolvimento de gestão responsável nas empresas--, para assegurar "a competitividade e sustentabilidade do negócio das empresas envolvidas bem como a melhora das condições laborais de seus trabalhadores". Esse projeto, que seria aplicado a cem empresas com um total de 2.100 funcionários, previa a formalização de oficinas de costura, com investimento previsto de R\$ 387 mil. Também propunha investir R\$ 322 mil em programas de sensibilização sobre os direitos trabalhistas e de migrantes, voltados para toda a cadeia de fornecimento da Zara no Brasil, e R\$ 400 mil em cursos voltados para trabalhadores da indústria têxtil. A empresa ainda se comprometia a investir mais de R\$ 2 milhões até 2012 em programas de orientação jurídica a imigrantes, criação de fundos contra a fome e albergues de emergência, regularização, capacitação profissional e formação para cidadania, e programas de informação e de caráter cultural. Uma nova reunião entre a empresa e a Procuradoria também não foi agendada.
TAC assinado	Acordo entre Zara e MPT descarta dano moral coletivo (título) Empresa consegue acordo que prevê "investimento social" em vez de "reparo por danos morais" por se aproveitar de trabalho escravo em cadeia produtiva (linha fina) Representantes da empresa espanhola Inditex, dona da grife de moda Zara, assinaram na tarde desta segunda-feira (19), um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) (<u>leia o documento em PDF</u>) com o Ministério Público do Trabalho (MPT) O acordo final prevê o desembolso, por parte da empresa, de apenas 17% (R\$ 3,4 milhões) do valor de indenização por dano moral coletivo (R\$ 20 milhões) que <u>havia</u>	Pelo novo TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) assinado na tarde desta segunda-feira, a Zara deverá investir R\$ 3,4 milhões em ações preventivas na cadeia produtiva têxtil. O valor é o mesmo proposto pela empresa na primeira tentativa de acordo, no mês passado. Segundo o procurador Luiz Carlos Michele Fabre, a desistência ocorreu porque a varejista se comprometeu com a responsabilidade sobre fornecedores e terceirizadas. A morosidade da Justiça, no caso de uma ação judicial, também pesou para que o acordo fosse efetivado. Na <u>proposta anterior</u>, o valor seria destinado a programas que visam melhorar a vida do

sido inicialmente proposto pelo MPT. Além disso, o próprio termo "reparação por dano moral coletivo", presente na primeira versão do TAC, foi substituído por "investimentos sociais". Na prática, o documento se baseia em medidas que o grupo empresarial decidiu assumir daqui para frente, mas não estabelece um vínculo direto com os casos de escravidão contemporânea verificados pela fiscalização trabalhista. De acordo com Luiz Fabre, procurador do trabalho responsável pela negociação, o MPT concordou em abrir mão de 83% (R\$ 16,6 milhões) da proposta inicial diante da concordância da Zara em assumir a responsabilidade jurídica pelas condições de trabalho praticadas no conjunto de sua cadeia de produção daqui em diante. Para ele, esse item, que motivara a resistência da empresa quando foi apresentada, significa um precedente importante para o combate à escravidão no setor têxtil, ou seja, um "ganho jurídico para a sociedade". Além disso, o procurador declarou ter levado em conta os valores pagos por agentes envolvidos em casos semelhantes, além da "espontaneidade e boa vontade da empresa em assumir um compromisso sério". Também pesou na decisão, segundo o membro da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região (PRT-2), o fato de que a quantia atende os projetos previstos no TAC . "Não usar o termo dano moral coletivo no TAC foi por conta da boa fé da empresa. Consentimos pelo não reconhecimento de culpa, que cabe ao Judiciário. Mas, a partir de agora, se for flagrado trabalho escravo na cadeia produtiva, a Zara será responsabilizada", destaca Luiz. Ele acredita que, mais do que o temor relacionado à uma disputa judicial a partir de uma ação civil pública, o que motivou a empresa, que é considerada a companhia mais valiosa do mundo no setor têxtil, a assinar o acordo foi a pressão dos consumidores que reagiram diante da repercussão do caso na imprensa. Sobre a ausência de menção a danos morais no acordo estabelecido, a assessoria de imprensa da Zara reafirma a tese de que não tinha conhecimento do uso de trabalho escravo até então e, por isso, as oficinas contratadas foram responsabilizadas. Alega ainda que, assim que a denúncia foi feita, todas as providências foram tomadas imediatamente. O episódio, ainda segundo a assessoria, serviu para que o monitoramento da cadeia fosse aprimorado. O grupo promete tomar providências diretas em casos como este no	trabalhador. O documento tinha 47 cláusulas e também pedia o fim das subcontratações e das "quarteirizações" --a terceirização da terceirização. A Zara não quis se manifestar sobre o valor. De acordo com o documento assinado hoje, a Zara poderá responder juridicamente caso uma de suas fornecedoras ou terceirizadas sejam flagradas mantendo trabalhadores em condições não previstas na lei trabalhista. A fiscalização direta caberá à própria empresa, com acompanhamento dos órgãos de fiscalização. Caso seja detectado alguma irregularidade, a Zara deverá fazer um aporte de R\$ 50 mil para um fundo de emergência gerenciado por centro de apoio ou pastoral do migrante.
--	---

	futuro e espera influenciar já outras empresas do setor. Subcontratações (título) Outra diferença substancial entre a proposta inicial e o TAC que foi assinado diz respeito às subcontratações. O primeiro texto proibia as "quarteirizações" e "quinteirizações", que tende a fragilizar e precarizar as relações de trabalho, com relação ao "objeto principal do serviço contratado". As referências a punições para as subcontratações não estão mais presentes no TAC assinado. Os subcontratados são inclusive incorporados como "terceiros". Apesar das diferenças entre o que foi originalmente proposto e o que acabou sendo de fato acertado, integrantes do poder público que participaram da negociação apontam avanços. De acordo com Luís Alexandre Faria, auditor fiscal da Superintendência regional do Trabalho e Emprego (SRTE/SP) que coordenou a operação que encontrou trabalho escravo em duas oficinas que produziam peças da Zara na capital paulista, o TAC pode ser considerado um divisor de águas por prever medidas de responsabilização direta. "Este é o único caso em que a empresa assume de fato toda a sua cadeia produtiva", diz. A Zara se comprometeu a realizar inspeções mais rigorosas em fornecedores e terceiros. Caso problemas sejam encontrados, a empresa se comprometeu em tomar providências para saná-los por meio de um plano de ação e em notificar as autoridades sobre o fato. Caso o flagrante seja realizado diretamente pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) ou pelo MPT, a empresa terá que arcar imediatamente com uma multa de R\$ 50 mil. Os moldes do monitoramento da cadeia produtiva, na análise de Luís Alexandre, seguem as bases do que já vem sendo defendido pelo Programa de Combate ao Trabalho Escravo Urbano da SRTE/SP. Parte dos R\$ 3,4 milhões de "investimento social" - e não de reparo por danos morais coletivos - será destinada a um fundo de emergência, administrado pela Pastoral do Migrante e pelo Centro de Apoio ao Migrante (Cami), para auxiliar vítimas de trabalho escravo. A verba também será usada para equipar a SRTE/SP e viabilizar outras ações previstas no acordo.	
--	---	--